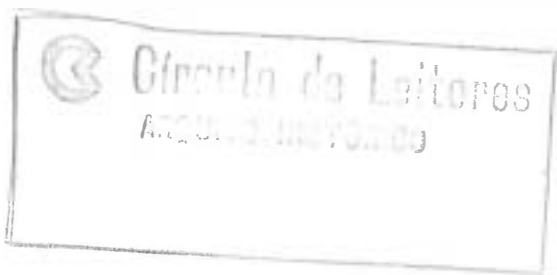


A GERAÇÃO DE 70

ANTERO DE QUENTAL

TEXTOS
DOCTRINÁRIOS
E
CORRESPONDÊNCIA

Primeiro volume



CÍRCULO DE LEITORES

Capa de: Antunes
Impresso e encadernado por Printer Portuguesa
no mês de Setembro de mil novecentos e oitenta e sete
Número de edição: 2204
Depósito legal número: 14730/87

NOTA PRÉVIA

O difícil critério de escolha, nos vários volumes que constituem esta edição, das obras e dos autores da chamada «Geração de 70», baseia-se fundamentalmente em dois princípios: por um lado, dar uma perspectiva o mais vasta e rigorosa possível da história da cultura duma época, entre, aproximadamente, 1870 e o extremo final do século XIX; por outro lado, fazer uma tentativa para encontrar a unidade de temas e de ideias através da variedade de géneros.

Assim, logicamente, começa-se por Antero, que foi o grande «mestre» da Geração de 70, aquele que verdadeiramente a «gerou» em termos de ideias, com os seus textos doutrinários, acompanhados por uma selecção da correspondência que traçasse o seu percurso simultaneamente íntimo e histórico.

De história das ideias se trata ao escolhermos a História do Romantismo em Portugal de Teófilo Braga, obra essencial que resume o que na Geração de 70 é prolongamento e renovação do romantismo de Garrett e Herculano. De história propriamente dita se trata quanto a Oliveira Martins. E aqui a escolha foi particularmente difícil. Se Portugal Contemporâneo se impunha por

ser uma visão panorâmica do século XIX no que ele teve de mais problemático e mais directamente ligado à história da própria Geração de 70, já muito se hesitou em editar ou não a História de Portugal, igualmente importante. Mas a História da Civilização Ibérica pareceu-nos dar uma outra faceta decisiva da obra de Oliveira Martins: o iberismo. Por outro lado, uma selecção dos dois volumes intitulados Portugal nos Mares (1889) revela a mitologia das Descobertas, que atravessou toda a sua geração, além de ser uma obra pouquíssimo conhecida que convém divulgar ao grande público. Como diz o próprio Oliveira Martins, na Introdução, esta obra «estuda particular e monograficamente a feição mais original, mais simpática e mais fecunda do povo português, colaborador na obra da civilização moderna».

Quanto a Ramalho Ortigão, impunha-se forçosamente fazer uma selecção d'As Farpas, da mesma maneira que a fizemos para Os Gatos de Fialho de Almeida, dois exemplos típicos do jornalismo cultural, satírico e militante da segunda metade do século XIX, embora com diferenças de estilo evidentes. Já a escolha de A Holanda de Ramalho em vez de Em Paris ou outra qualquer obra é talvez discutível, mas não é arbitrária: de facto, A Holanda reflecte, quanto a nós, o ideal duma burguesia civilizada, verdadeiramente europeia e liberal, que tantas vezes levou os principais representantes da Geração de 70 a considerar Portugal uma «choldra».

Enfim, escolher na obra, cada vez mais viva, de Eça de Queirós três livros básicos torna-se quase heróico. Mas pareceu-nos que a edição de Os Maias se impunha, antes de mais, obviamente, não só por ser a obra-prima do escritor e, sem dúvida, o grande modelo do romance português moderno, mas também porque 1888 marca o centenário da sua publicação. Quanto a Notas Contemporâneas, na sua dispersão impressionista, pareceu-nos ser uma obra decisivamente significativa do conjunto das ideias de Eça sobre o seu tempo. E, last but not least, a Correspon-

dência de Fradique Mendes, *na ambiguidade da criação duma figura entre imaginária e real, alter ego de Eça, figura aparentemente mundana mas de facto solitária e mesmo, por vezes, dramática, pareceu-nos simbolizar ironicamente as fundas contradições de toda uma geração que nelas plenamente, europeicamente, se soube assumir.*

ÁLVARO MANUEL MACHADO

A GERAÇÃO DE 70

por ÁLVARO MANUEL MACHADO

INTRODUÇÃO

A história da chamada «Geração de 70» é, antes de mais, a de uma consciência cultural europeia, elevada e decisiva, consciência que, luminosamente, une o século XIX ao nosso século.

De facto, talvez nunca em toda a história da nossa cultura tenha havido um grupo de escritores, romancistas, poetas, ensaistas, historiadores, pensadores e até cientistas tão conscientes de que a sua época era, simultaneamente, a de uma síntese e a de uma mudança quer a nível nacional quer a nível europeu. Síntese, complexa e por vezes contraditória, de todo o passado romântico português e, em geral, das relações desse passado com o do romantismo na Europa. Mudança pela visão, ampla e despreconceituosa, que essa síntese implicava, abrindo novas perspectivas estéticas (e não só) que vieram a concretizar-se no nosso século, inclusive com o modernismo dum Fernando Pessoa e da geração da revista *Orpheu*. Uma mudança que tinha essencialmente a ver com uma nova visão de Portugal. Porquê Portugal? É que da erudição de Teófilo Braga ao sentido do trágico em Antero, passando pela arte da ironia de Eça, pelo sentido da decadência histórica em

Oliveira Martins, pela sátira saudável de Ramalho Ortigão, sem falar de outros nomes menos conhecidos mas igualmente importantes, como Adolfo Coelho ou Jaime Batalha Reis, ou de «marginais» da Geração de 70 como Gomes Leal ou Fialho de Almeida — todos, sem excepção, se entregaram a uma ideia fixa: a da regeneração do país, regeneração no sentido *total* do termo e não apenas no sentido social e económico.

Ora, se esta ideia vinha já da primeira geração romântica, a de Garrett e Herculano, nunca ela se tornara tão multifacetada e una, tão vital e complexa. E aí está o grande fascínio da Geração de 70: o da mobilidade cultural, da abertura ao mundo, sem esquecer nunca o ideal único, por vezes obsessivo, de «reaportuguesar Portugal», para citar a famosa fórmula de Eça de Queirós que data de 1894, numa carta a Oliveira Martins.

Vamos, portanto, analisar brevemente as várias fases desse «reaportuguesamento». E fazemo-lo com a intenção de, por um lado, dar uma visão de conjunto não erudita (embora o mais precisa e completa possível) e, por outro lado, salientar os traços característicos da obra e, secundariamente, da vida de cada um dos componentes desta geração. Deste modo, abarcando o maior número possível de leitores curiosos de cultura sem, no entanto, ceder à facilidade do improvisado ou do sensacionalismo, julgamos estar a cumprir um dos ideais que nortearam a Geração de 70: promover a educação duma maioria culturalmente consciente e participante.

I

ROMANTISMO, REGENERAÇÃO E GERAÇÃO DE 70

Para compreender claramente a acção cultural e estética renovadora da Geração de 70 e a própria vida dos seus principais representantes, é imprescindível, antes de mais, ter uma ideia, numa breve introdução histórico-cultural, da época em que ela se formou e evoluiu. Começemos pela evocação dos dois primeiros períodos do romantismo que a precederam, períodos e autores que a influenciaram ou contra os quais ela reagiu.

O primeiro desses períodos surge, com Garrett, ainda imbuído de cultura clássica, a par, quer do ideal de progresso herdado dos iluministas franceses do século XVIII, quer do ideal nacionalista estrito, de raiz liberal.

De facto, Garrett, desde os seus poemas *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), baseia o seu vago romantismo num nacionalismo de carácter liberal em que o modelo clássico ainda predomina. Só com *Viagens na Minha Terra* (1846) e sobretudo com *Folhas Caídas* (1853) Garrett se arrisca a um lirismo já mais livremente romântico, embora ainda aí a tradição clássica greco-latina aflore com frequência. Num dado passo de

Viagens na Minha Terra, Garrett chega mesmo a afirmar: «Romântico, Deus me livre de o ser!»¹

Por outro lado, Herculano, que participa igualmente na Revolução Liberal, proclama em 1835, na revista *Repositório Literário*: «Diremos somente que somos românticos, querendo que os Portugueses voltem a uma literatura *sua* (...). Que amem a Pátria mesmo em poesia.»²

Consequentemente, Garrett e Herculano são escritores liberais que, em grande parte, condicionam a literatura a princípios, rigidamente nacionalistas, de carácter ideológico. Todavia, ao contrário de Garrett, Herculano está receptivo às ideias do romantismo europeu em geral, sobretudo às do romantismo vindo de Inglaterra e da Alemanha. E essa receptividade, que não se limita à citação eventual de autores e obras, manifesta-se sobretudo na revista que Herculano funda e dirige, em 1837: *O Panorama*. Com o seu pendor filosófico e a sua metodologia histórica, Herculano é, de facto, o grande precursor da Geração de 70 e duma renovação do romantismo português, renovação urgente após um período em que predomina o excesso retórico e sentimentalista do chamado *ultra-romantismo*.

Falaremos mais adiante desta tendência ultra-romântica, contra a qual reagiram sobretudo, desde o início da formação da Geração de 70, Teófilo, Antero e Eça. Digamos, por agora, que na altura em que surgem os primeiros textos destes representantes da Geração de 70 a revolução romântica, paralela à Revolução Liberal, tivera o mesmo destino que esta: parara. E essa paragem tinha um nome: Regeneração.

¹ *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1954, p. 38.

² *Repositório Literário*, n.º 11, 15 de Março de 1835, pp. 87-88. Note-se a importância destas revistas literárias para a evolução das ideias românticas e para a divulgação da literatura estrangeira em Portugal.

O que foi a Regeneração? Recorramos aqui aos especialistas de história. Joaquim Veríssimo Serrão, na sua exemplar *História de Portugal*, define-a da seguinte maneira:

«O grito de ‘regeneração’, que no dia 28 de Abril de 1851 envolveu Saldanha no Teatro de São João do Porto, constituía um apelo a uma nova ordem nas coisas. O termo não era uma novidade na linguagem política, pois fora um dos vectores da Revolução de 1820. As esperanças de ‘ventura pública’, de ‘prosperidade nacional’, de ‘progressos da civilização’, de ‘paz civil’, numa palavra, a ‘Sagrada Causa da Regeneração Política’, tinham soado no movimento vintista. Mas só trinta anos depois encontraram a correspondente realização no desembainhar da espada de Saldanha. Este pretendia retomar a pureza de um liberalismo que ainda não cumprira os seus fins. Sem atribuir ao termo ‘regeneração’ a essência de mudança libertadora que ele continha, preferia dar-lhe o sentido de pacificação nacional após tantos anos, em Portugal, de luta e incertezas.»³

No centro socioeconómico deste movimento de regeneração nacional, ou melhor, de pacificação nacional, está um jovem engenheiro e militar: António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Homem eminentemente prático, foi ele quem criou, em 1852, o Ministério das Obras Públicas, do Comércio e da Indústria, mandando construir quatrocentos quilómetros de estradas, uma dezena de pontes e, em 1856, a primeira linha de caminho-de-ferro, entre Lisboa e o Carregado.

³ *História de Portugal*, vol. IX (1851-1890), Lisboa, Ed. Verbo, 1986, p. 14.

O chamado «fontismo» provocou uma espécie de reacção cultural contra a idolatria do progresso, reacção essa que, num extremo, deu o chamado «ultra-romantismo» e, no outro, já como reacção a esta primeira reacção, toda a complexa atitude antitecnológica e antiburguesa da Geração de 70.

É evidente que para se compreender melhor, ainda que esquematicamente, todas estas reacções culturais e propriamente literárias temos de recuar ao período duma certa idealização político-cultural especificamente romântica que, seguindo-se à primeira fase do liberalismo, se fixou na imagem revolucionária e republicana de 1848, vinda de França. De facto, entre 23 e 26 de Junho de 1848, uma insurreição dos bairros operários do Leste de Paris, esmagada pela repressão, desencadeou, inclusivamente em Portugal, um movimento cultural revolucionário que não se coadunava com o reformismo tecnológico fontista. Mesmo para aqueles intelectuais do primeiro romantismo, como Herculano, que não exaltavam o radicalismo revolucionário vindo de França, a Regeneração, desde o início, foi vista com desconfiança. Cite-se, entre tantos, um testemunho desse facto: no jornal *O País* de 29 de Outubro de 1851, Herculano fala de «uma série de desconchavos» referindo-se à história política em geral e acusa os políticos da época de não terem ideias «senão as que (...) beberam nos livros franceses mais vulgares».

Esta acusação de Herculano encontrará eco nos mais decisivos representantes da Geração de 70. Luta contra os «desconchavos» políticos e, paralelamente, contra as «vulgaridades» literárias que, de certo modo, retoma a luta da primeira geração romântica de Garrett e Herculano. E que, afinal, é a luta duma *verdadeira* regeneração do país.

Todavia, se, em grande parte, essa luta regeneradora para lá da própria Regeneração é, desde o início, uma outra forma de romantismo histórico-cultural, os cami-

nhos para atingir esse ideal divergem. Assim, manifesta-se desde o período de formação uma tendência radical republicana que colide com a tendência dum socialismo utópico.

A tendência republicana revela-se desde 1848, a 25 de Abril, com a publicação dum jornal clandestino chamado *A República — Jornal do Povo*, que dura dois meses. Mas é ainda algo de muito vago, que não se baseia numa estrutura partidária, pois o Partido Republicano Português só é criado em 1876, sendo então presidido por António de Oliveira Marreca, velho ideólogo fiel aos princípios setembristas, antigo professor de Economia no Instituto Industrial de Lisboa e deputado.

A tendência socialista utópica começa a manifestar-se, aliás, na mesma altura. Em 1849, um panfleto, o *Panfleto Socialista*, exprime as ideias do utopista francês Charles Fourier (1772-1837) e um jornal, que surge em Abril de 1850, *O Eco dos Operários*, divulgou as mesmas ideias fourieristas. Mais tarde, já em pleno período da intervenção cultural da Geração de 70, este jornal terá, entre outros, a sua continuidade em *A Voz do Operário — Órgão dos Manipuladores de Tabacos*, que começa a publicar-se em Lisboa, em Outubro de 1879, com colaboração de Antero. Quanto ao Partido Socialista, é fundado em 1875.

Veremos mais adiante, ao analisarmos sumariamente a obra e a vida de cada autor, que o conflito entre a ortodoxia republicana, defendida desde o início por Teófilo Braga, e o socialismo utópico, exaltado por Antero, definirá em grande parte o percurso ideológico e também cultural da Geração de 70. Mas notemos desde já, sobretudo, o clima histórico-cultural da Regeneração, clima que um poeta-romântico caricaturado por Eça, Bulhão Pato, define assim nas suas *Memórias*:

«A Regeneração foi um momento histórico que, se não podia erguer Portugal ao nível das grandes

nações da Europa, e dar-lhe a preponderância que teve noutras eras, principalmente nos primeiros tempos das conquistas, tê-lo-ia colocado numa situação vantajosa e digna. Faltou-lhe um homem. Quando não fosse um génio, um cidadão, cuja cabeça, bem organizada, ombreasse com o senso e vigor moral. Homem que tivesse a fé no coração e um pouco de ideal na alma — valor transcendente, conquistador das coisas mais positivas, que opera milagres, e sem o qual, por elevada que seja a inteligência, não se faz nada de verdadeiramente grande. Talentos houve muitos, e ainda estão por aí alguns; honra pessoal existiu e existe também; mas o sentimento da honra colectiva, a solidariedade do brilho e da glória, que eleva os povos, a abnegação até à heroicidade, todos os poderes morais, todo o ideal, numa palavra, de que as mediocridades escarnecem, desapareceu completamente!»⁴

Estas palavras de Bulhão Pato, sem dúvida retóricas e com os convencionalismos da época, levam-nos, no entanto, a concluir que a reacção da Geração de 70 contra o progresso material pretensamente regenerador teve muito de herança romântica, frequentemente mascarada por um positivismo ou por um realismo efémeros e esquemáticos.

E é todo este paradoxo, oscilando entre a ironia e o trágico (de que Eça e Antero são os paradigmas), que vamos mais metodicamente analisar a seguir.

⁴ *Memórias — Homens Políticos*, tomo II, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1986, p. 46.

Coimbra, Tomás Ribeiro integra-se no grupo dos poetas ultra-românticos das revistas *O Trovador* (1848) e *O Novo Trovador* (1851-1856). O prefácio de Castilho, com a sua defesa dum patriotismo e dum lirismo provinciais, provoca uma polémica generalizada entre aqueles que apoiavam os ultra-românticos, como o próprio Camilo, e os que defendiam uma poesia «nova», «moderna», como Antero.

São precisamente de Antero os textos principais desta polémica. O primeiro, em forma de carta dirigida a Castilho, intitula-se «Bom Senso e Bom Gosto». Aí, Antero exalta a literatura como um «sacerdócio, um ofício público e religioso de guarda incorruptível das ideias, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras»⁶. Os poetas para ele são santos, «têm a cabeça do génio e o coração da inocência». E, ao contrário dos que «adoram a *palavra*», eles adoram a *ideia*, «que custa muito e nada luz»⁷. E depois de criticar o pensamento de tacanhez nacionalista («quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim»), Antero exalta o «grande espírito filosófico do nosso tempo, a grande criação original, imensa, da nossa idade»⁸, que vai de Hegel a Edgar Quinet, passando por Herder, Vico, Michelet, Proudhon, Taine, Renan, etc.

No segundo texto polémico, intitulado *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, Antero reforça estas ideias, precisando que «a essência, a cousa vital das literaturas não é a harmonia da forma, a perfeição exacta com que se realizam certos tipos convencionais, o bem dito, o bem feito (...). A alma sim: é dela que precisa toda a literatura (...), não é muito dizer que é

⁶ *Prosas da Época de Coimbra* (ed. Obra Completa de Antero de Quental), Lisboa, Sá da Costa, 1973, p. 225.

⁷ *Idem*, p. 288.

⁸ *Idem*, p. 290.

II

DAS CONFERÊNCIAS DO CASINO AOS VENCIDOS DA VIDA

1. *A Questão Coimbrã*

O ponto fulcral da formação e da acção da chamada «Geração de 70» foi, sem dúvida, a realização das Conferências do Casino, no Casino Lisbonense, entre fins de Maio e meados de Junho de 1871. Essas conferências têm, como diz muito justamente António Manuel Bettencourt Machado Pires, «de certo modo, o valor de um manifesto de geração»⁵.

Todavia, estas conferências são, de facto, uma consequência da grande polémica conhecida por «Questão Coimbrã», que explode na pacata Coimbra académica de 1865.

Do que se trata? Trata-se, à partida, da oposição ao «ultra-romântico» António Feliciano de Castilho, a propósito de um prefácio a um livro de poesia publicado em Lisboa, em Agosto de 1862: *D. Jaime* de Tomás Ribeiro (1831-1901). Licenciado em Direito em

⁵ *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980, p. 61.

ela quem prepara o berço aonde se há-de receber esse misterioso filho do tempo — o futuro.»⁹

As palavras-chaves da Geração de 70 estavam lançadas, como semente em terra fértil: *ideia, alma, futuro*.

2. As Conferências do Casino

Entre a polémica coimbrã e as Conferências do Casino, há fundamentalmente a diferença entre uma polémica literária e cultural opondo duas gerações e um manifesto público cultural de repercussões políticas e sociais evidentes. Os ideais da geração passavam de Coimbra para Lisboa, criando o chamado «Grupo do Cenáculo da Travessa do Guarda-Mor», perto do Chiado, dominado por Antero e historiado por Jaime Batalha Reis, que o definiu como sendo uma «academia obscura e terrível».

No Programa das Conferências, publicado em Lisboa a 16 de Maio de 1871, proclama-se:

«(...) Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna;

Estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa.»

O manifesto era assinado por Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, Germano Vieira Meireles, Augusto Fuschini, Augusto

⁹ *Idem*, pp. 303-308.

Soromenho, Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Guilherme de Azevedo e Salomão Sáragga. A estes nomes de escritores, historiadores, professores universitários, jornalistas, acrescente-se o de José Fontana, sindicalista que exaltava os valores duma revolução radical baseada na acção do proletariado.

Antero é o espírito destas conferências — como será sempre, de facto, o mestre espiritual da Geração de 70. Inaugura-as a 22 de Maio, sendo desconhecido o texto do discurso de abertura, excepto pelo resumo publicado na imprensa, em geral e, mais pormenorizada-mente, no jornal *A Revolução de Setembro*. Mas a segunda conferência de Antero, proferida a 27 de Maio e intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, foi publicada e, além do sucesso que teve de imediato¹⁰, tornou-se um texto fulcral para compreender o início da acção cultural de toda a Geração de 70. Aí, Antero aponta três causas da decadência da Península Ibérica: o catolicismo imposto pela Inquisição depois do Concílio de Trento (1545-1563), o absolutismo político, que causou «a ruína das liberdades locais», e «as conquistas longínquas», ou seja, a dispersão das capacidades do povo em territórios longínquos descobertos que não podiam ser devidamente colonizados. Daqui resultou, segundo Antero, o «desamparo de fazendas, reinos e impérios», que Camões lastimara, a embriaguez dos «fumos da Índia, esvaziando de população uma nação pequena». A ideia final de Antero, que condenava *apenas* o catolicismo, ligado à Inquisição e ao absolutismo político, tenta conciliar cristianismo e revolução: «a Revolução é o cristianismo do mundo moderno»¹¹.

¹⁰ Ver a este propósito António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, pp. 29 e seguintes.

¹¹ Cf. o texto de Antero in *Prosas*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 92-140.

As outras conferências, versando temas diferentes, tentavam igualmente revolucionar as ideias da época. Citem-se, sobretudo, a de Eça, a 12 de Junho, sobre a «Nova Literatura» («A afirmação do realismo como nova expressão da arte»), exaltando Flaubert, o pintor Courbet e as ideias estéticas e sociológicas de Taine e de Proudhon; e a conferência de Adolfo Coelho sobre o ensino em Portugal, criticando a falta de preparação científica dos professores e propondo reformas revolucionárias.

A 26 de Junho as Conferências do Casino foram proibidas por «atacarem a Religião e as Instituições políticas do Estado». Estava encerrada uma fase decisiva da acção cultural e ideológica da Geração de 70. A vida e a obra dos seus principais componentes, esquematicamente expostas, testemunhará a seguir da amplitude e da variedade dessa acção.

3. O «Santo Antero»

Originário de família fidalga e letrada, proprietários rurais em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, onde nasceu a 18 de Abril de 1842, Antero foi estudar para Coimbra, onde se tornou uma espécie de mito. Eça, também estudante de Direito em Coimbra nessa altura, descreve-o assim, criando desde 1862-1863 o mito do «Santo Antero»:

«Em Coimbra, uma noite, noite macia de Abril ou Maio, atravessando lentamente com as minhas *sebentas* na albigueira o Largo da Feira, avistei sobre as escadarias da Sé Nova, romanticamente bati-das da lua, que nesses tempos ainda era romântica, um homem, de pé, que improvisava.

A sua face, a grenha densa e loura com lampejos fulvos, a barba de um ruivo mais escuro, frisada e aguda, à maneira sírica, reluziam, aureoladas. (...) Parei, seduzido, com a impressão de que não era aquele um repentista picaresco ou amavioso, como os vates do antiquíssimo século XVIII — mas um Bardo, um Bardo dos tempos novos, despertando almas, anunciando verdades. (...)

Deslumbrado, toquei o cotovelo de um camarada, que murmurou, por entre os lábios abertos de gosto e pasmo:

— É o Antero!...

(...) Intimidade, porém, com aquele que eu depois chamava 'Santo Antero', só verdadeiramente começou na manhã em que o visitei, com muita curiosidade e muita timidez, na sua casa do Largo de S. João.»¹²

Era então a época em que, como diz Eça no mesmo texto, se vivia em Coimbra «um grande tumulto mental», com os caminhos-de-ferro que traziam livros vindos de França, «torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estética, formas, sentimentos, interesses humanitários», todo um «mundo novo que o Norte nos arremessava aos pacotes».

Esse «mundo novo» vindo do Norte vai influenciar Antero, que publica os primeiros sonetos em 1861 e que com *Odes Modernas* (1865) inicia um novo período literário ao qual António Sérgio chamou com justeza «terceiro romantismo». Um período em que surgem influências de poetas da Alemanha romântica, como Novalis, Hoelderlin ou Heine, para os quais a ideia filosófica se sobrepõe ao mero lirismo sentimental. Essa

¹² «Antero de Quental», in *Notas Contemporâneas*, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d, pp. 339-341.

ideia que Antero exalta assim no final do soneto «Tese e antítese»:

(...) a ideia é num mundo inalterável,
Num cristalino céu que vive estável...
Tu, pensamento, não és fogo, és luz!¹³

Com *Primaveras Românticas* (1872), Antero, depois de ter viajado por França em 1866 e pelos Estados Unidos em 1869, faz da poesia uma «voz da Revolução». Mas em 1873, com a morte do pai, Antero atravessa um período de funda depressão. Regressando aos Açores, Antero entrega-se a um pessimismo visionário, metafísico e niilista. Alguns sonetos são disso impressionantes exemplos. Oliveira Martins, no prefácio aos *Sonetos*, diz o seguinte a este propósito:

«(...) as suas páginas foram escritas com sangue e lágrimas! E dói ver a vida do mais belo espírito consumir-se em agonias de uma alma em luta consigo mesma! O comum da gente, ao ler as páginas deste volume, dirá então: Quantas catástrofes, que desgraças este homem sofreu! que singular hostilidade do mundo para com uma criatura humana! — E todavia o mundo nunca lhe foi propriamente hostil, nenhuma desgraça o acabrunhou; a sua vida tem corrido serena, plácida, e até para o geral da gente em condições de felicidade.

É que o geral da gente não sabe que as tempestades da imaginação são as mais duras de passar! Não há dores tão agudas como as dores imaginárias.»¹⁴

¹³ *Sonetos*, segundo a edição dos *Sonetos Completos* de Oliveira Martins (1918), Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1980, p. 92.

¹⁴ *Idem*, p. 13

O período de 1864 a 1874 foi aquele em que, como diz Oliveira Martins, «a tempestade caminha, vê-se a onda negra da desolação espraiar-se; vê-se o silêncio e a escuridão, que antes surgiam como surpresas medonhas, ganharem um lugar espreado». Depois de 1874 e até à sua morte, Antero escreve uma poesia de negação de toda a acção neste mundo, como se poderá ver por este soneto, intitulado «Nirvana», em que se sucedem as imagens do nada:

*Para além do Universo luminoso,
Cheio de formas, de rumor, de lida,
De forças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso.*

*A onda desse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida...
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso...*

*E quando o pensamento, assim absorto,
Emerge a custo desse mundo morto
E torna a olhar as coisas naturais.*

*À bela luz da vida, ampla, infinita,
Só vê com tédio, em tudo quanto fita,
A ilusão e o vazio universais.¹⁵*

Os últimos sonetos são escritos em 1887 e em 1890. Antero publica ainda na *Revista de Portugal* de Eça de Queirós um importante ensaio: *As Tendências Gerais da*

¹⁵ *Idem*, p. 121.

Filosofia na Segunda Metade do Século XIX. Depois de uma breve e decepcionante adesão à Liga Patriótica do Norte, fundada na altura do *Ultimatum* inglês de 1890 por causa das nossas colónias em África, Antero isola-se cada vez mais, acabando por se suicidar, com um tiro de pistola, num banco de jardim de Ponta Delgada, a 11 de Setembro de 1891.

Todavia, em cartas dos últimos anos da sua vida, Antero continua a preocupar-se com Portugal. Veja-se, por exemplo, o seguinte passo duma carta enviada de Vila do Conde, em 1890, a Oliveira Martins: «Pobre Portugalório! Já me passou o azedume de outros tempos, e agora, considerando o que espera esta pobre gente, que afinal é tão boa gente, sinto dor verdadeira.»¹⁶

Para lá da grandeza e da complexidade da obra poética, entre o romantismo, o simbolismo e o modernismo (Antero é um dos grandes mestres de Fernando Pessoa), a designação de «Santo Antero» dada por Eça tinha fundamento na própria visão mística final dum povo e duma nação que Antero aqui nos deixou.

4. Teófilo Braga e o nacionalismo literário

Açoriano como Antero, Teófilo Braga, nascido a 24 de Fevereiro de 1843, portanto um ano depois, representa sobretudo, contrariamente a Antero, a tendência nacionalista da Geração de 70 ligada à ideologia republicana e positivista. Em Teófilo, nada de misticismos pessoais. Mas, paradoxalmente, a mesma visão dum

¹⁶ *Cartas de Vila do Conde de Antero de Quental*. Introdução, organização e notas de Ana Maria de Almeida Martins, Porto, Lello & Irmão Editores, 1981, p. 334.

Portugal grandioso de outrora que era preciso regenerar.

Esta visão fixa-se, antes de mais, na recuperação total do passado literário, na procura cientificamente sistemática das raízes da história literária portuguesa, a partir da Idade Média, época privilegiada. Este processo implica em Teófilo Braga a adopção de vários conceitos que nos parecem hoje obsoletos, pelo menos parcialmente, mas que em meados e mesmo fins do século XIX representavam uma base científica sólida. Conceitos como os de *nação*, *raça*, *tradição*, *génio*. E, enfim, partindo do nacionalismo literário, uma ideia-chave: o estabelecimento científico duma *história comparada das literaturas*.

Os primeiros textos de Teófilo, à parte uma colectânea de versos, *Folhas Verdes*, publicada prematuramente, em 1859, portanto aos dezasseis anos, em Ponta Delgada, surgem numa revista de Coimbra, onde Teófilo estuda Direito, o *Instituto*. Estes textos começam a aparecer em 1862 (vol. X) e vão até 1866. Eles revelam já os temas principais da sua obra de historiador da literatura, fundindo poesia e investigação científica sobre a literatura tradicional, com influência dos teóricos do romantismo alemão, sobretudo de Herder, Schlegel e os irmãos Grimm.

Por outro lado, constate-se a influência predominante de Vítor Hugo e de Michelet nas colectâneas de poesia publicadas em 1864: *Visão dos Tempos* e *Tempestades Sonoras*. Seguem-se *Ondina do Lago* (1866) e *Torrentes* (1869). Aí se exprime sobretudo a «epopeia da humanidade», através duma poesia «moderna» que, como a de Antero, se opõe então à escola ultra-romântica de Castilho. Oliveira Martins escreveu a propósito de *Ondina do Lago* no número 2 da *Revista Crítica de Literatura Moderna* (Porto, 1868-1869): «Ideia vasta, e pode dizer-se complementar dos dois primeiros livros, não comprometia decerto a faculdade generalizadora do poeta; a

Visão e as *Tempestades* eram as origens da civilização moderna até ao estabelecimento do cristianismo; a *Ondina* tomava aí o mundo e conduzia-o através da Idade Média e da Renascença até ao dia de hoje. Os três livros formam uma epopeia.»

Este sentido epopeico moderno da poesia de Teófilo, completado por um último volume, *Miragens Seculares* (1884), embora significativo historicamente, não é, todavia, o essencial da sua obra. Teófilo, um «romântico tardio que somente as necessidades da história lançavam numa aventura científica», como diz muito justamente José-Augusto França¹⁷, tornou-se sobretudo um historiador da literatura. Partindo do estudo das tradições nacionais e da poesia popular e seguindo as ideias do positivista francês Comte, que se acrescentam às dos teóricos românticos alemães já citados, Teófilo começa por publicar uma *História da Poesia Portuguesa*, no Porto, em 1867, seguindo-se, no mesmo ano, em Coimbra, o *Cancioneiro Popular* e o *Romanceiro Geral*.

Depois, são as grandes obras de síntese: *História da Literatura Portuguesa — Introdução* (1870), desenvolvida em 1872 na *Teoria da História da Literatura Portuguesa*; *História do Romantismo em Portugal* (1880), *Sistema de Sociologia* (1884) e *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa* (1892).

Quanto à sua vida, Teófilo, que publica em 1891 o *Manifesto e Programa do Partido Republicano*, foi presidente do Governo Provisório da República (1910-1911) e presidente eleito em 1915. Morre em Lisboa em 1924.

O contributo de Teófilo Braga para a Geração de 70 situa-se principalmente no plano duma síntese da história literária. Síntese, retomada até ao fim da sua vida, em que a preocupação de definir o romantismo para lá

¹⁷ *O Romantismo em Portugal*, ed. em três volumes, ilustrada, Lisboa, Livros Horizonte, 1975-1977, vol. III, p. 1177.

da estrita periodologia inicial (geração de Garrett e Herculano) e da sua degenerescência ultra-romântica, abre novas perspectivas do conceito e da experiência românticas. Era, afinal, a própria reabilitação do romantismo como visão universal, através da visão nacional, que estava em causa.

5. Oliveira Martins e o nacionalismo histórico

Nascido em 1845, em Lisboa, Oliveira Martins não segue, contrariamente a Teófilo ou Eça, um percurso universitário normal. De facto, ele representa mesmo o contrário do intelectual formado pela Universidade. Autodidacta, originário duma família burguesa intelectualizada sem fortuna, Oliveira Martins começa a trabalhar no comércio ainda muito novo, com quinze anos, devido à morte do pai.

Às dificuldades financeiras podem acrescentar-se, desde o início, as dificuldades de expressão literárias uma expressão que reflecte contraditórias influências estrangeiras. De entre essas influências a principal é, sem dúvida, a do grande historiador do romantismo francês Michelet. Moniz Barreto, ensaísta e crítico da Geração de 70, num estudo básico sobre a obra de Oliveira Martins, escrito em Lisboa em 1887 e publicado em Paris em 1892, chama a atenção justamente, quer para essa «extrema dificuldade de exposição no princípio da sua carreira»¹⁸, quer para as diversas influências iniciais. Todavia, uma influência nacional assinala nitidamente a primeira obra de Oliveira Martins: a influência de Herculano.

De facto, *Febo Moniz*, romance histórico publicado em 1867, constitui essencialmente uma evocação na-

¹⁸ Oliveira Martins — *Estudo de psicologia*, Lisboa, Ed. Inquérito, s/d, p. 67.

cionalista, via Walter Scott, dum Portugal outrora glorioso e a regenerar. É este, aliás, o significado do prefácio ao livro: «Fazei pois do livro o instrumento, o guia no caminho do progresso; fazei com que ele contribua para a perfeição, o reinado da justiça e da verdade.»¹⁹ E a «nota final» reforça esta ideia: «pretendeu o autor mostrar (...) a agonia e a morte da autonomia portuguesa, patentear à veneração geral o homem eminentemente cívico, o *último dos romanos*, Febo Moniz»²⁰.

O fundo sentido de nacionalismo histórico da obra de Oliveira Martins está dado desde este primeiro livro, assinalando-se paralelamente uma idealização do iberismo e uma consciência, por vezes dramática, patética mesmo, da decadência nacional.

Estas características desenvolvem-se sobretudo por volta de 1870, até a nível da ideologia social e política, com a colaboração nos jornais *A Revolução de Setembro* (1868) e *Jornal do Comércio* (1869), bem como a fundação do jornal *A República* (1870-1873) e a participação de Oliveira Martins na acção cultural e ideológica dos membros do Cenáculo, sobretudo através da relação com Antero e Eça, de quem se torna íntimo, partilhando muito especialmente com Antero, nesta primeira fase, a sua tendência socialista e afastando-se do republicanismo positivista de Teófilo.

Em 1872, a *Teoria do Socialismo — Evolução Política e Económica das Sociedades na Europa*, bem como, em 1873, *Portugal e o Socialismo* são obras que assinalam o percurso ideológico de Oliveira Martins e, em grande parte, o de toda a Geração de 70. Aí se torna evidente a influência decisiva dum ideólogo francês, Proudhon, modelo da evolução geral do pensamento europeu a caminho

¹⁹ Febo Moniz. *Romance Histórico Português do Século XVI*, 3.ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª Ed., 1952, p. 8.

²⁰ *Idem*, p. 267.

duma justiça social que não excluísse a pura liberdade individual.

Todavia, a esta influência francesa vem, de certo modo, sobrepor-se a influência germânica, sobretudo a do pensamento filosófico de Hegel e de Hartmann, a partir da publicação de *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1878). As obsessões nacionalistas e decadentistas marcam então a fase de plena maturidade de Oliveira Martins.

É a fase da *História da Civilização Ibérica*, da *História de Portugal*, ambas de 1879, e de *Portugal Contemporâneo* (1881). Aí se patenteia, além do mais, uma visão histórica total, fundindo-se mito e realidade documental, numa vasta análise antropológica, confirmada por obras como *Elementos de Antropologia* (1880), *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881), *O Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), etc. O nacionalismo histórico de Oliveira Martins torna-se então consciência duma simbiologia do colectivo, em que a moral individual é preterida em favor do destino dum povo, como se pode facilmente depreender pelo prefácio à *História de Portugal*:

« (...) os caracteres particulares das acções dos homens, fundindo-se no sistema geral de princípios e leis que os determinam, perdem individualidade, e não valem senão como elementos componentes de um todo superior: que sejam humanamente bons ou maus, importa nada, porque só nos cumpre atender ao destino que os determina, e a moral é um critério incompetente para a esfera ou a categoria colectiva de que se trata».²¹

Por outro lado, a relação entre nacionalismo e decadentismo intensifica-se, inclusive em textos mais episó-

²¹ *História de Portugal*, 17.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1977, p. 11.

dicos, como *Camões*, publicado na revista *O Ocidente* em 1880, pelo centenário do poeta, e depois, aumentado, em volume (1891). Aí, Oliveira Martins define assim o génio nacional:

«O temperamento lírico e elegíaco do português predomina, encaminhando para esse pessimismo ingénito de que em *Camões* vimos tão profundos laivos. Feita de contrastes e antíteses, a alma castelhana dissolve-se em invectivas e sarcasmos; a nossa perde-se num rio de lágrimas e saudades. Como na fábula de Ícaro, eterno símbolo do heroísmo, realidade para os povos peninsulares, as asas partem-se igualmente, mas por formas diversas.

É que o nosso heroísmo não era apenas um impulso da energia instintiva, mas também um movimento da consciência que, sem desvirtuar a força dos temperamentos, dava às acções uma significação ideal.»²²

Ícaro para sempre caído, a nação é para Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo* (2.^a edição em 1883, 3.^a edição em 1894), um lugar de drama. Evocando o período fulcral das lutas liberais, indo de 1826 a 1868, Oliveira Martins cria o herói que encarna a alma colectiva da nação num momento inevitavelmente efémero. Aquele que, como Mouzinho da Silveira, é «clarão de luz que rompeu num instante as trevas anteriores»²³.

Esta ideia do efémero glorioso, que em Oliveira Martins se centra no período das Descobertas, leva-o, afinal, a constatar a decadência irremediável da nação depois da revolução radical e demagógica de Setembro de 1836:

²² *Camões*, 4.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 143.

²³ *Portugal Contemporâneo*, 8.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, vol. 1, p. 352.

«Triste, desoladora sorte, a de Portugal! Nem homens, nem sistemas, nem a própria religião nova, da LIBERDADE, vingava! Não era para descrever da Pátria? Não era para interrogar a História, a ver se nós não seríamos um erro — como tantos! — que o tempo arrasta pelos séculos?»²⁴

Eleito deputado pelo Partido Progressista, em 1885, Oliveira Martins é ardilosamente posto de parte pelos seus inimigos políticos em 1887, ficando como administrador da *Régie* dos Tabacos. Após a crise grave do Ultimatum inglês de 1890, crise que leva à revolta republicana, no Porto, a 31 de Janeiro de 1891, Oliveira Martins participa ainda num governo não partidário de salvação nacional, como ministro da Fazenda. Mas demite-se quatro meses após a nomeação, desiludido. Um certo sebastianismo marca as suas últimas obras históricas, biografias de grandes vultos da dinastia de Avis: *Os Filhos de D. João I* (1891) e *A Vida de Nun'Álvares* (1893). A nação que, em *Os Filhos de D. João I*, surge como «um ser (...) animado por uma ideia», funde-se no sebastianismo como «prova póstuma da nacionalidade»²⁵.

Oliveira Martins torna-se assim um dos Vencidos da Vida, grupo que, derivando da Geração de 70, acaba por negar a sua possibilidade de transformar o país.

6. Ramalho Ortigão e o poder do jornalismo

Mais velho do que os principais componentes da Geração de 70 e sobrevivendo-lhes, tendo nascido em

²⁴ *Idem*, vol. II, p. 97.

²⁵ *História de Portugal*, ed. citada, vol. II, p. 80.

1836 e falecido em 1915, Ramalho Ortigão é aqui citado após Antero, Teófilo e Oliveira Martins porque se aproxima mais de Eça num domínio importante da intervenção cultural da sua geração, pelo menos no início: o do jornalismo. Aliás, Ramalho esteve intimamente ligado a Eça, nesse sentido em que, como ele, segundo António José Saraiva, se formou «na escola do folhetim literário»²⁶.

O Porto, onde nasceu, foi o primeiro centro de interesse jornalístico de Ramalho. Começou a sua carreira no *Jornal do Porto* e já então se manifestava nos seus artigos de cariz mais propriamente literário uma grande paixão pela obra de Camilo. Este foi, de facto, o seu grande modelo literário, mesmo quando um militantismo realista parecia opor-se à retórica romântica camiliana.

Assim, na célebre Questão Coimbrã, suscitada, como já vimos, pela oposição de Antero a Castilho e a tudo o que fosse restos de um ultra-romantismo e dum academismo poético provincianos, Ramalho toma o partido de Castilho, embora pretendesse manter uma posição independente. Nesse texto, intitulado *Literatura de Hoje* e publicado no *Jornal do Porto* em 1866, é curioso notar sobretudo a defesa do folhetim literário contra as «filosofices» de Antero e dos «senhores de Coimbra»:

«Os senhores de Coimbra chamam ao folhetim literatura fácil. Eu não desdigo, mas sustento que a literatura fácil é muito mais difícil do que a difícil filosofia. Horácio, que foi o primeiro folhetinista do seu tempo, e La Bruyère, que foi o primeiro noticiarista da sua época, hão-de por isso viver na me-

²⁶ António José Saraiva e Óscar Lopes — *História Ilustrada das Grandes Literaturas — Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1966, p. 213.

mória das gerações mais alguns anos, já não digo do que o Sr. Quental, mas do que o próprio Sr. Ernesto Renan, de quem os académicos de Coimbra são grandes sectários e grandes veneradores, enquanto que os seus colegas das universidades da Alemanha lhe apontam os erros em que caiu, e se riem dele como dum charlatão de mau gosto.»²⁷

Em 1868, note-se a publicação dum livro de impressões de viagem que não só caracteriza o estilo de Ramalho, mas também a mitologia parisiense de toda a Geração de 70: *Em Paris*. Aí, a nível do próprio *fait-divers*, da análise de hábitos e do quotidiano, revela-se o nacionalismo saudosista de Ramalho: «Há um só banquete português que desbanca todos os jantares de Paris, mas que o desbanca inteiramente: é a ceia da véspera de Natal nas nossas terras do Minho.»²⁸ Paralelamente a *Em Paris*, para citarmos desde já um outro livro de viagens, *A Holanda* (1883) reflecte o mesmo sentido minucioso da captação do quotidiano dum país europeu civilizado, com a diferença de que aqui Ramalho exalta sobretudo uma certa forma de burguesia cosmopolita «saudável» que o caracteriza mais especificamente do que *Em Paris*. Digamos que a Holanda era o seu grande modelo para Portugal...

A *Em Paris* segue-se um período de colaboração com Eça em *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), espécie de *pastiche* do romance policial, publicado em folhetim no *Diário de Notícias*. Ainda de colaboração com Eça, são *As Farpas*, começadas em Maio de 1871. Eça deixa de colaborar n'*As Farpas* quando parte em missão diplomática para Cuba (Novembro de 1872). Na segunda

²⁷ Alberto Ferreira e Maria José Marinho, *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbra)*, 1866, vol. II, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 149.

²⁸ *Em Paris*, 6.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1958, p. 127.

fase d'*As Farpas*, que vai até 1884, Ramalho manifesta claramente o seu republicanismo pequeno-burguês de carácter ferozmente anticlerical e defende o positivismo de Comte, como Teófilo Braga. De certo modo, foi esse um meio de propaganda decisivo da ideologia republicana que derrubou a monarquia. No entanto, no final da sua vida, Ramalho, escrevendo as *Últimas Farpas* (1911-1914), depois da revolução republicana, defende fervorosamente o regresso a uma monarquia «castiça», «à antiga». Eis mais um elemento que caracteriza as íntimas contradições da Geração de 70.

7. *Eça de Queirós e a renovação do romance*

Filho de um magistrado e homem de letras que fizera parte dum grupo de poetas ultra-românticos de Coimbra, Teixeira de Queirós (José Maria de Almeida), Eça de Queirós nasce na Póvoa de Varzim a 25 de Novembro de 1845, vindo a falecer em Paris a 16 de Agosto de 1900. Dele se pode dizer desde já e sem hesitação que foi o grande renovador do romance português do século XIX. E foi-o não tanto no sentido em que *Viagens na Minha Terra* de Garrett, aparentando-se com um diário íntimo, propõe uma linguagem romanesca absolutamente nova, que influenciou o próprio Eça. Foi-o no sentido em que os diversos elementos dos romances de Eça, e principalmente *Os Maias* (1888), desde a linguagem às personagens, passando pela análise social e psicológica, formam uma estrutura de conjunto absolutamente nova e coerente que ultrapassa, quer o romance ou a novela camilianos, quer a escola realista-naturalista em si mesma.

Todavia, é preciso atentarmos no facto de o percurso até a *Os Maias* ter sido longo e representar muito do

próprio percurso da evolução geral de toda a Geração de 70.

Assim, temos primeiro a fase coimbrã, entre 1861 e 1866, ano em que Eça se forma em Direito. É aí que ele conhece Antero e começa a ter consciência de fazer parte de uma geração renovadora. Esta consciência leva-o a rebelar-se contra a própria instituição universitária coimbrã, considerada «anacrónica»: «No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude — a de permanente rebelião.»²⁹

Note-se que, nessa altura, as leituras de Eça são predominantemente as de Shakespeare e dos românticos alemães e franceses, como Heine, Vítor Hugo, Nerval, Michelet, Baudelaire. Numa carta célebre ao seu amigo Carlos Mayer, datada de Novembro de 1867, e publicada nas *Prosas Bárbaras* (publicação póstuma, 1903), Eça diz: «Naqueles tempos, segundo a fórmula do Evangelho, o romantismo estava nas nossas almas. Fazíamos devotamente oração diante do busto de Shakespeare»³⁰

Depois de licenciado em Direito, Eça instala-se em Lisboa, na casa paterna, ao Rossio, 26, 4º andar. Colaborador da *Gazeta de Portugal*, os seus textos, que formarão o volume *Prosas Bárbaras*, revelam nessa altura sobretudo a influência do «satanismo» de Baudelaire. Esta influência leva-o a criar com Antero e Jaime Batalha Reis a figura de Fradique Mendes, espécie de *alter ego* de Eça e de heterónimo colectivo da Geração de 70. Eça, que retoma o personagem até ao fim da sua vida, evoca assim Fradique Mendes numa carta a Oliveira Martins datada de Brístol, Junho de 1885, carta em que expõe o projecto da *Correspondência de Fradique Mendes*:

²⁹ *Notas Contemporâneas*, ed. citada, pp. 333-334.

³⁰ *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d, p. 213.

«Não te lembras dele? Pergunta ao Antero. Ele conheceu-o. Homem distinto, poeta, viajante, filósofo nas horas vagas, *diletante* e voluptuoso, este *gentleman*, nosso amigo, morreu. E eu, que o apreciei e tratei em vida e que pude julgar da pitoresca originalidade daquele espírito, tive a ideia de recolher a sua correspondência — como se fez para Balzac, Madame de Sévigné, Proudhon, Abélard, Voltaire e outros imortais — e publico-a ou desejo publicá-la n' *A Província*. Fradique Mendes correspondia-se com toda a sorte de gentes várias, *all sorts of men* com se diz na Bíblia oficial desta terra. Ele escreve a poetas como Baudelaire, a homens de estado como Beaconsfield, a filantropos como S.^{to} Antero, e a elegantes como (não me lembra agora nenhum elegante a não ser o Barata Loura) e a personagens que não são nada disto, como o Fontes. Além disso, tem amantes e discute com elas a metafísica da voluptuosidade.»³¹

Mas antes de recriar o *seu* primeiro Fradique Mendes, o de 1869, transpondo-o até para a personagem do Carlos da Maia de *Os Maias*, Eça passa por uma fase realista-naturalista que é igualmente característica da sua geração. É, depois de fundar e dirigir um jornal da oposição em Évora, *O Distrito de Évora*, e de uma viagem ao Egipto (de que resultará a publicação póstuma, em 1926, de *O Egipto — Notas de Viagem*), a fase das Conferências do Casino, de que já falámos em termos gerais. É também a fase das leituras de Flaubert e Zola e da criação, após a breve experiência de administrador do concelho de Leiria (1870-1871), de *O Crime do Padre Amaro*. Uma primeira versão deste romance é publi-

³¹Eça de Queirós, *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 262-263.

cada em 1875, seguida de duas outras versões (1876 e 1880). O que dá bem a medida da procura de perfeição estilística em Eça. Mas revela igualmente a sua procura de *um* realismo para lá do realismo de escola. O próprio Eça nos explica esta procura.

De facto, já em 1873 Eça, numa carta a Ramalho Ortigão, enviada de Montréal a 20 de Julho, diz que procura a subtileza do estilo para lá do realismo, exaltando «o fino, o subtil, o delicado, o perfeito Taine»³². E num texto escrito para a segunda edição e terceira versão de *O Crime do Padre Amaro*, datado de Brístol, 1879, e só publicado postumamente, em 1929, em *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, Eça retoma essa ideia, referindo-se quer a *O Crime do Padre Amaro* quer a *O Primo Basílio* (1878), romance concluído em Newcastle-on-Tyne, cidade inglesa para onde Eça foi nomeado cônsul (1874) depois de ter estado em Havana (1872).

Transferido em 1878 para o Consulado de Brístol, Eça conclui *A Capital*, obra só publicada postumamente (1925). E se em 1879 escreve ainda um romance de tipo realista, *O Conde de Abranhos*, já em 1880 publica *O Mandarim*, «conto fantástico» em que permanecem, no entanto, a ironia e uma crítica social levadas à caricatura, elementos predominantes de *A Relíquia* (1887), «páginas de repouso e de férias, onde a Realidade sempre vive, ora embaraçada e tropeçando nas roupagens da História, ora mais livre e saltando sob a caraça vistosa da Farsa»!³³

Chegamos assim a *Os Maias*, romance que, começado a architectar em 1878, fazendo parte dum vasto plano ainda difuso de romances sobre «Cenas Portuguesas», só é publicado em 1888. O próprio Eça lhe

³²*Idem*, p. 84.

³³*A Relíquia*, 8ª ed., Porto, Livraria Chardron, 1923, p. x.

chama, em carta a Oliveira Martins datada de Angers, 10 de Maio de 1884, uma «vasta *machine*, com proporções enfadonhamente monumentais de pintura *a fresco*, toda trabalhada em tons pardos»³⁴.

Esta expressão «tons pardos» não deixa de ter uma grande clareza crítica. É que todo o romance se estrutura na base da ambiguidade das relações, quer dos personagens entre si (Carlos da Maia apaixonado por Maria Eduarda sem saber que ela era sua irmã), quer do autor com Portugal.. De facto, é aqui que está o essencial: Portugal é, sobretudo em *Os Maias*, a grande personagem oculta de Eça, a sua obsessão primordial, entre o épico, o lírico e o cómico. Porque na verdade, sendo a história duma família aristocrática portuguesa em franca decadência, ao mesmo tempo que a história dum incesto (como em *A Tragédia da Rua das Flores*, romance incompleto, de facto um esboço de romance, editado em 1980), *Os Maias* representam a nostalgia duma regeneração de Portugal para lá do próprio período histórico da Regeneração — uma regeneração que, metafisicamente, levou Antero ao suicídio e, realisticamente, ou melhor, ironicamente, levou Eça a uma certa forma de exílio voluntário, a uma certa distância, tão irónica como nostálgica, de «vencido da vida», símbolo da desistência lúcida da sua geração.

8. O espírito fim de século

De certo modo, *Os Maias* resumem o destino social e cultural de toda a Geração de 70. Um destino que pode resumir-se também num passo célebre das *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, deixadas inéditas por Eça após a

³⁴ *Correspondência*, ed. citada, vol. I, p. 227.

sua morte: «Para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou — mas do ideal íntimo a que aspirava.»

Começando por ter um ideal de missão cultural, social e política, a Geração de 70 acabou por cultivar um espírito finissecular de que Carlos da Maia é bem um modelo. Mas poderíamos ainda citar a este propósito um texto até agora desconhecido, publicado por Jaime Batalha Reis sobre Oliveira Martins na revista *O Ocidente*, nº 8, de Abril de 1878. Aí, Batalha Reis resume deste modo as «doenças morais» da época de que tanto padeceram os principais componentes da Geração de 70 na fase final do século XIX:

«Incerteza nas bases da sociedade;
Análises extremas de factos morais;
Sentimentos duma complexidade nova;
Religiosidade indeterminada;
Nevroses reveladoras;
Visões doentias de espírito, mas, ao mesmo tempo, incertezas dos limites entre a filosofia e a patologia moral;
Experiências feitas sobre todas as fibras dos próprios corações como *in anima vili*;
Indeterminações musicais na arte;
Melancolias desanimadas;
Cismar indefinido.»

Tomada de consciência dum decadentismo fim de século, este quadro de «doenças morais» aplica-se, duma maneira ou de outra, aos principais representantes da Geração de 70, àqueles que a «geraram». Mas também àqueles que, marginalmente, a acompanharam ou com ela colaboraram. São esses que queríamos aqui evocar ainda, para concluir.

Moniz Barreto (1865-1899), atrás já citado, cola-

borador dos jornais *A Província* e *O Repórter*, fundados e dirigidos por Oliveira Martins, bem como da *Revista de Portugal* de Eça de Queirós e da *Revista de Estudos Livres* de Teófilo de Braga e Teixeira Bastos, foi o melhor crítico e ensaísta literário da Geração de 70. Influenciado por Comte e por Taine, ultrapassou os limites do positivismo e do realismo, analisando com finura os elementos básicos do espírito finissecular e sobretudo da «imaginação psicológica» de Oliveira Martins.

De entre os poetas e grandes jornalistas polémicos que acompanharam a evolução da Geração de 70 até quase ao final do século, cite-se sobretudo Guilherme de Azevedo (1839-1882), precursor do realismo citadino de Cesário Verde.

Mas o maior poeta da Geração de 70 que chegou ao final do século e o ultrapassou, prolongando e transfigurando o novo romantismo de Antero em simbolismo e realismo, foi sem dúvida Gomes Leal (1848-1921). A sua imaginação visionária começa a impor-se com *Claridades do Sul* (1875) e vai até *Fim de Um Mundo* (1900) ou *Pátria e Deus e A Morte do Mau Ladrão* (1914), passando por *A Fome de Camões* (1880), livro em que Gomes Leal retoma muito da mitologia romântica do *Camões* de Garrett, transpondo-a para a mitologia finissecular.

Deveremos ainda citar, como poeta, Guerra Junqueiro (1850-1923), directamente ligado à Geração de 70 desde o início e acabando por fazer parte do Grupo dos «Vencidos da Vida». Junqueiro representa a tendência predominantemente anticlerical e republicana da geração, sobretudo desde a publicação de *A Velhice do Padre Eterno* (1885).

O Conde de Ficalho (Francisco Manuel de Mello Breyner, 1837-1903), biógrafo de Garcia de Orta e Pêro da Covilhã, botânico e historiador, foi amigo íntimo de Eça e pertenceu igualmente ao grupo dos «Vencidos da Vida». *Uma Eleição Perdida* (1888) é a sua obra de ficção que fica para a posteridade como espelho da pró-

pria geração a que pertenceu, particularmente no que ela teve de visão finisseccular.

Enfim, não deveremos excluir da Geração de 70 aquele que foi o maior renovador do conto e da novela no final do século e que exprime bem o seu espírito: Fialho de Almeida (1857-1911). Influenciado por Eça (que, a propósito de *Os Maias*, acabou por criticar injustamente, acusando-o de ser um «escritor europeu» e não um «escritor nacional» como Camilo), Fialho integra-se na tendência da transição do realismo-naturalismo para o decadentismo. Os seus *Contos* (1881) criam uma linguagem expressionista que vai abrir caminho à ficção portuguesa moderna, a começar pela de Raul Brandão. Mas não podemos igualmente esquecer a importância da sua obra de cronista, sobretudo com os textos reunidos em *Os Gatos* (1889-1894), onde Fialho se espraia num acontecimento quotidiano ou numa paisagem com um incomparável sentido do visionário.

Como Gomes Leal, Fialho prolongou as ideias e os ideais da Geração de 70, levando-os até ao extremo limite do seu significado finisseccular e estabelecendo a relação entre decadentismo e nacionalismo. Próximo de Oliveira Martins, Fialho constata a «degenerescência» da «raça portuguesa», um «fim de raça patusco». E nesta visão de «final de nacionalidade», como diz n' *Os Gatos*, «enregelada miséria de país *charogne*», está talvez resumida a herança final da Geração de 70, paralelamente àquela que Eça deixou n' *Os Maias* ao nível do romance.

Pessimismo? Decerto. Mas, como dizia Antero numa carta a Fernando Leal, datada de Vila do Conde, 12 de Novembro de 1886, «o Pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho». Trata-se assim dum pessimismo que não nega, friamente. Antes se interroga, com lucidez e oculta esperança, como o faz Oliveira Martins no final do seu *Portugal Contemporâneo*, interro-

gando-se sobre o povo português: «Dorme e sonha? Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?»

Vendo bem, embora em circunstâncias socioeconómicas, ideológicas e mesmo culturais obviamente diferentes, continua a ser esta a nossa preocupação maior. Daí a vital actualidade da Geração de 70.

Estoril, Junho de 1987.

BIBLIOGRAFIA GERAL BÁSICA

- BARRETO, Moniz — *Oliveira Martins, Estudo de Psicologia*, 1887. Cf. *Ensaios de Crítica*, Lisboa, 1944.
- CAL, Ernesto Guerra da — *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*, Coimbra, 1981.
- CARVALHO, Joaquim de — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XIX*, vol. 1 (*Anteriana*), Coimbra, 1955.
- CIDADE, Hernâni — *Antero de Quental — A Obra e o Homem*, 2ª ed., Lisboa, 1978.
- COELHO, Jacinto do Prado — *Dicionário de Literatura*, 3ª ed., Porto, 1976.
- FERREIRA, Alberto — *Bom Senso e Bom Gosto, Questão Coimbrã*, 2 vols., 2ª ed., Lisboa, 1986.
- FIGUEIREDO, Fidelino de — *História da Literatura Romântica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1923; *História da Literatura Realista*, 2ª ed., Lisboa, 1924.
- FRANÇA, José-Augusto — *As Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, 1973; *O Romantismo em Portugal*, 3 vols. ilustrados, Lisboa, 1975-1977.
- MACHADO, Álvaro Manuel — *A Geração de 70 — Uma Revolução Cultural e Literária*, 3ª ed., Lisboa, 1985; *O «Francesismo» na Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1984.

- MARTINS, António Coimbra — *Ensaio Queirosiano*, Lisboa, 1967.
- MEDINA, João — *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, 1977; *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, 1980. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, 1984.
- NEMÉSIO, Vitorino — *Relações Francesas do Romantismo Português*, Coimbra, 1936; «La génération portugaise de 1870», in *Regards sur la génération portugaise de 1870*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- PIRES, António Manuel Bettencourt Machado — *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, 1980.
- SARAIVA, António José/LOPES, Óscar — *História da Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1966.
- SERRÃO, Joel — *Temas Oitocentistas*, reed., vols I e II, Lisboa, 1978/1980; *Temas de Cultura Portuguesa*, reed. revista e aumentada, Lisboa, 1983; *O Primeiro Fradique Mendes*, Lisboa, 1985.
- SERRÃO, Veríssimo — *História de Portugal — vol. IX — O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, 1986.
- SIMÕES, João Gaspar — *Eça de Queirós — A Obra e o Homem*, 4ª ed., Lisboa, 1981; *A Geração de 70 — Alguns Tópicos para a Sua História*, Lisboa, s/d.

TEXTOS DOUTRINÁRIOS

AS MEDITAÇÕES POÉTICAS DE LAMARTINE

Por maior que seja hoje a nossa admiração, por mais vivo que se nos afigure o entusiasmo ao lermos esses primeiros versos de Lamartine, nenhum sentimento actualmente experimentado pode representar à imaginação extasiada por tantas belezas a salva de aplausos, o grito de assombro e transporte que acolheu o aparecimento das *Meditações Poéticas*. Foi em 1820 que viu a luz sem nome de autor um volume de poesias com aquele título. Tinha sido necessário violentar o autor para o resolver a publicar o que ele quisera guardar como um segredo inviolável, pois continha as efusões íntimas do coração e os sentimentos inspirados por um amor infeliz, porque depressa roubado. À timidez do mancebo, assustado pela ideia de vulgarizar as sensações de um coração ardente, unia-se a repugnância em profanar pela divulgação um affecto que tantas vezes lhe tinha sido inspiração. Mas o amigo, que havia descoberto no gabinete do autor o manuscrito, renovou as instâncias a ponto de não poder o poeta esquivar-se. A Mr. de Genoude deve a poesia mais uma glória, e a imortalidade um nome.

Correu de uma a outra extremidade da França um

estremecimento de prazer e pasmo, quando foi lançada no seu seio essa descrição melódica das lembranças da mocidade, de suas aspirações e ilusões amarguradas. Contudo não foi somente a fidelidade na pintura da vida juvenil que levantou o brado unânime de admiração, não foi tanto a frescura de sentimentos, a pureza do pensamento, o verso natural e abundante, derivando suavemente em ritmo harmonioso que excitou a simpatia universal: foi antes a exposição exacta das perturbações que dominavam os espíritos, a imagem dos sentimentos da época, os quais faziam palpar o coração do poeta, a reprodução das ideias do tempo numa linguagem divina, manando das profundezas da alma do mancebo inspirado.

Os grandes poetas são a voz da humanidade no período em que vivem: as tristezas e alegrias, as paixões e inquietações da actualidade acham neles um instrumento dócil, cujas cordas eles fazem vibrar em tons majestuosos, donde resulta harmonia expressiva dos pensamentos, que são a sua origem. Homero é a personificação da Grécia ao triunfar sobre a Ásia: a epopeia de Camões interpreta minuciosamente as tendências nacionais, os sentimentos e paixões que então vigoravam. Apareceram as *Meditações* ao desvanecer das ilusões do século XVIII, desse século, que, enfeitando as crenças acatadas pela homenagem de tantos anos, se tinha, com a presunção da impiedade, espraído em profecias brilhantes sobre os venturosos destinos da humanidade. À excitação frenética, às aspirações ardentes tinha sucedido o abatimento melancólico, a dúvida dolorosa e pungente: as orgias ruidosas tinham terminado num desfalecimento e seriedade justificados por quarenta anos de desgraça. A humanidade, a quem a França havia electrizado, tinha caminhado de esperança em esperança, e quando se viu face a face com o desengano, parou no seu devanear, olhou para os túmulos, que tinha aberto, para as ruínas de que tinha juncado a terra,

e sentiu o coração comprimido pela dúvida dos antigos vaticínios. Lamartine, manifestando o estado do seu espírito, pintou em traços vigorosos, e com um vivo brilho de cor, a incerteza penosa, o desapontamento aflitivo de uma geração inteira. Nas *Meditações* não se escuta só uma voz plangente, mas uma nação inteira a lamentar-se: ali se ouve o grito de angústia arrancado pelo abutre da incredulidade ao coração que o desengano enca-deou à terra. Mas a dor é sucedida pela consolação: assoma, é verdade, a desesperação, mas como o bulcão pejado de trovões e relâmpagos, é expelida pelos raios luminosos da esperança: o cepticismo mostra o seu sorriso glacial; mas por último... ajoelha em oração. Para o bardo francês, como para Byron, a terra não é o templo do génio do mal, não é um cárcere em que o homem foi com desprezo arremessado, escarnecido pelo Ser Supremo: a essas dúvidas e dificuldades que lhe oferecem a nossa origem, a nossa natureza e os destinos da humanidade, encontra solução nos dogmas e ensino do cristianismo. Este raio de esperança que o poeta infil-trava no coração foi o que lhe acumulou sobre o nome os encómios entusiásticos, e o que excitou a aclamação fremente dos que quinhoavam iguais incertezas e cur-tiam pesares não menos agudos. Nem admira; se o pas-seador solitário ouve, num momento de melancolia, sons tristes que respondem ao seu acerbo cogitar, mas entremeados de um canto de esperança e conforto, sobressalta-se e corre a abraçar o amigo que assim o adivinha e consola. Tal foi a sensação que produziu esse canto doce e penetrante que eleva a alma ao céu aquecida ao fogo do seu entusiasmo, e não fria e in-sensível como a filosofia que perscruta os segredos do universo.

A afinidade misteriosa entre o homem e a época é de todo o ponto completa. O povo francês saía do campo das batalhas, fatigado de pelejas e de glória. Por um quarto de século não tinha cessado de correr o sangue

quer no cadafalso, quer no meio das refregas: o génio dos exércitos tinha esgotado as forças de um povo corajoso: aos olhos deslumbrava já o brilho das armas, e o ouvido não podia suportar o troar do canhão: a França estava cansada de tantos conflitos, e queria viver em paz, para si, satisfazer as tendências individuais, gozar da independência e da liberdade. Aborrecendo o ruído, deleitava-a o retiro campestre, desejava espairar os olhos pela verdura dos campos, deliciar o ouvido com o gorjeio das aves, e admirar a natureza no meio da paz e da meditação. Qual não seria, pois, o seu alvoroço ao ouvir descrever os campos, cantar os lagos, os bosques e todas essas belezas rurais, que, parecia, faziam baixar sobre ela um orvalho refrigerante de que tanta necessidade tinha?

Lamartine fez também uma completa revolução na poesia, revolução que já Chateaubriand tinha realizado na literatura, e Bossuet tentado no século xvii. De feito o grande bispo a quem nenhum ramo de conhecimentos era estranho, tinha rectamente pensado que uma religião, fonte de tão fecundas virtudes, inspiradora de tão sublimes pensamentos não podia ser estéril só na poesia: que maior incongruência do que pensar ideias cristãs e exprimi-las com palavras e imagens da mitologia! Era necessário expulsar do trono em que os tinha conservado a idolatria dos clássicos gregos e latinos, os deuses do Olimpo, os Faunos, as Musas, as Ninfas e destruir todo o pessoal e material da teogonia. Isto fez o poeta, não sobrepensado, mas por instinto: eram cristãs as suas palavras e imagens, porque assim o era o seu pensamento, porque eram bebidos na *Bíblia*, que sua mãe lhe tinha ensinado a ler, no coração que havia sido educado pelos piedosos mestres de Belloy, a quem ele dirige um tão patético adeus. A sua frase era cristã, porque a natureza era um poema que, deleitando-o, lhe elevava as inspirações ao Céu. Como todo o grande poeta, achava na contemplação da natureza um prazer

indefinível: é como saudades¹ que se recorda das horas que passava deitado sobre a relva numa clareira do bosque, a ler a *Jerusalém Libertada*, à sombra dum velho tronco de macieira, e de tantas tardes de Outono e de Inverno em que errava por descampados cobertos de geada e colinas cingidas de neveiro, com Ossian ou Werther por únicos companheiros. Uma vez corria como que arrastado por um espírito que lhe impedia os pés de tocar o solo: outras assentava-se sobre um penedo ermo, e apoiando a testa nas mãos, escutava, com um sentimento sem nome, o sopro agudo e plangente do Inverno, ou o balancear das nuvens pesadas que se quebravam nos ângulos da montanha, e escutava a voz aérea da cotovia que o vento arrastava a cantar no seu redemoinho. Essas impressões, que o mancebo então ressentia, partilhavam de todos os sentimentos. Eram o amor e a religião, pressentimentos da vida futura, o êxtasis e o desfalecimento, horizontes de luz e abismos de trevas, alegria e lágrimas, o futuro e a desesperação. Era a natureza falando pelas suas mil vozes ao coração virgem do homem, era a poesia: e essa poesia respondendo aos sentimentos que alimentavam o espírito, em nome da religião do Cristo, expulsava de seus domínios os deuses do paganismo, e dava à musa em lugar de uma lira de sete cordas as fibras do coração, vibradas pelas emoções da alma e da natureza²: uma tal inovação marcou uma época notável e causou uma revolução na literatura. Para falar a linguagem da poesia, não foi necessário dali em diante decorar o dicionário mitológico, subir ao Parnaso, ou beber as águas de Aganipe: a linguagem fictícia foi substituída pela realidade.

O amor nunca abandonou os poetas: quanto mais poetas são tanto mais profundo se lhes arreiga no cora-

¹ Des destinées de la poésie.

² Pref. — des Médit. — 1849.

ção, porque possuem maior sensibilidade; mas o amor que vivifica os versos de Lamartine é o amor cristão, purificado de toda a mácula carnal nas chamas do espiritualismo, é o laço misterioso que prende pela simpatia e pelo pensamento duas almas congeniais. É a oração que eleva os olhos para Deus: é a união que, começada na terra, terá o seu complemento no Céu.

Essa comunhão de dois seres na esperança, esse perfume impregnado de melancolia do nosso destino, não o conheceram os antigos, nem o ardente Catulo, nem o voluptuoso Horácio, nem o meigo Tibulo: para estes a sensação era tudo: não assim para Lamartine.

*Tu disais, et nos coeurs unissaient leurs soupîrs
Vers cet être inconnu qu'attestaient nos désirs.
À genoux devant lui, l'aimant dans ses ouvrages,
Et l'aurore et le soir lui portaient nos hommages,
Et nos yeux enivrés, contemplaient tour à tour
La terre, notre exil, et le ciel son séjour.
Ah! si dans ces instants où l'âme fugitive
S'élance et veut briser le sein qui la captive
Ce Dieu du haut du ciel répondant à nos vœux
D'un trait libérateur nous eût frappé tous deux,
Nos âmes d'un seul bond remontant vers leur source
Ensemble auraient franchi les mondes dans leur course
À travers l'infini, sur l'aile de l'amour,
Elles auraient monté comme un rayon du jour,
Et jusqu'à Dieu lui-même arrivant éperduës
Se seraient dans son sein à jamais confonduës.*

A reabilitação da mulher é o indício mais seguro do espiritualismo cristão: os ateus e voluptuosos consideram-na apenas como um instrumento de prazer.

As *Meditações* bem que compostas de trechos separados formam um quadro perfeito da vida humana, com

todos os acidentes e vicissitudes que a tornam tão variada e contraditória. Os livros santos dizem que o homem tem na cabeça dois exércitos em ordem de batalha; e de facto um combate constante se acha travado no espírito humano; aos arrojos celestes sucede o revolver na lama, a virtude vence e é vencida pelo crime, o sensualismo impera e é expulsado pela castidade; agora a alma se eleva nas asas da esperança, e logo é prostrada em terra pela desesperação; hoje a fé a vigorar, amanhã elanguesce ao sopro mirrador do cepticismo. Tal é a luta que dilacera o coração, assim se encontra descrita nas *Meditações*: aí triunfa umas vezes o bem, outras o mal, mas é aquele por quem a vitória é definitivamente alcançada.

O pensamento que domina em todo aquele escrito é o retrocesso para as ideias religiosas postergadas pelo século anterior: o cepticismo desacreditado estava em decadência: semelhante ao escorpião que, com o dardo envenenado de que a natureza o dotou, arranca a própria vida, se por acaso bárbaro brinco de crianças lhe traçou em volta um círculo de chamas, a impiedade confrangida no aro de ferro da dúvida, tanto se havia torturado, que procurava um alívio a dores insofríveis. A fé é uma necessidade: rodeado de mistérios, de enigmas que o interessam no mais alto ponto, o homem estorce-se, sem o conseguir, por descortinar a sua origem, por descobrir as relações que o ligam ao infinito, por perceber o termo dos sofrimentos aturados a que se acha condenado. Só a fé, só essa luz sobrenatural é capaz de lhe apontar a estrada que tem a percorrer: outra forma voga, como diz o Apóstolo, arrastado por todo o vento da doutrina, à mercê dos que semeiam o erro e a iniquidade. Lamartine exaltou a fé, como dando, e só ela, a explicação das aspirações mais vastas que o destino natural, dessas dúvidas dilacerantes, dessa sede de infelicidade que é impossível mitigar: e para entoar a canção de esperança, que pregava ao homem

cansado das lutas morais e da efusão de sangue a religião e a paz, escolheu a vasta natureza, onde a meditação é mais concentrada, e o sossego dos campos tanto mais aprazível quanto tinha sido ruidosa a época que há pouco terminara.

De imperfeições nunca o maior génio está isento; são resgatadas por mil dotes de uma superioridade incontestável; um erro, porém, transluz no poema das *Meditações* que se torna notável por caracterizar os escritos posteriores do autor, é o panteísmo. É impossível justificar filosoficamente os seguintes versos dirigidos a de Lamennais:

*L'être à flots éternels décollant de son sein
Comme un fleuve nourri par cette source immense,
S'en échappe et revient finir où tout commence.
Il peuple l'infini chaque fois qu'il respire.*

Não obstante essa ilusão, nascida da excessiva contemplação da natureza e certa negligência na versificação, bem como alguma exageração no sentimentalismo, e um errar de imaginação a que por vezes falta a solidez do pensamento, as *Meditações* serão sempre a admiração do indiferente, o enlevo do crente, e um conforto para os que se debatem no ecúleo da dúvida.

CARTA DE HENRI HEINE A GERARD DE NERVAL

Antes de começar

Ao milagre sucede o espanto, e ao espanto nada! porque está cheia a escala das sensações fulminantes. Espantem-se logo, mas sem fazerem biocos de feia incredulidade.

Eu, a exemplo do Apóstolo, tão-somente cobiço para mim *os simples* do coração, e de espírito... no sentido honesto da palavra. Quem não tiver a fé ingénua da criança desvie o rosto e siga seu caminho.

Escreveu algures Teófilo Gautier, que o extraordinário e sobrenatural, à força de o serem, se convertiam para si em facto ordinário e natural; o que o atarantava e ensandecia era a vulgaridade e o lugar-comum! Ora por que não serão as minhas gentis leitoras — sublinharam-se as mulheres feias desde que Michelet e Karr se meteram a empalmar as mulheres velhas — da porcelana fina e cintilante de Gautier?

Quando S. Tomé propunha por metro da crença o órgão visual e o tubo auditivo, à parte a santidade, escorregava na mais singular tolice, que nunca repetiram ecos da montanha.

Creiam antes no *que se não vê* — que é a metafísica — e armem figas, ao *que se vê* que é chato e absurdo como

um facto. Assim escusam de recorrer à Bíblia, aos médiuns, às mesas girantes, e quejandas bóias de salvação de facciosa memória. Com efeito Nerval e Heine ressuscitaram, e se VV. Ex.^{as} os não enxergam ou palpam, é que certo flutuam invisíveis, como as vaporosas divindades do Ossian, ou andam disfarçados à guisa de príncipes constitucionais, viajando incógnitos por essas terras... cultas, visto que já se não diz de Cristo.

Não se lhes afigura plausível e até racional a primeira hipótese? indubitavelmente. Segundo o respeitável Mesmer, *os espíritos* aninham-se e encovam-se em qualquer parte — numa secretária de pau-rosa — no sândalo arrendado do toucador — na copa pontiaguda dum *tromblon* — e mesmo na corola dobrada e vigorosa de uma camélia... vermelha! São como a própria virtude — *où vont-ils se nicher!*

Existem, pois, transfigurados é certo; a dificuldade está em VV. Ex.^{as} desaventarem as paragens, em que eles se baloiçam. Derrancaram o trama nervoso e delicado das suas pituitárias ao contacto desta atmosfera ingrata que está contínuo destilando as mais preguiçosas constipações, agora? Os espíritos de além-mundo, bons e maus espíritos, têm por vezo anunciarem-se sempre nas graviolências de enxofre, ou nos aromas do puro âmbar.

O Patchouli e Macassar são transitórios, e por isso muito e muito terrenos; há todavia guloso, que na vertigem carnal do entusiasmo, os prefere aos bálsamos celestes e platónicos... eu não!...

Mas não vale descoroçar; cai bem o despeito em muito pouca gente. Se a tarântula frenética da curiosidade as morder na fibra oculta do desejo, desde já lhes insinuo um alvitre, que as jogue elegantemente ao alvo apetecido.

Comprem uma fotografia — Nadar — que lhes reproduza as feições de Gérard de Nerval e Heine, depois rasguem essas jeremiadas do jornalismo, onde as Ra-

quéis provincianas choram inconsoláveis sobre as ruínas da viação pública, embarrilem-se (caminho à grosseria) numa betesga pênsil, a que a linguagem eufónica do cocheiro chama resolutamente uma diligência, e desatem enfim a visitar *novos céus, novos climas e estranhas gentes* que encontrarão os originais plásticos dos meus segredos de estado.

Já aconteceu o mesmo com um insigne correspondente do — Freixo de Espada à Cinta —, o qual, emergindo um dia do egoísmo da sua abstracção, afogou o *verbo* em carne e apareceu Balzac!! — Era o mesmo homem de facto, minucioso esmerilhador e micrógrafo potente dos segredos do coração humano: o teatro é que diferia um pouco; a cainhez sovina de — Freixo — abafou-lhe as projecções radiosas, que coroaram de luz ao Balzac de Paris.

Vítima da fatalidade sujeitou-se à inglória tarefa de afuroar as lusas cavernas de caco, dizia ele em estilo masculino e enérgico — do regedor e presidente da câmara daquela imoralíssima gleba do Barroso.

Descobriu-se a luz, que crepitava acesa e vívida debaixo do alqueive e puseram-lhe o nome brutal de João Fernandes para não caluniarmos ninguém! Aí têm; o processo é fácil, embora lhes não prometa absolutamente um êxito doirado, porque Nerval era mais feio que o tolerável, mesmo nestas terras de fácil e ininterrupta paciência.

As raças hoje degeneram e as fealdades abundam por aí, como os barões e conselheiros.

Quanto a Heine, as leves fragosidades da expedição alisar-se-ão de per si. Não exige uma sábia diplomacia de intriga, nem longos preparos e diligência, para chegar ao desenlace esperado. Procurem e serão premiadas.

Moço elegante e belo, como o Antínous grego, realçado nas feições harmónicas pela ondulação triste dum impalpável véu de *humorismo*, extrema-se bem na galleria viva dos tipos contraditórios. Estanceia aí pela lati-

tude de Coimbra, cativado por aquela terra sagrada do Hélicon português, tão embrandecida nos acentos maviosos de Camões, Soares de Passos e João de Deus.

Dantes a peregrinação memorava os crentes das ruínas santas de Jerusalém. Hoje acena ao poeta da fonte rumorosa de Vacluse, do Pausilipo e da saudosa Fonte dos Amores. *Alteri tempi, alteri pensieri.*

Ambos, o cantor de Reisebelder, e o nobre e infeliz *suicida*, alcançaram, por licença poética, antecipar o clangor da trombeta final, e reunir o atribulado espírito ao invólucro terreno.

O mesmo espírito, solto das prisões da matéria, revoltou à crisálida antiga para ensinar aos homens a palavra do seu destino.

Où va l'homme sur terre! diz Victor Hugo. Eles se esforçarão por esclarecer a palavra do abismo! Oh! Se virá mortificá-los ainda a horrível desilusão do Adamastor, abraçando o gracioso fantasma de Tétis!...

*Não fiquei homem, não, mas mudo, e quedo.
E junto dum penedo, outro penedo.*

Agora para tranquilidade da consciência caia uma promessa dos sábios à leitora. Hão-de aceitar a ressurreição daqueles romeiros dos Eliseus e as suas confidências em português, como factos naturais e positivíssimos! Quem desce das regiões supernas sói trazer em testemunho e sinal de sua luminosa hierarquia o dom prestigioso da linguagem universal. Lá em cima falam-se todas, porque a unidade é um degrau desta misteriosa escada de Jacob, chamada progresso.

No tocante à minha posição de editor, a história é comprida, e as leitoras espirituosas me absolverão por as forçar aos percalços da sua leitura. Depois, a sua curiosidade poderá menos que a impaciência de beberem os filtros inebriantes daquelas cartas!

Será feita a sua vontade, minhas senhoras.

A carta

Ressuscitaste, meu amigo! Ressuscitaste — mas como quem, acordando dum sonho, que lhe vestiu o espírito com a cambraia luminosa das visões, cai de chofre no meio desta realidade descolorida e estúpida — realidade mecânica e pautada, a que os burgueses chamam *vida*, e a que o poeta não chama *martírio*... desde que o martírio se tornou apanágio dos tolos, e o sofrimento apenso de digestões trabalhosas e infelizes.

Filho dum olhar profundo de virgem indiana caído sobre as colinas harmoniosas da Grécia — filho do sentimento e da luz, da perfeição e da beleza — eis-te perdido e estranho, deslocado como um rendado gótico na porta dum celeiro, no meio do nevoeiro espesso e nauseativo a que se chama vida comum! Eis-te, como uma flor esplêndida dos trópicos, toda sequiosa de ar e luz, que amarelecesse moribunda no *demi-jour* abafadiço, baço e húmido dalgum escritório comercial!!!

Por que ressuscitaste aqui? Que metempsicose de desgraça foi essa tua, que assim te fez trocar algum astro ou sol por estes escuros chafurdos? Por que não alumiou a lua voluptuosa do Oriente a primeira hora dessa tua transformação, lá por esses jardins da Galileia, que tanto amaste outrora?

Que não foi a sombra dalgum pórtico de templo grego que te vestisse de harmonia a nudez de tua nova encarnação?

E ressuscitas aqui! Aqui neste frio inverno das almas — quando o céu te dava o palácio das suas estrelas; o mar do Sul o seio arredondado de suas ondas; a terra da Índia a sua vegetação esplêndida, quando o infinito te dava sóis imensos e voos altíssimos, radiantes verdade e mistérios sublimes!

Podias ser flor nos jardins da Arcádia, pérola no golfo de Bengala, lótus nas solidões da África, diamante nos montes do Oriente, napeia ou ondina, huri ou fada nas margens do Bósforo, ou gigante nas florestas do Norte... e preferes ser homem! — e o último dos homens, então — o português, coisa duvidosa entre a esponja do mar e o musgo da terra!

É triste — triste, e ao parecer, injusto — porque te não foi dado a escolher. Não te chamou o grande Espírito, a lei eterna — o Pã gigante, enfim — não te chamou ao tribunal esplêndido da Ordem, a escutar-te as queixas de um destino anterior, e recolher-te as esperanças de um melhor futuro, a receber-te, enfim, nas mãos feitas de raios de justiça, o teu requerimento para melhorias numa ulterior transformação! Não desenrolou diante de ti, como caixeiro do Infinito, as peças inúmeras, imensas, multicolores, fantásticas, sedas, veludos — e até chitas de pataco — que se chamam o mundo das formas! Não pôs diante de teus olhos, estendida como deserto sem termo, a pasmosa imensidade de ser, por que escolheesses qual grão de areia te convinha para veículo na tua próxima viagem! Pã — o selvagem D. Juan das selvas e dos bosques — portou-se grosseiramente contigo, meu pobre amigo. Tratou-te como o estranho, deixou-te só nesta antecâmara do palácio dele, que é o Universo, enquanto ele, ingrato ou descuidoso, corria nas florestas, perseguindo com mãos lascivas dêiades, ninfas, napeias e mais cachopas de seus vastos domínios — com escândalo de todos os Faunos da vizinhança!

Fez-te isto a ti — a ti, o seu amigo, o seu hóspede, o seu íntimo, a ti o panteísta!

É feio, injusto e brutal. O Pã de hoje é ainda o mesmo *maroufle* que Hércules levou, por uma orelha, perante o luminoso concílio dos Deuses. É ainda o mesmo; insolente, fatalista e malcriado. Nem Hegel — Hegel, o Hércules deste século, que tão rudemente lhe

sacudiu as agulhas orelhas, que tanto lhe quis ensinar filosofia, alemão, e civilidade, nem esse lhe pôde torcer o selvático natural, sobretudo, aquela rude insolência antiga para com a espécie humana.

E contudo, tu tinhas direito a suas atenções, ó panteísta! Tu tinhas direito a renascer sob uma forma melhor, tu que levaste toda uma vida anterior lapidando, polindo, abrilhantando as formas artísticas dos mais puros diamantes poéticos que jamais ofuscaram com seu brilho estes meus olhos cansados!

Paciência! Ou antes, impaciência de ir correndo de mundo em mundo, de ser em ser! Impaciência de que se passe este tempo de dura provação, e ver se a filosofia com seu cortejo de santas ideias, chamadas liberdade, justiça e consciência, penetra nos escuros bosques, e armando-lhe em volta cores harmoniosas, logra civilizar o selvagem e grosseiro Pã.

Entanto, esperando, isto aqui é mau, a forma que te deram, imperfeita e ridícula. A vida que te fizeram triste, descolorida, feia. O péssimo e o terrível não é que são o mau. O mau é o terrível, o comum e o baixo. É a paz e o sossego de quem não luta, porque não acha *para que*; vive contente porque não sentiu nunca uma hora o desejo de que na terra se chama o *impossível*, e no céu (ou nos engana o coração) deve ter o nome de *verdade*. O mal é o gozo negativo e apático dos que não sofrem, porque isso que nos faz ser tristes, a impaciência sublime que é o Espírito, se lhes dissolveu e sumiu entre os átomos do vento sem que pudesse subir-lhes à cabeça ou ao coração.

O Mal é o Bem... *comum*.

É o que isto é. O que é esta terra, esta gente, este viver. Aqui não se pena. Para penar é preciso *desejar*: ora que deseja esta nação exausta, mais que o sono do esquecimento? este povo caduco, mais que o recosto do cemitério? cada um destes homens, mais que a morte dos vivos que se chama apatia e indiferença?

Paris — aquela tua Paris onde sofreste e amaste,

onde foste, à uma, herói e mártir, onde bebeste a glória inebriante pela mão escura da desgraça — a cidade-paradoxo, a terra quase fabulosa das lamas e dos esplendores, essa podia ser para ti a luta e o sofrimento, a tristeza e a miséria, a ânsia e a morte... a vulgaridade, isso é que ela não podia!

A angústia, o desalento, o abandono são belos, são sublimes muitas vezes. A desgraça pode envolver-se num manto luminoso da poesia, melhor, muito melhor que nenhuma ventura.

A trivialidade, essa é que nunca pode ser infeliz. É a compensação, se não o castigo, de sua doce felicidade. As lágrimas de Julieta, os soluços de Hamlet — essas lágrimas é que ela nunca poderá chorar —, nunca poderá soluçar soluços daqueles.

Consolemo-nos com isto um pouco, meu amigo. Nem todos podem erguer ao céu braços tão descarnados, tão mirrados por uma febre interior — a do espírito — como estes nossos.

Abracemo-nos com a nossa mesma tristeza para dela tirarmos consolação a tanta mágoa. Ela deve ter no seio um grande alívio e uma grande poesia, porque é tão bela — ainda em meio das suas lágrimas.

E tem. Preciso dizer-te qual ela é, essa consolação? Que pérola se forma no centro e da mesma decomposição de nossas mortas esperanças?

O sentimento duma compensação necessária para estes destinos quebrados às mãos do fado — o sentimento da imortalidade — eis que filho belo da harmonia, de luz e de justiça concebe em seu seio a pálida desgraça!

Hegel diz isto muito bem. Mas uma lágrima ainda o diz melhor e com outra eloquência.

Lembram-me estes versos dum desconhecido:

*Ah! são contadas as lágrimas
Que aqui se vão a chorar!*

*Debaixo de nossos olhos
Anda-as Deus sempre a aparar.*

*Eu creio na Providência!
O tronco seco da Cruz
Rebenta no Paraíso
Para dar flores e luz.*

*Às faces que empalidecem
Há-de as Deus ainda corar,
Com o reflexo dos círios
Que ardem lá no altar.*

*E se os olhos se anuviam,
Escurecendo-se — Deus
Faz dos escuros da terra
A aurora eterna dos Céus!*

Este Deus que nos importa a nós saber-lhe o nome? Jeová ou Pã, Senhor ou lei — chama-lhe um secreto instinto da alma Justiça e Harmonia, e isto basta. Se a esta intuição instintiva do espírito não correspondesse uma verdade, como se poderia explicar o estado desse hóspede misterioso no peito de cada homem?

Tudo *o que é*, diz Hegel, *é verdadeiro*. Mas Hegel fala destas cousas como um filósofo: demonstra. Se a cabeça se convence, o coração, esse é que não pode consolar-se com um silogismo.

Eu tenho no peito do infeliz mais bela e clara metafísica. Leio nos olhos da mulher, que chora, uma demonstração de lógica eterna. E na lágrima, que lhe escorrega das faces pálidas, brilha-lhe uma luz tamanha que me parece astro mais belo que nenhum visto ainda no céu.

É o sol da Imortalidade!

H. HEINE

A ENTREVISTA DE EDGAR POE

Antes de começar

O que hoje servimos à complacência dos leitores não é coisa ordinária e trivial, como qualquer produto de culinária nacional; difere muito. Edgar Poe tem suas afinidades de mito em Portugal; cuidamos até que a sua estranha, mas significativa, fisionomia literária será apenas conhecida dos mais temerários e audaciosos filhos da nossa pequena Levi artística, que atribulada pela curiosidade da *ideia nova*, se aventura às descobertas mais paradoxais...

Assim o elegante e apocalíptico autor dos *Contos Ex-cêntricos* não existe para nós, e por isso galhardo prémio merece quem, afrontando os caminhos batidos do nosso gosto literário, ousa revelá-lo ao espanto das gentes!

Espanto escrevemos nós e deveríamos talvez mais à sensação estranha, que a leitura do Hoffmann americano arrancará das fibras à preguiçosa leitora.

É que o *humorista* alemão, confrontado com o fantástico escritor do Sul, semelha um copo de água açucarada ao pé duma botelha de álcool. Demais, as visões doentias do primeiro perpassavam-lhe no espírito alucinado, como a explosão dum rastilho de pólvora na face dum espelho, e as deste gravam-se e pendem-se-lhe

no cérebro como a imagem na lente fotográfica. «Senhor da imagem», diz Wiliam Huches — vira-a e revira-a de todos os lados; luta corpo a corpo com esta sombra, e vinga adivinhar-lhe a essência e conhecer-lhe as movediças expressões. Aí está por que o fantástico nele se projecta tão facilmente fora dos objectos para se apoderar da alma humana...

Ora vejam...

A entrevista

Ser misterioso e prometido à desgraça, enturvado pelo deslumbramento da imaginação, tu ardeste nas chamas da tua própria juventude! A minha memória evoca a tua imagem; levantas-te ainda uma vez diante de mim, não, aí! como ora dormes na sombria e gélida vala de sepulcro, mas como *deveras ser*, desperdiçando uma vida de esplêndidos devaneios numa cidade de vaporosas visões, na tua amada Veneza, nesse paraíso marítimo, cujas largas sacadas relanceiam com um sentimento profundo e amargo os mistérios das ondas silenciosas. Sim, tal como *deveras ser*.

Decerto, existem mundos além dos que pisamos, outros pensamentos diferentes dos da multidão, outros sonhos que não os sonhos dos sofistas.

Quem, hoje, exprobrará a tua vida?

Quem ousará vituperar as tuas horas de alucinação, ou arguir de esbanjamento de vida aquelas loucuras em que desbaratavas a exuberância da tua indómita energia?

Foi em Veneza, sob a galeria coberta, que chamam *Ponte dei Suspiri* que eu o encontrei pela terceira ou quarta vez. Apenas retenho uma reminiscência confusa das circunstâncias deste encontro... Mas como as recordo eu?! Como poderia esquecê-las?

A escuridão profunda, a Ponte dos Suspiros, a beleza

das mulheres, e o génio das aventuras indo e vindo ao longo do estreito canal!

A noite escurecia duma maneira estranha; o grande relógio da Piazza martelara a quinta hora da noite italiana. A Praça Campanile estava deserta e muda; as luzes do velho palácio apagavam-se uma por uma.

Vindo da Piazzeta entrava em minha casa pelo grande canal; mas, no momento em que a gôndola defrontava com a abertura do canal San Marco, uma voz de mulher vibrou subitamente no sossego da noite, perturbando-o com um grito selvagem, histérico, prolongado. Ergui-me dum pulo aterrado por este grito fúnebre, enquanto o meu gondoleiro largava o seu único remo, que foi perder-se na treva das águas.

Força nos foi então abandonarmo-nos à corrente que segue do pequeno para o grande canal. Lembrando um gigante condor de plumagem de ébano a gôndola cortava lentamente sobre a Ponte dos Suspiros, quando uma multidão de archotes, flamejando na fachada e escadarias do palácio ducal veio de súbito fundir o escuro num clarão lívido e quase sobrenatural.

— Uma criança resvalando dos braços de sua mãe vinha de precipitar-se, duma das janelas superiores do alto edifício, no sombrio e profundo canal. A onda pérfida fechara-se tranquilamente sobre a vítima.

Ainda que a minha gôndola fosse a única à vista, mais dum robusto nadador lutava já contra a corrente, procurando debalde ao lume de água o tesouro que só arrancariam do fundo do abismo. Sob as amplas lápides de mármore negro forrando a estrada do palácio, alguns degraus acima do nível das águas, destacava em pé uma mulher cuja sedução recorda ainda quem uma vez a viu. Era a marquesa Afrodite, a adoração de Veneza, a mais alegre das louras filhas do Adriático, a mais bela, sob este céu onde todas enfeitiçam, a moça esposa do velho libertino Mentoni, a mãe da formosa criança (sua primeira e única esperança) que, sepulta

nesta água túrbida, cisma angustiosamente nas doces carícias maternas, e exaure sua débil existência em baldados esforços para invocar o nome querido.

Está só em meio de grupos formados à entrada do palácio. Seus pequenos pés nus alvejando reflectem-se no espelho de mármore escuro da escadaria. Seus cabelos meio desalinhados pela noite ao sair de algum baile, e onde relumbra ainda um chuveiro de diamantes, enrolam e torcem-se em torno da clássica cabeça em ondulações de um negro-azulado, que lembra os reflexos do hiacinto.

Umas roupas brancas como a neve, aéreas como a gaze parecem sós cobrir seu corpo delicado; mas nem um sopro anima o pesado ambiente desta abafada noite de estio, nem agita as pregas de sua roupagem vaporosa, que descai em torno de si, como o vestido de mármore de Niobé antiga.

Todavia — fascinação estranha! — os grandes olhos luminosos da marquesa não descem sobre o túmulo que lhe tragara a mais querida esperança; fitam-se seguindo direcção absolutamente oposta. É decerto o velho castelo da república, um dos mais notáveis monumentos de Veneza; mas como pode a nobre dama contemplá-lo assim, obstinadamente, se abaixo dela estrebucha seu filho nas ânsias da asfixia? Esta sombria voragem rasga-se exactamente em face da janela de sua câmara: que pode logo avistar ela na architectura, nas antigas cornijas, forradas de hera, dessa cavidade, que a não tenha por milhares de vezes absorvido? Ai! porventura não sabemos, que, em semelhantes momentos, a vista, semelhante a um espelho quebrado, multiplica as imagens dadas e contempla em paragens longínquas a causa duma angústia presente?

A uma dezena de degraus, abaixo da marquesa e sob a abóbada do pórtico, logo se depara o velho sátiro de Mentoni. Trajando de baile, segura na mão uma guitarra, de que arranca a intervalos algumas notas, e

parece aborrecer-se até à morte enquanto expede de tempo em tempo ordens aos que se esforçam por salvar-lhe o filho.

Ainda não tinha recobrado da surpresa, mantinha-me sempre de pé na popa da minha barca, e devera ostentar aos olhos dos grupos agitados seus ares de espectros, duma aparição de mau agouro, quando pálido e imóvel perpasssei ante eles na minha gôndola funerária.

Baldaram-se todas as tentativas. Os mais enérgicos mergulhadores afrouxavam de seus esforços e abandonavam-se a um tremendo desalento. Bruxuleavam tenuíssimas esperanças de salvar a criança... (e a mãe, quem a salvará?...) Mais eis de súbito se alevanta dentre a sombra do castelo, defrontando as janelas da marquesa e pegado à velha prisão republicana, um homem envolto num manto, que depois de se haver entremostrado um momento ao clarão dos archotes, à beira vertiginosa da descida, se precipita rápido nas águas do canal.

Alguns minutos ainda, e vê-los-emos já no estrado de mármore ao pé da marquesa; — sobraça a criança que respirava ainda.

Então o manto do estrangeiro todo encharcado de água solta-se do broche e cai-lhe aos pés, mostrando aos espectadores surpresos o vulto gracioso do mancebo, cujo nome era todavia já célebre na maioria das regiões da Europa.

Nem uma só palavra lhe rompe dos lábios.

E a marquesa? Vai decerto tomar o filho nos braços, apertá-lo contra o seio, abraçar-lhe o pequeno corpo, matá-lo com beijos e carícias?

Ilusão. Estranhos braços acolheram a preciosa carga e a arrebatam para o interior do palácio sem o menor reparo da mãe.

Olhai-a; vede estremecer-lhe os lábios, seus lábios e os olhos adoráveis; apinharem-se-lhe lágrimas naqueles olhos tão «doces e quase líquidos» como o acanto de

Plínio. Sim, verdadeiras lágrimas aquelas. A mulher agita-se em tremor dos pés até à fronte; respira enfim a estátua! O palor deste rosto de mármore, o arfar deste peito de mármore, até ao alvejar do seu pé de mármore, tudo se anima por encanto sob a onda de rubor involuntário.

Um leve frémito perpassa seu delicado corpo, semelhante a esses lírios de prata, que os brandos sopros do clima napolitano agitam no meio das colinas.

Por que assim corou a dama? Sem resposta ficará o problema. Talvez reparasse ela, que na precipitação do terror materno, lhe esquecera, deixando o seu *boudoir*, prender os pés gentis nos seus moles pantufos e cobrir suas espáduas venezianas nas roupas que deviam recatá-las. Que outro motivo poderia incendiar aquele rosto, desvairar-lhe os olhos súplices, originar as palpações desusuais do seu seio túmido, a pressão convulsa de sua mão, que topa por acaso a do moço estrangeiro, enquanto o velho Mentoni se retira indolentemente ao vestíbulo de seu palácio? Como explicar doutro modo o tom quase surdo — apenas me chegava aos ouvidos o acento das palavras — de exclamação incompreensível, que a nobre dama deixa fugir, em vez de agradecer ao salvador de seu filho?

«Venceste», murmura (a menos que o sódo das águas me não embargasse o ouvir), «tu venceste! Uma hora depois do erguer do Sol serei na entrevista contigo. Seja!»

Serenara-se o tumulto. As luzes amorteciam-se nas janelas do palácio ducal. Só o estrangeiro, que eu acabava de reconhecer, permanecia imóvel, no patamar. Sacudido por uma agitação inconcebível, ele tremia, vagueando em torno de si os olhos em procura duma barca; pus a minha à sua disposição, e foi aceita a oferta. Tendo o meu barqueiro conseguido alcançar outro remo no ancoradouro das gôndolas, seguimos ambos para a morada do mancebo, que em pouco retomou

todo o seu sangue-frio, falando com aparente cordialidade das nossas relações passadas.

Há caracteres que me apraz descrever minuciosamente. O desconhecido — seja-me lícito designar assim um homem cuja existência mal se penetrava — é um destes caracteres.

Sua estatura era um pouco somenos da média, bem que nos estos da paixão, parecia literalmente *dilatar-se*, infligindo assim um desmentido à realidade. A simetria esbelta, quase direi a delicada simetria de sua figura, acusava mais aquela actividade, que acabava de provar galhardamente, do que a força hercúlea, que muitos lhe viram desenvolver em conjecturas muito mais arriscadas.

Com a boca e barba dum antigo Deus, grandes olhos estranhos, selvagens, dum brilho húmido, cujos reflexos cambiavam entre o pardo da avelã e o negro de azeviche, possuía feições duma regularidade tão primorosamente clássica, como o busto do imperador Cómodo. Todavia era uma destas fisionomias, como todos encontramos numa época qualquer da vida para nunca mais a avistarmos; carecia daquela expressão estereotipada, ou dominante, que obriga a entalhá-la na memória — um destes semblantes que se esquecem apenas vistos, nem sempre padecendo um vago e contínuo desejo de os recordarmos. Não era que qualquer paixão rápida deixasse de reflectir-se indistintamente nas suas feições, como num espelho; unicamente o espelho vivo era tão impotente como os outros, para reter o mínimo traço da paixão extinta.

Deixando-me na tarde daquela aventura, pediu-me com insistência que passasse no outro dia cedo por sua casa. Breve espaço depois de sair o Sol, apresentei-me no seu palácio, vasto edificio dum esplendor sombrio, mas fantástico como os que sobranceiam o grande canal nas vizinhanças do Rialto. Encaminharam-me por uma larga escada de caracol, calçada de mosaico, para

um salão cuja magnificência sem par me ofuscou, desde que lhe entrei os umbrais. Não ignorava a opulência do meu hóspede. A fama falava de suas riquezas em termos, que a minha ignorância classificou sempre de exageração ridícula. Mas apenas relanceei os olhos em derredor de mim, espantei-me que a Europa abrigasse um homem bastante opulento para realizar o sonho de régia sumptuosidade, que rebrilhava e pompeava ali.

Estando já fora o Sol, ainda assim, o salão achava-se brilhantemente iluminado. Esta circunstância, junta à fadiga visivelmente impressa no rosto do meu amigo, fez-me crer que ele não repousara desde a véspera. A arquitectura e ornatos da sala evidenciavam plenamente o desejo de maravilhar e ofuscar o espectador. Atendera-se mediocrementemente à decoração que os artistas chamam *l'ensemble*; do mesmo modo pouca diligência se empenhara no acentuar aquele interior, abstraindo-se de qualquer cor local. Os olhos divagavam de um em outro objecto sem se fixarem em nenhum — nem sobre os *grutescos* dos pintores gregos, nem sobre as obras da escultura italiana de boa época, nem sobre os esboços colossais do Egipto, ainda ignoro.

De todos os lados, ricas tapeçarias tremulavam às vibrações de uma invisível música, triste e doce. Senti-me oprimido por um misto de perfumes, vaporados por incensórios de formas esquisitas, donde chispavam ao mesmo tempo línguas de fogo azulado ou verde, que a revezes flamejava e oscilava. Os raios do sol nado desferiam sobre esta cena, perpassando as janelas, formadas dum vidro carmesim. Finalmente reflectida em mil pontos por cortinados que se debruçavam das cornijas como catadupas de prata incandescente, a luz do sol misturava-se caprichosamente com os lumes artificiais, e ensopava voluptuariamente um tapete de ouro que refulgia como lençol de água.

«Ah! Ah!», cascalhou o meu hospedeiro, que depois

de me haver indicado uma cadeira, se atirou e estendeu à vontade numa *causeuse*.

«Vejo», continuou ele, reparando na impressão, que a singularidade do seu acolhimento me despertava, «vejo, que o meu salão, estátuas, quadros, e a originalidade das minhas ideias em pontos de architectura e mobília, vejo que tudo isto vos espanta!

«Estais embriagado — é a frase própria não é verdade? — de tanta magnificência. Perdoai-me, meu caro senhor (*aqui o tom de sua voz desceu muitas notas, e respirou a mais franca cordialidade*), indultai a minha hilaridade um pouco descaridosa. Mas, em verdade, tínheis uns ares tão espantadiços. Demais há cousas por tal modo absurdas, que é preciso rirmo-nos delas, para não morrermos. Morrer a rir deve ser a mais gloriosa de todas as mortes!

«Sir Thomas Morus, um digno homem! finou-se a rir. Encontra-se também nas *Absurdidades* de Ravisius Textor uma lista bastante comprida de originais, que acabaram desta admirável morte. Sabeis contudo», prosseguiu num tom devaneador, «que em Sparta — hoje chama-se Palaeochori — se descobriu, a oeste da cidadela, entre um caos de ruínas apenas visíveis, uma espécie de pedestal, sobre que aparecem distintas as letras *lasm*, que seguramente representam a terminação truncada da palavra *gelasma* rir? Ora, em Sparta, eram aos mil os templos e altares, consagrados a mil divindades diferentes. E não é de estranhar que só o altar do Riso tenha sobrevivido a tudo? Mas hoje», continuou, com singular mudança de entonação e ademanes, «fiz mal em divertir-me à vossa custa, possuíeis o direito legítimo de vos maravilhar. Nada de comparável ao meu salão de aparato poderia ostentar a Europa. Todas as minhas outras câmaras nada se parecem com isto, representam simplesmente o *nec plus ultra* da insipidez *fashionable*. Isto vale um pouco mais, que a moda, não é verdade?

«E todavia bastar-me-ia abrir este salão para que ele fizesse fanatismo, ao menos naqueles, que julgassem acertado imitar-me a troco de todo o seu património. Mas tenho-me acautelado de cometer uma semelhante profanação. À parte uma excepção, sois o único além de um criado de quarto, a quem haja sido lícito contemplar os mistérios deste imperial recinto, desde que assim o dispus.»

Inclinei-me agradecendo. O esplendor deslumbrante do salão, a música, os perfumes, a excentricidade inesperada do acolhimento e maneiras do meu hóspede haviam-me impressionado em demasia para que pudesse traduzir em palavras o apreço daquela excepção, que olhava como um fino comprimento.

«Aí tem», tornou ele, erguendo-se para meter-me o braço e passearmos no salão, «aí tem quadros de todos os tempos desde os gregos até Cimabuée e de Cimabuée até hoje. Muitas dessas telas — bem o vê — foram escolhidas sem a consulta dos entendedores; apesar disso formam todas uma tapeçaria conveniente para uma sala como esta. Aí tem mais esboços de artistas célebres no seu tempo, cujos nomes a atilada perspicácia das academias pôde atirar ao esquecimento e à minha retentiva. Que me diz», prosseguiu, encarando-me bruscamente, «desta *Madonna della Pietà*?» — «Lembra Guido!», bradei com todo o entusiasmo de que era capaz; pois que estava examinando atentamente a tela indicada, que era duma beleza surpreendente. «Um Guido puro e verdadeiro! Onde descobristes vós o primor? Essa Virgem é em pintura o que a Vénus é em escultura!»

«Ah! Sim», volveu num tom de cismador. «A Vénus? a Vénus formosa, a Vénus de Médicis, não é assim? A Vénus da cabeça pequena e dos cabelos de ouro? Uma parte do seu braço esquerdo (neste ponto desceu a voz de modo que me custou a ouvi-lo) e todo o braço direito são meras restaurações; segundo o meu modo de

ver a atitude *coquette* deste braço direito representa a hipérbole da afectação...

«Falai-me de Cànova! Este Apolo não é mais que uma cópia, sem a menor dúvida, não poderia existir... Cego que eu ando, ainda não vinguei descobrir em que consiste a tão preconizada inspiração desta obra. Não posso deixar... lastimai-me... de preferir-lhe o Anti-noos... Não foi Sócrates quem disse que o escultor acha no terço de mármore a sua estátua feita e acabada?

«Sendo assim nem por isso Miguel Ângelo foi muito original no dístico:

*Non ha l'ottimo artista alcuno concetto
Che un marmo solo in se no circonscriva.»*

Tem-se notado, ou na maioria dos casos deveria notar-se, que sabe cada um discriminar entre as maneiras de um *gentleman* e as de um mariola, sem contudo se inferir disto que define precisamente onde está a diferença. Admito que pudesse aplicar-se esta observação em toda a sua força às maneiras do meu hóspede, reconheci que mais aplicável ainda se tornava, nesta memorável manhã, ao seu carácter e temperamento moral. Havia uma certa particularidade do seu espírito, que parecia insulá-lo completamente de seus semelhantes, e que eu só bem definirei, designando-a como um hábito de meditação profunda e contínua, que o acompanhava nas suas acções mais triviais, perseguindo-o até no meio da conversação a mais jovial, misturando-se com as suas expressões de alegria, como estas víboras que vemos sair, enovelando-se, dos olhos das máscaras, que estão a gargalhar zombeteiramente nas cornijas dos templos de Persépolis.»

A despeito porém do tom meio jocoso meio sério em que falava de umas e outras cousas, não pude fugir a notar-lhe em muitos relanços, já nos gestos já no porte, uma espécie de trepidação, de *satisfação* nervosa, uma

irritabilidade inquieta, que me pareceram estranhíssimas desde o princípio, e que a intervalos chegavam mesmo a ocasionar-me graves cuidados. Suspendia-se muitas vezes no meio de uma frase, cujas primeiras palavras denunciava ter esquecido, ajeitando-se como a escutar com uma profunda atenção, como se esperasse uma outra visita, ou ouvisse um soído, que só pudesse existir na sua imaginação.

Aproveitei-me desses momentos de devaneio, ou de aparente distração, para folhear a primeira tragédia nacional da Itália, o *Orfeo*, do poeta e sábio Poliziano, cuja obra admirável jazia sobre um divã; deparei com um trecho sublinhado a lápis. Homem nenhum será capaz de ler esta passagem, engastada no fim do terceiro acto sem experimentar o choque duma emoção nova, assim como mulher nenhuma sem suspirar — apesar da imoralidade que a enrosca e abraça amorosamente. Uma página inteira estava humedecida de lágrimas recentes; sobre uma folha branca, esquecida no volume, se liam uns versos ingleses manuscritos, cujos caracteres tão pouco se aparentavam com a escritura um pouco fantástica do meu hóspede, que me custou bastante a conhecê-la.

I

Não sei se era teu seio ilha encantada...

Paraíso de canto,

De perfume, d'amor e formosura...

Se um templo à beira-mar... um templo santo.

De luz e aroma cheio!

Não sei... pois sabe alguém sua ventura?

Mas dormia embalada no teu seio

Minh'alma sossegada.

II

*Um suspiro.. uma prece...
Leva-nos o vento pela noite escura!
Sonho! um sonho que esquece!
Mas não se esquece o sonho da Ventura!
Que fantasma nos brada, avante! avante!
Esquecer! esquecer! — ?
O coração não quer!
Não quer... não pode... luta vacilante!
Onde teve seu ninho e seu amor,
Aí há-de ficar, sombrio, incerto...
Há-de ficar, pairar no céu deserto
Ave eterna de dor!*

III

*— Nunca mais! nunca mais
Que diz a onda à praia? Há um destino
Triste partido, em seu gemer divino,
E um mistério infeliz naqueles ais!
— Nunca mais! nunca mais!
E o coração que diz às mortas flores
Do seu jardim d'amores?
Como a onda — jamais!*

IV

*Se eu pudesse sonhar? Ah! posso ainda
Sonhar... se for contigo!
Sempre! sempre a meu lado, imagem linda...
A noite é longa... vem falar comigo?!
Estende os teus cabelos....
O céu da tua Itália, não, não brilha
Como brilham meus sonhos, vagos, belos,
Se me falas à noite em sonhos, filha!*

V

Levaram-te! levou-te a onda dos mares!

A asa da águia! o vento!

Geme cativa — chora sem alento,

Pomba d'amor, saudosa dos teus lares!

Teu ninho agora, é triste, glacial...

Um leito conjugal!

Antes a terra escura, pobre escrava,

Aonde — sob a abóbada sombria —

Tua alma os voos livres estendia...

E o coração amava!

Estes versos eram escritos em inglês, circunstância esta, que me não admirou sobremaneira, apesar da convicção que me tomara, sobre a ignorância desta língua pelo meu hóspede. Bem sabia a extensão de seus conhecimentos, e o estranho prazer, que o possuía, em os esconder, para me assombrar com sua descoberta.

Confesso todavia que o lugar donde vinham datados estes versos me fez bastante surpresa.

A palavra Londres traçada no fundo da página havia sido raspada cuidadosamente, mas não tanto, que não enleasse um olhar penetrante na sua decifração. Disse ter sentido alguma surpresa: com efeito sabendo positivamente que a marquesa Afrodite habitara Inglaterra antes do seu casamento, ocorrera-me um dia perguntar ao meu gracioso hóspede se porventura a conhecera em Londres. Declarou que nunca visitara aquela metrópole. Acrescentarei de passagem, que ouvira também dizer, mas sem prestar fé a um boato tão pouco verosímil, que o meu interlocutor não só nascera, senão que fora educado em Inglaterra.

«Há um outro quadro que ainda não vistes», disse ele enfim, sem deixar transparecer o mínimo indício da indiscrição que acabava de praticar.

Ao pronunciar aquelas palavras correu uma cortina e descobriu o retrato em pé da marquesa Afrodite. Nunca a arte humana reproduzira com igual esmero a beleza sobre-humana.

A etérea visão que me aparecera na noite precedente na escada do palácio ducal levantou-se novamente diante de mim. Mas na expressão deste semblante, todo esplêndido de sorrisos, alvorecia, notável contradição! aquela vaga tristeza, que é companheira inseparável da beleza real. O braço direito cruzava-se no seio enquanto a mão esquerda, estendida, indicava um vaso de forma esquisita.

Um de seus pequeninos pés, único visível, parecia apenas roçar o chão e trás ela quase invisíveis na brilhante atmosfera, que envolvia e divinizava sua beleza, flutuavam duas asas tão delicadas e leves como só à fantasia é dado concebê-las. Depois de contemplar o retrato relanceei de novo o rosto do meu companheiro, e as palavras do poeta Chapman, no seu *Bussy d'Amboise* me acudiram aos lábios:

*Il se tient là,
Comme une statue romaine! Il ne bougera pas!
Avant que la Mort l'ait transformé en marbre!*

«Vamos!» bradou ele, voltando-se para uma mesa de prata maciça, em que avultavam taças de cores esquisitas; e dois vasos etruscos duma forma nada comum, iguais aos que o artista representara no primeiro plano do retrato da marquesa Afrodite, e trasbordados, ao que me pareceu, de puro Johannisberg.

«Vamos! Toca a beber! É cedo; mas bebamos sempre!... Na verdade é ainda muito cedo», repetiu com acento devaneador, enquanto que um querubim, armado com um martelo de ouro feria o quadrante para anunciar a primeira hora depois do Sol nado. «Não importa! Ofereçamos uma libação a este pesado Sol, cujos

vívidos fulgores estas lâmpadas e incessórios forcejam por mitigar.»

Depois de me haver convidado a beber com ele, encheu e esvaziou o copo repetidas vezes.

«Senhor!», continuou achegando-se a uma luz com um daqueles magníficos vasos etruscos já mencionados. «Foram sempre a ocupação da minha vida os sonhos; donde como vedes cuidei em afogar um ninho propício aos devaneios. No centro de Veneza acaso poderia construir outro mais aprazível! Verdade é que me cerca um caos de ornatos architecturais.

«A castidade da arte jónica magoa-se nestes embelezamentos antediluvianos, e as esfinges do Egipto parecem deslocadas sobre um tapete de ouro.

«Todavia só os espíritos tímidos poderão aquilatar de dislates semelhantes aproximações. A conveniência local e sobretudo a unidade não passam de meros papões que aterram o homem e desviam da contemplação do magnífico.

«Tempo houve em que eu também me não eximia a estas influências de convenção; mas hoje esta loucura das loucuras varreu para bem longe. Tanto melhor! Semelhante a estes incensórios arábianos, o meu espírito contrai-se nas chamas; e o esplendor do quadro que se despreza ante meus olhos inicia-me nas visões miraculosas do país dos verdadeiros sonhos que breve hei-de conhecer.» No fim destas palavras calou-se de súbito, pendeu a cabeça sobre o seio, e pareceu escutar um rumor que eu não pude ouvir. Enfim erguendo-se e apontando os olhos para o céu repetiu os versos do bispo de Clichester:

*Attends-moi là! je ne manquerai pas
De te rejoindre au fond de ce creux vallon...*

Um minuto depois, subjugado decerto pela força do vinho, deixou-se cair sobre um divã. Um passo rápido

ecoou na escada e bateram à porta com violência. Acudi apressadamente com o intuito de prevenir nova pancada, quando um pajem da marquesa Afrodite se precipitou no salão, bradando em gritos entrecortados:

«Minha senhora!... minha querida senhora!... envenenada! Envenenou-se! Ó bela, bela Afrodite!»

Corri desatinado ao divã para acordar o dormente e comunicar-lhe a nova fatal. Mas os membros estavam hirtos e a boca lívida; a morte gelava-lhe os olhos ainda há pouco cheios de fulgor e vida.

Horrorizado recuei estrebuchando na mesa de prata; a minha mão deparou com uma taça enegrecida, quebrada, e subitamente compreendi toda a terrível verdade.

A BÍBLIA DA HUMANIDADE DE MICHELET

Ensaio crítico

I

Dentro do homem existe um Deus desconhecido: não sei qual, mas existe — dizia Sócrates soletrando com os olhos da razão, à luz serena do céu da Grécia, o problema do destino humano. E Cristo com os olhos de fé lia no horizonte anuveado das visões do profeta esta outra palavra de consolação — *dentro do homem está o reino dos céus*. Profundo, altíssimo, acordo de dois génios tão distantes pela pátria, pela raça, pela tradição, por todos os abismos que uma fatalidade misteriosa cavou entre os irmãos infelizes, violentamente separados, duma mesma família! Dos dois pólos extremos da história antiga, através dos mares insondáveis, através dos tempos tenebrosos, o génio luminoso e humano das raças índicas e o génio sombrio, mas profundo, dos povos semíticos se enviam, como primeiro mas firme penhor da futura unidade, esta saudação fraternal, palavra de vida que o mundo esperava na angústia do seu caos — *o homem é um Deus que se ignora*.

Grande, soberana consolação de ver essa luz de concórdia raiar do ponto do horizonte aonde menos se esperava, de ver uma vez unidos, conciliados esses dois extremos inimigos, esses dois espíritos rivais cuja luta

entristecia o mundo, ecoava como um tremendo dobre funeral no coração retalhado da humanidade antiga! Os combatentes, no maior ardor da peleja, fitam-se, encaram-se com pasmo, e sentem as mãos abrirem-se para deixar cair o ferro fraticida. Estendem os braços... *somos irmãos!*

Primeiro encontro, santo e puríssimo, dos prometidos da história! Manhã suave dos primeiros sorrisos, dos olhares tímidos mas leais desses noivos formosíssimos, que o tempo aproximava assim para o casamento misterioso das raças!

Não há no mundo palácio de rei digno de lhes escutar as primeiras e sublimes confidências! só um templo, alto como a cúpula do céu, largo como o voo do desejo, puro como a esperança do primeiro e inocente ideal humano!

Esse templo tiveram-no. Naquela palavra de dois *loucos* se encerra tudo. Nenhuma montanha tão alta, aonde a olho nu se aviste Deus, como o voo desta frase, a maior revelação que jamais ouvirá o mundo — *dentro do homem está Deus.*

II

Este facto único, aos olhos dos que lêem a história nas letras impalpáveis mas luminosas das ideias, e não nos hieroglíficos bárbaros e confusos dos acontecimentos fatais, basta a explicar o mistério que segue tudo o que depois virá.

A adopção do ideal hebraico pelo génio grego: o cristianismo, misterioso hóspede oriental, recebido com amor sob o tecto cheio de luz do Ocidente; Jesus sentado entre os filósofos da Alexandria, escutado e aplaudido no *Ágora* de Atenas; Cristo descendo da sua cruz da Judeia para, subindo ao Capitólio romano, estender os braços e tomar posse do mundo — este drama da

fortuna inexplicada dum Deus desconhecido, esta Odisseia das peregrinações da religião dum mundo, acolhida, amada entre os cultos doutro mundo tão distante — que há em tudo isto de incrível? No dia em que Sócrates exclamou «há um Deus no homem» o primeiro arco da ponte extraordinária estava lançado: ficou firme sustido no fundo do oceano.

Cristo completou este caminho maravilhoso, lançou o segundo arco! Desde essa hora os filhos da Sara Oriental podem atravessar de novo o mar Roxo a pé enxuto: e a Terra Prometida, o Ocidente de doce e humana luz, cá está para os receber em seu seio vastíssimo.

O milagre, o milagre verdadeiro, começara há séculos — o ideal comum — a unidade na aspiração. A realização devia para ambos ser igual. A mesma prece deve subir ao mesmo céu. Igual desejo devia, tarde ou cedo, afirmar-se na mesma realidade. Maria é a irmã das Sibilas... Jesus por que não será então o irmão de Sócrates? As diferenças de génio, de raça, nada são aqui: o ideal comum, isso é tudo. É esse que assentou sobre a sua sólida base a fé eterna da humanidade, a unidade dos corações, a verdadeira *cidade de Deus*!

O cristianismo criou a *humanidade* (no grande e verdadeiro sentido da palavra) mas foi a humanidade toda que o criou a ele, não o génio estreito duma raça.

Fundando a unidade divina, construiu a unidade humana: mas os elementos da obra, todos é que suscitaram o operário, é que o *fizeram*.

No dia em que Jesus se chamava a si Cristo, nesse dia deixou de ser judeu para se naturalizar *homem*. É o filho do homem — o filho da humanidade. Do desejo dos dois mundos brotou esse lírio divino... mas o perfume que lhe sai do Cálix não há templo bastante para o conter! Todo o céu é essa catedral: o Templo de Jerusalém, o Pártenon e o Capitólio são naves, apenas, dessa Igreja Universal!

III

Ei-la fundada enfim, idealmente ao menos, essa *unidade*, esse sonho milenário do mundo antigo! E quem dirá as dores, as lutas, esperanças, as angústias de mil gerações esquecidas, cujas lágrimas regaram, e de cujo pó se alimenta ainda essa árvore de imortal amor?

Inúmeras raças extintas passaram curvadas sobre a terra; cruzaram, no peregrinar de cem odisseias misteriosas, todos os continentes, para que seus passos apenas deixassem como derradeiro vestígio sobre a face do globo as letras fatídicas desse epitáfio de glórias, essa palavra única — *unidade!* Tudo o mais é o segredo do tempo. Os séculos desconhecidos esconderam sob a dobra dos imóveis sudários a memória dos obreiros com o risco e os instrumentos do trabalho — e vê-se a prodigiosa obra anónima erguer-se, recortando o perfil estranho no horizonte desmaiado do passado, como o vulto da esfinge incompreensível no céu dos grandes desertos!

É a melancolia da história! Por entre o canto das Epopeias antigas escuta-se a espaço o gemido surdo desse desconhecido e infeliz mundo de escravos sobre cujos ombros doridos os heróis assentavam as suas cidades de luz...

E os palácios heróicos da humanidade, que são as horas solenes da sua inspiração, encobrem-nos também os peitos escuros mas fortes sobre que se ergueram, esmagando-os talvez, esses torreões de brilho!

Mas que importam os sacrifícios? O carro de triunfo não se lembra da mina sombria donde saiu o metal das rodas que o levam.

A obra do mistério, a cúpula esplêndida da história antiga ergue-se e ninguém sabe aí por que mãos se ergue. Mas sólida é a sua base, que nenhuma convulsão lançará por terra, como o canto de granito nos alicerces do circo romano!

A estátua ideal da Fé humana achou enfim o pedestal de mármore imaculado, onde se firmem seus pés divinos — a consciência da nobreza do destino do homem, a revelação da sua mesma divindade.

IV

Mas, esse Deus misterioso, que céu o esconde nos páramos do céu azul imensurável? Que Sinai enubla a sua glória? O seu altar em que monte o ergueram os profetas desconhecidos? Que rito é o seu — e em que tábuas de mármore escreveu o fogo de cima a legenda prodigiosa de sua lei? No meio de nós, por entre o tumultuar das gerações passa, como o Deus antigo, por entre os combates da *Ilíada*, e ao longe retumba o eco de suas passadas. E, entanto, ninguém o vê. Só de longe a longe, algum profeta desce das solidões a mostrar ao mundo a palidez de suas faces emagrecidas, seus olhos cavos e fixos, da fixidez assustadora das visões, como testemunho de ter entrevisto na sua noite um raio dessa glória que o deslumbrou e consumiu.

É o *absoluto*, que deixa nas mãos do homem, que o tentou prender na sua fuga eterna, um fio apenas da sua túnica de brilho. Mas esse fio é um raio de tal luz, que basta a alumiar o trabalho de muitos séculos!

Toma-o nas mãos Moisés, mostra-o ao mundo, e chama-se Jeová. Ergue-o Maomé entre os povos, e chama-se Alá. Deixa-o Cristo cair do alto da sua cruz, e chama-se Amor. De cima de uma guilhotina o atira Robespierre para o meio das multidões, e chamam-lhe Direitos do Homem e Revolução. E Hegel, levantando a cabeça de sob as ondas imóveis e tristes da abstracção, lança nos ventos, que a levem ao mundo, esta palavra — Ideia!

O que revela cada profeta não é o Deus eterno, e Absoluto dominador, entre cujos braços se contém o

Universo, não confuso e multiforme nas mil aparências do relativo, mas na verdade ideal da sua essência — *o ser puro*. Esse poderia, porventura, afirmá-lo a criação toda, os sóis e os insectos, o espírito e a matéria; o visível e o invisível, o certo e o possível, se um dia, esquecendo ao movimento lançar o metal ardente de suas criações nos moldes da *variedade*, se precipitasse tudo sobre o seu centro ideal, assumindo enfim a consciência plena da sua universalidade.

Mas o homem não afirma nada mais além da sua mesma alma? E esse vulto imenso, a que ainda chamam Deus, é apenas a sombra do ideal humano, que acha o mundo estreito e se alarga pelo espaço. Concebe o absoluto nos limites da sua relatividade.

Por seus mesmos passos mede o caminho do infinito. E, nos últimos limites aonde alcança o seu pensamento, ergue ele as balizas extremas do possível. As religiões são os marcos sucessivos das mais longas corridas do seu desejo no caminho do infinito: mas não são o termo dessa estrada, que se perde nas névoas do inatingível, e cujos desvios últimos pé algum pôde ainda pisar.

É por isso que os Deuses morrem, se sucedem e transformam. Vê-se o fim dessas eternidades — e o homem, que as criara para perder cá a incerteza de seu transitório destino, o homem, o seu coração, o seu ideal sobrevive-lhes, e é ele quem parece eterno ao pé desses absolutos passageiros!

Mas que importa esse Deus, que nenhum olhar pôde ainda descobrir no deserto dos céus, se dum céu interior, tão puro e tão belo, sai para cada ouvido atento uma voz divina, e uma sibila misteriosa deixa cair dos lábios, palavra a palavra, o oráculo sucessivo do destino dos homens?

Se a alma cria deuses e, respirando, espalha o infinito em volta de si — é que lá dentro alguma cousa infinita se concentra e o *divino* se esconde para se manifestar dia a dia na revelação constante chamada Vida. É que o

mais humilde dentre nós dá em seu peito morada a um grande desconhecido que ali existe, cuja voz grave se ouve a espaços e nos alumia a face com os relâmpagos da sua glória.

Existe com efeito. Que somos nós todos senão uma forma visível da essência infinita — um momento determinado da existência sem termo — uma vibração do movimento eterno — uma fase da Lei do *todo*, chamada aqui lei humana mas a mesma no ser, com igual fim, igual origem, que nos determina e de que vivemos? A Lei! Proteu prodigioso de mil formas, de inúmeros vultos inesperados, em toda a parte diverso, e em toda a parte o mesmo sempre, todavia! Mil faces, e uma só alma! mil braços, e uma vontade só! por mil caminhos, e um único o termo da viagem!

Uma dessas faces do Proteu é o homem, a lei humana. A parte de acção que exercemos no movimento eterno: a hora que nos é dado preencher na duração sem termo — é isso o que somos, por isso que nos agitados, o nosso ser, o nosso mistério. É o Deus, que o universo esconde, revelando-se pela consciência.

E o absoluto, que fora nem podemos entrever, ei-lo vivo e palpitante em nosso coração e debaixo de nossas mãos, a ponto de o podermos palpar! *A alma da humanidade em cada homem: e, na humanidade, a alma inteira do mundo.*

No mais estreito, no mais trémulo e humilde raio de luz, coado a custo por entre duas nuvens, se estuda e está o segredo do brilho imenso e inefável que inunda as alturas, se vê patente o mistério da maior glória dos esplendores celestes. No gemer da onda indolente, que se espreguiça no areal, e nem assusta o folgar descuidoso duma criança, está a voz do oceano, a sua ânsia, o porquê de suas lutas, o motivo de tantas tempestades, tantos brados, tamanhas convulsões. No que agita o peito do mais humilde e desconhecido dos homens está o segredo de ansiedade, do desejo infinito, que comove

os universos, o verbo do *movimento*, que arrasta os impérios como os mendigos, as folhas do Outono como os astros do espaço — está a palavra *ser*, a origem e o fim — Deus!

Sim. Esse Deus, buscado em vão na vastidão dos céus desertos, que não revela a imensidade desoladora e fria, ei-lo enfim que o vemos concentrado no fundo da consciência, dormitando, mas em movimento, mudo, ao parecer, mas murmurando sempre, como um canto de lendas misteriosas, o oráculo sucessivo dos Destinos! É o Deus da humanidade; a parte do ser eterno, que se move nele, que a forma, que é ela mesma. Jeová, Brahma, Sabaoth, Alá, Cristo, por grandes, por luminosos que pareçam, não são mais que as sombras projectadas sobre a terra pelo vulto desse grande desconhecido — degraus da escada do desejo que essa alma sobe no caminho do seu Fim.

É a luz, que nos sai de dentro, e adiante dos nossos olhos se agita, convidando-nos a segui-la em seu correr. É a coluna de fogo do deserto — não aquela trazida de longe e sem se ver a mão que a trouxe, mas saída do mesmo seio do povo, como que a sua própria alma, adiante dele caminhando. Movemo-nos porque a seguimos; não pelo capricho de nossos passos. O nosso trabalho o seu brilho no-lo indica; não é só o lavor escuro de nossas mãos.

Toda a esfera de nossas acções, as maiores, as melhores, fecha-a o círculo daquela lei — que é a nossa mesma.

Nem doutra lei precisamos. Cumprir a tarefa deste *momento* é cumpri-la na sua forma rigorosa, correspondendo ao destino dele entre todos os movimentos de que se compõe a duração eterna. O fim do homem é ser homem. E, para o ser, viver segundo a nós, ao nosso fim, que mais se precisa que seguir a lei humana? É a nossa afirmação. A força que a determina não lhe vem de fora, dalguma mão escondida entre as nuvens glorio-

sas dalgum céu inatingível. De dentro vem, como as folhas do lírio, que se abre, vêm todas do botão que as continha em suas dobras, como todos os suspiros vêm do coração que deseja, e não do objecto que os acorda.

É o seu trabalho quem cria os *absolutos* que depois a esmagam. Mas a força primitiva reage; e os espectros caem por terra estalados os braços com que tentavam sufocá-la.

As revoluções, os cultos, os sistemas, as filosofias, as revelações não são princípios exteriores, que dominem a história, de cima, da altura de suas verdades, determinando os sentimentos, os desejos, as crenças, a vida enfim. Pelo contrário. São apenas evoluções dum princípio interior, que os cria e destrói, e faz o novo templo com as ruínas do templo antigo, e se chama Natureza.

O Deus da Humanidade é o mesmo homem: e o seu Ideal, a religião da Vida.

V

É a negação do absoluto e, como tal a afirmação do homem.

O deus sai da imobilidade do símbolo inalterável; faz-se vida, move-se — é um Deus progressivo.

O seu dogma (semelhante à fonte nascida da terra e de contínuo acrescentada) dia a dia o vai o tempo completando com tudo o que lhe sai do seio vasto e fecundíssimo. É o culto dum mistério que, descobrindo-se sempre, jamais se poderá ver todo. E a Bíblia tem brancas as últimas páginas, para que lhe possa cada geração nova escrever lá o verso de oiro de cada novo Evangelho que a revele.

Religião doce e humana, que não despreza uma palavra de criança, o sonho dum coração de mulher, o presentimento da mais humilde consciência! É como o olho do sábio que se esquece horas sem conto na con-

templação do mais estreito cálix duma flor sem nome desses campos! No cálix da flor, diz o poeta, se encerra a beleza toda do universo — e que profundos e desconhecidos tesouros de beleza e verdade não guarda o coração dum simples?!...

É por isso que esta religião abraça no seu círculo maravilhoso a alma toda e toda a vida, como o sol do meio-dia vê quanto rasteja na terra e quanto paira nas alturas — porque não despreza ninguém. Como Jesus entre as crianças, aprende tanto quanto ensina. Missiona, e recebe todavia lições do mais simples, do mais humilde catecúmeno. O seu decálogo tem uma margem larga bastante para que o povo o comente, quando não acrescente um artigo à lei. É a religião do movimento — o Colombo dos mundos encobertos do espírito, erecto na proa do galeão, sondando o horizonte com os olhos, incitando, animando todos para a conquista do desconhecido. Sentado na trípode santa da sua inspiração, sente correr-lhe na alma o espírito do Deus vivo: profetiza, improvisa de contínuo e, como a chuva de pérolas da boca da fada legendária, lhe caem dos lábios as palavras nunca interrompidas da sua revelação — a lei, o ideal humano.

VI

A Idade Média não compreendeu isto. Seu grande génio sublime como Poesia, achamo-lo aqui estreito e acanhado como Razão. Porque do chão saiu um dia essa flor maravilhosa, a mais bela entre todas no jardim do espírito, chamada *unidade*, pareceu-lhe ter morrido a força geradora da terra e tornar-se impossível nova florescência, outra primavera, outro perfume.

Deu por concluído o trabalho das criações humanas, e fechado o ciclo dos poemas divinos chamados religiões. Declarou o coração incapaz de novos sonhos, a

alma inerte para mais desejos, a inteligência morta para outras concepções e outras formas que não fossem as suas — porque, no ardor de sua fé, uma nobre ilusão lhe fez ver o vácuo e o nada além do espaço que abrangia a sua vista alucinada. Grande e solene dentro do templo santo da sua crença, por isso mesmo desprezou o resto da terra aonde já se não avistava esse prodigioso edifício, e o resto da alma que o calor desse raio de amor não aquecia. As tristes flores desse deserto não eram para adornar o seu altar — não era digno do seu Deus o perfume saído dum coração não alumado pelo brilho de sua glória... Fez o Dogma e fechou-se nele como num sepulcro. Largo sepulcro, em verdade, como para um Deus, e todo mármore e oiro... mas, ainda no túmulo de Cristo, o frio que se sente é sempre o frio da morte!

A antiguidade pagã dava às suas religiões um cinto elástico, para que a Virgem pudesse crescer e engrossar, fazer-se mulher e mãe, conceber e criar o filho que lhe havia suceder. Como as não revelava nenhuma voz encoberta, saindo do meio das nuvens de fogo duma glória sobre-humana — revelavam-se elas por si, em toda a parte, em cada hora, e não já no cimo deserto do Sinai, mas em baixo, no vale, onde se assentam as tendas do povo, no ajuntamento dos homens. Por isso não havia palavra murmurada no meio da multidão, que se sumisse esquecida, que um deus amigo não ouvisse e decorasse, como ensino duma boca humilde, mas nem por isso desprezível. A onda mais imperceptível, nascida nos últimos confins da sociedade, trazida com o sopro do vento, achava sempre uma doce praia aonde depositar o seu pequeno tributo, um canto, uma espuma branca, uma rara flor muitas vezes.

Cada modesto veio de água lá ia dar sempre ao lago dessas religiões tão humanas, que não se pejavam de os receber, com eles crescer e alargar, ser por eles formado — fazendo assim a divindade com o melhor e o mais

puro da humanidade. Essas religiões formavam-nas em colaboração as almas das gerações sucessivas, cada uma com o que tinha de mais íntimo em si, de mais elevado ao mais inocente. O sábio dava o forte pensamento, o *simples* a intuição profunda. Emprestava-lhes um facto o herói, e a virgem lançava-lhes no regaço uma lágrima de piedade. A praça pública lhes enviava um eco de seus rumores, e a família um reflexo amorável de seu lar. Cada qual tirava do coração a pérola que lá têm todos escondida: e com essas gemas preciosas, quentes ainda e quase vivas, se adornava a divindade. As paixões, os amores, os cuidados, as lutas dos homens, tudo isto idealizado e puro se via brilhar sobre o peito dos deuses, como penhor de fraternidade entre terra e céu, e modelos de perfeição que buscava a cada qual realizar. Ser *bom e forte e grande* para ser semelhante a um Deus — porque este era a última expressão da humanidade.

Era ela o que a criava. Ao lado da inspiração do áugure caminhava a espontaneidade do Povo.

Ela transformava a legenda; desenvolvia a moral; compunha o rito; adoptava cultos; erguia outros deuses ao lado se não sobre o pedestal dos antigos; verificava a lei velha com o espírito novo; tinha autoridade, enfim, autoridade, voto e força para obrigar um Deus progressivo a medir seus passos pelos passos duma sociedade sempre em movimento. Por detrás do Olimpo havia muito céu ainda e muito espaço. Além da morada das divindades via-se o infinito sem termos — e Prometeu profetizando a queda de Júpiter não era um ímpio; era um semideus. As religiões antigas não faziam da alma humana (e, com a alma, as sociedades e o mundo) prisioneira dum dogma imutável. Sentiam ser ela mesma o verdadeiro dogma. Abriam o seio a cada palavra inspirada e transformavam-na em sangue do coração...

Religiões humanas! uma intuição profunda da mesma lei da vida — a diversidade, o movimento, a

sucessão — dava-lhes a largura, a flexibilidade e o vago necessários para que correspondessem a todas as formas inúmeras e inesperadas do espírito, às infinitas transformações das sociedades, às mil aparências da realidade. Dava-lhes a virtude desses cordiais próprios para todas as idades e todas as compleições: para os fortes, calmante; e para os fracos, bálsamo e conforto. Eram como o vestido natural do corpo do homem: acompanhando todos os movimentos, feito para todas as atitudes: simples ao pé do lar, nobre na praça, grave no repouso, e na luta ou na corrida ligeiro e fácil.

Esta verdade humana, que as fez tão animadas, por isso mesmo as impediu de avistarem o outro termo correlativo, o extra-humano, o absoluto.

No coração dessas raças, como parte que é da alma, estava esse sentimento, por certo. Mas não vinha fora em forma de luz, não inundava dali o mundo, não doirava a fronte dos deuses nem a cabeça dos homens. Viram-na, a essa luz, passar como relâmpago nos olhos dalguns inspirados: mas o povo não a soube compreender, deixou-a morrer, quando a não matou ele mesmo.

No meio da *diversidade*, que o absorvia, o politeísmo não pôde conceber a *unidade* existente com ela e nela mesma porventura. Ao sol da Grécia e do Oriente, a rosa viva, a flor íntima da humanidade, a alma, abriu todas as suas pétalas estranhas mas formosíssimas! uma só ficou fechada: mas essa era a mais larga e a mais forte, que devia conter todas as outras — o sentimento da unidade.

Unidade de Deus! Unidade do Homem! nesta onda mística mergulhou o cristianismo a cabeça — com este Jordão baptizou o mundo! Esta contemplação do absoluto fez a sua força: foi ela também quem o matou. Em vista deste princípio resolveu corajosamente o destino humano: mas vinculando-o a essa resolução, desconheceu a sua lei essencial — o movimento. Não. A contemplação inerte não pode ser o ar que o espírito

do homem pede para respirar! O ar da vida é outro... A vida! no seu voo para o céu, na sua sublime ambição ideal, foi isso que esqueceu ao cristianismo — a terra, a vida.

VII

Viver! ser homem! Que mais alta ambição pode um coração humano conceber?

Círculo de ilimitado desejo que abraça a terra, o horizonte até onde o olhar se perde, o espaço até onde se some a fantasia!

São as esperanças do céu e os cuidados da terra. Os ardentes amores do mundo, e as vagas aspirações de além túmulo. O finito deste momento que se sente, e o infinito da duração que se adivinha. O que as Religiões da Natureza podem dar à vida de calor e força, e o que podem inspirar de lânguido e místico as Religiões do Espírito. É pensar, crer, pressentir e amar! Erguer-se para cima, sem por isso desprezar o palmo de terra aonde se firmam os pés. Inclinar a cabeça sobre o brando regaço da realidade, sem esquecer o áspero caminho do ideal por onde tem de se seguir. Aonde há aí lei, religião, código que contenha no abraço ambicioso maior porção da verdade, da vida universal? A certeza do roteiro, que para guiar-nos, nos dão esses pilotos de mares encobertos some-se, esvai-se na orla do horizonte que abrangem com os olhos. Para lá é o desconhecido; o oceano do possível — e os caminhos estão todos por abrir.

Uma bússola só, por fatídico condão, aponta o Norte e o Sul. Mas não é a civilização dum ou outro século, a tradição desta ou daquela raça, o absoluto que uns sonham para que outros acordem em face do nada — um código ou uma religião. É o secreto instinto da vida! a revelação natural! a voz da lei humana!

É-se pagão ou turco, é-se judeu ou cristão — mas, antes de tudo, sobre tudo, é-se *homem*.

Sê-lo (na ideal, na mais alta e completa expressão deste imortal desejo) eis aí a ânsia da humanidade, a febre que faz agitá-la em tantos e tão desvairados sentidos, a chave do grande enigma chamado história. Os cultos, as sociedades são apenas os degraus que ajudam e, quando abandonados, ficam marcando os períodos desta compassada ascensão. Não se é homem para levantar religiões e impérios. Impérios e religiões fazemo-los só a ver se somos homens um pouco mais e um pouco melhor. Quem mostrou ao mundo o mais belo esplendor da face humana, esse é grande entre os maiores. Cristo numa cabana da Galileia excede Tibério no trono dos césaes. E quem, vendo Colombo estender aos reis de Espanha a sua nobre mão de mendigo, não achará mais belo o *pedinte* que o potentado a quem implora?

É que estes vivem e sentem — como se deve viver e se deve sentir. A verdade humana, como uma tela de pintor divino, desenrolam-na eles diante do mundo e com o brilho dela se transfiguram.

Mete-se a mão no coração e fala-se — são palavras de vida as que assim se proferem. Que importa a tradição, o caminho trilhado, a ordem velha? Longe, nas últimas brumas, se perdem as extremas orlas do antigo continente. Incerto crepúsculo! e nenhuma *carta* diz o rumo que indicam as estranhas constelações desse hemisfério, pela primeira vez avistadas! Mas, lá para o Oriente, vê-se um brilho pálido no céu, como reflexo de luzes a distância. Para lá se inclina a alma. Para esse lado, o lado da luz, há sempre um novo mundo a descobrir.

A revolta é bela, quando à revolta se puder chamar verdade. Lutero, ímpio mas criador, excede todos os pios mas inertes ascetas da Tebaida. O *grande homem* vale mais que o *santo*. Este cumpre o preceito duma raça,

dum tempo, duma revelação. Mas aquele cumpre a lei eterna, acima de tempos e revelações parciais, porque as cria ela e as desfaz. Este será *justo* na linguagem do seu século. Mas aquele, para a posteridade, para a história, é *grande*. Este representa o génio duma época, dum momento: é pagão, cristão ou judeu. Aquele tem em si o génio de todas as idades: é humano. Assim vale mais o rio largo e profundo, que corre até ao mar, do que o estreito fio de água dali coado a custo para dentro dum campo marginal e lá sumido, dissipado, mal chegando a matar a sede duma flor, uma erva, um insecto...

É o triunfo do instinto humano, vivaz e eterno, sobre as morredoiras criações do tempo — religiões, cidades, deuses e códigos — nada disto nos dá a medida da verdade.

Roma do povo, o teu grande fórum atravessa-o uma criança dum só fôlego! Roma de Cristo, mais alto do que a cúpula da tua soberba catedral pode subir o olhar cansado dum velho! Os filhos duma só geração, dando-se as mãos, conteriam tudo isso no círculo que formassem!

Poderá, pois, caber lá dentro o Deus da Humanidade?... Não pode. A profundidade do espaço fora ainda leito acanhado para tamanho oceano. Transborda do mundo. Não o poderão conter nem os palácios dos imperadores nem os templos das divindades. Espírito subtil, escapa-se do mais estreito cristal aonde o prendam para livre se espalhar no céu. Força impetuosa, rebenta o granito que se opõe, e com lava rompendo se precipita. Ambição ardente, não há glórias, não há pompas, não há venturas que bastem no banquete triunfal que sonha e prepara para se saciar um dia.

O seu nome é movimento! a estrada que de sol em sol atravessa o universo, só essa é digna dos passos do grande peregrino. O seu nome é desejo! Todas as for-

mas, todas as luzes, todas as verdades mal chegam a faltar-lhe a avidez do infinito...

O seu templo é o mundo: e a Vida, a sua revelação.

VIII

A vida! E satisfará isto a nossa ânsia de certeza? Haverá segurança nesta onda tão incerta, turva e agitada? É o flutuar do instinto... a areia movediça do deserto...

Quem, sobre este alicerce, caprichoso como o vento que o move, quem há-de aí levantar o sólido edifício da crença, o seguro marco aonde cada alma prende a confiança de seu destino? Sobre esse chão, aonde mil vestígios de passos encontrados se confundem e baralham, quem tão feliz que dê com o certo caminho da verdade? Por meio desse delírio de curvas, de voltas, de direcções opostas, não se vê a linha ideal traçada por mão desconhecida mas amiga, a recta inflexível que se chama certeza.

E será isto a fé do mundo — o vago, o indeciso, a confusão? nisto se prenderá o destino dos homens, numa nuvem que a incerteza dos ventos traz perdida dum horizonte ao outro?

Pois que olho há aí que possa contar — seguir sequer — todos os aspectos, as cambiantes, as faces, as perspectivas multiformes, imprevistas, quase contraditórias desse panorama que sob o céu eterno desenrola a infinidade de suas imagens passageiras, inesperadas, inúmeras? Cada onda que passa é um caleidoscópio assombroso de formas, de seres, de visões — um universo entrevisto num sonho! Cada gota que o vento levanta no ar é um prisma aonde todas as cores, todas as luzes, todas as sombras também, se condensam, se sucedem, se combatem, e coexistem entretanto, como se a opposição fosse a lei que as sustentasse naquele incompreensível equilíbrio de cousas contraditórias!

Contraditórias? não! Dessemelhantes, eis tudo! Está nisto a segurança. Na confusão das coisas da história é só a superfície da humanidade que se abala e comove. O fundamento de granito, a forte persistência da *lei*, esse fica imóvel, como nas convulsões do globo é só a face das terras que se levanta em montes ou se subverte nos mares, enquanto o centro, de firmes rochas, se conserva inabalável. Um mesmo desejo de Justiça, de Verdade, de Razão preside às brilhantes teogonias do Oriente ou ao árido monoteísmo Ocidental; às castas ou às democracias; às repúblicas ou aos sacerdócios; às magias misteriosas ou às lúcidas ciências; às instituições opostas; aos cultos rivais. Assim é sempre o mesmo raio de Sol que tinge de todas as cores do íris a gota de água que atravessa. E o instinto humano atravessa também todas as atmosferas da história, desdobra-se, refracta-se, varia nos ângulos, nas curvas — mas é sempre o mesmo instinto de verdade e de vida. Na Índia ou na Judeia, na Grécia ou em Roma, nos tempos heróicos, na Idade Média ou no século XIX, o fim é sempre o mesmo e é a mesma a vontade de ir — só os caminhos é que são diversos.

Quem dirá todas as expressões do mesmo olhar? ódio e amor, desejo e saciedade, esperança e desalento... mas a alma que concebe tudo isto é uma só todavia. E sempre a mesma, quando chora ou quando ri, crente ou blasfema, no preto e no branco, no último norte como no extremo sul... porque é sempre a alma. Os deuses rivais podem combater-se, mas não se contradizem, porque uns e outros são filhos do mesmo princípio — o sentimento religioso. Os Impérios opressores e as livres Repúblicas formam-se todavia em nome do mesmo ideal de justiça e direito... Grande firmeza! não somos os átomos de pó, que a filosofia antiga soltava nos espaços imaginários, chocando-se, e ondulando a capricho dum acaso incompreensível. Temos uma lei, um fim, e unidos como os irmãos no combate, caminhamos seguros. É a confiança ilimitada da consciência.

Prendem-se os destinos, como elos de cadeia imensa, e não há aí já quem a possa quebrar. Congelam-se as gotas de água e, unidas, resistem como rocha compacta de granito. Como os guerreiros da falange antiga o nosso nome é *legião!*

O destino de cada homem no destino da humanidade.

Uma mesma alma em todos os peitos! um mesmo amor em todos os corações! Consoladora intuição, luz crepuscular do mundo antigo, que é hoje a nossa força, a nossa certeza pela revelação do pensamento, pela Ciência. As aparentes discordâncias somem-se do olhar, para se ver apenas o fundo eterno, a unidade. Sem receio se pode tomar por guia seguríssimo esse espírito tão leal, que há milhares de anos atravessa os tempos escuros, as gerações confusas, cada vez mais crente em si, mais radiante, e mais claro. Não: o instinto da vida mente aos homens. Pode enganar-se: mas o que ele busca (desde os últimos confins das idades, aonde o começamos a ver agitar-se no crepúsculo da distância) é sempre a Justiça, a Razão e a Liberdade. Eis a trindade da fé universal! Não a renegou ainda um século, uma geração, por mais deserdados que fossem da palavra da vida. É a nossa lei eterna: a nossa revelação de cada dia; a nossa religião. Não a renegaremos nós, também. Este século é o missionário da *Unidade* — sem ela, os indivíduos, como punhado de areia atirado aos ventos, sumiam-se, dissipavam-se e, com eles, o forte núcleo do mundo — a humanidade.

As aparentes antinomias de raças são a condição do vário trabalho que a cada uma incumbe na obra colectiva. Mas a obra é uma. As partes do mosaico não se podem contradizer entre si. Opõem-se, mas harmonicamente. Cada faculdade humana, como templo santo, tem os seus levitas, o seu sacerdócio com missão de guardar, conservar, officiar. Estas famílias escolhidas são as raças humanas.

A umas a ciência, a outras o pensamento religioso.

A esta o direito, e a arte àquela. Uma batalha, enquanto a outra medita...

Nada disto se exclui, ainda quando lute e combata. São os versos, de diferente medida, de vária rima e cadência, dum mesmo eterno poeta — o homem.

A cada raça o seu génio, e, na harmonia geral de todos eles, o génio, a alma da humanidade.

O SENTIMENTO DA IMORTALIDADE

Carta ao Sr. Anselmo de Andrade

Meu amigo:

Além dos filósofos que indagam, há ainda no mundo uma outra classe, menos brilhante mas mais numerosa de homens — são os tristes que choram.

Lembro-me de pesarmos há dias em comum as provas contra e a favor desta grande tese da imortalidade. De tantas cousas que lhe disse, lidas nos livros dos grandes sábios, esqueceu-me esta, que por vezes me tem segredado o coração dos grandes infelizes. Para nós, que filosofávamos, a questão reduzia-se a um problema de metafísica. É um trabalho de artista este de discutir — brilhante mas frio. Os pensamentos ajuntam-se como as pedras de que se compõe o mosaico. A estas procuram-se-lhes cuidadosamente as faces por onde se ajustam umas às outras; e, contanto que se harmonizem naquela exacta proporção que se chama lógica, a obra é boa. Boa, certamente, e perfeita; mas o que ao artista lhe não importa (nem ele poderia se quisesse) é aquecer aquele mármore primoroso mas gelado. Excelente conjunto, na verdade, polido e lavrado a primor — mas lavrado e polido em pedra, pedra fria como a dos túmulos!

O pensamento metafísico é assim: um mosaico de diamantes. Diamantes brilhantíssimos, mas cortantes e destruidores. Reflectem a luz toda do Sol, e mais pura ainda se pode ser, mas não dão um raio de calor. Como o diamante, corta o silogismo direito e fundo, mas é por isso que fere também. Na geometria da dialéctica são tudo rectas: seguras, mas inflexíveis e monótonas. Pode ser que a recta seja o caminho da verdade ideal — mas a verdade humana, essa, como as voltas dum doce ribeiro, ora costeando montes, ora ao longo dos vales, incerto na largura e na rapidez, essa segue todas as curvas caprichosas mas necessárias do sentimento. Deste método sei que é mais natural e humano. Agora o que não sei bem é se será também metafísico. Quem se lembra do humilde suspiro do coração, quando se ergue esplêndida e imponente a grande, a autorizada voz da inteligência? A comoção distrai e perturba: e o pensamento precisa de ter o olhar firme para ver; constante para penetrar; inflexível para julgar.

Eis aqui por que, entre tantas coisas difíceis e intrincadas que, nessa noite, com esforço arrancava da memória e da inteligência, me esqueceu esta simplicíssima, e que me acompanha sempre o espírito como uma companheira misteriosa — a lembrança dos que choram.

E todavia, meu amigo, se um bom silogismo vale muito, uma lágrima bem quente, bem viva e bem sentida, deve valer tanto — ou muito mais ainda. O peso duma lágrima! Leve cousa, talvez, na palma da mão do filósofo, acostumada a levantar a mole espantosa dos argumentos, dos sistemas, das ciências. Mas quando sobre o coração nos cai, duns olhos que Deus fizera para a luz e para a ventura, e a que a vida só deu sombras e abrolhos — então! sente-se-lhe bem o peso, a essa pobre gota de água, e não há aí já peito de bronze que não vergue e se abale, como se o tocasse o dedo invisível de uma divindade...

Nesse estreito cristal se reflete um mundo de desventuras sem nome, de sortes incompreensíveis, de desesperos sem voz, de consumições solitárias, para que não há consolação possível na terra, porque a terra as ignora, porque são sombras de destinos violentamente despedaçados, porque são terríveis e irremediáveis como a morte! Como esse molusco do mar das Índias, de cuja pútrida consumpção nasce a pérola nacarada, assim da espantosa decomposição das misérias humanas sai, como símbolo de toda a melancolia da vida, a viva pérola de triste e doce reflexo — uma lágrima! Como os milhões de glóbulos numa só gota de sangue, movem-se ali, agitam-se e passam todas as tragédias cuja catástrofe nenhum braço de ferro pôde evitar; todas as lutas, em que a virtude e a verdade se viram sempre esmagadas, como sob o peso de maldição desconhecida; todas as fúnebres agonias das grandes almas ignoradas; todos esses dramas sem nome, que no mais baixo, no mais fundo da sociedade se revolvem misteriosos e terríveis!

Que assombrosos quadros de miséria não alumia o doce raio de luz, que atravessa a água pura de uma lágrima! É o espantoso caleidoscópio das dores da humanidade! E tudo isto, meu amigo, todas estas realidades ardentes, palpitantes, sangrentas, deixarão de existir, de bradar, de se estorcer, porque um dia, no fundo do cadinho metafísico, aonde uma ciência cruel lançara estas grandes ideias, Alma, Deus, Vida, se achou esse resíduo, essa escura abstracção, essa cousa que nenhuma palavra diz bem — uma negação, *nada*?!

Não pode ser. O coração levanta-se de salto e não pode ler essa irrisão feroz, escrita no céu com letras de oiro, com letras de harmonia. A razão não quer ouvir essa gargalhada delirante e crudelíssima, soltada contra a sua fé, a sua lei, ela mesma, a *ordem*. Só a inteligência, depois de ter recolhido as suas redes vazias, dirá, olhando para o vapor que exalam ao enxugá-las o Sol:

«eis aí o destino dos homens; como este fumo se evaporam e somem no ar vazio as dores da humanidade?...»

Vir-se ao mundo para amar, crer, sentir, ser bom e feliz, e forte, que tanto quer dizer *homem*, e achar um leito de espinhos, e endurecer-se-lhe o corpo e a alma, e descreer e chorar, e ser mau e ignorante e mísero — uma existência a si mesmo traidora — um ser que renega sua própria lei — uma coisa feita para ser exactamente o contrário do seu destino — que é isto, senão a contradição terrível de tudo quanto temos por justiça, por verdade, por princípio e harmonia dos mundos?

É a negação dos sentimentos mais íntimos, das ideias mais essenciais. Ou o universo é o delírio dum demónio, ébrio de sua mesma maldade; ou para além do extremo arco da ponte da vida nos espera o seio vasto de uma Bondade, a quem não esquece um ai, um suspiro só; uma mão, que ate com amor os destinos partidos; uma lei de justiça, a quem chamamos Compensação.

Sem este equilíbrio de além-túmulo o mundo moral inclina-se sob o peso de suas ruínas acumuladas de séculos, e tomba e rola desamparado nos abismos do nada! Quando num prato da balança eterna se lança toda essa massa espantosa das desgraças humanas, tamanho peso só se compensa, pondo no outro o amor infinito — Deus.

Sim, Deus! Espírito, Força, Princípio, Essência, Jeová ou Brama, que me importa um nome? Eu chamo a Deus justiça! Na queda e triste ruína das ilusões antigas, das velhas crenças das gerações, fica-nos eterna essa grande palavra. É que está gravada no coração. Só arrancando-o a poderão tirar de lá. E nem assim. No deserto das alturas a águia que o empolgasse leria *justiça* nas carnes palpitantes... e cairia assombrada!

Pois quê! não se concebe que metade do céu, um sol

com os seus planetas errassem o caminho do espaço, se sumissem para sempre na inércia, mentindo ao seu fim, à sua lei — e concebe-se que um insecto caia sobre um grão de pó a ser alguma cousa, e não o possa ser, e lute, e se desespere, e morra enfim para não mais viver, para nunca mais cumprir essa sombra dum destino, que lhe deram, e esqueceu todavia, e nem bem chegou a ser? Pois quê! haverá ordem para os astros imensos, e não a poderá haver para um átomo de areia?

A Justiça do universo é outra. E quanto de maior e mais perfeito concebe o homem, tudo isso é ainda sombra e erro e desvario, baço crepúsculo ao pé da eterna luz de verdade, e amor que alumia a imensidade. E, todavia, sonha-nos a alma uma compensação para as dores do mundo; presente, para além do céu visível, um outro que não se vê, mas cujas glórias adivinha o coração — o céu da Imortalidade. Concebemos essa coisa bela... e Deus não teria força para o executar? e não chegaria a realidade até onde pôde ir o desejo do homem?

A cada ser o seu destino — a cada destino o seu cumprimento. Aqui, ali, agora ou logo, com esta ou aquela forma, que importa? Se esta hora, chamada vida, nos mentiu, outra virá por certo, e a mão de luz e bem nos conduzirá no nosso verdadeiro caminho. Se este palmo de terra se recusa ao peso da nossa sorte, há mundos espalhados nos espaços, há sóis, criações, formas que nem se sonham, e alguém num voo infável nos levará lá, aonde saciemos a sede e a fome de venturas que nos ficar deste desterro...

— Ah! não se é pó depois de tanta mágoa!
Senão diga-me alguém que alívio é este
Que eu sinto quando à abóbada celeste
Alevanto meus olhos rasos de água?



se o desprezar, será científica muito embora, mas não será viva nem humana...

Que a filosofia nos saia de dentro do coração, quente e luminosa, como uma extensão da nossa mesma alma em volta de nós, a nossa auréola, o nosso esplendor! Por que há-de o pensamento temer a comoção como uma vergonha? Nunca se comoverá tanto, nunca será tão doce e humano, que em doçura e amor exceda a alma imensa do universo. Todos os argumentos de todas as escolas do mundo, amontoados, a que altura chegariam? Mas o olhar duma mulher sobe, eleva-se no céu a tais distâncias, que não há já aí matemática bastante para lhe medir a largura do voo!

Será isto só poesia? a poesia é também verdadeira: é a evidência da alma. Se o pensamento indaga, o coração adivinha. Àquele podem iludi-lo os erros, que um desvio lhe introduza no cálculo atrevido. Mas a este não, que não calcula nem compara: vê e sente. Não é livre, não é activo; mas por isso mesmo se não pode enganar. É lá que a mesma lei da existência vive oculta, e dali solta os seus oráculos sempre certos. Da ruína das sociedades antigas quanto resta, quanto aceita o futuro, como parcela de ouro, depurada de tantas vezes seculares?... Serão os sistemas, as abstracções, as *certezas*? Não: as *ilusões* apenas — a Poesia. A poesia! o sonho da humanidade no berço infantil de sua primeira inocência! a fada que lhe embalou os sonhos de criança! A sibila reveladora das palavras misteriosas, cujas glosas foram as primeiras crenças, as primeiras religiões, as primeiras sociedades! Do regaço dela nos caiu sobre as mãos o mundo antigo, ardente, belo, luminoso, pelo contacto daquele seio divino. Sobre esse candente alicerce firmámos nós as frias construções do nosso mundo moderno. O chão, sobre que assenta a *certeza* de hoje, formou-se pelas aluviões sucessivas da *intuição* antiga. O que é ciência foi já poesia: o sábio foi já cantor: o legislador, poeta: e a evidência, uma adivinhação, um

admirável *palpíte*, cujas profundas conclusões são ainda o espanto, e porventura o desespero das mais rigorosas filosofias. E, se nadamos hoje em plena luz de razão, foi entretanto a poesia, foi essa doce mão, que nos guiou por entre o pálido crepúsculo dos velhos sonhos. Velhos? não: sonhos eternos! Vestido de gaze multicolor da primeira infância, não, não te lançaremos no monturo, só porque crescemos e nos cobre agora os membros a túnica viril da idade madura! Porque és belo, porque és inocente, porque a doce alma da criança passou para o tecido, e o fez ainda mais puro — por isso serás conservado como talismã, como cousa santa e imaculada — de vestido feito relíquia. Sonharemos sempre! que o sonho consola, dá fé e virtude. Luminoso e belo, deixará de ser também verdadeiro só por não ser rigorosamente *lógico*? Há muitas lógicas. O sentimento tem a sua; diversa, só, mas nem por isso menos segura. É assim que a inteligência de hoje tem confirmado todas as intuições da antiga poesia. A religião, o direito, a liberdade, o amor, tudo isso nos legou o velho mundo poético: não o descobrimos nós. Aquilatamos novamente o valor desse ouro, dessas pedras finas, pelos nossos processos: e o valor não se achou minguido; cresceu talvez. A nobre confiança, que a Antiguidade depositara no sentimento, não a iludiu, não lhe mentiu. O que o coração segredou ao homem no doce crepúsculo das eras instintivas, pode hoje dizer-se, repetir-se bem alto, à grande luz desse céu de clareza e de razão, é a verdade!

É que a beleza tem também a sua certeza: é uma evidência também. O que é belo não o é só porque alegre o olhar e fala aos sentidos a linguagem da perfeição. É-o, sobretudo, porque o coração lhe sente a verdade eterna que o anima. O *resplendor da verdade* — assim definiu a beleza um dos mais profundos génios antigos, e que mais a amou e seguiu. Um instinto incompreensível nos leva sempre para o lado da luz. Muito antes ainda que a ciência saia do limbo dos factos, e a razão das fatali-

dades da natureza. Anteriores às ideias estão os sentimentos-tesouro oculto, a que a pobreza da inteligência recorre cada vez que tem de aparecer no mundo, radiante daquela formosura que só prende as vontades e arrebatava os corações. São o mesmo fundo essencial da alma. A alma é a verdade do homem. Por isso, quando por defronte dela passa, desenrolando-se como uma tela de mil figuras, o universo em suas mil formas, tudo aquilo que ela escolher e saudar pelo nome de irmão, tudo isso será verdade também. Renegar do sentimento é rejeitar metade do mundo, a poesia, Homero ou Isaías: metade da história, e trabalho dos *simples*, Buda, Cristo, ou Joana d'Arc: metade do homem, o coração!

Por que será essa metade condenada, por que não terá ela razão, e há-de a ter a outra, a mais fria, a mais incerta e a mais fraca também? E poderá estar assim a alma em contradição consigo mesma, a alma, a harmonia por excelência?

Grave, intrincada questão para os impassíveis argumentadores, que medem a extensão do universo pela medida de seus silogismos! Para quem lhe sente a ordem maravilhosa, sem lhe importar que exceda o círculo estreito que a impotência humana traça em volta de suas ideias, para esses basta-lhes o bom senso, a confiança na perfeição absoluta do mundo moral...

Orgulhosas gerações, que quando se opõem à natureza, lhe chamam a ela falsa e desordenada! Ela, porém, fica eterna: e os sistemas, que a condenavam, são esses que em vez de a esmagarem, estalam, porque a não podem conter dentro do apertado anel que tomaram pela cintura do mundo.

E, neste grande pleito da imortalidade, é a ciência que está fora da natureza, é ela que se engana, porque é feitura nossa, e não o sentimento humano, que esse mal nos pertence, e foi Deus quem o criou, assoprando um sonho de luz sobre a alma adormecida. Filosofia, que despreza a história, que fecha os ouvidos a essa grande

voz do instinto espiritual da humanidade, que, de século em século, se lançam as gerações, e cada vez mais forte e mais clara, uma tal filosofia será metódica e rigorosa muito embora, será boa na escola, mas na vida é falsa, porque a vida vivem-na os homens — e ela não é humana.

Fora da escola, fora da ciência, que importa? mas no meio dos homens, no ajuntamento dos que sentem, com a cabeça banhada pela doce atmosfera de crenças que todos respiramos — é aí, meu amigo, que eu assentarei a minha humilde tenda de crente. Humilde mas luminosa: que a banha o sol da confiança todo o dia, e, à noite, sob o céu, visitam-na com sua meiga luz todas as serenas estrelas da esperança. Para elas ergueram os olhos, levantando as faces pálidas, quantos homens têm sentido dentro em si, como possessos dum deus, esse desconhecido mas irresistível hóspede chamado o Ideal. Fitou-as Cristo muita vez, por entre a ramagem das oliveiras do seu monte de paz e recolhimento. Contemplou-as Sócrates, cheio de espanto, quando começavam a surgir no céu da Grécia, como no mar uma armada vitoriosa que se aproxima. E Zoroastro, do alto da sua montanha sublime, viu-as bem, e pôde contar uma a uma todas essas *ovelhas do rebanho de Deus*¹. Assim passaram na terra: acompanhou-os esta grande confiança, como misterioso enviado doutro mundo desconhecido, até à última fronteira da vida. Lá, desse extremo confim, nos traz o vento o som de suas derradeiras passadas, e esse som é como um eco de imortalidade!

Os maiores, os melhores dentre nós creram nisto, como crêem os mais simples e mais humildes. E será possível que a alma mentisse e errasse exactamente naqueles em que mais brilhou, por quem se revelou, na hora do seu maior esplendor?

¹ Expressão da poesia popular.

Pensemos nisto, meu amigo. Que as maiores explosões de verdade no mundo sejam os momentos do mais triste desvario humano, isto é o que deve espantar e encher de confusão toda a alma crente ainda em alguma cousa de harmónico e ordenado no mundo! Que os nossos guias, esses que vêm por favor do céu de séculos em séculos a mostrar-nos o caminho, sejam os primeiros a transviar-se, e a nós com eles, eis a suma derisão, lançada por um destino infernal sobre a fraqueza e escuridade dos homens! As mais belas, as mais vivas e bem dotadas raças de homens só depois dum trabalho secular de aperfeiçoamento e consciência chegam a esta conclusão, e fecham a abóbada das maiores civilizações com esta grande chave — Imortalidade. E todo esse trabalho, dolorosamente perseguido, será baldado? e o fecho da construção será de vento? e será o epílogo das mais belas civilizações esta palavra *ilusão*? e só hão-de ter razão, em face da Índia harmoniosa, da Judeia apaixonada, da Grécia luminosa, das raças humanas por excelência, as hordas selvagens da África Ocidental, formas confusas, esboços grosseiros, menos ainda que animais, porque nem a beleza animal possuem?

Não posso crer tal, meu amigo. Se o universo e a vida tinham de ser isto, não valia a pena que existissem. Outra conclusão deve sair, por certo, destes confusos, mas não contraditórios factos humanos. Uma negação não pode ser o último verso do poema dos destinos. E a *existência* atravessaria os espaços com seu ardente voo de águia, só para no fim encontrar o *nada* e precipitar-se nele?

Outra, e maior, e mais digna da alta ideia que fazemos do universo, deve ser a resolução do fatal problema. Não por certo a conclusão fixa, determinada e imóvel das teologias, e, principalmente, da teologia cristã. Uma conclusão moral e não doutrinal. A *confiança* e não o *céu*. Uma crença do coração, e não o código duma Igreja...

Isto basta, porque isto é o essencial. Nos problemas fundamentais da vida uma resolução determinada e rigorosa, longe de animar o espírito no seu trabalhoso caminho, antes o esmaga sob o peso do absoluto, e enfraquece a vontade que mal pode já desejar o que tão bem conhece. Dizer tudo, aqui, é dizer de mais. É o império crepuscular do sentimento, o mundo do mistério. Mistério santo e benéfico! Basta uma pequena luz ao longe para se ver *aonde* vamos. *Como*, isso é o imprevisito da viagem, o drama, a vida — é a sublime surpresa da alma. O futuro todo desvendado, essa grande certeza, essa imensa luz, cegariam o espírito com o brilho excessivo. A ânsia humana de ver e saber, se a não sacia o fundo oceano da verdade, é que bebe gota a gota essa maravilhosa água de vida: toda, e duma vez, fora seguramente a morte. O vago convém às grandes cousas, como vai bem em volta do vulto dos heróis o nevoeiro das legendas. Pede-se ao coração uma palavra de animadora confiança, que mais não pode nem deve ele dizer. É por isso que a filosofia moderna nega a imortalidade, indagando de mais: em oposição com o cristianismo, que a afirmara, crendo mais do que se pode crer.

Uma verdadeira ciência, que meça o ritmo de suas ideias pelo pulsar compassado do sangue no coração, não entra, como louca e impaciente criança, impetuosa e audaz no templo, no recesso mais íntimo e sagrado, onde a providência misteriosa do mundo guarda os últimos destinos do homem. É o sacrário do sentimento. O sábio respeita as cousas santas, ainda quando as interroga. *Saber até qual limite se pode saber* — eis aí a grande, a primeira das filosofias.

Estude-se, revolva-se o vasto universo dum ao outro confim do espaço; o mundo nos seus fundamentos; a natureza nas suas formas; a alma nas suas faculdades; mas o último mistério do homem, esse basta *senti-lo* — porque é já o mistério de Deus!

PROSAS DA QUESTÃO COIMBRÃ

BOM SENSO E BOM GOSTO

Carta ao Excelentíssimo Senhor António Feliciano de Castilho

Exm.º Sr.:

Acabo de ler um escrito¹ de V. Ex.^a, onde, a propósito de faltas de bom senso e de bom gosto, se fala com áspera censura da chamada escola literária de Coimbra, e entre dois nomes ilustres² se cita o meu, quase desconhecido e sobretudo desambicioso.

Esta minha obscuridade faz com que a parte de censura que me cabe seja sobremaneira diminuta: enquanto que, por outro lado, a minha despreocupação de fama literária, os meus hábitos de espírito e o meu modo de vida, me tornam essa mesma pequena parte que me resta tão indiferente, que é como que se a nada a reduzíssemos.

Estas circunstâncias pareceriam suficiente para me imporem um silêncio, ou modesto ou desdenhoso. Não o são, todavia. Eu tenho para falar dois fortes motivos. Um é a liberdade absoluta que a minha posição inde-

¹ No livro do Sr. Pinheiro Chagas — *Poema da Mocidade*.

² Os Srs. Teófilo Braga e Vieira de Castro.

pendentíssima de homem sem pretensões literárias me dá para julgar desassombradamente, com justiça, com frieza, com boa-fé. Como não pretendo lugar algum, mesmo ínfimo, na brilhante falange das reputações contemporâneas, é por isso que, estando de fora, posso como ninguém avaliar a figura, a destreza e o garbo ainda dos mais luzidos chefes do glorioso esquadrão. Posso também falar livremente. E não é esta uma pequena superioridade neste tempo de conveniências, de precauções, de reticências — ou, digamos a cousa pelo seu nome, de hipocrisia e falsidade. Livre das vaidades, das ambições, das misérias duma posição a que não pretendo, posso falar nas misérias, nas ambições, nas vaidades desse mundo tão estranho para mim, atravessando por meio delas e saindo puro, limpo e inocente.

A este primeiro motivo, que é um direito, uma faculdade só, acresce um outro, e mais grave e mais obrigatório, porque é um dever, uma necessidade moral. É esta força desconhecida que nos leva muita vez, ainda contra a vontade, ainda contra o gosto, ainda contra o interesse, a erguer a voz pelo que julgamos a verdade, a erguer a mão pelo que acreditamos a justiça. É ela que me manda falar. Não que a justiça e a verdade se ofendessem com V. Ex.^a ou com as suas apreciações. Verdade e justiça estão tão altas, que não têm olhos com que vejam as pequenas cousas e os pequenos homens das ínfimas questiúnculas literárias dum ignorado canto de terra, a que ainda se chama Portugal.

Não é isso o que as ofende. Mas as ideias que estão por detrás dos homens; o mal profundo que as cousas apenas miseráveis representam; uma grande doença moral acusada por uma pequenez intelectual; as desgraças, tanto para reflexões lamentosas, desta terra, reveladas pelas misérias, tão merecedoras de desprezo, dos que cuidam dominá-la; isso é que aflige excessivamente a razão e o sentimento, o que prende o olhar ainda o mais desdenhoso a estas baças intrigas; isso é que levanta

esta questão do raso das personalidades para a elevar até à altura duma questão de princípios e que dá às ridículas chufas, que entre si trocam uns tristes literatos, todo o valor duma discussão de filosofia e de história.

Sim, Ex.^{mo} Sr. Eu não sei se V. Ex.^a tem olhos para ver tudo isto. Cuido que não: porque a inteligência dos hábeis, dos prudentes, dos esportíssimos é muitas vezes cega em lhe faltando uma cousa bem pequena, que se encontra nos simples e nos humildes — a boa-fé.

À luz dela, porém, eu hei-de sempre ver uma péssima acção, digna de toda a importância dum castigo, nas impensadas e infelizes palavras de V. Ex.^a, dignas quando muito dum sorriso de desdém e do esquecimento. E se eu nem sequer me daria ao incómodo de erguer a cabeça de cima do meu trabalho para escutar essas palavras, entendo que não perco o meu tempo, que sirvo a moral e a verdade, censurando, verberando a desonesta acção de V. Ex.^a.

Porque é uma acção desonesta. O que se ataca na escola de Coimbra (talvez mesmo V. Ex.^a o ignore, porque há malévolos inocentes e inconscientes), o que se ataca não é uma opinião literária menos provada, uma concepção poética mais atrevida, um estilo ou uma ideia. Isso é o pretexto, apenas. Mas a guerra faz-se à independência irreverente de escritores que entendem fazer por si o seu caminho, sem pedirem licença aos *mestres*, mas consultando só o seu trabalho e a sua consciência. A guerra faz-se ao escândalo inaudito duma literatura desaforada que cuidou poder correr mundo sem o selo e o visto da chancelaria dos grãos-mestres oficiais. A guerra faz-se à impiedade destes hereges das letras, que se revoltam contra a autoridade dos papas e pontífices, porque, ao que parece, ainda a luz de cima lhes não escreveu nas fronte o sinal da infalibilidade. Faz-se contra quem entende pensar por si e ser só responsável por seus actos e palavras...

Agora quem move estes ridículos combates de frases

é a vaidade ferida dos mestres e dos pontífices; é o espírito de rotina violentamente incomodado por mãos rudes e inconvenientes; é a banalidade que quer dormir sossegada no seu leito de ninharias; é a vulgaridade que cuida que a forcem — nós só lhe queremos puxar as orelhas!

Isto, resumido em poucas palavras, quer dizer: combatem-se os hereges da escola de Coimbra por causa do negro crime de sua dignidade, do atrevimento de sua rectidão moral, do atentado de sua probidade literária, da imprudência e miséria de serem independentes e pensarem por suas cabeças. E combatem-se por faltarem às virtudes de respeito humilde às vaidades onnipotentes, de submissão estúpida, de baixeza e pequenez moral e intelectual.

V. Ex.^a, com a imparcialidade que todos lhe conhecemos, deve confessar que uma guerra assim feita é não só mal feita, mas também pequena e miseravelmente feita. Mas é que a escola de Coimbra cometeu efectivamente alguma cousa pior de que um crime — cometeu uma grande falta: *quis inovar*. Ora, para as literaturas oficiais, para as reputações estabelecidas, mais criminoso do que manchar a verdade com a baba dos sofismas, do que envenenar com o erro as fontes do espírito público, do que pensar mal, do que escrever pessimamente, pior do que isto é essa falta de querer caminhar por si, de *dizer* e não *repetir*, de *inventar* e não de *copiar*. Porquê? Porque todos os outros crimes eram contra as ideias: haveria sempre um perdão para eles. Mas esta falta era contra as pessoas: e essas tais são imperdoáveis. Inovar é dizer aos profetas, aos reveladores encarçados: «há alguma cousa que vós ignorais; alguma cousa que nunca pensastes nem dissestes; há mundo além do círculo que se vê com os vossos óculos de teatro; há mundo maior do que os vossos sistemas, mais profundo do que os vossos folhetins; há universo um pouco mais extenso e mais agradável sobretudo do que os vossos

livros e os vossos discursos». Isto, sim, que é intolerável! Isto, sim, que é infame e revoltante e ímpio e subversivo! Contra isto, sim, às armas, ergamo-nos na nossa força, mostremos o que somos e o que podemos... escrevamos três folhetins e um prólogo!...

V. Ex.^a fez-se chefe desta cruzada tão desgraçada e tão mesquinha. Não posso senão dar-lhe os pêsames por tão triste papel. Mas se eu, como homem, desprezo e esqueço, como escritor é que não posso calar-me; porque atacar a independência do pensamento, a liberdade dos espíritos, é não só ofender o que há de mais santo nos indivíduos, mas é ainda levantar mão roubadora contra o património sagrado da humanidade — o futuro. É secar as nascentes da fonte aonde as gerações futuras têm de beber. É cortar a raiz da árvore a que os vindoiros tinham de pedir sombra e sossego. É atrofiar as ideias e os sentimentos das cabeças e dos corações que têm de vir.

O contrário disto tudo é a bela, a imensa missão do escritor. É um sacerdócio, um ofício público e religioso de guarda incorruptível das ideias, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras. Para isso toda a altura, toda a nobreza interior são pouco ainda. Para isso toda a independência de espírito, toda a despreocupação de vaidades, toda a liberdade de jugos impostos, de mestres, de autoridades, nunca será de mais. O mineiro quer os braços soltos para cavar buscando o ouro entre as areias grossas. O piloto quer os olhos desvendados para ler nos astros o caminho da nau por entre as ondas incertas. O sacerdote quer o coração limpo de paixões, de interesses, para aconselhar, guiar, julgar, imparcial e justo. O escritor quer o espírito livre de jugos, o pensamento livre de preconceitos e respeitos inúteis, o coração livre de vaidades, incorruptível e intemerato. Só assim serão grandes e fecundas as suas obras: só assim merecerá o lugar de censor entre os homens, porque o terá alcançado, não pelo favor das tur-

bas inconstantes e injustas, ou pelo patronato degradante dos grandes e ilustres, mas elevando-se naturalmente sobre todos pela ciência, pelo paciente estudo de si e dos outros, pela limpeza interior duma alma que só vê e busca o bem, o belo, o verdadeiro.

Este é o escritor, o poeta, o apóstolo. Se o obrigassem a respeitos convencionais, a terrores supersticiosos diante de certos homens, a espantos cegos diante de certas cousas; se o fizessem baixar a cabeça e as costas para entrar a porta do pantheon.literário; ele, o pobre, ficaria sempre curvo e submisso, humilde e sem força própria, servo de alheias ideias e apóstolo apenas de palavras decoradas e vazias de alma. Como se havia ele pois erguer, entre seus irmãos, tão alto que seus olhos fossem uns como faróis para todos os outros olhos, a sua frente como uma montanha de luz; tão alto que as palavras de sua boca caíssem sobre as cabeças como um chuva benéfica e fecundante? Seria, depois das provas e das torturas, das genuflexões e das baixezas da iniciação do grémio dos *senhores*, seria um aleijão e não gigante, um aborto em vez de herói e, em vez de sobreexceder a todos com a frente, andaria sumido entre eles, visitado escassamente pelo sol e pela luz. Ele, que não soubera procurar para si o seu caminho, como poderia ele alumiar o dos outros? Ele, humilde, como ensinaria a altivez e a dignidade? Respeitador de conveniências estéreis, como daria o exemplo das revoltas fecundas? Sem alma, como a insuflaria no peito dos tristes e humilhados? Sem vontade, como resistiria às tiranias da opinião onnipotente, ao capricho dos grandes, às ambições, às tentações?

As grandes, as belas, as boas cousas só se fazem quando se é bom, belo e grande. Mas a condição da grandeza, da beleza, da bondade, a primeira indispensável condição, não é o talento, nem a ciência nem a experiência da alma e da dignidade do pensamento e do carácter. Nem aos *mestres*, aos que a maioria boçal

aponta como ilustres, nem à opinião, à crítica sem ciência nem consciência das turbas, do maior número, deve pedir conselhos e aprovação, mas só ao seu entendimento, à sua meditação, às suas crenças! Nesta escola do trabalho, da dignidade, das altas convicções, se formam os homens em cujos peitos a humanidade encontra sempre um vasto lago onde farta a sede de verdade, de consolação, de ensinamentos para a inteligência e confortos para o coração.

No peito dos outros, dos que andam de capela em capela na lida afanosa de incensar cada dia todos os ídolos, dos que fazem da glória uma bastilha para aventureiros levarem de assalto, e não púlpito aonde se suba com respeito e amor, no peito desses não habita mais do que ambição, vaidade, endurecimento e miséria. Esses lisonjeiam os grandes; e os grandes dão-lhes a mão para que subam, e desprezam-nos depois. Lisonjeiam as maiorias; e as maiorias inconstantes lançam-lhes no regaço um pouco de ouro e algum aplauso de momento, e depois passam e esquecem. Afagam todas as vaidades; e têm em cada vício humano um capital, cujo juro dissipam enquanto vivos, porque essa moeda corrompida para mais ninguém serve. Enfim, nos quinze ou vinte anos em que dão que falar às gazetas, aos botequins, aos grêmios, a todos os vadios, a todos os fúteis, folgam, vivem alegres e esquecidos de tudo quanto não seja a satisfação do que há no homem de mais pequeno — a vaidade e o interesse.

Para os outros a obscuridade, e a miséria muita vez — mas a estima dos melhores entre os homens pelo espírito, e, o que excede tudo, a posse duma consciência superior a quanto não seja a verdade, a justiça e a formosura. As ideias serenas brilham-lhes na escuridão do isolamento e alumiam-lhes com uma luz doce mas imensa toda a sua obscuridade. Dão-se a desbaratar o mal dos outros homens, como muitos se dão a aumentar o seu bem próprio. Vivem na região das bênçãos,

escutando as palavras da boca invisível, e com os ecos dessa voz celeste compõem os hinos de esperança e de amor para a humanidade. Morrem; mas morrem nobres e puros. Tudo isto porque foram independentes. Não pertencem a corrilhos; não elogiaram ninguém para que os elogiassem a eles; não incensaram os fetiches dos ridículos pagodes literários. Foram honrados. Foram simples.

A estes tais chamo eu poetas. Porque nos ensinam o bem. Porque são originais e dizem sempre alguma coisa nova à nossa curiosidade de saber. Porque dão com a elevação das vidas confirmação à sublimidade dos escritos. Porque são tão poéticos como os seus poemas. Porque vão adiante abrindo à luz e ao amor novos horizontes. Porque não conhecem ambições nem orgulhos. Porque têm a cabeça do génio e o coração da inocência. É por isso tudo que lhes chamo poetas.

Os outros adoram a *palavra*, que ilude o vulgo, e desprezam a *ideia*, que custa muito e nada luz. São apóstolos do dicionário e têm por evangelho um tratado de metrificacão. Fazem da poesia o instrumento de suas vaidades. Pregam o bem por uso e convenção literária, porque se presta à declamação poética, mas praticam o egoísmo por índole e por vontade. Fazem-nos descrever da grandeza humana, porque são uns sofismas que nos mostram a pequenez e a má fé aonde as aparências são todas de nobreza. Preferem imitar a inventar; e a imitar preferem ainda traduzir. Repetem o que está dito há mil anos, e fazem-nos duvidar se o espírito humano será uma estéril e constante banalidade. São os enfeitadores das ninharias luzidias. Põem os nadas em pé para parecerem alguma coisa. São os ídolos literários da multidão que mal sabe ler. São os filósofos queridos da turba que nunca pensou. São, enfim, génios no Brasil como V. Ex.^a

Estes tais escusam da nobreza e da dignidade: têm a habilidade e a finura. Para a obra que fazem, isso lhes

basta. Mas a obra, Ex.^{mo} Sr., é que é uma obra vulgar: bem feita para agradar ao ouvido, mas estéril para o espírito. Soa bem, mas não ensina nem eleva. Ora a humanidade precisa que a levanten e que a doutrinem. São, pois, necessárias outras e melhores obras.

Mas, se já alguma hora da história impôs aos que falam alto entre os povos obrigações de seriedade, de profunda abnegação, de sacrifício do *eu* às tristezas e misérias da humanidade, de trabalho e silencioso pensamento; se alguma hora lhes mandou serem graves, puros, crentes, é certamente esta do dia de hoje, da idade de transformação dolorosa, de cepticismo, de abaixamento moral, de descrença, que é o nosso século. Refundem-se as crenças antigas. Geram-se com esforço novas ideias. Desmoronam-se as velhas religiões. As instituições do passado abalam-se. O futuro não aparece ainda. E, entre estas dúvidas, estes abalos, estas incertezas, as almas sentem-se menores, mais tristes, menos ambiciosas de bem, menos dispostas ao sacrifício e às abnegações da consciência. Há toda uma humanidade em dissolução, de que é preciso extrair uma humanidade viva, sã, crente e formosa.

Para este grande trabalho é que se querem os grandes homens. Sairão esses heróis das academias literárias? das arcádias? das sinecuras opulentas? dos corrilhos do elogio mútuo? Sairão as águias das capoeiras? Saltarão as ideias salvadoras do choque das maledicências e dos doestos? Nascerão as dedicações do casamento das vaidades? Darão a grande novidade os leitores de Horácio? Inventarão as novas fórmulas os que decoram as frases rabugentas dos livros bolorentos que chamam clássicos? E os Sócrates e os Epictetos descerão para as suas missões das cadeiras almofadadas, das rendosas coneziias literárias, das prebendas, das explorações?

Fora dessa atmosfera corrupta, e quando não corrupta, pelo menos esterilizadora, é mais provável encontrarem-se as condições que precisam para viver e

crescer os homens úteis e necessários às transformações do espírito humano.

Não é traduzindo os velhos poetas sensualistas da Grécia e de Roma¹; requeitando fábulas insossas diluídas em milhares de versos sensabores²; não é com idílios grotescos sem expressão nem originalidade, com alusões mitológicas que já faziam bocejar nossos avós³; com frases e sentimentos postiços de académico e retórico⁴; com visualidades infantis e puerilidades vãs⁵; com prosas imitadas das algaravias místicas de frades estonteantes⁶; com banalidades⁷; com ninharias⁸; não é, sobretudo lisonjeando o mau gosto e as péssimas ideias das maiorias, indo atrás delas, tomando por guia a ignorância e a vulgaridade, que se hão-de produzir as ideias, as ciências, as crenças, os sentimentos de que a humanidade contemporânea precisa para se reformar como uma fogueira a que a lenha vai faltando.

Mas fora de tudo isto, destas necedades tradicionais, é o nevoeiro, é o metafísico, é o inatingível — diz V. Ex.^a

Todavia, quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. Não é a nossa divertida Academia das Ciências que revolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos factos e das ideias. É o Instituto de França, é a Academia Científica de Berlim, são as escolas de filosofia, de história, de matemática, de física, de biologia, de todas as ciências e de todas as artes, em França, em Inglaterra, em Alemanha. Pois bem: a Alemanha, a Inglaterra,

¹ Alude às traduções de Ovídio e Anacreonte.

² Alude às *Cartas de Eco e Narciso*.

³ Alude à *Primavera*.

⁴ Alude ao *Tributo Português na morte de D. Pedro V*.

⁵ Alude aos tratados de Metrificação e Mnemónica.

⁶ Alude a todas as obras em prosa.

⁷ Alude a todas as obras em verso.

⁸ Alude a todas as obras juntas, prosa e verso.

a França, comprazem-se no nevoeiro, são incompreensíveis e ridículas, são metafísicas também. As três grandes nações pensantes são risíveis diante da crítica francesa do Sr. Castilho. Os grandes génios modernos são grotescos e desprezíveis aos olhos baços do banal metrificador português.

O grande espírito filosófico do nosso tempo, a grande criação original, imensa da nossa idade, não passa de confusão e imbróglio desprezível para o professor de ninharias, que cuida que se fustiga Hegel, Stuart Mill, Augusto Comte, Herder, Wolff, Vico, Michelet, Proudhon, Littré, Feuerbach, Creuzer, Strauss, Taine, Renan, Buchner, Quinet, a filosofia alemã, a crítica francesa, o positivismo, o naturalismo, a história, a metafísica, as imensas criações da alma moderna, o espírito mesmo da nossa civilização... que se fustiga tudo isto e se ridiculariza e se derriba com a mesma sem-cerimónia com que ele dá palmatoadas nos seus meninos de 30, 40 e 50 anos, de Lisboa, do Grémio, da *Revista Contemporânea!*

Quem seguir tudo isto vai com o pensamento moderno; com as tendências da ciência; com os resultados de trinta anos de crítica; com a nova escola histórica; com a renovação filosófica; com os pensadores; com os sábios; com os génios; vai com a França; vai com a Alemanha — mas que importa? não vai com o sr. Castilho! não vai com o novo método repentista! não vai com o moderno folhetim português!

O metrificador das *Cartas de Eco* diz ao pensador da Filosofia da natureza — *tira-te do meu sol!* O mitólogo do dicionário da fábula diz ao profundo descobridor da Simbólica — *és um ignorante!* A retórica portuguesa diz à ciência, ao espírito moderno — *cala-te daí, papelão!*

É que tudo isto não passa de ideias. Ora há uma coisa que o Sr. Castilho tomou à sua conta, que não deixa em paz, que nos prometeu destruir... é a metafísica... é o ideal...

O ideal! palavra mística; de gótica configuração; quase impalpável; espiritualista; impopular; que o artigo de fundo repele; que desacreditaria o deputado do centro que a empregasse; que Victor Hugo adora e de que se riem os localistas; que não chega para um folhetim e que enche o maior poema; imensa aos olhos dos que a vêem com os olhos fechados e que nunca viram os que os trazem sempre arregalados; palavra péssima para uma rima de madrigal; palavra que faz desmaiar as beatas; grotesca num botequim; disforme numa sala; medonha numa assembleia de literatos horacianos... decididamente V. Ex.^a devia odiar esta desgraçada palavra!

O ideal quer dizer isto: desprezo das vaidades, amor desinteressado da verdade; preocupação exclusiva do grande e do bom; desdém do fútil, do convencional; boa-fé; desinteresse; grandeza de alma; simplicidade; nobreza; soberano bom gosto e soberaníssimo bom senso... tudo isto quer dizer esta palavra de cinco letras — ideal.

Por todos estes motivos ela é sobremaneira odiável; ela é desprezível por todas estas causas; e V. Ex.^a tem toda a razão, chacoteando, bigodeando, pulverizando esse miserável ideal.

Ele, com efeito, nada do que ele é ou do que vem dele, serve ou pode servir jamais para alguma coisa do que se procura na vida, do que nela procuram os homens graves, os homens sérios, os homens de senso e gosto como V. Ex.^a, que nada querem com ideais ou com ideias, mas só com realidades e com factos; para captar a admiração das turbas; o aplauso das multidões; para formar um grande nome composto de pequeninas letras; para merecer os encómios dos gramaticões e o assombro dos burgueses; para ser das academias; das arcádias; comendador; citado pelos brasileiros retirados do comércio; decorado pelos directores de colégio; o Tirteu dos merceiros e um Homero constitucional.

Para isto é que não serve o ideal. E é por isso, pela sua absurda inutilidade, que V. Ex.^a o apeia com tanta sem-cerimónia do pedestal aonde, para o adorarem, o têm posto os loucos que nunca foram nada neste mundo, nem das academias nem do conselho de instrução pública, um Cristo, um Sócrates, um Homero...

Por isso é que V. Ex.^a faz muito bem em o destruir, a esse pobre diabo do ideal; de o pôr fora de casa a bofetões; de o banir das suas obras, que não há ver por lá nem a mais leve sombra dele. Agradam a todos assim. Os versos de V. Ex.^a não têm ideal — mas começaram por letra pequena. As suas críticas não têm ideias — mas têm palavras quantas bastem para um dicionário de sinónimos. Os seus poemas líricos não são metafísicos, não precisam duma excessiva atenção, de esforços de pensamento para se compreenderem — e têm a vantagem de não deixarem ver nem um só ideal. Nas suas obras todas há uma falta tão completa dessas incompreensibilidades, que deve pôr muito à sua vontade os leitores que V. Ex.^a tem no Brasil. V. Ex.^a diz tudo quanto se pode dizer sem ideias — boa, excelente receita para não cair nas nebulosidades do ideal. Os seus escritos são óptimos escritos — menos as ideias: e é V. Ex.^a um grande homem — menos o ideal.

Dante, que era um bárbaro, o Shakespeare, que era um selvagem, é que rechearam as suas obras de ideal. Victor Hugo também cai muito nesse defeito. V. Ex.^a é que o tem sempre evitado cautelosamente, e por isso não é um bárbaro como Dante, nem selvagem como Shakespeare, nem um mau poeta como Victor Hugo. Não é Dante, nem Shakespeare, nem Hugo — mas é amigo do Sr. Viale, que fala latim como Mévio e Bávio.

Mas, Ex.^{mo} Sr., será possível viver sem ideias? Esta é que é a grande questão. Em Lisboa, no curso de letras, na academia, no conselho superior, no grémio, nos saraus de V. Ex.^a, dizem-me que sim, e que é mesmo uma condição para viver bem. Fora de Lisboa, isto é no

resto do mundo, em Paris, Berlim, Londres, Turim, Gotinga, Nova Iorque, Boston, países mais desfavorecidos da sorte, na velha Grécia também e mesmo na Roma antiga, é que nunca puderam passar sem essas magníficas inutilidades. Elas o muito que têm feito é servirem de entretenimento aos visionários como Cristo (um metafísico bem nebuloso), como Sócrates, como Çakia-Mouni, como Maomé, como Confúcio e outros sujeitos de nenhuma consideração social, que se entre-tinham fazendo sistemas com elas, e com os sistemas religiões, e com as religiões povos, e com os povos civilizações, e com as civilizações códigos, leis, sentimentos, amores, paixões, crenças, a alma enfim da humanidade, cousa que se não vê nem rende, e é também inútil e incompreensível. Eis aí o mais a que as ideias têm chegado. Creio que pouco mais ou nada mais têm feito do que isto.

Em Lisboa é que nem isto. Não sei se tem havido quem tente introduzi-las nessa capital. V. Ex.^a é que eu tenho a certeza de que não era capaz dessa má acção. Por isso Lisboa não cai como caíram Atenas e Roma, por causa das suas ideias, e Jerusalém e outras cidades infelizes, cujos poetas tiveram um amor demasiado ao ideal... Uma só cousa ficou delas: uma memória grande, honrosa, nobilíssima. Caíram, mas deram ao mundo um espectáculo raro — o espírito e a consciência humana triunfando da matéria e brilhando no meio das ruínas como a chama que se alimenta da destruição da lenha donde sai e que a gerou. Eu não sei se V. Ex.^a acha isto sensato e de bom gosto. Cuido que não. O que eu sei somente é que isto é sublime...

Paro aqui, Ex.^{mo} Sr. Muito tinha eu ainda que dizer: mas temo, no ardor do discurso, faltar ao respeito a V. Ex.^a, aos seus cabelos brancos. Cuido mesmo que já me escapou uma ou outra frase não tão reverente e tão lisonjeira com eu desejara. Mas é que realmente não sei como hei-de dizer, sem parecer ensinar, certas cousas

elementares a um homem de sessenta anos; dizê-las eu com os meus vinte e cinco! V. Ex.^a aturou-me em tempo no seu colégio do Pórtico, tinha eu ainda dez anos, e confesso que devo à sua muita paciência o pouco francês que ainda hoje sei. Lembra-se, pois, da minha docilidade e adivinha quanto eu desejaria agora podê-lo seguir humildemente nos seus preceitos e nos seus exemplos, em poesia e filosofia como outrora em gramática francesa, na compreensão das verdades eternas como em outro tempo no entendimento das fábulas de La Fontaine. Vejo, porém, com desgosto que temos muitas vezes de renegar aos vinte e cinco anos do culto das autoridades dos dez; e que saber explicar bem Telémaco a crianças não é precisamente quanto basta para dar o direito de ensinar a homens o que sejam razão e gosto. Concluo daqui que a idade não a fazem os cabelos brancos, mas a madureza das ideias, o tino e a seriedade: e, neste ponto, os meus vinte e cinco anos têm-me as verduras de V. Ex.^a convencido valerem pelo menos os seus sessenta. Posso pois falar sem desacato. Levanto-me quando os cabelos brancos de V. Ex.^a passam diante de mim. Mas o travesso cérebro que está debaixo e as garridas e pequeninas cousas que saem dele confesso não me merecerem nem admiração, nem respeito, nem ainda estima. A futilidade num velho desgosta-me tanto como a gravidade numa criança. V. Ex.^a precisa menos cinquenta anos de idade, ou então mais cinquenta de reflexão.

É por estes motivos todos que lamento do fundo de alma não me poder confessar, como desejava, de V. Ex.^a

Coimbra, 2 de Novembro de 1985

Nem admirador nem respeitador
ANTERO DE QUENTAL

A DIGNIDADE DAS LETRAS E AS LITERATURAS OFICIAIS

I

Devo estas explicações ao público, e a mim mesmo sobretudo.

Sim: sobretudo a mim, à minha própria dignidade moral. Na hora em que eu não pudesse confessar sem receio ou vergonha, a esse severo juiz que todos temos dentro, os motivos de uma opinião, duma frase, duma palavra sequer, proferida numa ocasião grave; na hora em que me visse obrigado a ocultar à consciência, que julga e sentencia, um só acto da inteligência, que pensa e determina — fosse embora aquela frase brilhante e aplaudida, fosse aquela determinação atrevida e admirada — eu é que não poderia nessa hora sentir os lábios as doçuras do triunfo, mas só no coração todas as amarguras duma consciência perturbada, o fel da baixeza e da injustiça própria.

O público, esse, tem direito a perguntar-me por que me levanto contra as imagens gloriosas ante que ele se inclina; por que não admiro o que ele ama; por que não respeito o que ele adora; por que me atrevo contra o voto das gentes e a opinião comum.

Estranho desacato, com efeito! Na pessoa de um dos seus escolhidos, ofendi eu toda a opinião, o juízo, o

gosto, o sentir de quantos o tinham levantado sobre os braços e sentado na cadeira curul da autoridade e da glória. Reputaram-lhe merecimentos dignos de admiração e de respeito. Eu, revoltando-me, é como se dissesse ao respeito e admiração pública: «sois cegos e insensatos: enganais-vos: o que a todos vos enleva e faz pasmar não é grande gigante, é só nuvem e fumo mentiroso...».

Isto é grave. É preciso firmar-se quem disser isto em boas e sólidas razões, porque se não contradiz tanta gente só pelo gosto de contradizer. Ao público devemos-lhe isto; de lhe não falar senão em nome dalguma cousa alta, dalgum bom princípio, dalguma razão inabalável.

É o que a mim me acontece.

Se ao público e à consciência, que me interrogam pelos motivos de uma acção grave por mim praticada, eu não tivesse para responder senão paixões, capricho, vaidades, eu seria então, para aquele, quando muito, um iconoclasta atrevido mas sem nobreza nem razão, e, o que é pior, para esta um espírito escurecido, sem clareza de justiça, sem luz moral...

Nada disto acontece, porém. Interrogo-me na austera serenidade do meu tribunal interior e acho-me limpo e inocente. Não sacrifiquei ao orgulho, ao interesse, ao egoísmo da mais pequenina das vaidades — a vaidade literária. Nada disso. Falei verdade: e esta só palavra explica o silêncio, ou os desconcertos, piores ainda que o silêncio, daqueles a quem me dirigi; e, por outro lado, explica a serena constância com que me levanto de novo para sustentar, para confirmar os sentimentos, as ideias e as palavras que esse amor da justiça e da razão me inspirara.

A verdade tem, com efeito, isto de admirável: que só por si, invisível e deserddada, vale para o espírito de quem sinceramente a adoptou mais do que a adesão dos sábios, a aprovação dos prudentes, o aplauso das

maiorias. Isolada e desconhecida, é ela contudo o mais forte esteio da consciência, porque só ela lhe oferece esta base inabalável — a convicção.

O mais que importa? Eis aí estão muitos dos que me animam e defendem que, aplaudindo-me, foram tão injustos para comigo como os que me combatem, com as suas ignorantes apreciações. Aplaudiram uns a audácia da heresia literária; outros a firmeza dum golpe certo; aqueles folgaram com a satisfação de certos ódios que eu não conheço; estes com o abatimento de certas famas; todos, enfim, com o escândalo... Mas eu só tinha buscado o triunfo da verdade.

Não, meus senhores. Eu não tomei nas mãos o pendão de nenhum corrilho ambicioso, para o fazer triunfar em combates risíveis de palavras. Eu não pus a minha alma ao serviço das vaidades egoístas de nenhum grupo. Também não foi um turbulento espírito demagógico que me fez sair a campo procurando destruir alguma coisa só pelo amor da destruição. Menos, a presunção orgulhosa de gladiador novo, cuja audácia impaciente não conhece prudência e procura os mais robustos e aguerridos para o desafio e o combate. Menos ainda, o escândalo...

Não, meus amigos. Não vale realmente a pena comover-se a gente quase até à veemência, indignar-se quase até ao sofrimento, chamar a sua inteligência e o seu coração, só para responder com grandes frases a pequenos golpes de gente ainda mais ignorante do que malévola; para desacatar um dos ídolos de barro da religião burguesa contemporânea; para, enfim, fazer um escândalo... em Portugal! Nada disso. Graças ao deus da liberdade, não pertenço por ora a nenhuma escola além da escola do pensamento e da franqueza. Esta está ou pode estar em Coimbra como em Lisboa ou em Pequim — em toda a parte aonde estiver uma consciência leal. Das outras não curo eu. Parecem-me refinadas em ritos complicados e doutrinas subtis de mais para esta mi-

nha rudeza inconveniente e até insocial. Não sei o caminho secreto de suas aulas. É por isso que as não defendo nem ataco: ignoro-as¹

Não foi isso, pois, o que eu intentei fazer *desacatando* a venerabilidade sacerdotal do Sr. Castilho. Não foi defender uma escola, um grupo, uns homens. Foi *só* defender a liberdade e dignidade do pensamento, que nesse momento se ofendiam na chamada escola de Coimbra, no trabalho dalguns homens (bom ou mau, não curei de o saber) mas trabalho livre, independente, trabalho santo pois, e digno de respeito.

Isto assim parece-me melhor e mais alto. Entendamos assim a questão. Só assim será justa, sagrada esta causa. Só assim terá infalível o triunfo.

Desta altura vê-se muito, e muito longe. A perspectiva é clara e franca, e raro engana. Fica-se firme e sereno como quem vê o verdadeiro aspecto das cousas. Como não houve ilusão não há lugar depois a negar, a reformar, a contradizer. O que se viu viu-se por uma vez. O que se disse disse-se por uma vez. A palavra toma ao carácter a sua segurança e energia. Não retira o que uma hora afirmou. É honrada.

Ora na conta de honrada tenho eu a minha. Por isso que me levantei em nome de ideias e não de cousas, de verdades e não de homens, por isso mesmo não tenho que sofrer da incerteza dos homens e das cousas. Condenei em nome de princípios: esses são eternos, e àquella sentença não lhe posso nem devo nem quero mudar uma linha, uma letra sequer.

¹ Não posso, a propósito disto, deixar de falar de um notável desacerto. É o do Sr. E. da Cunha, pessoa que eu pouco conheço, e que acaba de me dirigir uma carta pela imprensa, aonde começo por estranhar a inesperada intimidade do tratamento de *tu*, e acabo indignando-me com as ideias, as intenções e os princípios que me supõe. Não menos me espantou saber por esse escrito que pertença a uma escola cujas opiniões o autor deduz e motiva com uma facilidade que me assombrou, a mim que não sabia pertencer a tal grémio nem a tais princípios. Tudo isto faz rir; mas sempre é bom declarar que tudo aquilo são meras ilusões duma boa vontade muito mal aconselhada.

Porquê? Eis a explicação que eu devo ao público. Por que persisto em acusar o Sr. Castilho em nome deste grande princípio da liberdade do espírito? Por que lhe não aceito a autoridade? Por que o não sigo, antes aconselho a todos que lhe evitem o exemplo? Por que o não *admiro* nem *respeito*?

Cumpre explicar tudo isto. Os motivos que tenho satisfazem-me as exigências duma consciência pouco feita a branduras consigo mesma. Espero que satisfarão a de muitos. No caso contrário, consolar-me-ei com esta lembrança — que mais lealmente ninguém procurou a justiça e a razão neste pleito.

II

A dignidade do pensamento! Se desde Sócrates até Camilo Desmoulins, até Proudhon e Victor Hugo no exílio, tudo que em nome dela se tem sofrido não passasse duma questão de utilidade ou vaidade de pessoas, capricho e opinião de homens, dum lado como no outro, iguais os perseguidores e os perseguidos no princípio, e só diferentes na vária fortuna — nesse caso devíamos lamentar a humanidade, porque a sua maior virtude, como na blasfémia de Bruto, não passaria duma palavra.

Não é assim, felizmente. Esses tais tinham para lhes levantar a causa até às alturas duma causa humana, de interesse universal (tinham esses e têm todos os que preferem sofrer e combater a dobrar-se ao mando de quem só tem autoridade do acaso, da fortuna duma posição oficial) uma cousa bem pequena ordinariamente no mundo, mas no espírito — e por isso na verdade — imensa, a maior de todas: a liberdade.

E pois foi em nome dela que eu vim falar, é por isso que não posso nem devo desdizer-me.

Eu não daria um passo fora da minha porta para ir

defender-me diante dos que passam, convencê-los da superioridade dos meus trabalhos, contar-lhes os meus triunfos e os meus dissabores literários, falar dos meus amigos ou inimigos. Que vale isso? Mas para declarar que não há autoridade outra além da razão; outro critério mais que o sentir individual; que o pensamento e a meditação, se custam mais, por isso mesmo infinitamente mais valem que a obediência inerte e ininteligente; que mestre não há outro além do estudo, nem outro respeito deve haver além do culto da verdade — para declarar isto já vale a pena erguer a voz, porque se alguém nos quizer impor silêncio em nome dalgum interesse ou conveniência podemos sempre responder-lhe: «Não; este interesse vai adiante de todos porque é o interesse soberano do espírito.»

Ubi spiritus ibi libertas, diz o Apóstolo. São inseparáveis: como os gémeos siameses não é possível cortar o laço vivo que os une sem que para logo corra o sangue e morram. Sem espírito não há liberdade: sem liberdade não há espírito. Ora este é a alma, a vida, a essência das literaturas, da poesia, da arte, de todo o trabalho do pensamento e da inspiração. Literatura que respeite mais os homens do que a santidade do pensamento, e independência da inspiração; que pede conselho às autoridades encartadas; que depende dum aceno de cabeça dos vizires académicos; essa literatura não é livre — *ubi libertas ibi spiritus* — não tem, logo, espírito, não é viva e poética... não existe pois como cousa alta e ideal, isto é, não existe, porque só ideal e alta se concebe literatura e poesia.

Bastava-me isto só para condenar o Sr. Castilho, as suas doutrinas, o seu procedimento. Se isto é verdade, se não há verdadeira poesia fora desta alta e digna independência, o Sr. Castilho é o maior inimigo da poesia portuguesa porque quer matar nela aquilo mesmo que é a sua essência, a sua força, a sua vida...

Isto é um grande mal e uma grande injustiça. Pro-

testo contra eles. E não só protesto como consciência individual mas como consciência colectiva; como homem e como cidadão; em nome das regalias do meu espírito e em nome do futuro do espírito nacional. Sim: fazer raquítica uma literatura, amputá-la do que tem de mais vital, pô-la engoiada e peca como um fruto seco antes ainda de maduro, isto é um crime público. Cuidais que é só roubar aos olhos ou aos ouvidos algumas cores ou alguns sons agradáveis? privar-nos dum divertimento, uma distracção futura? Não: é mais e muito pior. As literaturas, boas ou más, têm feito o destino do espírito das nações. Ora tudo vem do espírito. Pervertê-lo é perverter a nação, é corromper as origens do futuro, é roubar ao presente a sua energia, a sua vida. Concebe-se uma literatura banal, baixa, comum, ridícula, no meio de uma sociedade grande, nobre, forte, formosa? Uma reagiria sobre a outra e em breve lhe teria inoculado o vírus mortal da vulgaridade e da baixeza. Pelo livro, pelo teatro, pela crítica, pela conversa infiltraria essa peçonha em todos os vasos do corpo social, na família, na escola, no jornal, no parlamento, em casa, na rua, em toda a parte onde se lê ou fala, vê ou ouve, e em toda a parte educaria para o mal e para a vulgaridade os pensamentos a princípio, depois as vontades, os corações, tudo e todos por fim...

Os escritos e os escritores, as artes e os artistas, é que fazem a corrupção ou a grandeza das épocas. O corteão Petrónio, os poetas sofistas e sensuais, a literatura material e adúladora da Roma dos Imperadores preparam, conservam e acostumam o povo a sofrer o despotismo, a crápula e a baixeza de seus senhores, a ser como eles baixo, crapuloso e violento. Ésquilo, pelo contrário, o poeta nobre e audaz, independente até à rudeza, é o contemporâneo de Salamina e Maratona, da época de maior grandeza, de maior elevação do espírito grego. O *Canto de Roland*, esse poema da altivez e

do denodo, aparece no grande tempo espontâneo, libérrimo, da formação do mundo feudal, nesse grande esforço da Europa para constituir uma sociedade fundada toda na independência quase feroz do indivíduo. O chato e manhoso *Poema de Renard*, baixo e traiçoeiro, a *Farsa de Pathelin*, vilã e indigna, são obras contemporâneas do estabelecimento da tirania real, da destruição das comunas, do espírito de pequena prudência e cobardia que precedeu a Reforma e a Renascença. Os poetas cortesãos e convencionais de Luís XIV fazem esquecer à França a sua independência, doiram os grilhões que lhe lança aquele senhor despótico e orgulhoso. Pelo contrário, a literatura turbulenta do século XVIII, herética em Voltaire, plebeia em Rousseau, democrática em Diderot, eleva o espírito francês até àquela ebulição suficiente para conceber a grande obra dos tempos novos, a Revolução.

Sempre o espírito do lado da liberdade. Sempre a independência, como solo ubérrimo, deixando rebentar do seio as obras boas e fecundas. Sempre a dignidade, a *irreverência* pelos mestres e senhores, pelas autoridades oficiais, garantindo a verdade e elevação dos pensamentos e das palavras. «O mineiro quer os braços soltos para cavar buscando o oiro por entre as areias grossas. O piloto quer os olhos desvendados para ler nos astros o caminho da nau por entre as ondas incertas. O sacerdote quer o coração limpo de paixões, de interesses, para aconselhar, guiar, julgar, imparcial e justo. O escritor quer o espírito livre de jugos, o pensamento livre de preconceitos e respeitos inúteis, o coração livre de vaidades, intemerato e incorruptível. Só assim serão grandes e fecundas as suas obras: só assim merecerá o lugar de censor entre os homens, porque o terá alcançado, não pelo favor das turbas injustas e inconscientes, ou pelo patronato degradante dos grandes e ilustres, mas elevando-se naturalmente sobre todos pela ciência, pelo paciente estudo de si e dos outros,

pela limpeza interior duma alma que só vê e busca o bem, o belo, o verdadeiro.» (Carta ao Ex.^{mo} Sr. A. F. de Castilho.) Escrevamos afoutamente esta sentença do filósofo antigo — um grande escritor é antes de tudo um grande homem: o bom poeta pressupõe o homem de bem. Ora concebe-se, já não digo o grande homem, que nem todos podem ser, mas o homem de bem, que todo tem obrigação de ser, pedindo o auxílio de uma autoridade qualquer para pensar, consultando o termómetro da conveniência e aprovação dos mestres para falar, recebendo o santo e a senha como um soldado disciplinado, feito autómato escravo na cousa espontânea e individual por excelência, o pensamento? Um homem de bem não faz isto: e toda a literatura que o faz é uma desonesta literatura.

É porque a essência, a cousa vital das literaturas não é a harmonia da forma, a perfeição exacta com que se realizam certos tipos convencionais o bem dito, o bem feito, um arranjo e uma curiosa faculdade feita para divertimento de ociosos e pasmo de quem não concebe nada acima dessas raras mas fúteis habilidades de prestidigitador. Para isso basta um certo jeito, uma arte delicada mas puramente exterior às grandes faculdades do espírito, um estudo especial e por única virtude a paciência. Se assim fosse, seguramente que se dispensavam todas as outras virtudes; a habilidade bastava; e podia-se ser um grande escritor e, todavia, um homem pouco digno e nada altivo. Os poemas seriam nesse caso como pulseiras ou brincos admiráveis realmente, e que não requerem mais merecimentos em seus autores do que o desenvolvimento particular de certas faculdades e dispensam perfeitamente todo o cortejo dos grandes e excelentes dons, a hombridade, e o severo espírito que só fazem o verdadeiro *homem*.

Provada, porém, e admitida a diferença entre um bom ourives e um bom poeta, entre uns lavrados e delicadíssimos enfeites e um sentido e pensado poema, pro-

vada fica a necessidade que tem o ministério sagrado das letras de mais alguma virtude além dos dotes mecânicos e exteriores — isto é, a necessidade dum simples mas levantado espírito, duma livre inspiração, duma franqueza e independência extrema... de alma, para tudo dizer.

III

A alma! sim: é dela que precisa toda a literatura que, em vez dos aplausos que passam e dos interesses que rebaixam, tivesse por única e nobilíssima ambição levantar, melhorar os espíritos abatidos, ir adiante mostrando os caminhos encobertos do bem, responder às necessidades morais do tempo, dar um alimento sadio e forte à ânsia, à fome e sede de saber e de sentir, ser enfim nacional e popular no grande e belo sentido da palavra.

Uma literatura assim compreenderia estas coisas: que toda a soltura e independência é pouca; que se a tirania da moda e da opinião é insuportável, não o é menos a dos mestres e das reputações opressivas e orgulhosas; que, tendo-se em vista dizer alguma coisa nova, descobrir, não copiar e repetir, bom é que haja liberdade de procurar, que não se perturbe nunca o pesquisador de bem e de verdade, ainda aquele que a pretende encontrar nos desvios mais arredados e estranhos; que se creia no *possível* e se respeite ainda o erro quando for filho dum desejo tão sincero e dum tão honroso empenho.

Ora isto é que não fazem as literaturas oficiais. Não concebem salvação fora do grémio estreito de suas igrejas, para não dizer capelas e oratórios. Não entendem outras palavras senão as poucas do seu dicionário incompleto e mutilado. Achrom que o mundo está todo explorado, todas as ideias, todos os sentimentos, todas

as formas, e que tudo isso o têm eles nas suas gavetas e nas suas pastas. Classificam de louco e de ignorante quem, aí dum canto, se levanta e pretende ter achado alguma cousa nova — ainda que não seja senão um seixo descolorido ou uma erva rasteira. Querem que se olhe para o mundo através das vidraças dos seus gabinetes e se veja reflectido todo o céu no fundo dos seus tinteiros...

Isto assim pode ser que seja útil, fácil, vantajoso; pode ser que assim se conquiste a opinião das maiorias boçais, que dão a fama, ou o favor das minorias inteligentes, que dão alguma cousa melhor do que a fama, que dão a importância, o interesse e o poder... Pode ser que seja hábil isto e até profundo — só não é nem digno nem verdadeiro.

Mas são assim as literaturas oficiais, governamentais, subsidiadas, pensionadas, rendosas, para quem o pensamento é um ínfimo meio e não um fim grande e exclusivo; para quem as ideias são uns instrumentos de fortuna mundana, uma ocasião mais de sacrificar às pequenas ou más paixões, em vez de serem uma fortaleza aonde se guardem do contacto das impurezas e das misérias; para quem esta santa tribuna da palavra não passa dum marco daonde lancem o pregão de vergonhosos leilões; para quem a glória é uma especulação feliz, não uma sagrada palma que é preciso colher com mãos puras; para quem, enfim, nobreza, desinteresse, ideal, sinceridade, sacrifício, são apenas boas e sonoras palavras, feitas para levantar o período e encher a frase, elegantes, brilhantes, excelentes para tudo... menos para se tomarem a sério. São assim as literaturas oficiais; e, o que é mais, não podem ser doutro modo. A fatalidade de seus princípios impõe-lhes necessariamente estas tristes consequências. Como não buscam a verdade pela verdade, a beleza pela beleza, mas só a verdade pelo prémio e a beleza pelo aplauso, têm de as renegar tantas vezes quantas a beleza não agradar aos

olhos embaciados da turba que aplaude, e a verdade ofender os senhores que premeiam e recompensam. Ora, quantas vezes num século premeiam os senhores a verdade sincera e inteira? quantas vezes aplaudem as turbas sensuais e ininteligentes a formosura ideal, límpida e simples?

Mas quanto mais fogem das ideias tanto mais respeitam e adoram as cousas. Quanto mais ignoram os princípios, os inflexíveis princípios que não se vêem nem rendem nem louvam, impassíveis e pobríssimos, tanto menos se atrevem contra os homens, os homens que vêem perfeitamente as genuflexões e as agradecem e galardoam, que ouvem distintamente as lisonjas e se dobram e torcem, os homens maleáveis, os homens exploráveis, ricos em aplauso e mesmo em dinheiro... Como não têm no coração uma voz eterna, uma inspiração que os leve no seu caminho, sob pena de não andarem, têm de seguir alguém, os passos dalgum ser privilegiado que lhes faça as vezes de consciência, de ciência e de crítica. Como não têm um credo, têm de ter um papa cuja pessoa sagrada sirva de doutrina, de crença, de fé. Como não têm bandeira em volta de que se ajuntem todos iguais e livres, precisam então dum chefe, um general muito condecorado, muito dourado, muito fardado, envolto todo em fitas, comendas, galões, um fetiche, um ídolo que só por si faça as vezes de pendão, de palavra sagrada, de ideia, de tudo...

É assim que nascem as realezas literárias. Nascem dum vício, como todas as realezas. Nascem para o mal dos homens, para o abaixamento das almas, como todas as autoridades, todos os poderes desnecessários. Mas estas são piores e dum mais pernicioso efeito. As outras oprimem os corpos, as cousas da matéria, as fazendas, os interesses: mas estas tiranizam o pensamento, as ideias, o espírito. Estas é que são as verdadeiras, as detestáveis tiranias. As outras podem deixar-nos

aí a um canto, sem tecto, sem lar, sem dinheiro, nus e ao frio. Mas isso satisfá-las: e esse miserável nu pode livremente pensar, cismar, ter a opinião que lhe convier e um mundo interior tão belo como aquele de que o privam os opressores: pode, diz muito bem Michelet, chamar-se o escravo Epicteto. Mas estas opressões do espírito, ainda que nos dessem, como falsa compensação, casas, riquezas, servos, luxo e brilho, deixavam-nos tão escravos e miseráveis como dantes, sem liberdade interior, sem capacidade para pensar, julgar por nós mesmos, moralmente paralíticos. Quem, ainda no meio das maiores grandezas, não pode senão amar, admirar cousas pequenas e mesquinhas, que é senão mesquinho e pequeno? Quem, ainda no país mais livre, obedecer sem reflexão ao aceno dalguém, o que é senão escravo? Os tiranos da matéria deixam-nos pobres e desabrigados: estes do espírito fazem-nos baixos e estúpidos — qual é preferível? E não me digam que uso de grandes palavras numa pequena questão; que invoco os maiores santos numa ocasião de tão pouco perigo. Não é assim. Tanto se sofre duma pedrada atirando-se-nos com um seixo como com uma pedra preciosa. Que importa que a violência que se faz à alma seja dum ou doutro modo, numa grande ou numa pequena cousa? Todas as liberdades são solidárias: e o que as faz boas e estimáveis não é o darem-se num caso e não noutro, mas no facto mesmo da liberdade. Também são solidárias todas as opressões; e o que as faz péssimas e detestáveis não é virem duma ou doutra mão, pesarem num lado ou no outro, mas somente o facto da tirania. Não há pequenas opressões, pequenas injustiças, pequenas misérias. Há só misérias, injustiças e opressões. Todas são más e desprezíveis.

E, depois, a literatura será cousa tão pequena, tão indiferente e secundária? será de tão mínimo interesse, que aqueles mesmos que não sofrem a menor vexação, a menor violência, nesse ponto tolerem ou nem sequer

sintam o mal e as durezas do jugo? Será cousa sem consequências o pensamento escrito, o teatro, o livro, o romance, a poesia, que não valha ao menos a pena indagar por que mãos andem, que é que pretende explicar os sentimentos e as ideias, quem forma o gosto bom ou mau, quem critica e organiza a opinião, quem faz tudo isto e com que direito?

Lembre-mo-nos que a literatura, porque se dirige ao coração, à inteligência, à imaginação e até aos sentidos, toma o homem por todos os lados; toca por isso em todos os interesses, todas as ideias, todos os sentimentos; influi no indivíduo como na sociedade, na família como na praça pública; dispõe os espíritos; determina certas correntes de opinião; combate ou abre caminho a certas tendências; e não é muito dizer que é ela quem prepara o berço aonde se há-de receber esse misterioso filho do tempo — o futuro.

É ele, com efeito, quem as literaturas convencionais e falsas comprometem. A pequenez e estreiteza de espírito que as caracteriza, o acanhamento de seus juízos, a incerteza e indecisão de seus princípios, a banalidade, o comum de suas criações, e sobretudo o seu servilismo e miséria moral caem, como um veneno, no sangue das gerações nascentes, corrompem-no logo a princípio, e o futuro, de belo e forte que Deus o tinha preparado, sai raquítico, incerto, fraco, triste, baixo e apto para sofrer todas as misérias e todas as servidões.

Porventura não foi a *literatura picaresca*, céptica e sem brios, que entorpecendo com o espesso vapor de nauseabundas banalidades a alma audaz dos Espanhóis, lhes fez sofrer resignados a opressão austríaca, o reinado infame de Carlos V, Filipe II e a Inquisição, e comprometeu por séculos a causa da civilização na Espanha?

IV

Ah! antes mil vezes o excesso, a extravagância mesmo, a desregrada audácia, a petulância aventureira de concepções e formas, o abuso da liberdade, enfim, do que esta estreita e pequena prudência; do que esta submissão ininteligente, este temor de cego que não anda com medo de cair e, como não vê, por isso se dispensa de falar em luz; do que o acanhamento intelectual que é uma prova ou um motivo de entorpecimento moral e este culto do vulgar, do rasteiro, das *ideias* ao alcance dos que não sabem pensar e dos *sentimentos* acessíveis aos que não têm alma; do que, finalmente, esta morna, adocicada e nauseabunda atmosfera artificial que nos querem fazer respirar como se fosse o ar livre, extenso e forte da vida do espírito. Isto não faz doudos, seguramente, porque a doudice é ainda uma energia, e isto é mortal e inerte. Não faz extravagantes, porque a extravagância supõe ao menos um desejo de subir e elevar-se, e isto é tacanho e ordinário como um anúncio mercantil. Não faz as Lélías e as Pulquérias ultra-românticas e ardentes, mas cria as Emas piegas, sem alma e sem sentidos, tão pouco virtuosas como as outras e sem ao menos terem como elas uma desculpa nos delírios dum espírito excessivo mas nobre, ou nas excitações dum sangue de bacante, mas vivo em todo o caso. As literaturas oficiais, realistas e banais não fazem destas extravagâncias, que ao menos têm a elevação e toda a poesia da febre e do delírio. Mas produzem a imbecilidade, a baixeza, a vulgaridade — sem por isso serem mais virtuosas...

Isto é um pouco pior, cuido eu. Há nas extravagâncias da exaltação alguma coisa nobre e aspiradora de melhor, que, ainda quando sorrimos, nos faz pensar que é um coração desregrado sim mas vivo que inspira essas doudices. Mas nem ao menos ter por desculpa uma generosa loucura; errar, mas errar a sangue-frio; ser falso reflectida

e prudentemente — isto é que é ter plena consciência da sua miséria, é comprazer-se nela e habitar alegre no seu nada como se fosse o mais rico palácio!

É certo que se não é estranho, confuso, visionário; mas não é porque pela verdade se chegasse à simplicidade, pela elevação se alcançasse aquele ponto sublime que parece à primeira vista fácil e corrente. Não é por isso; mas simplesmente porque se abstrai do pensamento, ocasião de confusões, de fantasia, origem de estranhas visões, do sentimento, causador de ímpetos apaixonados; exactamente como aqueles que jamais escoregaram ou caíram nos precipícios da montanha, não porque são fortes e resolutos, mas só porque nunca saíram de ao pé do lar doméstico, entre as mulheres, quentes e satisfeitos...

Mas esta é a dura fatalidade das literaturas que sacrificam ao ídolo vulgar do favor público e não às aras severas da consciência, do pensamento isolado mas enérgico. Como é a fama que procuram, passam ao lado da verdade e não a vêem nem a conhecem sequer. Servem um senhor caprichoso e grosseiro: têm de lhe oferecer umas vezes manjares acres e ardentes que estimulem a sua rude sensualidade, outras, pelo contrário, as mais refinadas e requintadas iguarias com que lisonjeiem o seu extravagante sibaritismo de bárbaro. Jamais a nutrição simples mas sadia, forte sem ser grosseira, pura sem ser requintada. Essa não a quer ele, excessivo, cheio dos mais contraditórios caprichos, como criança perdida de mimos ou sultão a quem nunca uma contrariedade educou para a paciência e a verdade.

Esta, a verdade, quer só dar-se a quem a procura por amor, exclusivamente por sua formosura, não pelo aplauso ou pelo preço que possa render. Ora isto é o que não podem fazer as literaturas oficiais. Seria renegar o seu mesmo princípio, o culto da opinião, e o seu fim, os bravos de momento, o triunfo ruidoso mas efêmero das praças públicas. Falam às maiorias, têm de

ser comuns. Dirigem-se ao vulgo, têm de ser vulgares. Especulam com as paixões públicas, têm de as aceitar e lisonjear. Dependem dos ídolos do dia, têm de os incensar. Recolhem juro dos prejuízos e ilusões nacionais, têm de conservar esse capital rendoso. Têm por infalível pontífice o juízo popular, não podem renegar de suas doutrinas, seus dogmas, seus cultos. Hão-de ir sempre ao nível do espírito público, do pensar das maiorias: nunca acima. Serão entendidos, aplaudidos, estimados. Nunca, porém, elevarão, nunca hão-de ensinar, nunca hão-de mostrar mais do que pode ver qualquer dos que estão no meio da turba...

As nações, porém, é que têm direito a exigir dos que falam no meio delas alguma palavra melhor ou maior do que as usadas e costumadas palavras de todos e de todos os dias. Por que razão, com efeito, levantar-se no meio dos homens, chamá-los em volta de si, para não dizer mais nem melhor do que eles sabem, pensam e dizem? As nações têm um instinto secreto ainda que confuso de seus destinos e do que para o cumprimento deles convém. Se um momento aplaudem quem as lisonja, em breve desprezam e esquecem. Para amar precisam odiar primeiro. Aqueles cujos nomes têm de gravar no coração, não são os aduladores, são os amigos sinceros e independentes, que lhes dizem as verdades em toda a sua dolorosa mas salutar crueza. São os Proudhons, os Larras, os Herculanos: não os Castilhos, os Martinez de la Rosa, os Sainte-Beuve. Estes, porque são das academias, dos conselhos reais, dos senados, dos *altos* cargos, é por isso mesmo que não são nem do povo nem da nação. Ele, o povo, quer que o eduquem, que o melhorem, que o repreendam. Quer obras severas, graves, sérias, fortes; não brincos de crianças, distrações de ociosos, entretenimentos de fúteis — porque ele trabalha e não o consolam nem aliviam essas polidas mas ocas ninharias. Sabe que é ignorante e quer que o alumiem, que o castiguem às vezes: o seu

bom senso desconfia dos que o adulam e chamam sábio e inspirado. Uma literatura cortesã, convencional, respeitadora de todas as conveniências, menos da verdade, só pode ser aplaudida pela multidão dos ociosos, dos banais, cujo mau gosto iludem as aparências de estilo, melodias de forma e exterioridades.

O povo, a verdadeira nação, isto é, os homens que sentem e os homens que pensam, esses não têm simpatia nem admiração pelos formosos sofismas duma arte brilhantemente estéril, que só serve para entorpecer o espírito adormecendo-o ao som de um canto doce mas fraco, sensual e sem altura. Esses não prezam a retórica, mas só o pensamento. Não amam a poética; bastalhes a poesia. Não querem ser divertidos, mas somente ensinados e melhorados.

V

Ah! mas nesta terra, em tempo fecunda e santa e agora fria e estéril, a esta gente outrora nobre e ativa e hoje baixa e envilecida, a esta gente e nesta terra é que era fazer ouvir as grandes palavras de esperança, de coragem e de fé! Levantar esses ânimos incertos e caídos, animar esses corações descrentes, aquecer com um fogo vivo de amor, de sentido e ardente amor, esse sangue meio regelado, esses peitos que esfriam de desalento, alumiar esses olhos que o desgosto embacia e essas almas ainda mais baças pelos crepúsculos dum espantoso abaixamento de luz moral! Aqui é que era fazer triunfar o espírito, pondo-o tão alto que fosse um como sol a aquecer, a alumiar uma terra e uma gente que, ao sentir faltar-lhe o mundo, soubesse tirar daquele só astro o calor e a luz para a vida, e no isolamento da decadência, fizesse nova pátria, mais rica e formosa, da virtude e da nobreza!

Nunca literatura alguma teve obrigação de ser ele-

vada, grave, séria, desambiciosa, como a literatura deste povo decadente, cujas últimas misérias aí estão para inspirar a compaixão ou o desespero, a dedicação ou a blasfêmia, o amor ou o insulto, tudo, menos os pequenos sentimentos do interesse pessoal e da vaidade. Oh! quem se pode lembrar de especular com os últimos alentos dum moribundo? quem pode folgar com a ruína de um grande e formoso edifício que desaba, só porque nesta queda aproveite algumas pedras para fazer um muro à sua horta? quem se consola de ver retalhado o manto nobre de um grande rei só porque uma nesga lhe pode servir para os seus usos domésticos?

É isto, todavia, o que tem feito e o que faz ainda a nossa literatura oficial. Ri, graceja, cisma, murmura, fantasia, procura rimas bonitas, desenterra palavras obsoletas e construções exóticas de frase, diverte-se e cuida divertir-nos, no meio de um grande luto nacional, numa hora das mais solenes deste povo... Quando, no meio da triste dissolução do passado, a alma portuguesa incerta e vaga procura um caminho novo, hesita e está em perigo de se assentar cheia de dor nalgum marco isolado e deixar-se aí finir de desgosto, é nesta hora que a nossa literatura que se diz nacional não acha, para a confortar, esclarecer, animar, conduzir, uma só palavra viva, um só sentimento profundo, uma alta ideia, ao menos uma lágrima bem triste, nada... só frases, rimas, estilos, palavra — *words, words, words...*

Havia um grande exemplo de meditação a dar ao povo — e vemos a futilidade entronizada. Havia um grande exemplo de patriotismo — e vemos o desamor e a indiferença premiados. Havia um grande exemplo de desinteresse e independência — e não vemos senão cortesias, gnuflexões, reverências, baixeiras... Ah! com a mão na consciência, será isto bastante para constituir a literatura, isto é, o pensamento, a alma duma nação? Eu pergunto-o aos homens de bem, que ainda não

coram deste nome honradíssimo de patriotas, que ainda não acharam ser cousa de bom gosto o cepticismo, a indiferença e o desprezo da pátria e dos cidadãos. A esses pergunto: representam realmente o espírito deste povo a futilidade, o desamor e a baixeza? Será assim o coração desta gente toda, que os que se dizem intérpretes de seus sentimentos não achem lá senão o vácuo e inanidade moral?

A consciência da nação, da parte honrada, séria e realmente viva dela, responde-me que não. Não me respondem, seguramente, os especuladores da capital, os cépticos da moda, que esses não sabem senão rir com um riso baixo e ininteligente, que compunge mais ainda que as lágrimas. Mas eu não falo com eles. Esses entendem que o povo está bom e é forte ainda e próspero por isso que ainda pode pagar. Para esses a missão das letras está cumprida com meia dúzia de folhetins e alguns romances insípidos quando não imoralíssimos.

Mas a nação, a nação verdadeira, não sois vós, senhores do funcionalismo, parasitas, ociosos, improdutivos. A nação portuguesa são três milhões de homens que trabalham, suam, produzem, activos e honrados, que vivem não segundo a moral dos especuladores, mas segundo a lei do dever e da consciência. Esse, o verdadeiro povo, tanto aprova os vossos feitos e os vossos dizeres, que não conhece os vossos governos senão para os maldizer, e aos vossos grandes homens, aos homens de convenção, nem sequer lhes sabe os nomes obscuros a três léguas de distância das vossas academias e das vossas redacções...

Oh! meus pobres amigos da província! pobres homens que sois os que trabalhais e fecundais o solo, cujo melhor fruto devoram esses senhores inúteis; que sois honestos e bons; que tendes no coração os restos do sentir português que há ainda nesta terra! Homens sinceros das vilas, das aldeias, dos campos, das lavoiras, dos trabalhos; dissei-me quantas vezes tendes feito

parar o arado no meio de um rego para recordar as glórias oficiais, que as gazetas recomendam, e exultar com elas, e consolados por esta lembrança continuar mais enérgicos e alegres?

Lembro-me de vós e dos vossos rudes labores, das lidas fadigas que vos consomem as honradas e modestas vidas! Por vós e pela vossa causa soffro contente os risos insultosos, os desdêns e as injustiças, porque vós tendes direito a alguma cousa melhor do que requêbros de frase, algumas lições mais altas do que os exemplos de convivência com as torpezas e as abjecções do tempo, a alguma doutrina mais consoladora do que a resignação e a condescendência com as loucuras da época, a alguma moral mais santa do que o amor sensual e exclusivo da forma, do som, das palavras ocas e esterilmente harmoniosas!

Vós, porque pagais, nutris, sustentais toda essa gente, tendes direito a que em troca vos dêem belos e bons pensamentos, santas inspirações, crenças, confortos, luz e fé.

As literaturas oficiais serão tudo e de todos — do governo, da academia, do agrado dos botequins e das gazetas, serão ricas, estimadas, lisonjeadas — só não serão jamais nacionais e do coração do povo!

Eu, como filho do povo, como cidadão, em nome destes direitos menosprezados, protesto contra essa falsa literatura, contra os seus chefes, contra as suas obras, contra os seus discípulos, contra as suas tendências, contra as suas opressões...

Protesto em nome da minha consciência de homem...

Protesto em nome do espírito nacional, que não tem que ver com esses ídolos convencionais duma ínfima igreja, duma comunhão de meia dúzia de fiéis infidelíssimos...

Protesto, finalmente, em nome das mesmas regalias do espírito humano, que não consente que lhe imponham admirações e respeitos, como se o respeito e a

admiração não fossem por excelência as cousas espontâneas e livres da alma.

Coimbra, Dezembro de 1865.

ANTERO DE QUENTAL

NOTA

Provas tiradas das principais obras do Sr. A. F. de Castilho

Para que se veja claramente a verdade de quanto acabo de afirmar nas páginas antecedentes; a impotência das literaturas oficiais, fundadas no respeito das conveniências, dos costumes, das opiniões e ainda das ilusões comuns, para se levantarem acima do nível dessa corrente em que se deixam boiar indolentes e sem energia própria; a incurável vulgaridade de todas as obras que não tiverem outro fim mais do que divertir a entreter os ócios do vulgo; a pequenez intelectual e moral de escritores que, mirando só ao efeito, têm de sacrificar a verdade simples e forte a requintes esquisitos e falsas delicadezas, que iludem por uma passageira originalidade; a fraqueza de pensamentos e formas duma literatura sem audácia, convencional, retórica, académicas, rotineira; o nada, enfim, que são todas essas criações que, sem fé no espírito e nas ideias, só se fiam em aparências e exterioridades; para vermos tudo isto basta olharmos com uma atenção imparcial e fria para as obras de um dos grandes pontífices da nossa literatura oficial, o Sr. Castilho, e do pouco do mestre deduziremos o nada dos discípulos.

Quais são os fundamentos da fama, evidentemente ex-

cessiva, do Sr. Castilho? A que cousa nova e duradoura ligou o seu nome? Com que ideia, com que descoberta enriqueceu o tesouro do espírito nacional? Que traço dourado tem de marcar para o futuro o seu caminho através da história literária dos últimos trinta anos?

A estas perguntas não é fácil responder.

Almeida Garrett cria o teatro e a poesia moderna em Portugal; inspira-se da alma da nação, ressuscita-a, interpreta-a e, já pela boca dos grandes homens antigos magicamente evocados do túmulo, já fazendo-a rebentar com força num lirismo profundo e vivo, revela-a de novo a um mundo que a tinha quase esquecido, faz despertar, nos corações que agita, sentimentos que são desta terra e deste sangue, fala ao crer íntimo do povo, e cada uma de suas palavra é uma página animada da história do renascimento do espírito nacional. Esta missão explica o homem e a glória dele. Sabe-se o que fez e vê-se que o trabalho correspondeu a alguma cousa eterna e que o há-de eternizar consigo — a vida moral do povo. É um grande nome criado por uma grande obra: uma estátua com um pedestal sólido: concebe-se e vê-se claramente porque se sustenta erguida e tão alta.

Alexandre Herculano, esse é a antiga, a severa, a admirável honra e gravidade do carácter português, inspirando todas as concepções duma inteligência recta e forte, tendo por fim último o triunfo da verdade moral, tão heróico nos combates do pensamento como os maiores heróis dos nossos fastos nas pelejas da liberdade e da honra pátria. A história para ele não é uma curiosidade de antiquário: é uma lição dada ao presente por um filósofo cujo carácter está à altura das mais fortes e nobres épocas do passado. O seu trabalho não é um deleite de artista: é uma luta de morte conta a hipocrisia, a vileza, as más paixões dum tempo contraditório e céptico como o nosso. Tem uma grande missão, que sabe cumprir como poucos. Isto explica uma glória pura e honrada como nenhuma.

O Sr. Castilho, esse o que é? e que representa?

É triste para a admiração do país não haver uma resposta cabal a esta pergunta. Mas a sua fama explica-se dizendo que é uma tradição antiga, um uso velho e convencional: e esses ordinariamente aceitam-se e não se discutem. As maiorias pouco instruídas e muito ocupadas acham mais cómodo admirar sob palavra do que examinar, estudando e analisando, cousas estas que fazem pensar e roubam muito tempo. As minorias inteligentes e ociosas, essas dizem entre si o que pensam do Sr. Castilho, mas dizem-no baixo e para poucos. Por menos lisonjeiro que seja este juízo, como não transpira do recinto estreito de certas reuniões de amigos, a ilusão conserva-se e continua a haver em Portugal uma grande fama fundada em muito fracos motivos.

Eu por mim assento que nesta nossa terra de noventa léguas estamos todos em família, e por isso o que tantos pensam ou dizem em voz baixa é melhor e mais franco repeti-lo alto e claramente para que todos nos entendamos.

O merecimento do Sr. Castilho é um merecimento exclusivamente externo e formal. O seu carácter essencial não é uma ideia, um sentimento, um princípio, um modo seu de conceber a sociedade, o indivíduo ou a natureza, alguma cousa íntima que distinga entre todas as suas criações, lhe dê uma feição original e indestrutível e seja como que a razão de ser, o elemento gerador delas. Nada disto. A sua faculdade dominante e talvez exclusiva é apenas o dom exterior da forma, o génio da proporção e da harmonia, o segredo das aparências formosas — o estilo. É isto o que o torna essencialmente próprio para o papel artificial que representa. Tem todos os longes duma grande cousa; tem a elegância, a arte, a distinção; ilude e faz vista. Menos um pouco, era um escritor mediano; um pouco mais, um grande escritor. Nem um nem outro serve para chefe de literaturas oficiais. No primeiro caso estaria demasiadamente

abaixo do público; no segundo demasiadamente acima dos que precisam dele como dum pendão, dum herói convencional. Uma ideia fixa, uma aspiração dominante, um espírito único, são muito exclusivos, muito absorventes, muito rígidos para se dobrarem às exigências de um papel cujo carácter varia de hora em hora com a flutuação do gosto e do capricho público. Mas se com a negação destas cousas incômodas se puder combinar uma maravilhosa faculdade imitativa, formal, capaz de fingir tantos espíritos quantos a voga for pedindo, mas sem nunca se fixar num só e exclusivo; se for possível ter a forma de todas as ideias sem se deixar dominar por nenhuma delas, imitar os sentimentos sem sentir de modo algum; nesse caso poder-se-ão seguir as variações do gosto comum, acompanhar o capricho ondulante e incerto da opinião, e agradar sempre a todos, ainda aos mais contraditórios, aos mais inconciliáveis.

Este é o grande, o espantoso talento do Sr. Castilho. É admirável nesta negação da individualidade própria. É assombroso nesta faculdade de ser quanto quer ou querem que seja, à semelhança desses bastidores de teatro aonde se penduram todas as vistas, sala e rua, floresta e palácio, cárcere e igreja... Não representa, entre os escritores nacionais, uma opinião, uma tendência, um espírito: não tem uma missão própria: não se sabe bem o que quer e o que vem fazer. Mas nenhum nos espantará com mais extraordinárias metamorfoses, transformações admiráveis até ao absurdo, uma maleabilidade, um deixar-se dobrar nas mãos das conveniências de momento, que faria honra ao mais fino político. Por este lado o Sr. Castilho é um diplomata das letras. É verdade que não diz nada, nada ensina, não concorre para o movimento geral. A civilização, os progressos do pensamento, as conquistas da liberdade moral nada lhe devem. Mas é um artista primoroso, um admirável estilista, a quem só falta uma ideia generosa e inspiradora para ser um grande escritor.

Consultemos os anos, e vejamos quantos papéis tem representado este grande e habilíssimo comediante. Em 1816 elmanista em poesia, em política indiferente: poeta monárquico e oficial em 1818: pastoril e novamente indiferente de 1822 a 1825, e alguns anos depois socialista radical e profético: clássico e académico em 1826 e em 1836 ultra-romântico e shakespeariano; algum tempo depois vemo-lo virar-se de novo para os vultos venerandos dos poetas e dos mestres antigos. Cuidais vê-lo ocupado na composição de rimas populares? ele traduz os cantos da musa romana. Esperais achá-lo no meio dos documentos históricos dos nossos primeiros séculos? ele redige artigos e proclamações políticas. Julgais encontrá-lo em admiração diante das glórias da literatura pátria? ele declara que qualquer metrificador contemporâneo se deveria envergonhar de pôr o nome debaixo das oitavas de Camões. Ouviste-lo ontem, enfim, declamar contra a prepotência dos tiranos, radical e republicano? escutai-o hoje, fazendo a apologia dum governo antipopular e opressivo. Clássico, romântico, monárquico, republicano, novo, antigo, filósofo, religioso, quem é? que quer? não se sabe. É um belo escritor... tem um estilo admirável.... Pode-se dizer retrógrado com Chateaubriand, e demagogo com Fourier, inovador com Victor Hugo e conservador como Ponsard... que é sempre verdade e é sempre falso. Não liga o seu nome a uma ideia única como cada um destes: mas especula com todas. Uma cousa só não varia: o bom estilo, porque é esse o instrumento de todas estas variações...

Isto será hábil, fantasioso, fácil e delicado: mas não indica seguramente uma alta moralidade intelectual, isto é, o grave espírito e sério pensamento da vida que só faz os grandes poetas e os homens superiores.

É por isso que o celebrado chefe da literatura oficial é feliz, glorioso, ilustre e aplaudido escritor — mas é por isso mesmo que não tem missão, não representa um

princípio, não diz uma certa coisa ao espírito do povo e não é um grande escritor.

Levem ao cadinho da análise cada uma de suas obras: verão se no fundo fica mais do que essa cinza doirada, essa poeira brilhante de um belo estilo, muitas formosas frases e nada mais. Um ensino, um ideal, uma crença, uma verdadeira ciência da alma e da vida, isso é que não se pode lá encontrar.

Nas *Cartas de Eco e Narciso*, estreia do poeta, aparece este espírito artificial e mesmo artificioso já formado e inteiro, e não é difícil prever o que virá depois. É a mesma harmonia de frase, encobrindo a mesma carência completa de pensamento. A escolha do assunto já por si dá a medida do génio do poeta. Não é um destes dramas simples e profundíssimos, cheios de imensas lições de verdade e ciência do coração, como os criou a alma brilhante, mas intuitiva da Grécia. É uma fábula da decadência da mitologia, uma coisa subtil e falsa, uma dificuldade a vencer, um motivo para se admirarem os raros dotes do escritor, mas sem um sentimento vivo, sem uma ideia eterna, que não comove nem indigna, refinada e artificiosa e que por fim chega a nausear como acontece com todas as doçuras insípidas. São tudo suspiros, ternos dísticos gravados em troncos de álamos, passeios em barco, festões e grinaldas, branduras ou friezas... só não se vê a alma, só nenhum daqueles sentimentos existe daquele modo no coração. Nesse poema dos gemidos amorosos há de tudo; menos um coisa só: o amor. Tirada a invenção, o fundamento moral, a inteligência dos segredos da vida, que fica? O estilo — eis tudo.

Mas é no poema *A Primavera* que mais se palpa esta carência completa de funda inspiração, saída das entranhas mesmas da natureza, que é a verdadeira essência da poesia. A pedra de toque do poder e força de interpretação das realidades (que outra coisa não é o génio poético) essa pedra de toque é a poesia da natureza.

É nela que Wolfgang Goethe revela as suas mais assombrosas faculdades intuitivas, o seu dom de explicar a vida do mundo ou de o animar prestando-lhe uma vida roubada ao excesso da sua própria. É como intérprete e altíssimo sacerdote da natureza que Virgílio nos aparece, à distância de séculos, erguido e imenso só por esse condão, no meio da ruína de tudo quanto cantou, do mundo que o inspirava. Victor Hugo só nos dá a verdadeira medida do seu génio quando nos faz como que sentir debaixo das mãos o palpar do coração da terra, a vida universal, a seiva e a alma do grande Todo. Compare-se tudo isto com *A Primavera*. É como se nos corressem de repente entre os olhos e a vasta extensão dos campos, das florestas, das montanhas, uma cortina de fumo alvacentos: nem é ainda isso. É como se saltássemos, arrebatados por algum demónio irónico, das matas virgens da América, cheias de vozes, cores estranhas, lumes, fantasmagorias, mistérios e terrores, para o meio de alguma horta bem amanhada e bem útil dos arredores de Lisboa, com suas moitas de buxo pelo meio, para nos dar ideia das energias poderosas do mundo vegetal. Parece que assistimos a um honesto chá de família, aonde algum conselheiro velho conta às inocentes meninas as impressões duma peregrinação bucólica a Vila Franca ou ainda à Alhandra. São os cordeirinhos enfeitados de M.^{me} Deshoulières e de Florian. Parece que não há montes já na terra, nem precipícios, cascatas, rumores terríveis da noite na montanha, ou horizontes largos aonde o peito e a alma bebam a longos tragos o ar da vida e o ar da liberdade. São tudo colinas, vergéis, festões de rosas, passarinhos ensinados, grutas alcatifadas de relva macia, brandos ribeirinhos e até dos próprios cedros, como de caniços, se podem cortar frautas e avenas pastoris... Tudo isto num encantador estilo, recendendo a rosmaninhos, destilando mel, doce, doce, como para embalar o sono de crianças. É que é realmente uma adorável criancice

aquele poema! Deve-se conceber assim a natureza aos seis anos, quando a ama nos passeia no quintal que rodeia a casa da família; e devem-se dizer as cousas com aquela meiguice infantil. Mas entre essas lindas pieguices e a expressão animada do grande movimento natural, de suas energias, de suas forças poderosas, de seus dramas, das actividades criadoras da Primavera, do mundo dos seres vivos, nas águas, nas grandes folhas da floresta, em aves, feras, pinhais, devesas, por toda a parte... entre isto e as bem descritas pastorais do Sr. Castilho há toda a diferença que vai de Gessner e Florian, seus mestres, a Goethe, Hugo, Senancourt, verdadeiros poetas das belezas e das grandezas naturais.

Que fica? Sem forte pensamento, sem verdadeira compreensão das forças vivas do mundo, dos sentimentos correspondentes do coração, da alma mesma do naturalismo, fica do célebre poema didáctico uma sofrível aguarela no gosto das de Watteau e Boucher, os paisagistas oficiais de Sua Majestade Luís XV, os Rembrandts efeminados dos Trianons de M.^{me} Dubarry. Um brando, gentil e mimosinho estilo, o que resta sempre e exclusivamente das obras do Sr. Castilho, quando bem estudadas — palavras!

«Mas», dir-se-á, «talvez essa fraqueza não seja mais do que um indício de excessiva força. Talvez que o génio ardente e arrebatado do poeta se achasse mal e apertado na estreiteza dum assunto didáctico, frio e compassado. Eis aí estão obras cheias de movimento e ardor, *A Noite do Castelo* por exemplo...»

Ah! *A Noite do Castelo!* Mas é um verdadeiro castelo de cartas aquele castelo, e aquela noite uma verdadeira noite de teatro! O castelo, à borda dum lago, romanesco, elegíaco e trágico ao mesmo tempo, parece sonhado pelo visconde de Arlincourt, de fúnebre mas divertidíssima memória. Há um cavaleiro, um simpático tirano, como em Ana de Radcliff, e não esquece a don-

zela tão formosa como pérfida... O cavaleiro, ao chegar da Palestina (ainda se chega da Palestina nos poemas do Sr. Castilho!) vê-se traído pela ingrata, que já mal o conhece. Era de esperar: e, como também é de supor há imprecações e choros e terrores e muitas frases atrozes e ferozes, conquanto sempre em estilo doce, brando e encantador. Tudo isto é dum efeito admirável: mas seguramente não é gótico, nem moderno, nem antigo, nem meia-idade, nem romântico, nem histórico. Não se sabe o que é. É o fantasiado mundo romanesco e cavallheiroso dos escritores do primeiro império francês, convencional e falso, cheio de frases imensas e pequenos sentimentos, sem estudo do coração, sem conhecimento dos grandes efeitos das paixões, sem intuição do espírito das épocas históricas, sem unidade, com ditos à Shakespeare e pensamentos dignos do Sr. Conselheiro Bastos!... Tudo isto, em França, depois da *Notre Dame de Paris* de Victor Hugo, depois dos trabalhos de Michelet sobre a Idade Média, depois do *Getz Berlichigen* de Goethe e dos *Salteadores* de Schiller, em Alemanha, depois sobretudo do grande voo ideal da poesia levantado pela escola romântica, tudo isso tinha caído miseravelmente em 1830, enterrado como se enterram ninharias e pieguices — às gargalhadas. E é isto o que o Sr. Castilho, em 1836, *inventava* em Portugal! O ciúme, que é o dado moral d'*A Noite do Castelo*, quando a gente o vê no *Otelo* de Shakespeare, parece-nos uma paixão imensa, se não pura e santa. No poema do Sr. Castilho aprende-se que não é assim. Essa grande cousa, naquelles versos comicamente terríveis, tem a particularidade de fazer rir. Depois, a acção esgota-se em se chegando à terça parte do poema. O resto (dois terços) são imprecações e frases e ditos, que só variam nas palavras e nunca na vulgaridade do sentimento, superficial e insignificante. Tal é *A Noite do Castelo*, tentativa infeliz para naturalizar entre nós um género em toda a parte impopular e impossível de sustentar-se, porque era fal-

so e sem fundamento nem na história nem na natureza moral do homem.

Evidentemente nesta obra o Sr. Castilho está ainda abaixo de si mesmo. O estilo, esse grande mentiroso, sempre pronto a encobrir os erros e os vícios dos livros do nosso poeta, nem esse mesmo se salva desta vez. Se exceptuarmos algumas raras descrições finas e bem acabadas e um ou outro movimento lírico mais feliz, o resto é artificial e embrulhado, difícil, arrastado, frouxo e contrastando extravagantemente pela sua brandura com as feras paixões que lhe querem fazer exprimir...

Mas eis-nos chegados em frente do livro íntimo, do livro sentimental, do livro ideal, do livro consolador e simpático — *Amor e Melancolia!*

Custa-me, realmente, não poder escrever deste livro tudo quanto pensaram dele nossas mães, então ainda meninas ingênuas e romanescas. Pelos sentimentos inocentes de que foi confidente ele é sagrado como um travesseiro de leito virginal. Pelas lágrimas de pura saudade que lhe caíram em cima ele é inviolável como um seio materno. Pelas tristezas que consolou, os dissabores que mitigou, ele deve ser recebido como um amigo de família... E eu, por debaixo do título deste livro tão querido há trinta anos dos belos olhos que têm hoje cinquenta, eu hei-de ir, com a minha mão cruel de revolucionário, e escrever esta palavra infamante — *banalidade!*?

Mas, que hei-de eu fazer, entre a piedade e o bom gosto? Acima de tudo o dever. Sim; hei-de dizê-lo: é uma banalidade esse admirável livro! esse livro sublime é uma cousa vulgar! Nossas mães foram no seu tempo umas santas e adoráveis raparigas; mas não sabiam literatura... mas não sabiam estética... para bem delas então, e mal dos filhos, hoje!

Abro este livro ao acaso. Encontro: versos ao triste cipreste; quadras ao cemitério; quadras à cruz do ermo; mais quadras à melancolia; versos à terna saudade: fala-se-me do arroio, do chorão, do goivo e do malme-

quer... basta! fecho o livro assustado. Por entre aquelas folhas melancólicas pareceu-me ver surgir a face pálida, longa e piedosamente romanesca do visconde de Arlincourt!

O goivo! o malmequer! a terna saudade! mas nós vemos destes arrojos líricos todos os dias nos jornais literários da província, entre um logogrifo e uma charada, e não admiramos! e temos a crueza de nem sequer verter uma lágrima de estreme melancolia! Ó dureza dos tempos modernos! Decididamente o livro sentimental do Sr. Castilho não é para esta geração estragada por Byron, Victor Hugo e Goethe... Não somos dignos dele... Que fique, pois, com as suas antigas leitoras que o compreendem e amam! Fique e repouse no cestinho de costura das meninas de 1830, que ainda não casaram e precisam de consolações!

Do estilo é escusado falar. Sempre o mesmo, belo, límpido, doce, mavioso estilo. O período cheio e correcto, sem retumbância nem affectação. A frase corrente e agradável como as palavras da boca duma criança alegre. Neste livro, então, é realmente admirável; e tanto mais nos faz lembrar quão bem teria exprimido altas ideias, verdadeiros sentimentos, rasgos de naturalidade, conceitos profundos... se o autor tivesse posto disto no seu lindo livrinho!

Por este tempo tinha Lamartine publicado em França as *Meditações* e as *Harmonias*. Em Alemanha apareciam os versos de Novalis. Em Portugal concebia Alexandre Herculano aquella nobre e profundíssima *A Harpa do Crente*, aonde há um verdadeiro e grave amor da pátria e toda a *melancolia* dum coração que se despede das ilusões do passado — mas que esta gente boçal não compreende.... porque tem versos duros!...

O nome do nosso ilustre historiador recorda-me as tentativas históricas do Sr. Castilho. É nesse livro, os *Quadros Históricos*, que aparecem num relevo imenso todos os brilhantes dotes artísticos do autor, a frase perfei-

ta, a imagem original, o genuíno dizer português, a harmonia, o colorido luminoso do estilo, a fantasia delicada ou o imaginoso arrebatamento, as figuras, as descrições, as narrações, toda a retórica e poética do retórico poeta. Infelizmente tudo isto serve para pôr em evidência os vícios inseparáveis do excesso ou antes do exclusivismo destes excelentes dons. Uma concepção geral ou compreensão da unidade do drama histórico; um pensamento capital que, dominando cada época e cada acontecimento, dê a todos na sua variedade um comum espírito, os explique e faça compreender uns pelos outros, mostrando a necessidade de cada um na harmonia do todo; uma crítica que, em vez de buscar as origens dos factos em meras coincidências de datas, e fazer depender do acaso os maiores sucessos, estude e explique a lógica necessária das instituições e dos elementos sociais, modificada às vezes pelas paixões dos homens e arrastando-os a eles outras vezes: uma intuição da alma de cada época, do seu modo particular de sentir e obrar; uma história crítica, enfim, dominadora dos factos pelo espírito e não escrava deles, uma história filosófica, isto é que o Sr. Castilho se não lembrou de fazer, contente com arredondar os seus períodos, limar as suas frases, acabar as suas descrições, pôr, enfim, as grandes cousas heróicas antigas, adoçadas, pintadas, burnidas, ao alcance do gosto nada grande dos seus poucos heróicos leitores contemporâneos. O Sr. Castilho não teve em vista, como tiveram Thierry, Michelet, Quinet, que nesse tempo criavam uma ciência histórica digna do século de Hegel, Creuzer e Herder, dar-nos a alma, a consciência, a razão íntima das épocas e dos homens, ressuscitá-los por uma intuição tão largamente sentida como profundamente meditada e dalgum modo fazer-nos assistir à concepção das grandes cousas da história no seio das nações. Tanto não precisava o bem-falante académico para agradar no círculo precioso dos refinados puristas da capital e

merecer os aplausos do público admirador de fogos de artifício. Buscou apenas um assunto para declamar elegantemente; um palco aonde se pudesse pavonear nas galas arcádicas da sua retórica: um pretexto para fazer brilhantes figuras e efeitos de estilo; tomando às grandes épocas e aos grandes homens quanto bastasse para uma frase original ou um conceito feliz, e ao espírito antigo da nação o suficiente para fazer sobressair os recursos da língua moderna. A alma, essa, dispensa-se em boa retórica. Isto, porém, não é história.

Todas aquelas belas cousas se podem dizer igualmente tanto da história contemporânea como da primitiva, tanto da portuguesa como da italiana ou da tártara. Os acontecimentos só é que variam. O resto serve para todos, porque não se inspira do carácter particular duma raça e duma civilização, dum certo ponto de vista da crítica nacional, mas só da eloquência, de suas figuras e efeitos, que não são património da história de nenhum povo. Por isso o belo livro do Sr. Castilho não é uma história, mas só um exercício eloquente de declamação.

As lendas populares dos tempos semibárbaros mas ingenuamente poéticos aparecem ali vestidas à moderna, como se tivessem estudado na escola dos Luceñas e dos Freires, usando de frases dignas certamente do grande século clássico, mas nada primitivas, nada populares, nada góticas e por isso nada verdadeiras e nada históricas. As ingénuas tradições, as crenças rudes e simples ficam, depois do *rifacimento* do Sr. Castilho, como essas armaduras da Idade Média, grevas, cotas, escudos que se fabricam hoje em Paris e se vendem aos curiosos ignorantes, polidas, elegantes, novas em folha, como qualquer outro produto da indústria contemporânea. A alma dessas remotas idades some-se, perde-se, no meio daquela culta fraseologia, como um ribeiro saído da rocha viva ao atravessar um areal — seja embora um areal de areias de ouro... Isso, todavia,

essa *bárbara* expressão, que o nosso árcade julgou indigna da sua eloquência, é isso mesmo o princípio essencial da história, pelo menos da história como a conceberam Vico, Herder, Wolff, e modernamente Jacob Grimm, Michelet, Thierry — ainda que isto repugne ao cultismo dos declamadores elegantes, nem a façam assim Rollin, Saint-Real, o conde da Ericeira e o Sr. Castilho...

Mas, para quem sabe o que representa de trabalhos, de meditações, de profundos pensamentos e altas vistas filosóficas esta concepção moderna e realíssima da ciência histórica e como este método se liga ao desenvolvimento do espírito humano no século XIX, para esses os *Quadros Históricos* do Sr. Castilho podem ter o valor de belos mas banais exemplares de eloquência, modelos de frase, mas nunca o alcance de uma séria e viva obra de história.

Sempre o estilo! Essa exclusiva preocupação, a que o seu falso ponto de vista e ainda o seu mesmo temperamento de artista o obrigam, é que faz a aparente beleza de momento, mas a real e profunda falsidade de todas as criações de uma arte superficial, que esconde um grande vazio de ideias, de ciência das cousas e dos homens, sob as fantasmagorias fosforescentes dum enredo de palavras, luzentes mas frias e estéreis. É por isso que o Sr. Castilho é, sobretudo, excelente nas traduções. Como o original teve por ele o trabalho de pensar, sentir e criar, o tradutor pode dar todos os seus cuidados e exclusiva atenção à frase, à composição, ao metro — e nisto, e talvez nisto só, é eminente o Sr. Castilho. Dão-lhe um corpo vivo e animado, somente nu; e ele veste-o com umas galas e um luxo dignos de um rei. Mas o que é certo é que um alfaiate, mesmo alfaiate de reis, é sempre um alfaiate. Um ótimo tradutor não é um grande poeta. Os homens como Virgílio, Dante, Corneille, Camões, Garrett, não se immortalizam compondo descuidadamente e enfeitando o que outros sentiram, pensaram com muito trabalho e

muitas dores às vezes. Esses pensaram e sentiram por si. Viram, entenderam, experimentaram, deduziram, observaram-se a si, aos homens e ao mundo; e só por isso lhes chamamos criadores, originais e inspirados. O mais sólido esteio em que se apoia a fama do Sr. Castilho é seguramente este trabalho das suas traduções. São bons versos, realmente, e boas palavras harmoniosas: somente o que dizem de bom e profundo não pertence ao compositor mas só ao poeta original. Este criou; o outro compôs. Um, como a mãe que traz no seio e amamenta e robustece e educa uma criança, deu a vida e a alma. O outro é apenas um mestre, que aproveita certas tendências, desenvolve certas inclinações, ensina uma ou outra só prenda, mas não dá ao ser vivo um só elemento, uma faculdade mais. O Sr. Castilho será pois um grande poeta — mas com a colaboração dos grandes poetas que traduz. Em qualquer país esta espécie de merecimento dá direito a uma menção honrosa nos dicionários bibliográficos. Na nossa terra é quanto basta para se ser um génio.

E, depois, traduz-se realmente um poeta? Já Victor Hugo escreveu «para traduzir Homero é preciso *pelo menos*, um outro Homero». Ora não nascem dois Homeros, nem dois Virgílios, nem dois Petrarcas, nem dois Miltons; e por uma razão muito simples: porque qualquer deles foi produzido por um concurso de circunstâncias que se não repetem mais, de raça, de ideias, de religião, de governo, de tempo, de tudo; e eles representam tudo isso, têm o íntimo sentimento dessas cousas, em todas as suas mais ligeiras cambiantes, que só eles viram uma vez e ninguém mais verá, seja o talento que for, porque tudo isso passou e não pode repetir-se. Seguramente que Dante vale tanto como Virgílio. Mas Dante, se em 1300 tivesse querido refazer *A Eneida* teria feito uma cousa absurda e insuportável. Quem há aí que possa compreender, à distância de mil anos, uma idade remota, ainda mais do que pelo

tempo, por um abismo de ideias religiosas, políticas, sociais? percebê-la no mais íntimo do seu pensamento e, o que é mais impossível, naquilo que ela mesma ignorava, a parte fatal e instintiva, o sentimento vago mas absorvente e que é o que constitui sobretudo a poesia? Qual há aí homem de génio que entenda tudo isto e se identifique a ponto de dar, traduzindo, a cada affecto, a cada ideia, o peso, a forma, o maior ou menor relevo, maior ou menor luz com que o viu ou o sentiu o poeta daquela sociedade extinta? que ele mesmo lhe tinha dado em virtude da relação necessária em que o seu pensamento estava com tudo quanto o rodeava, determinando essas proporções impossíveis de medir?

O Sr. Castilho declara-se-nos capaz de fazer tudo isto. O público acredita-o; porque o público não é seguramente crítico, erudito, filósofo, quanto se requer, para entender bem estas cousas elementares.

Todavia é bem certo que uma tradução de Ovídio, no século XIX e pelo Sr. Castilho, é cousa tão extraordinária e falsa como, sendo possível, teria sido a tradução d'*A Noite do Castelo*, feita por Ovídio, em Roma e no tempo de Augusto.

Mas a ginástica deslumbrante de palavras, as prestidigitações surpreendentes de frase, as habilidades de acrobata do estilo entretêm os olhos com passos e posições difíceis e complicadas; e, presa a atenção, enleada, esquecida, o resto passa facilmente...

É isso o que faz que passem todas as outras obras secundárias de que não me ocupo, e as contradições de princípios e as loucuras e a falta completa de ensino verdadeiro da natureza, do coração, da vida. É assim que passam também as extravagâncias, os absurdos ridículos ou odiosos, como por exemplo, a crítica inclasificável aonde se contesta o merecimento d'*Os Lusíadas*, dum poema político e social, *por isso que não pode servir nas escolas de primeiras letras!* «Criticar uma epopeia nacional», dizia a este respeito o meu João de Deus, «porque

não serve para cartilha do Mestre Inácio, é o mesmo que criticar a cartilha do Mestre Inácio porque não serve para epopeia nacional.»

Que concluir de tudo isto? Uma cousa triste, na verdade, para a admiração pública, extraviada e iludida, mas no fundo consoladora para a dignidade do pensamento humano. Concluímos que a lisonja do gosto comum, arvorada em supremo princípio de crítica, pode chegar a produzir homens hábeis, desenvolver faculdades brilhantes, mas não chega jamais a inspirar uma poesia e um poeta verdadeiros. Só a beleza da natureza humana, revelada pela voz livre do coração e ensinada pela severa meditação da filosofia e da história, não varia jamais. A opinião dos homens essa é incerta e vária. Quem deixar aquele firme solo eterno por estas areias movediças construi sem alicerces, como o Sr. Castilho, embora sejam brilhantes de adornos e arre-biques postiços esses palácios inconsistentes. Tem de ir e vir a capricho da onda que eternamente flutua. Não terá, logo, um princípio único, o mesmo, firme, indissolúvel. Não dirá, logo, uma e a mesma cousa à inteligência e ao coração da sociedade. Não representará, logo, um movimento vivo, necessário e verdadeiro do espírito nacional. Não será um grande poeta, porque a necessidade de lisonjear a mudável opinião não lhe dará lugar para seguir uma imutável ideia, ter uma missão e como que instalar-se numa parte da alma e do pensamento humano. Fica-lhe o estilo, apenas, a forma, a arma desses enganos, a divindade desse culto de ilusões. Esse é que serve para os *succesos*. Mas os *succesos* são para a glória como são para o amor sereno, puro e constante esses estremecimentos da paixão ardente e sensual, tão rápidos como fogosos.

Se quem só procura a verdade raras vezes chega à fama, quem procura só a fama é que jamais alcança a verdade. Essa há-de ser buscada por si e por seu exclusivo amor. Quem quer escrever bem só porque seja

uma celebridade da sua terra, e não é uma celebridade só porque escreve bem, esse tal pode tomar de assalto a opinião: mas a natureza e o verdadeiro gosto é que não pode nem conquistar nem iludir: por isso, tarde ou cedo, tem de cair e esquecer.

Eu não quero outra melhor prova de quanto tenho estabelecido do que uma obra mesma do nosso poeta. Essa sim, é uma obra sentida e profundamente verdadeira, feita com alma, paixão, sangue e vida, que se sente palpar e nos toma o coração e o domina com este absolutismo que só tem a verdadeira beleza. É um dos mais formosos dramas do teatro português e a única admirável e inatacável obra do Sr. Castilho — o drama *Camões*. Nunca se dirá bastante desse livro surpreendente que excede muito o *Camões* de Garrett no estudo da época, na interpretação do verdadeiro carácter do herói, na inteligência intuitiva do génio da nação e no grande espírito poético e dramático que anima todas as cenas, salas amplas e luminosas dum maravilhoso palácio de poesia.

Pois bem: esta obra é exactamente aquela que o autor concebeu, dispôs e executou na época em que as ingratidões de muitos lhe tinham feito criar pelo vulgo, pelo público, pelo mundo todo, uma repulsão dolorosa, um desprezo das pequenas cousas desta ínfima sociedade oficial, aquele soberbo desdém, enfim, independente e altivo que só liberta o poeta do jugo das conveniências e dos juízos convencionais e lhe dá lugar a realisar a verdadeira beleza, simples, boa e incompreensível ao vulgo. Na solidão, na tristeza, no desgosto, na indiferença das apreciações dos que se dizem entendidos e do aplauso grosseiro das maiorias, no isolamento moral dum coração ferido e no apartamento físico dum exílio no meio do oceano¹ é que foi concebida aquela obra. O mundo convencional está tão longe, tão longe e

¹ Na ilha de S. Miguel.

esquecido, que a sua sombra nem de leve escurece uma página, uma palavra só daquele poema. No dia em que as exigências de um brilhante mas profundamente triste papel de chefe da literatura oficial o deixam livre, o poeta encontra um coração, uma lúcida inteligência, uma palavra de vida e amor, fala e diz como os que melhor têm dito e falado nesta terra. Como despreza o público suficientemente para o não temer já, para não condescender com suas vulgares exigências, por isso entra com passo seguro por caminhos novos e, fora já de sendas trilhadas, penetra na floresta rumorosa das ideias livres, dos livres sentimentos, vai e vem, senhor das extensões que descobriu e de que é rei, rei desses grandes *desertos* cheios de vida, como nunca entre os muros dos *povoados* aonde a morte moral estende o silêncio terrível das almas e das fantasias...

Isto é quanto basta para mostrar quanto o Sr. Castilho poderia ter feito, se um destino bom lhe tivesse afastado do coração aquelas ambições tristes, aquelas sedes de falsa glória que, se lhe têm dado, levantando-o ao posto oficial de chefe literário, passageiras satisfações de vaidade, lhe entorpeceram ao mesmo tempo faculdades admiráveis, privando a sua obra duma coisa eterna e que nenhum respeito convencional dos seus admiradores pode substituir nem encobrir — a grande originalidade e a elevação moral.

Sem estas duas cousas, porém; não se pode dirigir, dominar, encaminhar a corrente dos espíritos e o movimento das ideias literárias. E é por isso que a velhice dos grandes homens oficiais, imobilizados na sua própria glória e incapazes de compreender as transformações sucessivas e lentas do espírito nacional, é sempre semelhante à triste velhice de Luís XIV, grande homem ~~também~~, martirizado pelo espectáculo da ruína da própria grandeza. Assistem, como ele, à morte de tudo quanto tinham levantado e por que só se reputavam gloriosos. Perdem, enterrando-se cada vez mais no

passado que os atrai, a consciência do seu tempo e das legítimas necessidades dele. Parecem espectros doutra idade; e na face deles vê-se às vezes passar como que uma sombra das civilizações mortas e esquecidas. Não têm já uma missão: não dizem uma única coisa que vá ao coração ou à inteligência das gerações transformadas e melhoradas. Não dirigem, não levantam, não caminham. Conservam-se... sustentam-se apenas...

É por isso que tudo quanto é novo, esperançoso, e para tudo dizer revolucionário, se afasta cada dia deles a ponto de nem os conhecer mais que de nome. Respeitam-nos ainda por conveniência ou hábito: mas não os amam já. Do desamor não vai mais que um passo ao esquecimento. Mas, como tudo aquilo é o futuro, é pois o futuro quem os desestima e esquece...

É assim que a nova geração renega do culto convencional do Sr. Castilho. Uns, os mais francos, protestam: outros, mais tímidos, aderem apenas com a vontade: os indiferentes esquecem. Lance o Sr. Castilho os olhos em volta de si: quem vê rodear-lhe o seu tabernáculo, o seu altar de ídolo poético? Velhos, velhos de corpo e espírito — e os poucos moços, esses, velhíssimos como quem nunca mereceu este belo nome de *jovem*. Veja que mãos piedosas recebem o depósito das suas doutrinas, das suas inspirações e da sua glória... Restos estéreis do passado; e do presente, apenas a parte impotente, moralmente senil, que atraiçoa a idade e se apegua ao passado, sem se lembrar que o respeito aos cabelos brancos não implica a escravidão às ilusões, aos enganos e às fraquezas dos velhos. Eis a que débeis mãos confia o Sr. Castilho o cuidado da sua memória. Mas essas mãos são tão fracas como piedosas: sabem enterrar como filhos: não defender como combatentes...

Entretanto o tempo caminha. Se o que há-de ser amanhã o futuro não está em volta do altar do Sr. Castilho é porque está noutra parte, visto que o futuro dalgures tem de sair. Está noutra parte: e quando surgir à

luz não trará na frente o sinal consagrado da sua bênção patriarcal, não saberá de suas doutrinas, não se lembrará de seus ensinamentos, falará em nome de outras ideias, outros princípios, outros mestres... e o Sr. Castilho será esquecido para sempre.

Digo isto porque o creio firmemente; porque é isto que o pede a lógica do espírito humano; porque os sintomas raros, mas já bem claros, que se manifestam o indicam para quem sabe ler neste livro sibilino da opinião.

Isto que aqui afirmo e que a muitos parecerá atrevido e irreverente paradoxo, a esses mesmos, dentro em alguns anos, se lhes representará coisa evidente e simples, estranhando só a brandura e timidez das minhas conclusões.

Eu por mim falo destas cousas sem paixão nem aze-dume, com a serenidade interior da convicção. Sei que é um *desacato* o que faço aqui. Mas nem por isso me penitencio diante do público, nem lhe peço perdão. Ele é que me há-de agradecer ao depois esta dedicação com que lhe aturo agora as rudezas, pelo menos incómodas e nada divertidas, só para bem dele e seu ensino. Despreocupado inteiramente com o que se chama vaidade, fama e nomeada, que lucro eu com um escândalo cujo ruído pelo menos me perturba os ócios de uma contemplação intelectual, indolente e descansada?

Mas estas cousas estavam por dizer: tinham de ser ditas. Pareceu-me que dizê-las eu primeiro me punha bem com a minha consciência, porque são a verdade. E é por isso também que não lastimo a ruína que prevejo. É a ruína de um homem apenas. Por detrás dessa queda vejo as ideias que se levantam mais belas e caminham mais desassombradas. Vejo que nesta pequena questão literária está envolvida uma coisa de algum valor — a maior liberdade do pensamento e os progressos do espírito.

É quanto basta para me consolar; para me alegrar até.

CAUSAS DA DECADÊNCIA DOS POVOS PENINSULARES

Programa das Conferências Democráticas

Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse que são a causa e o porquê dos movimentos.

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações têm sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as ideias e todas as correntes do século.

Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intellectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações.

Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os

trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna;

Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa:

Tal é o fim das Conferências Democráticas.

Têm elas uma imensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preocupar a opinião com o estudo das ideias que devem presidir a uma revolução, do modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine, é dar não só uma segura base à constituição futura, mas também, em todas as ocasiões, uma sólida garantia à ordem.

Posto isto, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas as escolas, de todas aquelas pessoas que, ainda que não partilhem as nossas opiniões, não recusam a sua atenção aos que pretendem ter uma acção — embora mínima — nos destinos do seu país, expondo pública mas serenamente as suas convicções e o resultado dos seus estudos e trabalhos.

Lisboa, 16 de Maio de 1871.

Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga, Teófilo Braga.

PROTESTO

Contra o Encerramento da Sala das Conferências Democráticas

Em nome da liberdade de pensamento, da liberdade de palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando-nos a plena liberdade de respondermos a este acto de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens e de cidadãos.

Lisboa, 26 de Junho de 1871.

Antero de Quental, Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saragga, Eça de Queirós.

CAUSAS DA DECADÊNCIA DOS POVOS PENINSULARES NOS ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS

Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio
de 1871, na sala do Casino Lisbonense

Meus Senhores:

A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande facto evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo. Como peninsular, sinto profundamente ter de afirmar, numa assembleia de peninsulares, esta desalentadora evidência. Mas, se não reconhecemos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar.

Conheço quanto é delicado este assunto, e sei que por isso dobrados deveres se impõem à minha crítica. Para uma assembleia de estrangeiros não passara esta

duma tese histórica, curiosa sim para as inteligências, mas fria e indiferente para os sentimentos pessoais de cada um. Num auditório de peninsulares, não é porém assim. A história dos últimos três séculos perpetua-se ainda hoje entre nós em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições, que a representam na nossa sociedade, e a tornam de algum modo actual. Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo. É que nada há no homem mais delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as nossas ilusões o que a razão crítica, discutindo o passado, ofende sobretudo em nós.

Não posso pois apelar para a fraternidade das ideias: conheço que as minhas palavras não devem ser bem aceites por todos. As ideias, porém, não são felizmente o único laço com que se ligam entre si os espíritos dos homens. Independentemente delas, senão acima delas, existe para todas as consciências rectas, sinceras, leais, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão — o amor e a procura desinteressada da verdade. Que seria dos homens se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa-fé e na tolerância recíproca! Uma região onde os pensamentos mais hostis se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão, e dizendo uns para os outros com um sentimento humano e pacífico: *és uma consciência convicta!* É para essa comunhão moral que eu apelo. E apelo para ela confiadamente, porque sentindo-me dominado por esse sentimento de respeito e caridade universal, não posso crer que haja aqui alguém que duvide da minha boa-fé, e se recuse a acompanhar-me neste caminho de lealdade e tolerância.

Já o disse há dias, inaugurando e explicando o pensa-

mento destas Conferências: não pretendemos *impor* as nossas opiniões, mas simplesmente *expô-las*: não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão: essa discussão, longe de nos assustar, é o que mais desejamos; porque ainda que dela resultasse a condenação das nossas ideias, contanto que essa condenação fosse justa e inteligente, ficaríamos contentes, tendo contribuído, posto que indirectamente, para a publicação de algumas verdades. São prova da sinceridade deste desejo aqueles lugares e aquelas mesas, destinadas particularmente aos jornalistas, aonde podem tomar nota das nossas palavras, tornando-lhes nós assim franca e fácil a contradição.

Meus senhores: a Península, durante os séculos xvii, xviii e xix, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade. Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local, e originalidade do génio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento. Essa personalidade independente mostra-se claramente na literatura, aonde os espanhóis Lucano, Séneca, Marcial, introduzem no latim um estilo e uma feição inteiramente peninsulares, e singularmente característicos. Eram os prenúncios da viva originalidade que ia aparecer nas épocas seguintes. Na Idade Média a Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude do seu génio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade

uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões, as comunas, os forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam com um sem número de instituições, o espírito independente e autonómico das populações. E esse espírito não é só independente: é, quanto a época o comportava, singularmente democrático. Entre todos os povos da Europa Central e Ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo. O espectro torvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava, como uma ameaça, sobre a margem dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro. Existia, certamente, a nobreza, como uma ordem distinta. Mas o foro nobiliário generalizara-se tanto, e tornara-se de tão fácil acesso, naqueles séculos heróicos de guerra incessante, que não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós Espanhóis, um *povo de nobres*. Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa. Se nessas idades ignorantes a ideia do Direito era obscura e mal definida, o instinto do Direito agitava-se enérgico nas consciências, e as acções surgiam viris como os caracteres.

A tais homens não convinha mais o despotismo religioso do que o despotismo político: a opressão espiritual repugnava-lhes tanto como a sujeição civil. Os povos peninsulares são naturalmente religiosos: são-no até duma maneira ardente, exaltada e exclusiva, e é esse um dos seus caracteres mais pronunciados. Mas são ao mesmo tempo inventivos e independentes: adoram com paixão: mas só adoram aquilo que eles mesmo criam, não aquilo que se lhes impõe. Fazem a religião, não a aceitam feita. Ainda hoje duas terças partes da população espanhola ignora completamente os dogmas, a teologia e os mistérios cristãos: mas adora fielmente os santos padroeiros das suas cidades. Por-

quê? Porque os conhece, porque os fez. O nosso génio é criador e individualista: precisa rever-se nas suas criações. Isto (junto à falta de coesão do maquinismo católico da Idade Média, ainda mal definido e pouco disciplinado pela inexorável escola de Roma) explica suficientemente a independência das igrejas peninsulares, e a atitude altiva das coroas da Península diante da cúria romana. Os papas eram já muito: mas os bispos e as cortes eram ainda bastante. Para as pretensões italianas havia um *não* muito franco e muito firme. E essa resistência não saía apenas da vontade e do interesse de alguns: saía do impulso incontrastável do génio popular. Esse génio criador via-se no aparecimento de rituais indígenas, numa singular liberdade de pensamento e interpretação, e em mil originalidades de disciplina. Era o sentimento cristão, na sua expressão viva e humana, não formal e ininteligente: a caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. Essa tolerância pelos mouros e judeus, raças infelizes e tão meritórias, será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península da Idade Média. A caridade triunfava das repugnâncias e preconceitos de raça e de crença. Por isso o seio do povo era fecundo; saíam dele santos, individualidades à uma ingénuas e sublimes, símbolos vivos da alma popular, e cujas singelas histórias ainda hoje não podemos ler sem enternecimento.

No mundo da inteligência não é menos notável a expansão do espírito peninsular durante a Idade Média. O grande movimento intelectual da Europa Medieval compreende a filosofia escolástica e a teologia, as criações nacionais dos ciclos épicos, e a arquitectura. Em nada disto se mostrou a Península inferior às grandes nações cultas, que haviam recebido a herança da civilização romana. Demos à escola filósofos como Raimundo Lúlio; à Igreja, teólogos e papas, um destes portugueses, João XXI. As escolas de Coimbra e Salamanca

tinham uma celebridade europeia: nas suas aulas viam-se estrangeiros de distinção, atraídos pela fama dos seus doutores. Entre os primeiros homens do século XIII está um monarca espanhol, Afonso, *o Sábio*, espírito universal, filósofo, político e legislador. Nem posso também deixar esquecidos os mouros e judeus, porque foram uma das glórias da Península. A reforma da escolástica, nos séculos XIII e XIV, pela renovação do aristotelismo, foi obra quase exclusiva das escolas árabes e judaicas de Espanha. Os nomes de Averróis (de Córdova), de Ibn-Tophail (de Sevilha), e os dos judeus Maimónides e Avicébron serão sempre contados entre os primeiros na história da filosofia na Idade Média. Ao pé da filosofia, a poesia. Para opor aos ciclos épicos da Távola Redonda, de Carlos Magno e do Santo Graal, tivemos aquele admirável *Romancero*, as lendas do Cid, dos infantes de Lara, e tantas outras, que se teriam condensado em verdadeiras epopeias, se o espírito clássico da Renascença não tivesse vindo dar à Poesia uma outra direcção. Ainda assim, grande parte, a melhor parte talvez, do teatro espanhol saiu da mina inesgotável do *Romancero*. Para opor aos trovadores provençais, tivemos também trovadores peninsulares. Dos nossos reis e cavaleiros trovaram alguns com tanto primor com Beltrão de Born ou do conde de Tolosa. Quanto à arquitectura, basta lembrar a Batalha e a catedral de Burgos, duas das mais belas rosas góticas desabrochadas no seio da Idade Média. Em tudo isto acompanháramos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Prêcedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saíam homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influên-

cia, directa ou indirectamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsular. Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha. O Santo Império alemão oferece a orgulhosa coroa imperial a um rei de Castela, Afonso, *o Sábio*. No século xv, D. João I, árbitro em várias questões internacionais, é geralmente considerado, em influência e capacidade, como um dos primeiros monarcas da Europa. Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhámo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradouro e profíquo. Como foi que o movimento regenerador da Renascença, tão bem preparado, abortou entre nós, mostrá-lo-ei logo com factos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença; e enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século xvi, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos, recebeu-a nas suas universidades novas ou reformadas, onde se explicavam os grandes monumentos literários da Antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais. Entre as quarenta e três universidades estabelecidas na Europa durante o século xvi, catorze foram fundadas pelos reis de Espanha. A filosofia neoplatónica, que substituíra por toda a parte a velha e gasta

escolástica, foi adoptada pelos espíritos mais eminentes. Um estilo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lope de Vega, com Ferreira. Demos às escolas da Europa sábios como Miguel Servet, precursor de Harvey, filósofos como Sepúlveda, um dos primeiros peripatéticos do tempo, e o português Sanches, mestre de Montaigne. A família dos humanistas, verdadeiramente característica da Renascença, foi representada entre nós por André de Resende, por Diogo de Teive, pelo bispo de Terragona, António Augustin, por Damião de Góis, e por Camões, cuja inspiração não excluía uma erudição quase universal. Finalmente, a arte peninsular ergue nessa época um voo poderoso, com a arquitectura chamada manuelina, criação duma originalidade e graça surpreendentes, e com a brilhante escola de pintura espanhola, imortalizada por artistas como Murillo, Velásquez, Ribera. Fora da Pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não era inferior à inteligência. Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda então descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração.

Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação de cinquenta ou sessenta anos! Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição.

No princípio do século xvii, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anómala inconsistente e desnatural de Filipe II; quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunda a Península sob o peso dos muitos erros acumu-

lados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes. A preponderância, que até então exercêramos nos negócios da Europa, desaparece para dar lugar à insignificância e à impotência. Nações novas ou obscuras erguem-se, e conquistam no mundo, à nossa custa, a influência de que nos mostrámos indignos. A coroa de Espanha é posta em leilão sangrento no meio das nações, e adjudicada, no fim de doze anos de guerra, a um neto de Luís XIV. Com a dinastia estrangeira começa uma política antinacional, que envilece e desacredita a monarquia. E esse rei estrangeiro custa à Espanha a perda de Nápoles, da Sicília, do Milanês, dos Países Baixos! Em Portugal, é a influência inglesa, que, por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de colónia britânica. Ao mesmo tempo as nossas próprias colónias escapam-nos gradualmente das mãos: as Molucas passam a ser holandesas; na Índia lutam sobre os nossos despojos holandeses, ingleses e franceses; na China e no Japão desaparece a influência do nome português. Portugueses e Espanhóis vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... e que tristíssimo quadro o da nossa política interior! Às liberdades municipais, à iniciativa local das comunas, aos forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida própria, sucede a centralização uniforme e esterilizadora. A realeza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o património providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também! Aquele espírito de independência, que inspirava o

firme *si no, no!* da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortesã, que cada vez se separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural de um elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos ligados a essa elevação. Por isso decai também a vida económica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, desaparecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, enquanto a miséria se alarga pelo resto do país: a população, dizimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui duma maneira assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre! No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulos, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela inteligência dos povos peninsulares, passando da Renascença para os séculos xvii e xviii. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores. Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entrámos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do gongorismo, depois da affectação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela es-

cola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica, e o poema herói-cómico, isto é, a affectação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional, ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável, concentra-se toda na descrição cinicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os *romances picarescos* espanhóis, e as *comédias populares* portuguesas, são os irrefutáveis actos de acusação, que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial e palaciana, espalhava-se pelas regiões insípidas do discurso académico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado — géneros artificiais, pueris, e mais que tudo soporíficos. Com um tal estado dos espíritos, o que se podia esperar da arte? Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do classicismo, ergueu também as massas compactas, e friamente correctas na sua falta de expressão, da arquitectura jesuítica. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerónimos, da Batalha, da catedral de Burgos! O espírito sombrio e depravado da sociedade reflectiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a história uma incorrup-

tível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante duzentos anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibnitz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta duma grande lei científica, dum sistema, dum facto capital? A Europa culta engrandeceu-se, notabilizou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro de nós completamente.

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito. Nos grandes, a corrupção faustosa da vida da corte, onde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. É a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo, em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso processo de nulidade do matrimónio de

Afonso VI, e nas memórias do Cavaleiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo; torna-se uma prática ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades, sabemos-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo *Decâmeron* da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários. A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbada dum cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagados, destruídos pelo medo. Os *casuístas* dos séculos xvii e xviii deixaram-nos um vergonhoso monumento de requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias íntimas da família, da perdição de costumes que corria aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado: porque, pelo outro, os *casuístas* mostram-nos também a que abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predilecção, quase com amor, aquele montão graveolente de abjecções. Todas essas misérias íntimas reflectem-se fielmente na literatura. O que era no século xvii a moral pública, as intrigas políticas, o nepotismo cortesão, o roubo audaz ou sub-reptício da riqueza pública, vê-se (e com todo o relevo duma pena sarcástica e inexorável) na *Arte de Furtar*, do padre António Vieira. Quanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontramo-los na *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel, nas *Farsas Populares* portuguesas, e nos *romances picarescos* espanhóis. O espírito peninsular descera de degrau em degrau, até ao último termo da depravação!

Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costumes. Erguemo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultados: erguemo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados! Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenómenos, que se deram na Península durante o decurso do século xvi, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os gérmens, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro carácter. Se esses fenómenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da actividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos — estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) *post hoc, ergo propter hoc*, e a concluir que é nesses novos fenómenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da península.

Ora esses fenómenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *conquistas* longínquas. Estes fenómenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século xvi, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um facto contemporâneo muito

simples: esses três fenómenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três factos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma ou pela filosofia: a elevação da *classe média*, instrumento do progresso nas sociedades modernas, e directora dos reis, até ao dia em que os destronou: a *indústria*, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a *classe média*, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governando: a *indústria*, finalmente, é o oposto do espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio.

Assim, enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação. Baixávamos pela indústria, pela política. Baixávamos, sobretudo, pela religião.

Da decadência moral é esta a causa culminante! O catolicismo do Concílio de Trento não inaugurou certamente no mundo o despotismo religioso: mas organizou-o de uma maneira completa, poderosa, formidável, e até então desconhecida. Neste sentido, pode dizer-se que o catolicismo, na sua forma definitiva, imobilizado e intolerante, data do século xvi. As tendências, porém, para esse estado vinham já de longe; nem a Reforma significa outra coisa senão o protesto do sentimento cristão, livre e independente, contra essas

tendências autoritárias e formalísticas. Essas tendências eram lógicas, e até certo ponto legítimas, dada a interpretação e organização romana da religião cristã: não eram, porém, dado o sentimento cristão na sua pureza virginal, fora das condições precárias da sua realização política e mundana, o sentimento cristão, numa palavra, no seu domínio natural, a consciência religiosa. É necessário, com efeito, estabelecermos cuidadosamente uma rigorosa distinção entre *cristianismo* e *catolicismo*, sem o que nada compreenderemos das evoluções históricas da religião cristã. Se não há cristianismo fora do grémio católico (como asseveram os teólogos, mas como não pode nem quer aceitar a razão, a equidade e a crítica), nesse caso teremos de recusar o título de cristãos aos luteranos, e a todas as seitas saídas do movimento protestante, em quem todavia vive bem claramente o espírito evangélico. Digo mais, teremos de negar o nome de cristãos aos apóstolos e evangelistas, porque nessa época o catolicismo estava tão longe do futuro, que nem ainda a palavra *católico* fora inventada! É que realmente o cristianismo existiu e pode existir fora do catolicismo. O cristianismo é sobretudo um *sentimento*: o catolicismo é sobretudo uma *instituição*. Um vive da fé e da inspiração: o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa, até ao meado do século xvi, não é mais do que a transformação do *sentimento cristão* na *instituição católica*. A Idade Média é o período da transição: há ainda um, e o outro aparece já. Equilibram-se. A unidade vê-se, faz-se sentir, mas não chega ainda a sufocar a vida local e autonómica. Por isso é também esse o período das igrejas nacionais. As da Península, como todas as outras, tiveram, durante a Idade Média, liberdades e iniciativa, concílios nacionais, disciplina própria, e uma maneira sua de sentir e praticar a religião. Daqui, dois grandes resultados, fecundos em consequências benéficas. O dogma, em vez de ser *imposto*, era *aceite*, e, num certo sentido, criado:

ora, quando a base da moral é o dogma, só pode haver boa moral deduzindo-a de um dogma aceite, e até certo ponto criado, e nunca imposto. Primeira consequência, de incalculável alcance. O sentimento do dever, em vez de ser contradito pela religião, apoiava-se nela. Daqui a força dos caracteres, a elevação dos costumes. Em segundo lugar, essas igrejas nacionais, por isso mesmo que eram independentes, não precisavam oprimir. Eram tolerantes. À sombra delas, muito na sombra é verdade, mas tolerados em todo o caso, viviam Judeus e Mouros, raças inteligentes, industriosas, a quem a indústria e o pensamento peninsulares tanto deveram, e cuja expulsão tem quase as proporções duma calamidade nacional. Segunda consequência, de não menor alcance do que a primeira. Se a Península não era então tão católica como o foi depois, quando queimava os judeus e recebia do geral dos Jesuítas o santo e a senha da sua política, era seguramente muito mais cristã, isto é, mais caridosa e moral, como estes factos o provam.

Rasga-se, porém, o século xvi, tão prodigioso de revelações, com ele aparece no mundo a Reforma, seguida por quase todos os povos de raça germânica. Esta situação cria para os povos latinos, que se conservavam ligados a Roma, uma necessidade instantânea, que era ao mesmo tempo um grande problema. Tornava-se necessário responder aos ataques dos protestantes, mostrar ao mundo que o espírito religioso não morrera no seio das raças latinas, que debaixo da corrupção romana havia alma e vontade. Um grito unânime de *reforma* saiu do meio dos representantes da ortodoxia, opondo-se ao desafio que, com a mesma palavra haviam lançado ao mundo católico Lutero, Zwingli, Ecolampado, Melanchthon e Calvino. Reis, povos, sacerdotes clamavam todos *reforma!* Mas aqui aparecia o problema: que espécie de reforma? A opinião dos bispos e, em geral, das populações católicas pronunciavam-se no sentido duma reforma liberal, em harmonia com o es-

pírito da época, chegando muitos até a desejar uma conciliação com os protestantes: era a opinião *episcopal* representante das igrejas nacionais. Em Roma, porém, a solução, que se dava ao problema, tinha um bem diferente carácter. O ódio e a cólera dominavam os corações dos sucessores dos apóstolos. Repelia-se com horror a ideia de conciliação, da mais pequena concessão. Pensava-se que era necessário fortificar a ortodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralizando; empedernir a Igreja, para a tornar inabalável. Era a opinião *absolutista*, representante do papado. Esta opinião (para não dizer este partido) triunfou, e foi esse triunfo uma verdadeira calamidade para as nações católicas. Nem era isso o que elas desejavam, e o que pediram e sustentaram os seus bispos, lutando indefesos durante dezasseis anos contra a maioria esmagadora das criaturas de Roma! Pediam uma verdadeira reforma, sincera, liberal, em harmonia com as exigências da época. O programa formulava-se em três grandes capítulos fundamentais. 1.º — Independência dos bispos, autonomia das igrejas nacionais, inauguração dum parlamentarismo religioso pela convocação amiudada dos concílios, esses estados gerais do cristianismo, superiores ao Papa e árbitros supremos do mundo espiritual. 2.º — O casamento para os padres, isto é, a secularização progressiva do clero, a volta às leis da humanidade duma classe votada durante quase mil anos a um duro ascetismo, então talvez necessário, mas já no século XVI absurdo, perigoso, desmoralizador. 3.º — Restrições à pluralidade dos benefícios eclesiásticos, abuso odioso, tendente a introduzir na Igreja um verdadeiro feudalismo com todo o seu poder e desregramento. Destas reformas saía naturalmente a humanização gradual da religião, a liberdade crescente das consciências, e a capacidade para o cristianismo de se transformar dia a dia, de progredir, de estar sempre à altura do espírito humano, resultado imenso e capital que trouxe a Re-

forma aos povos que a seguiram. Os graves prelados, que não combatiam pelas reformas que acabo de apresentar, não desejavam, certamente, nem mesmo previam estas consequências: o próprio Lutero não as previu. Mas nem por isso as consequências deixariam de ser aquelas. Bartolomeu dos Mártires e os bispos de Cádiz e Astorga não eram, seguramente, revolucionários: representavam no Concílio de Trento a última defesa e o protesto das igrejas da Península, contra o ultramontanismo invasor: mas a obra deles é que era, pelas consequências, revolucionária; e, trabalhando nela, estavam na corrente e no espírito do grande e emancipador século xvi. Se houvessem alcançado essa reforma, teríamos nós talvez, espanhóis e portugueses, escapado à decadência. Quem pode hoje negar que é em grande parte à Reforma que os povos *reformados* devem os progressos morais que os colocaram naturalmente à frente da civilização? Contraste significativo, que nos apresenta hoje o mundo! As nações mais inteligentes, mais moralizadas, mais pacíficas e mais industriais são exactamente aquelas que seguiram a revolução religiosa do século xvi: Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exactamente as mais católicas! Com a Reforma estaríamos hoje à altura dessas nações; estaríamos livres, prósperos, inteligentes, morais... mas Roma teria caído!

Roma não queria cair. Por isso resistiu longo tempo, iludiu quanto pôde os votos das nações, que reclamavam a convocação do concílio reformador. Não podendo resistir mais tempo, cede por fim. Mas como o fez? Como cedeu Roma, dominada desde então pelos Jesuítas? Estamos em Itália, meus senhores, no país de Maquiavel!... Eu não digo que Roma usasse deliberada e conscientemente duma política maquiavélica: não posso avaliar as intenções. Digo simplesmente que o parece; e que, perante a história, a política romana em toda esta questão do Concílio de Trento aparece com

um notável carácter de habilidade e cálculo... muito pouco evangélicos! Roma, não podendo resistir mais à ideia do Concílio, explora essa ideia em proveito próprio. Dum instrumento de paz e progresso, faz uma arma de guerra e dominação; confisca o grande impulso reformador, e fã-lo convergir em proveito do ultramontanismo. Como? Duma maneira simples: 1.º, dando só aos legados do Papa o direito de propor reformas; 2.º, substituindo, ao antigo modo de votar *por nações*, o voto *por cabeças*, que lhe dá com os seus cardeais e bispos italianos, criaturas suas, uma maioria compacta e resolvida sempre a esmagar, a *abafar* os votos das outras nações. Basta dizer que a França, a Espanha, Portugal e os Estados católicos da Alemanha nunca tiveram, juntos, número de votos superior a sessenta, enquanto os italianos contavam cento e oitenta e mais! Nestas condições, o concílio deixava de ser universal: era simplesmente italiano; nem italiano, romano apenas! Desde o primeiro dia se pôde ver que a causa da reforma liberal estava perdida. Provocado para essa reforma, o concílio só serviu contra ela, para a sofismar e anular!

Composta e armada assim a máquina, vejamo-la trabalhar. Para sujeitar na terra o homem, era necessário fazê-lo condenar primeiro no céu: por isso o concílio começa por estabelecer dogmaticamente, na sessão cinco, o *pecado original*, com todas as suas consequências, a condenação hereditária da humanidade, e a incapacidade de o homem se salvar por seus merecimentos, mas só por obra e graça de Jesus Cristo. Muitos teólogos e alguns poucos sínodos particulares se haviam já ocupado desta matéria: nenhum concílio ecuménico a definira ainda. Um concílio verdadeiramente liberal deixava essa questão na sombra, no indefinido, não prendia a liberdade e a dignidade humanas com essa algema: o Concílio de Trento fez dessa definição o prólogo dos seus trabalhos. Convinha-lhe, logo no começo, conde-

nar sem apelação a razão humana, e dar essa base ao seu edifício. Assim o fez. De então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma sugestão diabólica, e que para nos dirigir basta o Papa em Roma e o confessor à cabeceira. *Perinde ac cadaver*, dizem os estatutos da Companhia de Jesus.

Na sessão treze confirma-se e precisa-se o dogma da eucaristia, já definido, ainda que vagamente, no 4.º Concílio de Latrão, e vibra-se o anátema sobre quem não crer na *presença real* de Cristo no pão e no vinho depois da consagração. É mais um passo (e este decisivo) para fazer entrar o cristianismo no caminho da idolatria, para colocar o divino no absurdo. Poucos dogmas contribuíram tanto como este materialismo da *presença real* para embrutecer o nosso povo, para fazer reviver nele os instintos pagãos, para lhe sofismar a razão natural! Parece que era isto o que o concílio desejava!

Na sessão catorze trata-se detidamente da confissão. A confissão existia há muito na Igreja, mas comparativamente livre e facultativa. No 4.º Concílio de Latrão restringira-se já bastante essa liberdade. Na sessão catorze de Trento é a consciência cristã definitivamente encarcerada. Sem confissão não há remissão de pecados! A alma é incapaz de comunicar com Deus, senão por intermédio do padre! Estabelece-se a obrigação de os fiéis se confessarem em épocas certas, e exortam-se a que se confessem o mais que possam. Funda-se aqui o poder, tão temível quanto misterioso, do confessor-nário. Aparece um tipo singular: o *director espiritual*. Daí por diante há sempre na família, imóvel à cabeceira, invisível mas sempre presente, um vulto negro que separa o marido da mulher, uma vontade oculta que governa a casa, um intruso que manda mais do que o dono. Quem há aqui, espanhol ou português, que não conheça este estado deplorável da família, com um chefe secreto, em regra hostil ao chefe visível? Quem não

conhece as desordens, os escândalos, as misérias introduzidas no lar doméstico pela porta do confessionário? O concílio não queria isto, decerto: mas fez tudo quanto era necessário para que isto acontecesse.

Na parte disciplinar e nas relações da Igreja com o Estado predomina o mesmo espírito de absolutismo, de concentração, de invasão de todos os direitos. Na sessão cinco, tornam-se às ordens regulares independentes dos bispos, e quase exclusivamente dependentes de Roma. Que arma esta na mão do Papado, que já de si não era mais do que uma arma na mão de jesuitismo! Na sessão treze só o Papa, pelos seus comissários, pode julgar os bispos e os padres. É a impunidade para o clero! Na sessão quatro põem-se restrições à leitura da *Bíblia* pelos seculares, restrições tais que equivalem a uma verdadeira proibição. Ora, o que é isto senão a suspeição da razão humana, condenada a pensar e a ler pelo pensamento e pelos olhos de meia dúzia de eleitos? Nas sessões sete, nove, dezoito e vinte e quatro estabelecem-se igualmente disposições tendentes todas a sujeitar os governos, a impor aos povos a polícia romana, apagando implacavelmente por toda a parte os últimos vestígios das igrejas nacionais. Finalmente, a superioridade do Papa sobre os concílios triunfa nas sessões vinte e três e vinte e cinco, pela boca do jesuíta Lainez, inspirador e alma do concílio... se é permitido, ainda metaforicamente, falando dum jesuíta, empregar a palavra alma... A redacção dum catecismo vem coroar esta obra de alta política. Com esse catecismo, imposto por toda a parte e por todos os modos aos espíritos moços e simples, tratou-se de matar a liberdade no seu gérmen, de absorver as gerações nascentes, de as deformar e torturar, comprimindo-as nos moldes estreitos duma doutrina seca, formal, escolástica e subtilmente ininteligível. Se se conseguiu ou não esse resultado funesto, respondam umas poucas de nações moribundas, enfermas da pior das enfermidades, a atrofia moral!

Sim, meus senhores! essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do Concílio de Trento, que podia ela oferecer aos povos? A intolerância, o embrutecimento, e depois a morte! Tomo três exemplos. Seja o primeiro a Guerra dos Trinta Anos, a mais cruel, a mais friamente encarniçada, mais sistematicamente destruidora de quantas têm visto os tempos modernos, e que por pouco não aniquila a Alemanha. Essa guerra, provocada pelo partido católico, e por ele dirigida com uma perseverança infernal, mostrou bem ao mundo que abismos de ódio podem ocultar palavras de paz e religião. O padre não dirigia somente, assistia à execução. Cada general trazia sempre consigo um director jesuíta: e esses generais chamavam-se Tilly, Piccolomini, os mais endurecidos dos verdugos. Salvou então a Alemanha e a Europa a firmeza indomável dum coração tão grande quanto puro, sereno em face dessas ordens fanáticas. O verdadeiro herói (e único também) dessa guerra maldita, o verdadeiro santo desse período tenebroso, é um protestante, Gustavo Adolfo. Quanto ao Papa, esse aplaudia a matança! O segundo exemplo é a Itália. O terror que inspirava ao Papado a criação em Itália dum Estado forte, que lhe pusesse uma barreira à ambição crescente de dia para dia, tornou-se o maior inimigo da unidade italiana. É o Papado quem semeia a discórdia entre as cidades e os príncipes italianos, sempre que tentam ligar-se. É o Papado quem convida os estrangeiros a descerem os Alpes, na cruzada contra as forças nacionais, cada vez que parecem querer organizar-se. «O Papado», diz Edgard Quinet, «tem sido um ferro sagrado na ferida da Itália, que a não deixa sarar.» Hoje mesmo, se essa suspirada unidade se consumou, não foi no meio das maldições e cóleras do clero e de Roma? O único pensamento que hoje absorve o Papado, é desmanchar aquela obra nacional, chamar sobre ela os olhos do mundo, o ferro estrangeiro, podendo ser; é assassinar a Itália

ressuscitada! Estes factos são por todos sabidos. O que talvez nem todos saibam é o papel que o catolicismo representou no assassinato da Polónia. «A intolerância dos jesuítas e ultramontanos», diz Emílio de Lavelaye, «foi a causa primária do desmembramento e queda da Polónia.» Esta nação heróica, mas pouco organizada, ou antes, pouco unificada, era uma espécie de federação de pequenas nacionalidades, com costumes e religiões diferentes. Encravada entre monarquias poderosas e ambiciosas, como a Áustria, a Rússia e a Turquia de então, a Polónia só podia viver pela liberdade política, e sobretudo pela tolerância religiosa, que conservasse amigos e unidos contra o inimigo comum os grupos autonómicos de que se compunha. A essa tolerância deveu ela, com efeito, a força e importância que teve na história da Europa até ao século XVII: católicos, gregos cismáticos, protestantes, socinianos viveram muito tempo como irmãos, numa sociedade verdadeiramente cristã porque era verdadeiramente tolerante. Um dia, porém, os jesuítas, lá do centro de Roma, olharam para a Polónia como para uma boa presa. Aquela nação era efectivamente um escândalo para os bons padres. Tanto intrigaram, que em 1570 tinham já logrado introduzir-se na Polónia: o rei Estêvão Bathory concedeu-lhes, com uma culpável imprudência, a Universidade de Wilna. Senhores do ensino, e em breve das consciências da nobreza católica, os jesuítas são um poder: começam as perseguições religiosas. Em 1648, João Casimiro, que antes de ser rei fora cardeal e jesuíta, quer obrigar os camponeses ruténios, sectários do cisma grego, a converterem-se ao catolicismo. Estes levantam-se, unem-se aos cossacos, também do rito grego, e começa uma guerra formidável, cujo resultado foi separarem-se cossacos e ruténios da federação polaca, dando-se à Rússia, em cujas mãos se tornaram uma arma terrível sempre apontada ao coração da Polónia. Nunca esta nação teve inimigos tão encarniçados como os cossacos!

Sem eles, a Polónia enfraquecida entre vizinhos formidáveis, devia cair, e caiu efectivamente. A partilha expoliadora de 1772 não fez mais do que confirmar um facto já antigo, a nulidade da nação polaca.

Assim pois, meus senhores, o catolicismo dos últimos três séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o túmulo das nacionalidades. «O antro da Esfinge», disse dele um poeta filósofo, «reconhece-se logo à entrada pelos ossos dos povos devorados.»

E a nós, Espanhóis e Portugueses, como foi que o catolicismo nos anulou? O catolicismo pesou sobre nós por todos os lados, com todo o seu peso. Com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário; a delação é uma virtude religiosa: a expulsão dos judeus e moiros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da Espanha: a perseguição dos *cristãos-novos* faz desaparecer os capitais: a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os índios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossível o estabelecimento duma colonização sólida e duradoira: na América despoeva as Antilhas, apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte; o terror religioso, finalmente, corrompe o carácter nacional, e faz de duas nações generosas, hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização. Com o jesuitismo desaparece o sentimento cristão, para dar lugar aos sofismas mais deploráveis a que jamais desceu a consciência religiosa: métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se à memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo, e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora: a educação jesuítica faz

das classes elevadas máquinas ininteligentes e passivas; do povo, fanáticos corruptos e cruéis: a funesta moral jesuítica, explicada (e praticada) pelos seus *casuístas*, com as suas restrições mentais, as suas subtilezas, os seus equívocos, as suas condescendências, infiltra-se por toda a parte, como um veneno lento, desorganiza moralmente a sociedade, desfaz o espírito de família, corrompe as consciências com a oscilação contínua da noção do dever, e aniquila os caracteres, sofismando-os, amolecendo-os: o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis, realizou-os nas famosas missões do Paraguai; o Paraguai foi o *reino dos céus* da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América, pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia! Por isso o génio livre popular decaiu, adormeceu por toda a parte: na arte, na literatura, na religião. Os santos da época já não têm aquele carácter simples, ingénuo, dos verdadeiros santos populares: são frades beatos, são jesuítas hábeis. Os sermonários e mais livros de devoção, não sei por que lado sejam mais vergonhosos; se pela nulidade das ideias, pela baixeza do sentimento, ou pela puerilidade ridícula do estilo. Quanto à arte e literatura mostrava-se bem clara a decadência naquelas massas estúpidas de pedra da architectura jesuítica, e na poesia convencional das academias, ou nas odes ao divino e jaculatórias fradescas. O génio popular, esse morrera às mãos do clero, como com tanta evidência o deixou demonstrado nos seus recentes livros tão cheios de novidades, sobre a literatura portuguesa, o senhor Teófilo Braga. Os costumes saídos desta escola sabemos nós o que foram. Já citei a *Arte de Furtar*, os *romances picarescos*, as *farsas populares*, o *teatro espanhol*, os escritos de D. Francisco Manuel e do Cavaleiro de Oliveira. Na falta des-

tes documentos, bastava-nos a tradição, que ainda hoje reza dos escândalos dessa sociedade aristocrática e clerical! Essa funesta influência da direcção católica não é menos visível no mundo político. Como é que o absolutismo espiritual podia deixar de reagir sobre o espírito do poder civil? O exemplo do despotismo vinha de tão alto! Os reis eram tão religiosos! Eram por excelência os reis *católicos, fidelíssimos*. Nada forneceu pelo exemplo, pela autoridade, pela doutrina, pela instigação, um tamanho ponto de apoio ao poder absoluto como o espírito católico e a influência jesuítica. Nesses tempos santos, os verdadeiros ministros eram os confessores dos reis. A escolha do confessor era uma questão de Estado. A paixão de dominar, e o orgulho criminoso de um homem, apoiava-se na palavra divina. A teocracia dava a mão ao despotismo. Essa direcção via-se claramente na política externa. A política, em vez de curar dos interesses verdadeiros do povo, de se inspirar dum pensamento nacional, traía a sua missão, fazendo-se instrumento da *política católica romana*, isto é, dos interesses, das ambições de um estrangeiro. D. Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África, *pela fé católica*, não pela nação portuguesa. Carlos V e Filipe II põem o mundo a ferro e fogo, porquê? pelos interesses espanhóis? pela grandeza de Espanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma! Durante mais de setenta anos, a Espanha, dominada por estes dois inquisidores coroados, dá o melhor do seu sangue, da sua riqueza, da sua actividade, para que o papa desse outra vez leis à Inglaterra e à Alemanha. Era essa a *política nacional* desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações.

Tal é uma das causas, senão a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos

pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir — no *ser*: envenenou a vida nas suas fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular fez-se em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-na na sua inércia secular. Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro de nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento.

Esta causa actuou principalmente sobre a vida moral: a segunda, o absolutismo, apesar de se reflectir no estado dos espíritos, actuou principalmente na vida política e social. A história da transformação das monarquias peninsulares é longa, e, para a minha pouca ciência, obscura e até certo ponto desconhecida: não a poderia eu fazer aqui. Basta dizer que o carácter dessas monarquias durante a Idade Média contrasta singularmente com o que lhes encontramos no século xvi e nos seguintes. Os reis então não eram absolutos; e não o eram, porque a vida política local, forte e vivaz, não só não lhes deixava um grande círculo de acção, mas ainda, dentro desse mesmo círculo, lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma contínua vigilância. Os privilégios da nobreza e do clero, por um lado, e, pelo outro, as instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilação o peso da coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península.

No século xvi, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais. Abaixou a nobreza, é verdade, mas só em proveito seu: o povo pouco lucrou com essa revolução. O que é certo é

que perdeu a liberdade. A vida municipal afrouxa gradualmente, as comunas espanholas, depois dum sangrento protesto, caem exânicas, aos pés dum rei, que nem sequer era inteiramente espanhol. As instituições locais, cerceadas por todos os lados, sentem faltar-lhes em volta o ar, e o chão debaixo de si. Quem poderá jamais contar essas invasões surdas, insensíveis do poder real no terreno do povo, essas lutas subterrâneas, as abdicações sucessivas da vontade nacional nas mãos dum homem, as resistências infelizes, a longa e cruel história do desaparecimento dos foros populares? É uma história tão triste quanto obscura, que ninguém fez nem fará jamais! Vê-se o desfecho do drama: os incidentes escapam-nos. Mas ao lado dessa luta surda, houve outra manifesta, cuja história se erguerá sempre como um espectro vingador, para acusar a realeza. Essa luta é a grande guerra *comunera* das cidades espanholas. Vencidas, esmagadas pela força, as cidades espanholas encontraram um herói, de cujo peito saiu ardente um protesto, que será eterno como a condenação de quem o provocou. Eis aqui o que D. Juan de Padilla, chefe dos *comuneros*, escrevia à sua cidade de Toledo, horas antes de ser decapitado. «A ti, cidade de Toledo, que és a coroa de Espanha, e a luz do mundo, que já no tempo dos Godos eras livre, e que prodigalizaste o teu sangue para assegurar a tua liberdade e a das cidades tuas irmãs, Juan de Padilla, teu filho legítimo, te faz saber que pelo sangue do seu corpo mais uma vez vão ser renovadas as tuas antigas vitórias...» A cabeça de Padilla rolou, e com ele, decapitada também, caiu a antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra dum túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do ab-

solutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei. D. João III, esse rei *fanático e de ruim condição*, Filipe II, *o demónio do Meio-Dia*, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realeza absoluta, enfatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela *loucura cesariana*, com que a natureza faz expiar aos déspotas a desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspecção, confiaram as nações cegamente os seus destinos! Se Filipe II não fosse absoluto, jamais teria podido tentar o seu absurdo projecto de conquistar a Inglaterra, não teria feito sepultar nas águas do oceano, com a Invencível Armada, milhares de vidas e um capital prodigioso inteiramente perdido. Se D. Sebastião não fosse absoluto, não teria ido enterrar em Alcácer Quibir a nação portuguesa, as últimas esperanças da pátria.

Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A *burguesia*, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemos-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvi-

mento da *burguesia*, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe usar dela. As revoluções podem chamar por ele; sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular! A estas influências deletérias, e estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política, junta-se uma terceira, de carácter sobretudo económico: as conquistas. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que pese aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro económico não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrépida peninsular. A moralidade subjectiva desse movimento é indiscutível perante a história: são do domínio da poesia, e sê-lo-ão sempre acontecimentos que puderam inspirar a grande alma de Camões. A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fa-

zerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopeia; é a economia política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo. Ora, é à luz da economia política que eu condeno as conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heróicos da idade moderna: enganámo-nos; não era possível; caímos. Qual é, com efeito, o espírito da idade moderna? é o espírito de *trabalho* e de *indústria*: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é além disso um capital morto, consumido sem resultado. É necessário que o trabalho, sobretudo a indústria agrícola o fecunde, lhe dê vida. Domina todo este assunto uma lei económica, formulada por Adão Smith, um dos pais da ciência, nas seguintes palavras: «O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias.» Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália, e com o comércio do mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente do mundo. Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase a inveja das nações. Pelo contrário, nós, Portugueses e Espanhóis, que destinos demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura espanhola, das Castelas, aonde não se encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!

Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século xvi, porá em evidência, com factos significativos, essa influência perniciosa do espírito de conquista no mundo económico. Esses factos são extraídos

de três obras, cuja autoridade é incontestável: a *Memória* histórica de Alexandre de Gusmão sobre a agricultura portuguesa; o livro de Camilo Pallavicini *La economia agraria del Portogallo*; e a *História da Agricultura em Portugal*, pelo Sr. Rebelo da Silva. Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o carácter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o *Povoador*, o *Lavrador*, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do país desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho. As armadas, que mais tarde dominaram os mares, saíram das matas semeadas por D. Dinis. No reinado de D. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam. A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha forneciam-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século xv vinham os navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado e frutas secas, que espalhavam pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também um activo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de D. João II chegara a população a muito perto de três milhões de habitantes... Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que escassamente excedia um milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo!

Dera-se com efeito, durante o século xvi, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor, deixam a charrua e fazem-se soldados, aven-

tureiros. Atravessam o oceano à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural afluí para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício. A cultura diminui gradualmente. Com essa diminuição, e com a depreciação relativa dos metais preciosos pela afluência dos tesouros do Oriente e América, os cereais chegam a preços fabulosos. O trigo, que em 1460 valia dez réis por alqueire, tem subido, em 1520 a vinte réis, trinta e trinta e cinco! Por isso o preço nos mercados estrangeiros, nem sequer pode cobrir o custo originário: a concorrência doutras nações, que produziam mais barato esmaga-nos. Não só deixamos de exportar, mas passamos a importar: «do reinado de D. Manuel em diante», diz Alex. de Gusmão, «somos sustentados pelos estrangeiros». Esse sustento podiam-no pagar os grandes, que a Índia e o Brasil enriqueciam. A multidão, porém, morria de fome. A miséria popular era grande. A esmola à portaria dos conventos e casas fidalgas passou a ser uma instituição. Mendigavam aos bandos pelas estradas. A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que nos empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação. As crônicas falam-nos de grandes fomes. Por tudo isto, decrescia a olhos vistos a população. Que remédio se procura a este mal? um mal incomparavelmente maior: a escravidão! Tenta-se introduzir o trabalho servil nas culturas, com escravos vindos da África! Felizmente não passou de tentativa. Era a transformação dum país livre e civilizado, numa coisa monstruosa, uma oligarquia de *senhores de roça*! a barbaridade dos devastadores da América, transportada para o meio da Europa! Com estes elementos o que se podia esperar da indústria? uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente

para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importávamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados, massas; da Alemanha, vidro; de França, panos; de Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vai-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para gozar, dissipar esterilmente. A vida concentra-se na capital. Os nobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, onde viviam em certa comunhão com o povo, e vêm para a corte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador, faz-se lacaio: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem duma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de Oriental. Do luxo desenfreado, ao vício, à corrupção, mal dista um passo. A paixão do jogo estendeu-se terrivelmente: jogava-se nas tavolagens, e jogava-se nos palácios. O ócio, acendendo as imaginações, levava pelo galanteio às intrigas amorosas, às aventuras, ao adultério, e arruinava a família. Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus mendigos, e de rufiões.

Ao longe, fora do país, foram outras as consequências do espírito de conquista, mas igualmente funestas. A escravatura (além de todas as suas deploráveis consequências morais) esterilizou pelo trabalho servil. Só o trabalho livre é fecundo: só os resultados do trabalho livre são duradouros. Das colónias que os Europeus fundaram no Novo Mundo, quais prosperaram? quais ficaram estacionárias? Prosperaram na razão directa do trabalho livre: o Norte dos Estados Unidos mais do que o Sul: os Estados Unidos mais do que o Brasil. E essa jovem Austrália, cuja população duplica todos os dez anos, que já exporta para a Europa os seus produtos, cujas instituições são já hoje modelo e inveja para os povos civilizados, e que será antes de um século uma

das maiores nações do mundo, a que deve ela essa prosperidade fenomenal, senão ao influxo maravilhoso do trabalho livre? numa terra que ainda não pisou o pé de um homem que se não dissesse livre? A Austrália tem feito em menos de cem anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura! Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios. Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz duma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual — o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre interesse honroso e interesse vil: só as grandes acções de esforço heróico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição, que nos apresenta D. João de Castro, depois duma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Sintra, onde se dava àquela *estranha e nova agricultura* de cortar as árvores de fruto, e plantar em lugar delas árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo. E já que falei em D. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire.

J. Freire, que era padre, que nunca vira a Índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de D. João de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso académico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal

de glória à antiga, *glória clássica*, através do qual nos faz ver continuamente as acções do seu herói. Há dois séculos que lemos todos o D. João de Castro, de Jacinto Freire, e acostumámo-nos a tomar aquela fantasia de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseámos com isto o nosso juízo, e a crítica de uma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exactamente o contrário daquela. Uma só coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo: mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos, e dum modo muito diverso. Foi aquele género de heroísmo, tão apreçoado por J. Freire, que nos arruinou!

Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradouro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas, por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-se ou condenam-nas os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização superior àquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos Ingleses é justa, porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos Portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros *benefícios*, que levámos àqueles povos, foi a Inquisição: os Espanhóis fi-

zeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos) era completamente anulado por aquela ameaça constante do terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos Espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desapareceram em menos de sessenta anos! em menos de sessenta anos são destruídos dez milhões de homens! dez milhões! Estes Algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E, todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingênuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que se lhes impunha pelas armas! Bartolomeu de las Casas, bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades: consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes: por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! a obra da destruição era fatal: tinha de se consumir, e consumou-se.

Há, com efeito, nos actos condenáveis dos povos peninsulares, nos erros da sua política, e na decadência que os colheu, alguma coisa de fatal: é a lei da evolução histórica, que inflexível e impassivelmente tira as consequências dos princípios uma vez introduzidos na sociedade. Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não seguisse, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espírito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. Os erros políticos e económicos saíam daqui naturalmente; e de tudo isto, pela transgressão das leis da vida social, saía naturalmente também a decadência sob todas as formas.

E essas falsas condições sociais não produziram um outro, que por ser invisível e insensível, nem por isso deixa de ser o mais fatal. É o abatimento, a prostração do espírito nacional, pervertido e atrofiado por uns poucos de séculos da mais nociva educação. As causas, que indiquei, cessaram em grande parte: mas os efeitos morais persistem, e é a eles que devemos atribuir a incerteza, o desânimo, o mal-estar da nossa sociedade contemporânea. À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno, este adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX, que é quase a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa. Já não cremos, certamente, com o ardor apaixonado e cego de nossos avós, nos dogmas católicos, mas continuamos a fechar os olhos às verdades descobertas pelo pensamento livre.

Se a Igreja nos incomoda com as suas exigências, não deixa por isso também de nos incomodar a Revolução com as lutas. Fomos os Portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os Portugueses indiferentes do século XIX. Por outro lado, se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que as governem, persiste a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais. Entre o *senhor rei* de então, e os *senhores influentes* de hoje, não há tão grande diferença: para o povo é sempre a mesma servidão. Éramos *mandados*, somos agora *governados*: os dois termos quase que se equivalem. Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espírito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdámos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela indústria. Os netos dos conquista-

dores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um *emprego*: o que não podem, sem indignidade, é *trabalhar*! uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobretudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações; nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. É o fruto que colhemos duma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas!

Dessa educação, que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.

Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os actos deles: mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao *catolicismo*, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado.

Oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à *inércia industrial* oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século: esta deve também ser a nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz: não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz, porque é o verbo humano por excelência.

Meus senhores: há mil e oitocentos anos apresentava o mundo romano um singular espectáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía, mas que, no seu aluir, se debatia, lutava, perseguia para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão: ao lado dela, no meio dela, uma sociedade nova, embrionária, só rica de ideias, aspirações e justos sentimentos, sofrendo, padecendo, mas crescendo por entre os padecimentos. A ideia desse mundo novo impõe-se gradualmente ao mundo velho, converte-o, transforma-o: chega um dia em que o elimina, e a humanidade conta mais uma grande civilização.

Chamou-se a isto o cristianismo.

Pois bem, meus senhores: o cristianismo foi a Revolução do mundo antigo. A Revolução não é mais do que o cristianismo do mundo moderno.

CORRESPONDÊNCIA

CARTA A WILHELM STORCK

Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel, Açores)
24 de Maio de 1887

Ex.^{mo} Sr.:

Só agora me chegou às mãos a sua estimada carta de 23 de Abril último, pelo facto de me encontrar, há dois meses, nesta ilha (que é a minha pátria) trazido aqui por urgentes negócios de família. A demora das comunicações com o continente explica este atraso.

Agradeço a V. Ex.^a as amáveis e para mim tão honrosas expressões de sua carta, e nada me pode ser, como poeta e como homem, mais grato do que o apreço que um tal mestre e crítico manifesta pelas minhas composições, ao ponto de querer ser meu intérprete e introdutor junto do público o mais culto do mundo e que mais direito tem a ser exigente. Discípulo da Alemanha filosófica e poética, oxalá que ela receba com benignidade essas pobres flores, que uma semente sua, trazida pelo vento do século, faz desabrochar neste solo pouco preparado. Qualquer que seja a sua fortuna, toda a minha gratidão é devida ao bom e gentil espírito,

que generosamente me toma pela mão, para me apresentar.

As informações biográficas e bibliográficas que V. Ex.^a me pede, podem reduzir-se ao seguinte: nasci nesta ilha de S. Miguel, descendente de uma das mais antigas famílias dos seus colonizadores, em Abril de 1842, tendo por conseguinte perfeito 45 anos. Cursei, entre 1856 e 1864, a Universidade de Coimbra, sendo por ela bacharel formado em Direito. Confesso, porém, que não foi o estudo do Direito que me interessou e absorveu durante aqueles anos, tendo sido e ficando um insignificante legista.

O facto importante da minha vida, durante aqueles anos, e provavelmente o mais decisivo dela, foi a espécie de revolução intelectual e moral que em mim se deu, ao sair, pobre criança arrancada do viver quase patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico, para o meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as encontradas correntes do espírito moderno. Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crer placidamente e obedecer sem esforço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos por quase todos os da minha geração, a primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição.

Se a isto se juntar a imaginação ardente, com que em excesso me dotara a natureza, o acordar das paixões amorosas próprias da primeira mocidade, a turbulência e a petulância, os fogachos e os abatimentos de um temperamento meridional, muito boa fé e boa vontade, mas muita falta de paciência e método, ficará feito o quadro das qualidades e defeitos com que, aos 18 anos, penetrei no grande mundo do pensamento e da poesia.

No meio das católicas leituras a que então me entregava, devorando com igual voracidade romances e livros de ciências naturais, poetas e publicistas e até teólogos, a leitura do *Fausto* de Goethe (na tradução francesa de Blaze de Bury) e o livro de Rémusat sobre a nova filosofia alemã exerceram todavia sobre o meu espírito uma impressão profunda e duradoura: fiquei definitivamente conquistado para o *germanismo*; e, se entre os franceses, preferi a todos Proudhon e Michelet, foi sem dúvida por serem estes dois os que mais se ressentem do espírito de além-Reno. Li depois muito de Hegel, nas traduções francesas de Vera (pois só mais tarde é que aprendi alemão); não sei se o entendi bem, nem a independência do meu espírito me consentia ser discípulo: mas é certo que me seduziam as tendências grandiosas daquele estupenda síntese. Em todo o caso o hegelianismo foi o ponto de partida das minhas especulações filosóficas, e posso dizer que foi dentro dele que se deu a minha evolução intelectual.

Como acomodava eu este culto pelas doutrinas do apologista do Estado prussiano, com o radicalismo e o socialismo de Michelet, Quinet e Proudhon? Mistérios da incoerência da mocidade! O que é certo é que, revestido com esta armadura mais brilhante do que sólida, descí confiado para a arena: queria reformar tudo, eu que nem sequer estava ainda a meio caminho da formação de mim mesmo! Consumi muita actividade e algum talento, merecedor de melhor emprego, em artigos de jornais, em folhetos, em proclamações, em conferências revolucionárias: ao mesmo tempo que conspirava a favor da União Ibérica, fundava com a outra mão sociedades operárias e introduzia, adepto de Marx e de Engels, em Portugal a Associação Internacional dos Trabalhadores. Fui durante uns sete ou oito anos uma espécie de pequeno Lassalle, e tive a minha hora de vã popularidade.

Do que publiquei por esse tempo, aí vai o que ainda

posso lembrar. O meu primeiro folheto é do ano de 1864. Intitula-se: *Defesa da Carta Encíclica de S. S. Pio IX contra a Chamada Opinião Liberal*. É um protesto contra a falta de lógica com que as folhas liberais atacavam o *Syllabus*, declarando-se ao mesmo tempo fiéis católicos. O autor, glorificando o Pontífice pela beleza da sua atitude intransigente em face do século, via nessa intransigência uma lei histórica, rezava respeitosamente um *De profundis* sobre a Igreja condenada pela mesma grandeza da sua instituição a cair inteira mas não a render-se, e atacava a hipocrisia dos jornais liberais.

O meu último folheto é de 1871. Intitula-se: *Carta ao Ex.^{mo} Marquês de Ávila e Bolama, sobre a Portaria Que Mandou Fechar as Conferências do Casino Lisbonense*. As Conferências Democráticas tinham sido fundadas por mim com o concurso de homens moços (que quase todos têm hoje nome na política) e eram muito frequentadas pelo escol da classe operária. Pareceram perigosas ao Governo, que arbitrariamente as mandou fechar. O meu folheto parece que concorreu, segundo se disse, para a queda do ministério, que, de resto, não podia durar muito, sendo dos chamados de transição. É uma diatribe, mas eloquente.

Entre esses dois extremos, coloca-se a famosa *Questão Literária* ou a *Questão de Coimbra*, que durante mais de seis meses agitou o nosso pequeno mundo literário, e foi o ponto de partida da actual evolução da literatura portuguesa. Os *novos* datam todos de então. O hegelianismo dos coimbrões fez explosão.

O velho Castilho, o árcade póstumo, como então lhe chamaram, viu a geração nova insurgir-se contra a sua chefatura anacrónica. Houve em tudo isto muita irreverência e muito excesso; mas é certo que Castilho, artista primoroso mas totalmente destituído de ideia, não podia presidir, como pretendia, a uma geração ardente, que surgia, e antes de tudo aspirava a uma nova direcção, a *orientar-se* como depois se disse, nas correntes do

espírito da época. Havia na mocidade uma grande fermentação intelectual, confusa, desordenada, mas fecunda: Castilho, que a não compreendia, julgou poder suprimi-la com processos de velho pedagogo. *Inde irae*. Rompi eu o fogo com o folheto *Bom Senso e Bom Gosto, Carta ao Ex.^{mo} A. F. de Castilho*. Seguiu-se Teófilo Braga, seguiram-se depois muitos outros, *la mêlée devint générale*. Todo o Inverno de 1865 a 66 se passou neste batalhar. Quando o fumo se dissipou, o que se viu mais claramente foi que havia em Portugal um grupo de dezasseis a vinte rapazes, que não queriam saber da Academia nem dos académicos, que já não eram católicos nem monárquicos, que falavam de Goethe e Hegel como os velhos tinham falado de Chateaubriand e de Cousin; e de Michelet e Proudhon, como os outros de Guizot e Bastiat; que citavam nomes bárbaros e ciências desconhecidas, como glótica, filologia, etc., que inspiravam talvez pouca confiança pela petulância e irreverência, mas que inquestionavelmente tinham talento e estavam de boa-fé e que, em suma, havia a esperar deles alguma coisa, *quando assentassem*.

Os factos confirmaram esta impressão: os dez ou doze primeiros nomes da literatura de hoje saíram todos (salvos dois ou três) da Escola Coimbra ou da influência dela. O germanismo tomara pé em Portugal. Abrira-se uma nova era para o pensamento português. O velho Portugal ainda conservado artificialmente por uma literatura de convenção morrera definitivamente. Desta espécie de revolução fui eu o porta-estandarte, com o que me não desvaneço sobremaneira, mas do que também não me arrependo. Se a uma ordem artificial se seguiu uma espécie de anarquia, é isso ainda assim preferível, porque uma contém gérmes de vida, e da outra nada havia a esperar. Pertence ainda a essa época o folheto: *Dignidade das Letras e Literaturas Officiais*.

Durante o ano de 1867 e parte de 68 viajei em França e Espanha e visitei os Estados Unidos da América. No

fim desse ano de 68 publiquei o folheto: *Portugal perante a Revolução de Espanha*. Advogava aí a União Ibérica por meio da República Federal, então representada em Espanha por Castellar, Pi y Margall e a maioria das Cortes Constituintes. Era uma grande ilusão, da qual porém só desisti (como de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas cousas da sociedade!

O meu *Discurso sobre as Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Séculos XVII e XVIII*, embora pisasse um terreno mais sólido, o terreno da História, ressentia-se ainda muito da influência das ideias políticas preconcebidas, da crítica histórica com *tendências*. E do ano de 1871.

Nesse ano e no seguinte tomei parte activa no movimento socialista, que se iniciava em Lisboa, e tanto nessa cidade como no Porto escrevi bastante nos jornais políticos. Incidentalmente publiquei, num pequeno volume, uma série de estudos com o título de *Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa*. Creio que é, ainda assim, o que fiz de melhor, ou pelo menos, de mais razoável em prosa. Confesso sinceramente que dou muito pouca importância a todos esses meus escriptozinhos de ocasião, e até, às vezes, preciso de certa força de reflexão para não me envergonhar de ter publicado tanta coisa pouco pensada. E todavia era aplaudido! Porquê? Em primeiro lugar, creio eu, porque os que me aplaudiam não pensavam, ainda assim, mais nem melhor do que eu. Em segundo lugar, porque me concedeu a natureza o dom da prosa portuguesa, não da prosa de convenção, arremedando o estilo dos séculos XVI e XVII mas de uma prosa que tem o seu tipo na língua viva e falada hoje, analítica já nos movimentos da frase, mas na linguagem ainda e sempre portuguesa. Isso agradou, porque era o que convinha e, em suma, acabei por ser citado como modelo da prosa moderna! É certo porém que tudo aquilo são escriptinhos de oca-

sião e que, em prosa, não produzi ainda o que se chama *uma obra*, isto é, uma cousa original, pessoal e aprofundada. Há muito tempo que sei escrever, mas foi-me necessário chegar aos 45 anos para ter que escrever. Por isso, deixemos toda essa farragem que não cito senão para corresponder ao desejo de V. Ex.^a na matéria bibliográfica. E passemos aos versos.

Além da colecção de sonetos que V. Ex.^a conhece, publiquei ainda mais dois volumes. Um, de 1872, com o título de *Primaveras Românticas* contém os meus *Juvenília*, as poesias de amor e fantasia, compostas na sua quase totalidade, entre 1860 e 65, que andavam dispersas por várias publicações periódicas, e que só em 72 reuni em volume, juntamente com mais alguma cousa posterior, de mesmo carácter e estilo. Talvez a melhor maneira de caracterizar esse volume será dizer em francês que é *du Heine de deuxième qualité*. Como muitas pessoas, por cá, têm achado essa semelhança, por isso a indico. A segunda secção dos *Sonetos Completos* que não contém senão composições desse período dará a V. Ex.^a uma ideia suficiente do fundo e do estilo daquela poesia: assim como a terceira secção lhe dará ideia das *Odes Modernas*, cuja primeira edição apareceu em 1865. Não sei bem como caracterizar este livro: não é certamente medíocre; há nele paixão sincera e elevação de pensamento; mas além de declamatória e abstracta, por vezes aquela poesia é indistinta, e não define bem e tipicamente o estado de espírito que a produziu. O que ela representa perfeitamente é a singular aliança, a que atrás me referi já, do naturalismo hegeliano e do humanitarismo radical francês. Acima de tudo é, como dizem os franceses, *poesia de combate*: o panfletário divisa-se muitas vezes por detrás do poeta, e a Igreja, a monarquia, os grandes do mundo, são o alvo das suas apóstrofes de nivelador idealista. Noutras composições, é verdade, o tom é mais calmo e patenteia-se nelas a intenção filosófica do livro, vaga sim, mas humana e ele-

vada. A novidade, o arrojo, talvez a mesma indeterminação do pensamento, apenas vagamente idealista e humanitária, fizeram a fortuna do livro, junto da geração nova, o que prova pelo menos que *veio no seu momento*: é tudo quanto poderei dizer. Correspondem a este ciclo os sonetos compreendidos na secção dos *Sonetos Completos*, muitos dos quais já entraram nas *Odes Modernas*. Em 1874 teve este livro uma segunda edição muito correcta e contendo várias composições novas que considero, tal como é e com todos os defeitos inerentes à própria essência do género, como definitiva.

Nesse mesmo ano de 1874 adoeci gravissimamente, com uma doença nervosa de que nunca mais pude restabelecer-me completamente. A forçada inacção, a perspectiva da morte vizinha, a ruína de muitos projectos ambiciosos e uma certa acuidade de sentimentos, própria da nevrose, puseram-me novamente, e mais imperiosamente do que nunca, em face do grande problema da existência. A minha antiga vida pareceu-me vã e a existência em geral incompreensível. Da luta que então combati, durante cinco ou seis anos, com o meu próprio pensamento e o meu próprio sentimento que me arrastavam para um pessimismo vácuo e para o desespero, dão testemunho, além de muitas poesias, que depois destruí (subsistindo apenas as que o Oliveira Martins publicou na sua introdução aos *Sonetos*) as composições que perfazem a quarta secção (de 1874 a 80) do meu livrinho. Conhece-as V. Ex.^a, não preciso comentá-las. Direi somente que esta evolução de sentimento correspondia a uma evolução de pensamento. O naturalismo, ainda o mais elevado e mais harmónico, ainda o de um Goethe ou de um Hegel, não tem soluções verdadeiras, deixa a consciência suspensa, o sentimento, no que ele tem de mais profundo, por satisfazer. A sua religiosidade é falsa, e só aparente; no fundo não é mais do que um paganismo intelectual e requintado. Ora eu debatia-me desesperadamente, sem poder sair

do naturalismo, dentro do qual nascera para a inteligência e me desenvolvera. Era a minha atmosfera, e todavia sentia-me asfixiar dentro dela. O naturalismo, na sua forma empírica e científica, é o *struggle for life*, o horror duma luta universal no meio da cegueira universal; na sua forma transcendente é uma dialéctica gelada e inerte, ou um epicurismo egoistamente contemplativo. Eram estas as consequências que eu via sair da doutrina com que me criara, da minha *alma mater*, agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem, antes de morrer, quer ao menos saber para que veio ao mundo.

A reacção das forças morais e um novo esforço do pensamento salvaram-me do desespero. Ao mesmo tempo que percebia que a voz da consciência moral não pode ser a única voz sem significação no meio das vozes inúmeras do Universo, refundindo a minha educação filosófica, achava, quer nas doutrinas, quer na História, a confirmação deste ponto de vista. Voltei a ler muito os filósofos, Hartmann, Lange, Du Bois-Raymond e, indo às origens do pensamento alemão, Leibnitz e Kant. Li ainda mais os moralistas e místicos antigos e modernos, entre todos a *Teologia Germânica* e os livros budistas. Achei que o misticismismo, sendo a última palavra do desenvolvimento psicológico, deve corresponder, a não ser a consciência humana uma extravagância no meio do Universo, à essência mais funda das cousas.

O naturalismo apareceu-me, não já como a explicação última das cousas, mas apenas como o sistema exterior, a lei das aparências e a fenomenologia do Ser. No *psiquismo*, isto é, no Bem e na Liberdade moral, é que encontrei a explicação última e verdadeira de tudo, não só do homem moral mas de toda a natureza, ainda nos seus momentos físicos elementares. A *monadologia* de Leibnitz, convenientemente reformada, presta-se perfeitamente a esta interpretação do mundo, ao mesmo tempo naturalista e espiritualista. O espírito é que é o tipo da

realidade: a natureza não é mais do que uma longínqua imitação, um vago arremedo, um símbolo obscuro e imperfeito do espírito. O Universo tem pois como lei suprema o bem, essência do espírito. A liberdade, em despeito do determinismo inflexível da natureza, não é uma palavra vã: ela é possível e realiza-se na santidade. Para o santo, o mundo cessou de ser um cárcere: ele é pelo contrário o senhor do mundo, porque é o seu supremo intérprete. Só por ele é que o Universo sabe para que existe: só ele realiza o fim do Universo.

Estes pensamentos e muitos outros, mas concatenados sistematicamente, formam o que eu chamarei, embora ambiciosamente, a minha filosofia. O meu amigo Oliveira Martins apresentou-me como um budista. Há, com efeito, muita coisa comum entre as minhas doutrinas e o budismo, mas creio que há nelas mais alguma cousa do que isso. Parece-me que é esta a tendência do espírito moderno que, dada a sua direcção e os seus pontos de partida, não pode sair do naturalismo, cada vez em maior estado de bancarrota, senão por esta porta do psicodinamismo ou panpsiquismo. Creio que é este o ponto nodal e o centro de atracção da grande nebulose do pensamento moderno, em via de condensação. Por toda a parte, mas sobretudo na Alemanha, encontram-se claros sintomas desta tendência. O Ocidente produzirá pois, por seu turno, o seu budismo, a sua doutrina mística definitiva, mas com mais sólidos alicerces e, por todos os lados, em melhores condições do que o Oriente.

Não sei se poderei realizar, como tenho desejo, a exposição dogmática das minhas ideias filosóficas. Quisera concentrar nessa obra suprema toda a actividade dos anos que me restam a viver. Desconfio, porém, que não o conseguirei; a doença que me ataca os centros nervosos não me permite esforço tão grande e tão aturado como fora indispensável para levar a cabo tão grande empresa. Morrerei, porém, com a satisfação de ter entrevisto a direcção definitiva do pensamento europeu, o norte para

onde se inclina a divina bússola do espírito humano. Morrei também, depois de uma vida moralmente tão agitada e dolorosa, na placidez de pensamentos tão irmãos das mais íntimas aspirações da alma humana, e, como diziam os antigos, na paz do Senhor! Assim o espero.

Os últimos vinte e um sonetos do meu livrinho dão um reflexo desta fase final do meu espírito e representam simbólica e sentimentalmente as minhas actuais ideias sobre o mundo e a vida humana. É bem pouco para tão vasto assunto, mas não estava na minha mão fazer mais, nem melhor. Fazer versos foi sempre em mim cousa perfeitamente involuntária; pelo menos gabei com isso fazê-los sempre perfeitamente sinceros. Estimo este livrinho dos *Sonetos* por acompanhar, como a notação dum diário íntimo e sem mais preocupações do que a exactidão das notas dum diário, as fases sucessivas da minha vida intelectual e sentimental. Ele forma uma espécie de autobiografia de um pensamento e como que as memórias de uma consciência.

Se entrei em tão largos desenvolvimentos biográficos, foi por entender que, sem eles, se havia de perder a maior parte do interesse que a leitura dos meus sonetos pode inspirar. Os críticos alemães acharão talvez interessante observar as reacções provocadas pela inoculação do germanismo, no espírito não preparado dum meridional, descendente dos navegadores católicos do século xvi. Poderá essa ser mais uma página, embora ténue, na história do germanismo na Europa, e porventura parecerá curiosa aos que se ocupam da psicologia comparada dos novos.

Ao bom e amável espírito que me introduz, a mim neófito, nesses grandes círculos do pensamento e do saber, tributo, além de muita simpatia, indelével gratidão.

E sou de V. Ex.^a com a máxima consideração.

criado m.^{to} obrg.^o
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A EÇA DE QUEIRÓS

Meu caro Eça de Queirós:

Teve V. uma excelente, sete vezes excelente ideia, refazendo o seu *Padre Amaro*. Conseguiu assim fazer uma obra, que eu considero perfeita, e comigo quem entender um pouco destas coisas. Há muito tempo que não leio coisa que me dê tanto gosto, e o que é melhor, que me fizesse *pensar*. O seu livro é o melhor exemplar de psicologia social portuguesa contemporânea, e para lhe dizer todas as reflexões que me sugeriu tinha de lhe escrever várias folhas de papel. Fica para quando V. vier a Lisboa, se quiser arrostar com estas ladeiras, onde habito. Dir-lhe-ei somente que V. adquiriu finalmente a segurança, a facilidade e aquela espécie de bonomia superior, que é própria dos mestres. Está já acima das escolas; aquilo não é realismo, nem naturalismo, nem Balzac, nem Zola: aquilo é a verdade, a natureza humana, que é o que faz as obras sólidas, não os sistemas, as escolas. O outro *Amaro* está muito longe disto: além das tendências literárias visíveis, havia as tendências voltaireanas, uma espécie de hostilidade do autor contra os personagens, que ele descrevia com in-

tenções extra-artísticas; para concluir, para provar tese. Havia não sei que azedume misantropo. Agora é outra coisa. Agora está V. na região serena da contemplação pura das coisas, cheio de longanimidade, imparcial, vendo só os homens e os corações dos homens, pelo interesse que neles há, pela verdade natural, e não como argumentos para teses. Isto, quanto a mim, é o que é verdadeiro realismo, verdadeiro naturalismo, isto é que é a grande Arte. Assim fizeram Molière e Shakespeare, Balzac e Goldsmith. O seu livro deixou de ser uma obra de tendências, para ser uma obra *humana*. A longanimidade, a indiferença inteligente com que V. descreve aquela pobre gente e os seus casos, encantou-me. Com efeito, aquela gente não merece ódio nem desprezo. Aquilo, no fundo, é uma pobre gente, uma boa gente, vítimas da confusão moral no meio de que nasceram, fazendo o mal inocentemente, em parte, porque não entendem mais nem melhor, em parte porque os arrasta a paixão, o instinto, como pobres seres espontâneos, sem a menor transcendência. Isto é verdade, em geral, de todos os homens, por isso a grande Arte é sempre serena, tolerante, magnânima. É ainda mais verdade da Portuguesa em particular. Eu creio que não há no mundo raça dotada de melhor natural, a não serem talvez os japoneses, pela ideia que deles me deu o livro de Mitford. Aqui não há perversidade, e apenas alguma malícia, bem ingénua. (...) fico. Quanto ao artístico, V. não precisa que eu lho indique. É um artista consciente, sabe muito bem o que faz. O seu estilo, à parte alguma incorrecção e uma certa pobreza de vocabulário (V. nunca quis ler os clássicos!) é admirável. Já há muito que eu tinha notado que é V., entre nós, o único que *nunca é banal*. Nos seus períodos não há nunca uma palavra para encher, para arredondar, mandada pôr ali pelo ouvido e não pela imaginação. Ali, cada palavra está porque deve estar: pinta, descreve, explica. É isso o ideal do estilo. O seu é vivo,

tem, deixe-me assim dizer, o magnetismo da vida, *em-poigne*. A gente vê.

Aqui tem, meu caro Queirós, a correr, a impressão geral da leitura do seu romance. Se tivesse mais saúde, havia escrever-lhe mais longamente considerando pormenores. Mas não posso. Se V. por aqui vier, conversaremos.

Adeus. Desta terra nada lhe posso dizer porque nada sei. Vivo monasticamente, ou antes, cenobiticamente. Já leu a *História de Portugal* do Oliveira Martins? Leia. É o que se chama uma revelação. Eu cá, depois de a ler, concluí que até aquele momento não fazia ideia nenhuma da história desta terra. Olhe que é gráfica e pitoresca. O homem, meu caro Queirós, é a única coisa realmente *a valer* que aqui temos.

Adeus do C.
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A ANTÓNIO DE AZEVEDO CASTELO BRANCO

Coimbra, 1865

Fisicamente: estou exactamente no mesmo estado que tu. E o Baraona acaba de se curar do mesmo: o que me leva a crer que apanhámos esta reminiscência de Cartago no Cidral (pela coincidência).

Moralmente: tenho (mas por honra apenas dos princípios, e sem querer tirar para a prática ilações que não cabem nas circunstâncias) a fazer algumas reflexões sobre o horror que a tua expansiva natureza manifesta pelo *cenobitismo*. O cenobitismo e a contemplação, o misticismo se quiseses, são, na sua inércia aparente, os mais rijos obstáculos que a liberdade de espírito pode opor à brutalidade invasora das condições fatais do Mundo; são a maior vitória da consciência, o maior triunfo, com esta arma invisível e silenciosa — a indiferença, o desdém. Todas as vezes que a alma humana, sufocada pelo abraço bestial da natureza, se tem visto em perigo de morrer, não lhe tem valido nem a paixão nem a luta ruidosa e dramática, mas só o desprezo, a abstinência, a contemplação. Esta é que é a base das religiões como das filosofias; e Cristo e Buda vão nisto

(que é o essencial) de acordo com Sócrates e Epicteto. Crê que a grandeza de alma estava em resistirmos, conservando-se cada um no meio hostil em que o acaso o deixou cair, em resistir na imobilidade duma consciência a quem o Mundo não pode ferir porque não depende dele para nada, mas só do ideal ou do espírito se quiseses. Enfim, tudo isto sabes tu melhor do que eu, que és acabado moralista — e eu sei também que tudo isto é uma questão doutrinal, de valor quase só científico e nada prático para nós, porque não somos heróis nem mártires, mas só homens aspirando a viver segundo a justiça e a razão, o que não é pouco já. Para quem *aspira* e não *é* são precisas condições: é que sem elas não fora o que só vê como ideal. E se isto, assim posto, por um lado é uma confissão de fraqueza, de doença mesmo, por outro lado é a justificação de todos os esforços que esses doentes morais fazem para sair da corrente de ar melfítico, em que não podem respirar, para chegarem a alguma colina aonde o pulmão, e o coração também, se dilatam e sirvam enfim para alguma coisa. Nesta última palavra está todo o nosso caso: para alguma coisa servimos, e não é justo que deixemos apodrecer na palma da mão uma semente dalgum bem a que com algum trabalho se achará sempre um palmo de terra para a receber. Entendida a coisa deste modo a nossa resolução pode ser aprovada pelo próprio autor da Imitação, porque não sacrificamos a vaidades mundanas, mas trabalhamos pelo bem na sua expressão impessoal.

Este ponto de vista obriga-nos a um trabalho consciencioso e sério: tomamos sobre os ombros um dever, e não lançamos mão dum expediente. Se alcançarmos esta elevação moral, o que eu espero, estamos salvos. Firmamos os pés num terreno sólido como o granito dos Alpes.

E o Germano? Escreve-lhe tu também. Eu ainda ontem lhe dizia as coisas mais sérias do Mundo, até cuido

que um pouco pedantescas. A filosofia não vale nada, nem consola ninguém, vou eu conhecendo, porque é apenas a expressão do *humor* fatal que distingue cada uma das nossas coisas involuntárias. Quero dizer, esta filosofia estoica, com que eu me dou actualmente uns ares antigos e medonhamente heróicos, pode não ser mais que a expressão dum estado fisiológico e psicológico inconsciente de indiferença, o símbolo ideal duma coisa física e material — um temperamento linfático. Seja, porém, como for, estou resolvido a esperar aqui todo o Inverno (se todo este tempo se demorar) a resolução do nosso negócio, que me parece para todos nós o melhor. O A. Sampaio escreveu-me aconselhando-me a não ir para Lisboa: aquilo é pior do que a nossa Sátira mais acintosa o podia representar — é boçal e chato. Entendo, pelo que me ele diz, que o Germano nada tem ali a fazer e o Alberto diz o mesmo. É uma razão de mais para tentarmos a nossa aventura sobre o Porto. E o editor? Se tu, como dizes, das trezentas assinaturas, isso é uma garantia; e, os nossos nomes sendo outra, palpito um editor. Trata disso, e não trates de mais nada. Escrevo amanhã ao Germano.

Adeus. Do C.

ANTERO

CARTA A JOÃO MACHADO DE FARIA E MAIA

1865

João:

Não vou a Coimbra. Este propósito é inquebrantável na minha vontade. Note-se que não vou igualmente a Tomar. Reputo estes termos correlativos. A mesma posição de espírito dá a razão dum igual pensamento, dominando duas situações paralelas. Nada mais acrescento, porque tinha então de acrescentar muitíssimo. Mas *muitíssimo* não é, só para a palavra, para a vista, para o coração? A escrita é apenas o esqueleto da ideia. Adeus.

Teu e vosso amigo

ANTERO

N. B. Esta gente aqui é desgraçada. Entendo que o mais alto resultado da filosofia prática é sobretudo a piedade. Mas porventura este sentimento, tão distante de qualquer ciência ou sistematização, não pressupõe toda uma concatenação filosófica, explicando a cons-

ciência humana, a liberdade, a virtude ou o vício, por uma superior concepção metafísica, que nos dê paralelamente a explicação das lutas, instabilidade e movimento fatal do mundo físico? O que eu noto é que não é mais responsável o homem, que rouba a luz e o ar a seu irmão, do que a planta, que esteriliza ou estiola outra mais fraca, que o destino fez nascer à sua sombra.

O agiota, ou intrigante político, são tão naturalmente inocentes (ou tão naturalmente infames) como o chacal ou o milhafre. O que uns e outros são é desgraçados. Tristes é (mais ainda do que quem os sofre) quem os vê, os entende, e nem sequer lhe é dado odiá-los. Mas o Mundo é uma formosura toda feita de asquerosidades. Em todo o caso não é feito para alegrias excessivas
..... O (...) esse é que é tolo e contente.

A.

CARTA A JOÃO DE DEUS

1865

Meu João:

Li os teus belos versos na *Folha do Sul*. Mas nas linhas que os precedem foste injusto para com a ciência moderna, e cruel para com aqueles que não tendo a Fé (não basta querer, nem ainda crer, para isso) tentam levantar sobre o único alicerce que les fica — a Razão (e o único possível para eles) esse edifício da vida do espírito, a que vinte bases de granito e vinte contrafortes de bronze não dão ainda assim solidez bastante. Queres-lhe mal porque não podem mais, João, não é generoso, confessa. A ironia ou o desprezo não é a melhor consolação, para quem vergando sobre um fardo excessivo lança em volta os olhos e não vê aonde se firme senão no seu esforço interior, no estoicismo duma vontade heróica. Para esses, uma piedade amiga e compadecida: essa sim, é digna da nobreza deles e da posição superior de quem, sentado na pedra cúbica da sua Fé, os vê passar trémulos e sem terem a que se apegar.

Depois, Renan não chama aos apóstolos *patuscos*.

Chama-lhes folgazãos, da folgada paz de uma boa e inocente consciência. Os bons, os simples, os crentes e pacíficos são e devem ser assim — alegres. A tristeza é para os confusos e descrentes. O mesmo Cristo lá lhes aconselha que folguem, porque para alegrias e folguedo deve ser na Terra o tempo em que o esposo dela a visita. Cristo vai aos rústicos banquetes dos seus amigos e não seria ele, tão bom, quem perturbasse nas bodas a alegria inocente da esposa com pesares e lamentações.

Renan no meio da ciência moderna, tão hostil ao cristianismo, atreve-se contra ela e defende em Cristo a extensão da sua personalidade histórica, a grandeza da sua alma e a verdade das suas conclusões. As escolas mais avançadas da Alemanha e da França, sabes como lhe chamam? *Reaccionário*. Todas as biografias o pintam homem austero, triste e de boa fé. Não se lhe pode chamar macaco de Voltaire. Fizeste uma grande injustiça a um dos homens que neste tempo tem mostrado uma mais nobre independência de espírito.

Teu

ANTERO

CARTAS A GERMANO VIEIRA MEIRELES

1866

Caro Germano:

Saúdo o amigo! Que fazes e, sobretudo, como vais? Estará aí o A., que, segundo me escreveu, fazia tenção de ir brevemente ao Porto! Se está, saúda-o por mim. Eu cá estou, sempre na mesma; mas à doença impassível oponho uma paciência que cada vez luta com ela com mais vantagem. Por isso estou contente. Abençoa-da doença, se fizer de mim o homem impassível dos Estóicos, o Santo de Marco Aurélio. Não digo isto brincando, e para mim o livro das máximas de Epicteto é um dos livros mais sérios que têm sido escritos. Porque o não lê? Mas talvez fora isso, infelizmente, inútil, porque não tens a Fé. A Fé não é só património do cristão, há também a Fé da Filosofia idealista, que pelo menos é tão boa. Mas tu és Positivista, meu pobre Germano. Pobre Filosofia essa, e fraco apoio! Quem me dera que tu pudesses *crer*! Esta orgulhosa razão é preciso humilhá-la num acto de sentimento íntimo: é preciso também chorar, e amar aquilo mesmo que nos faz

chorar. Então ouve-se em nós uma voz, que não é a da razão, menos forte ou sonora, mas mais pura e sobretudo mais consoladora. Isto tenho feito e faço, e só de-sejo que o faças tu também. Pensa nisto. Se achares esta homilia muito lírica, considera que escrevo isto às seis horas da manhã, começando a amanhecer, e tendo eu perdido a noite — perdida para o sono, mas aproveitada para muitos pensamentos.

Adeus, querido amigo. Dá notícias ao do teu coração

ANTERO

1866

Caro Germano:

Não estou pior, e, apesar de me custar a escrever um pouco longamente, ainda posso traçar meia dúzia de linhas. Mas a monotonia dum viver condenado a uma quase imobilidade produz-me uma agitação de espírito, ou, se quiseses, de cérebro, que chego em momentos a temer dispare em loucura. Uma inquietação, um susto, uma apreensão, um mau humor, coisas que juntas e prolongadas dão a soma dum verdadeiro tormento. Isto às vezes chega a um estado agudo, que de tudo me faz esquecer quanto não seja aquele lutar comigo mesmo, com a rebeldia do organismo que se quer emancipar da razão. É como tenho passado estes últimos quinze dias, e aí tens porque te deixei tanto tempo sem notícias minhas. Vão agora estas, que não são boas, mas podiam ser piores, se a estes males eu não juntasse uma fé crescente em cada dia no poder da vontade e da razão. Tenho fé em que hei-de por elas dominar todos os fenómenos da doença, produzindo não

uma cura no sentido médico, mas uma eliminação do mal para a consciência. Sou estóico em teoria e espero chegar a sê-lo na prática. Mas vejo diante de mim ainda muito caminho que andar e caminho aspérrimo. Embora! o único grande e verdadeiro triunfo é o triunfo da liberdade. Quando penso nisto chego até a abençoar a doença que me dá ocasião para exercer a virtude por excelência dos fortes, e se não me abandono a um tal sentimento é só por me parecer orgulho demasiado, quando é certo que a frequência das misérias morais me adverte da nativa fraqueza. Mas pôr os olhos num grande alvo não é já, num certo sentido, merecê-lo? Não lastimes pois o teu amigo, que está talvez nesta hora entrando no período mais nobre da sua vida moral. Será isto também ilusão, como tantas teorias, tantos sistemas pretensiosos? Não posso crê-lo. A razão especulativa é um terreno movediço e são precários os sistemas que nele assentem. Mas a *razão prática* (como diz Kant), a consciência imediata que temos do nosso ser moral, da natureza livre e racional que em nós existe, é uma verdade de intuição, um *facto de consciência*, é a expressão da nossa mesma realidade. Conformarmo-nos com ela é pois estar (se não na verdade do Universo) com certeza na verdade da nossa natureza.

Mas isto pedia muitos desenvolvimentos, e eu não posso mais. Será algum dia que nos vejamos e conversemos.

Adeus. Abraça-te o teu

ANTERO

CARTAS A ANTÓNIO DE AZEVEDO CASTELO BRANCO

1867

Tenho vivido desgostoso e abatido nestes últimos tempos. Aí está a razão por que não te tenho escrito; e nem tu deves supor outra coisa. Sabes que há toda uma ordem de desgostos por natureza silenciosos e incapazes de expansão. Por esses tenho eu passado. Digo-te que não me tiram nem a memória nem o amor. Mas não me deixam falar, embora o coração mo esteja às vezes pedindo bem de rijo. Preocupado, difficilmente poderei falar de outra coisa; e deles não quero. Custa-me tanto a queixa como o mesmo mal. Sinto, entretanto, que não posso louvar a Deus pelo que me acontece. Aqui tens a chave deste meu silêncio.

Se desejas agora saber em que ideias me deixaram estes meses de experiência e abalo, direi que me vejo mais perto da resignação do que da revolta. Todavia, a resignação vem-me pela intelligência, do conhecimento do carácter inflexível das leis e irremediável dos factos cujos encontros e desencontros decidem do destino do indivíduo, e não pelo coração, duma paz íntima e como que orgânica, superior ou indifferente ao sentimento do mal. Equivale isto a dizer que me não tira a intelligência e a sensibilidade a ponto de concordar com a sorte na

justiça de seus caprichosos rigores; mas também me não dá aquele sossego e ainda uma certa força relativa que as consciências passivas encontram na sua mesma inteira abdicação.

É a moral a que tenho podido chegar. Nem cuido que chegue algum dia mais adiante, porque me parece ser este o limite da ciência do século sobre esta matéria. Sustento que tudo quanto excede esta conclusão não se contém nos elementos actuais do pensamento. É o mundo intuitivo e santamente visionário de Michelet. Positivamente sabemos apenas o suficiente para respeitar no mal a ordem e necessidade inflexíveis da soberana Natureza: não sabemos, porém, quanto baste para conciliar as suas durezas e desigualdades com a alta ideia de justiça que se levanta com força indestrutível da consciência do homem. Quero dizer que o nosso espírito, em face do Deus novo que se revela, a Necessidade, chega já ao *respeito*; mas o que não pode ainda é dobrar-se e amolecer-se até ao *amor*. Por certos lados pode dizer-se que voltamos aos sentimentos antigos do Hebreu em face de Jeová.

Por quanto fica dito podes muito bem recompor o meu estado de espírito e a ordem de sentimentos que pairam na minha atmosfera moral. Só acrescentarei que estou a tão grande distância do romantismo inútil, como do illusório bramanismo e doçura de coelho manso, em que se embalam os bons pastores da Bactriana, mas que não satisfaz de modo algum os contemporâneos de Byron e de A. Comte. Podemos com efeito considerar a vida como uma coisa séria e razoável sem concluirmos logo que é uma coisa grata e encantadora. A vida é um *facto*. Tudo está nesta palavra. A única arte de tornarmos a vida aceitável é não nos encobriremos nunca o quanto ela tem de detestável.

Fiz a minha confissão. Custa-me já a falar destas coisas; nem eu sei porquê. Tantas conclusões se têm abastido debaixo de mim, como um cavalo ferido debaixo

do seu cavaleiro! Será talvez por isso. Hás-de acreditar que tenho criado um horror indizível, e mais de uma vez ridículo, a tudo quanto é *afirmação*? Que distância entre esta triste prudência de hoje e aquela audácia, aquela intemperança de confiança doutros tempos! Mas silêncio! Não nos oiça o fantasma melancólico dos anos idos. A *rêverie* da saudade é para a alma que se deixa envolver nela como a hera para os muros que veste e abraça. A princípio é um adorno, uma gala. Mas as raízes vão entrando dia a dia por entre as pedras mais bem ligadas, abrindo-as, descolando-as. Quando se lhe acode não é mais já do que uma ruína — uma ruína encoberta e protegida por uma ilusão. Assim, pois, procuremos o sossego interior como última salvaguarda das liberdades do espírito. É o que se pode conservar no deserto de todas as esperanças. Sofrer não importa descer; pelo contrário. O homem vítima das injúrias da sorte pode num momento levantar-se superior e moralmente vencedor dela: é quando pela consciência se constitui seu juiz. «Que vous reste-t-il? *moi*, disait Médée. S'il reste *moi*, c'est tout.» Esta doutrina de Michelet não a enjeitaria Proudhon.

Isto para nós o que é? Um conselho, uma aspiração, um ideal. Aquele trágico *moi* está bem abatido, bem doente dentro em nossas almas! Não me julgo estoíco. Foi essa uma das minhas mais deploráveis ilusões. Tomei então o desejo da virtude pela prática dela. Nada disto, porém, me fará esquecer que no dia em que os nossos espíritos cansados puderem com o peso duma filosofia, nenhuma outra nos convirá, nem pelas nossas ideias, nem pelas nossas vidas, senão aquela. É a única que, não podendo remover uma incurável tristeza, sabe ao menos tornar o bem digno dela.

Por último termino pedindo-te que não tomes estas palavras senão pelo que elas valem, isto é, a expressão de um desejo, nunca uma manifestação de força. Eu sou o pó da terra. A ti e aos meus amigos peço me des-

culpem os ares de forte e altivo combatente que me tenho por mais de uma vez dado — em palavras. Mas eu era sincero. Tenho caído hoje na conta dos meus enganados. Ponhamos as coisas no seu lugar. Tenho sido vítima da ilusão do doente que toma pela saúde o grande desejo que tem dela. Numa só coisa mostro energia: é em não querer nem poder abdicar desse desejo. Mas isto é apenas o instinto da conservação, revelando-se no mundo moral.

Adeus. Se aí está o Manuel Duarte transmite-lhe um cordial abraço. Não sei ainda quando nos veremos: talvez seja mais breve do que julgas. Tenho assentado definitivamente entrar de novo na comunhão dos destinos portugueses. Em toda a parte se pode ser homem.

Do C.

ANTERO

1867

Dispunha-me a escrever-te, pedindo uma carta tua, quando a que acabo de ler me veio agradavelmente surpreender. O que eu desejava sobretudo eram notícias do teu ser moral, depois desse decisivo encontro com a realidade, que é o casamento. E acrescentarei que não era só com interesse de amigo que procurava essas informações. Confesso que instava também comigo uma certa curiosidade, deixa-me assim dizer, filosófica, bem desculpável para quem considerar a natureza do problema que te impuseste resolver, tornando-te um como exemplo para nós outros, para nós, como tu e pelos mesmos motivos, confusos e indecisos em face do mundo da realidade. O que a este respeito me dizes contenta-me. Mas sabe que as tuas palavras já não vie-

ram senão confirmar as minhas previsões, porque eu conheço o grau de moralidade de que és capaz. Sempre esperei que o casamento (fora das condições perturbadoras do ideal e da paixão) te fizesse bem. E se alcançaste a serenidade, sem ter perdido a inteligência, tens o essencial. O essencial é o mundo interior, porque o outro é em toda a parte para muito pouco. São estes os pensamentos em que estou, e desejo que sejam os teus também. Os nossos Ideais tinham efectivamente uma parte de verdade: mas não é, como nós julgávamos, para se realizarem na vida prática. Servem só para levantar os espíritos à altura dum critério superior ao mundo visível. Neste sentido pode dizer-se que não experimentámos uma única desilusão, porque ficámos crendo nas ideias como dantes; mais talvez; por minha parte mais, porque é a única coisa em que creio. E desde a ocasião em que atribuímos o pouco que somos e fazemos à ordem natural e necessária das coisas, não há por que nos enfademos com o nosso destino.

Falavas-me em abatimento e desalento. Já vês que, com estes pensamentos, são pouco para recer. E tanto assim que, mais do que nunca, me sinto bem disposto para o estudo, aquele estudo que minha natureza admite, irregular e acidentado, mas enfim dirigido mais ou menos para um alvo razoável. Não sei o que poderei fazer, nem quando, sobretudo, por que ideias e carácter está tudo em mim tão inconsciente que é mais que absurdo afirmar qualquer coisa. Mas tenho o *desejo* e ainda mesmo um pouco a *vontade*. É o mais satisfatório que se podia esperar. Adeus.

Escreve-me. Se aí estão os nossos amigos Duarte, saúda-os da minha parte cordialmente.

Teu do C.

ANTERO

1867

Fazes-me realmente muita honra supondo que o meu silêncio significa a incubação dalguma coisa extraordinária — e não me fazes menos honra supondo que significa um abatimento completo e irremediável. Meu amigo, essas posições extremas e fortemente definidas não são nem para o nosso tempo nem para as nossas organizações modernas. Nós e o tempo somos muito complexos, muito inteligentes e muito pouco heróicos para não preferirmos o vago do cepticismo racional à claridade mentirosa da ilusão, e a imobilidade contemplativa ao heroísmo cego, ou que vê apenas um ponto único, o que vem a dar no mesmo. Tenho chegado (e é impossível não se chegar) ao conhecimento de que não há no Mundo motivo para muito esperar, assim como não o há para desesperar inteiramente. Por isso me vou conservando quanto posso a igual distância do contentamento e do abatimento, julgando-os a ambos igualmente perniciosos. Sei hoje que a verdade, a justiça, o belo não existem realmente e dum modo completo senão no espírito do homem, ou, como diz Kant, nas categorias da Razão. Os factos do mundo objectivo podem aproximar-se mais ou menos desses tipos ideais, mas, assim como nunca chegam a unir-se e confundir-se com eles, assim também não chegam nunca a desviar-se inteiramente do círculo de atracção deles. É uma questão de mais e menos, uma oscilação dentro dos limites duma média, cuja distância aos dois pontos extremos, maior e menor, da oscilação não pode nunca ser extremamente notável. Saindo, por este raciocínio, fora dos pontos de vista do antigo Idealismo, que não concebia senão uma medida exacta para a verdade e para o bem, e além desse limite inflexível via tudo miséria e erro, saindo dessa estreita filosofia achamos o Mundo incomparavelmente menos dramático, a vida menos nobre, as paixões menos exclusivas, mas tam-

bém encontramos uma tolerância para com os outros e para com nós mesmos, cujo sossego e quase indiferença nos deixa apreciar melhor a harmonia do Universo na complexibilidade das tantas mil antíteses de que se compõe. Desta filosofia sai naturalmente uma ética, que se pode em grande parte resumir neste preceito — viver o mais possível da vida contemplativa, o menos possível da vida activa. As religiões antigas já há muitos mil anos que têm pregado esta novidade: a Imitação está cheia deste espírito. Mas a contemplação, como elas a entendiam, é que era falsa, estreita e estéril. Hoje entendemo-la de uma maneira mais realista e por isso mesmo mais profunda; e a contemplação das ideias, de ciência, a filosofia não excluem a vida real e os trabalhos dela — excluem só a paixão, o interesse cego e exaltado dessas *mundanidades*: mas isso é muito, isso é tudo, porque sem paixão nem cegueira não há um único acto da vida real que se não possa fazer com um ânimo sereno e superior, conservando-se o espírito virado para a contemplação do absoluto no meio das ocupações mais estreitas e particulares do viver comum.

Aqui tens os meus *princípios*, como se diz em estilo de circular eleitoral. Mas nota que esta filosofia raciocinava mais do que a pratico. Por ora as revoltas do temperamento, antigos prejuízos, *erros velhos*, etc., tudo isto me impede de ter alcançado o sossego que as teorias me prometem. Preciso dalguns anos para isso, alguns anos de vida e estudo dos homens e dos livros também. Já cri em tempos que os livros de nada serviam. Vejo agora que me enganava. É bom saber o que se tem pensado e o que se tem feito no Mundo. Conhece-se então o grau de importância que merece o que se hoje faz e pensa, e até que ponto nos devem comover as dúvidas, as dores, as misérias dos nossos contemporâneos. Traz-se da história para a vida a serenidade dos túmulos e no espírito aquela paz das coisas mortas tão imparcial e alta como indiferente... e talvez por isso mesmo... Sem esta coura-

ça, esta garantia de fria serenidade no meio dos ardores dos combates do dia, entendo que ninguém se deve aproximar da arena da vida real. Eu por mim não sei se o alcançarei: mas tenho protestado não fazer coisa alguma sem isso. Por isso estes primeiros dez anos (pelo menos) estão por mim consagrados ao silêncio: ao silêncio para com o Mundo, se entende, não para com os amigos, porque diante desses é doce, não vergonhoso nem cruel, mostrar-se a gente desarmado, na sua fraqueza, nas suas dúvidas e nas suas tristezas. Assim me acharás sempre aqui e em outra parte (porque talvez empreenda alguma longa viagem) e mesmo neste ponto, ainda que em tudo o mais mudado e desfigurado.

Adeus. Escreve-me e extensamente se podes, que me desgostam cartas como a tua última, concisas como uma inscrição lapidar

Do C.

ANTERO

N. B. Lembra-me muito amigavelmente aos Duartes, se algum deles aí está, e manda-me dizer o que é feito do Fontelas, se está no Porto ainda e nesse caso onde mora lá.

CARTA A JOÃO PENHA

1873

Meu caro J. Penha:

Agradeço infinitamente a sua amável carta.

Enquanto à teologia de Proudhon, traduzindo em linguagem da crítica moderna o *credo quia absurdum* de St.º Agostinho, *definiu a ciência do infinitamente absurdo*, direi que é campo que deu e dá para eternas discussões, sem que nunca cheguem a convencer-se de erro as mil encontradas asserções. Entretanto, o descuido do meu soneto parece-me realmente flagrante: evitemos, pois, como V. aconselha, à filáucia dos teólogos, a ocasião de mais um pecado de soberba.

Emendemos assim, por exemplo:

*Não creio em ti, Deus filho, em cuja mente
Foi o bem inefável feito e nado,*

que exprime um pouco melhor o que eu queria dizer, isto é, que se são sobretudo *criador* o Pai, e *inspirador* o Espírito, o Filho é sobretudo *justificador* ou *salvador*, in-

terpretação, pelos Padres geralmente seguida, do Símbolo em que a unidade divina se manifesta nas três potências essenciais ou *hypostasis*. Neste sentido é que eu empreguei a palavra Verbo, sem reflectir que se prestava a equívoco ou contradição que V. aponta. Mas deixemos isto. Recebi o mimo de um exemplar da poesia formosíssima *À Espanha*, do nosso G. Junqueiro. Por falta de tempo não lhe escrevo a ele agora, mas peço-lhe a V. que em meu nome lhe agradeça.

Depois de lhe enviar o *Possesso*, compus sobre o mesmo tema, e desenvolvendo-o, um outro soneto, que deve ser junto ao primeiro, com o título comum, e uma nota que não me parece escusada, a tenta a parvoíce de muitos dos nossos contemporâneos, contemporâneos digo no tempo e em nada mais.

Favoreça-me sempre, meu caro Penha, com o auxílio da sua apurada crítica, e creia-me seu muito afeiçoado e obrigado.

ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A OLIVEIRA MARTINS

I

17 de Maio 1876

Meu caro Amigo:

Receba o abraço da despedida.

Parto, sem dúvida, depois de amanhã. De lá lhe escreverei. Oxalá que esta mudança me dê alguns meses de melhor saúde, que eu aproveite num programa de leituras sérias que levo talhado. Quisera *en finir* com certas questões transcendentais, que a todo o momento me surgem no meio das coisas concretas e perturbam tudo. Mas talvez que esta seja uma vã aspiração: a metafísica não será sempre o X último, posto além das soluções de todas as equações positivas? Mas, ao menos, determinar a relação desse X com o nosso pensamento e com as coisas cognoscíveis, isso deve ser possível, porque sem isso todo o nosso edifício intelectual, e até moral, ficará suspenso e oscilante como um castelo de nuvens. Eu, por mim, sinto-me incapaz de caminhar direito pela realidade enquanto não tiver, como um espartilho de fino aço, que me sustente, todo um sistema de ideias transcendentais —

e é isto o que me faz muitas vezes parecer estranho e sonambulesco.

Li o livro do Hartmann, mas proponho-me relê-lo, porque é um bom tema para cogitações. Ainda que o acho conciso e deficiente em certos pontos, agradou-me todavia muito: de tudo quanto tenho lido sobre o assunto é o que entra mais no meu modo de ver. Vou percebendo que o *pessimismo* de Hartmann se parece singularmente com o meu *optimismo*, e estou morto por ler alguma obra mais extensa deste simpático filósofo. Talvez que eu tenha *inventado* a «Filosofia do Inconsciente» sem o saber!

Adeus. Do seu do C.

ANTERO DE QUENTAL

Ponta Delgada, 3 de Junho de 1876

Querido Amigo:

Não lhe escrevi logo que aqui cheguei e pelo paquete que me trouxe, por essa minha dificuldade em fazer seja o que for dentro dum prazo fixo. Agora, porém, que tenho diante de mim tempo indeterminado, escrevo-lhe para lhe dizer que cá estou e não pior do que me achava em Lisboa, ainda que não melhor também — mas pode ser que ainda não seja tarde para que a mudança de clima opere favoravelmente. O que tenho estado é triste bastante nesta casa, onde vim ao Mundo não sei para quê — pensamento pouco religioso, bem sei, e contra que reajo, mas que afinal se me impõe em certas ocasiões. É uma fraqueza, que há-de passar; e sendo assim e nestes limites, a sensibilidade (ou *sensiblerie*?) tem também a sua utilidade na economia moral do homem.

Aqui me vou ocupando, como planeava, com certas questões metafísicas, mas entro a conhecer que estas questões não são daquelas que se resolvem de empreitada, e que o melhor método será ainda deixá-las entregues a uma ruminação lenta e quase insentida do pensamento. Pelo menos para mim, se algum método tem de me aproveitar, creio será este de preferência a qualquer outro. Terrível metafísica! É o nosso ecúleo, escreveu-me V. uma vez. E é. Mas, como é ela a essência da religião, tem cada qual, nestas épocas cruéis em que a grande crença colectiva se dissolve, de a procurar sozinho com o suor do seu rosto e a ansiedade do seu coração, para conseguir uma espécie de religião individual, que no fim de contas nunca pode equivaler em firmeza, confiança, serenidade, àquela ampla comunhão espiritual, ideia-sentimento, em que a fraqueza do indivíduo se ampara na potência da colectividade. Por este pouco que digo, já V. tem entendido que abundo no modo de ver do Hartmann, enquanto ao futuro da religião. A maneira, porém, por que ele define a religião não me satisfaz; é deficiente e parece deixar margem ao maravilhoso, pelo menos aos imaginoso. Tenho, nestes últimos tempos, cismado bastante em volta disto, e creio ter chegado a conclusões definitivas sobre a natureza racional e sentimental (consciente e inconsciente, como diz Hartmann) e individual e colectiva da religião, conclusões que V. apreciará na primeira ocasião em que falarmos — se antes disso não tiver ensejo de lhas pôr por escrita.

E V. que tem colhido da leitura da *História da Igreja*? Bastante, sem dúvida, porque é leitura essa *suggestiva* (como dizem os Ingleses) mais do que dúzias de filósofos. O grande filósofo é a Humanidade e desse grande filósofo o melhor e maior sistema (por ora) é o cristianismo católico. Há ali abismos de génio, uma visão prodigiosa dos mais largos horizontes ideais, e ao lado disto um senso prático, uma prudência admirável, um

profundo sentimento da estranha combinação de grandeza e miséria que é a natureza humana, de tal sorte que quem não conhece e compreende o cristianismo não pode dizer que conhece e compreende a Humanidade. Está V. por isto? Muito desejo sabê-lo.

Esta minha admiração não impede, já se vê, de reconhecer o lado fraco do cristianismo, a lacuna que, estabelecendo uma contradição fundamental, devia produzir, com o andar do tempo, a sua perversão e final dissolução. Essa lacuna é a ignorância da natureza. Incomparável como religião metafísica e moral, está abaixo, como compreensão das condições positivas da realidade, do próprio politeísmo. A razão deste fenómeno, que é talvez exclusivamente histórico, conhece-a V. perfeitamente. Se uma religião não é mais do que a síntese colectiva da concepção do Universo numa dada época, cada religião deve reflectir fielmente o grau de desenvolvimento dessa concepção, com o ponto de vista determinado pela tendência geral e os conhecimentos da época, as suas lacunas, o seu forte e o seu fraco. Ora a época em que se formou o cristianismo é caracterizada por uma extraordinária preocupação pelos problemas metafísicos e morais, por um desenvolvimento excessivo e quase monstruoso neste sentido, enquanto o conhecimento positivo da natureza (apesar de estarem formadas ou em via de formação quatro ou cinco ciências, mas que só davam vistas parciais e insuficientes) não só não entrava de modo algum na preocupação geral dos espíritos mas até era por ela contrariado. A religião que devia sair deste estado de coisas vinha pois fadada a uma desarmonia, um desequilíbrio irremediável. Forte e profunda como concepção metafísica e moral da existência humana, falsa, inconsistente ou quase nula como concepção das condições naturais, fora das quais a metafísica e a moral só produzem sonhos, por muito sublimes que sejam, e, no fim de certo tempo, perversão e abatimento. Quer-me parecer que,

sem se fazer esta distinção, não é possível compreender a história do cristianismo, história dominada por esta contradição: hostilizada pela razão, pela ciência, pelos instintos, por todas as coisas naturais, e ao mesmo tempo opondo-se triunfantemente a tudo isto, impondo-se e justificando-se por uma eficácia espiritual tão extraordinária, que é ela para os apologistas uma das maiores provas da inspiração e origem divina do cristianismo. Creio que a obra destes séculos mais próximos será, não destruir o cristianismo (quero dizer, o espírito cristão, e ponto de vista de transcendência metafísica e moral) mas completá-lo com a ciência da realidade. A religião do futuro, de que nos fala Hartmann, não pode ser outra, e não julgo necessário ir procurar o budismo, quando o que nele há de melhor se encontra no cristianismo e com uma forma sentimental mais pura, mais humana.

Estabelecer em que termos normais se deve ser místico, dentro da realidade, de acordo com ela e considerando-a como um meio, um instrumento adequado para essa ascensão espiritual, tal é, meu querido amigo, a grande coisa, a obra da nova *redenção*. Fora disto só vejo um novo paganismo, uma nova e monstruosa superstição, culto do Grande Todo, culto da Humanidade, e outros *cultos*, que, sob forma refinada, reflectida, civilizada, são uma volta à bestialidade primitiva donde partiu a nossa espécie.

Adeus, caríssimo. Receba um abraço do seu amigo e *frater*

ANTERO

CARTA A ANA DE QUENTAL

(1882?)

Minha querida irmã:

Há dois dias que estou em Vila do Conde, e escrevo-te no meio da confusão que é inerente a esta calamidade chamada mudanças. Por isso só responderei ao essencial da tua carta. O procedimento do Sr. Nunes dá uma triste ideia dos sentimentos deste senhor, e fiquei como tu possuído de mágoa e indignação! Dispõe para a trasladação provisória, de que falas, do dinheiro meu que está na vossa mão, e agradece da minha parte ao José o que tem feito nesta ocorrência. Dizes que me caberá dois mil réis, mas, se for necessário mais, dispõe livremente do que for preciso.

Depois trataremos da trasladação definitiva, que infelizmente não podemos fazer já, mas eu espero, antes de muito, de ter algum dinheiro disponível, e a isso o aplicarei. Mas sobre isto te escreverei com mais pausa.

Em vista disto, continua na mão do José o resto do dinheiro do Carlos, que vejo serem dezanove mil e

quinhentos réis, tanto para o que me couber na despesa da trasladação, como para o que se fizer com a remessa dos livros que me legou nosso tio, que aí ficarão ainda esperando outros que mandará o Batalha Reis, e com a D. Eugénia, para vir tudo junto, e então virá o resto dos tais dezanove mil e quinhentos, com o mais que se apurar da venda do que aí há, pois creio que por muito ou pouco se poderá vender a grade da janela das pequenas (custou posta quatro mil e quinhentos), o tal lava-tório e umas três dúzias ou mais de garrafas de diferentes calibres, que aí tinha. O armário e o fogão são da menina. Peço ao José que faça vender os objectos acima ditos.

Quanto aos três mil réis do tal pano vendido, a Teresa já se pagou (dos cinco mil réis que a menina lhe entregou), de sorte que é a mim que os deve agora: com os dois mil réis antigos, faz cinco mil réis, de que me fica devedora, sem que eu porém *exija* que venham com o outro dinheiro, mas só quando melhor puder.

Nada mais me ocorre sobre o assunto *contas*.

Por ora nada posso dizer da minha instalação, pois ainda anda tudo no ar. De saúde, também não sei se melhorei, pois com a agitação que tenho tido, estes primeiros dias não fazem regra. Fico esperando que os banhos continuem fazendo-te bem; talvez ainda valham mais

.....
nesta ocasião. O Carlos tem o seu direito seguro. Quanto ganha pois num pleito judicial, onde vai gastar dinheiro, sem nada adiantar, antes complicar tudo, quando pode entender-se com o André ou Anica, sobre a forma de pagamento? O José que lhe faça ver tudo isto, para impedir um grande dissabor para nós todos, e uma acção indelicadíssima para o Carlos, com a qual de mais a mais nada tem a ganhar e porventura a perder alguma coisa.

Adeus, minha querida irmã. Podes imaginar o dia

melancólico que tenho hoje passado. Dá-me notícias do que for ocorrendo. O José que não se aflija, pois não é responsável. Recebe um beijo do teu irmão muito amigo do coração

ANTERO

CARTA A CARLOS CIRILO MACHADO

Vila do Conde, 15 de Dezembro de 1881

Meu jovem amigo:

Li com prazer a sua cartinha. Creio que é meu amigo, e, da minha parte, de entre os rapazes da *última geração*, está o Carlos no número limitado daqueles que eu estimo e de quem espero alguma coisa sã. Concebo que lhe tenha feito alguma falta: as nossas conversas não eram vãs, e o Carlos não é daqueles que, por terem talento, se cuidam dispensados de ouvir e atender. Eu não penso voltar tão cedo a Lisboa. Mas tenho ideia de que vem às vezes ao Porto, no Verão. Pois quando isso suceda, venha aqui passar um dia comigo, que é apenas jornada de uma hora pelo caminho-de-ferro. De resto, é fácilimo que nos vejamos no Porto, onde vou com frequência a casa do Oliveira Martins. Folguei com a impressão que lhe causou a leitura do *Portugal Contemporâneo* daquele nosso escritor, que se está tornando verdadeiramente grande. Uma vez que gostou, e como é livro para se reler, em vez de me o devolver, guarde-o, e ficará também como lembrança minha. Agora publicou

ele mais dois volumes, *As Raças* e a *Civilização Primitiva*, que eu considero obra magistral, especialmente o segundo volume, onde escreve não só como sábio e pensador profundo e original, mas como moralista eloquente. Recomendo-lhe aquela obra, como aliás lhe recomendo tudo quanto sai daquela pena, que, de dia para dia, ganha mais força e autoridade. Se Portugal de hoje, assim como produziu um homem daqueles, tivesse produzido oito ou dez, ainda se salvava. Verdade é que, se Portugal, nesta geração, tivesse tido força para produzir oito ou dez homens como Oliveira Martins, não precisava de quem o salvasse, porque esse facto só por si era o indício da força e fecundidade do espírito nacional, da sua vitalidade e saúde perfeita. Infelizmente não é assim e o futuro político, social e moral desta terra parece-me comprometido, quanto o futuro de um povo o pode estar. O abaixamento do nível do espírito público é espantosamente rápido. Invade e arrasta tudo. É um triste conselho para se dar a um rapaz, que mal entra agora na vida, dizer-lhe «abstém-te!». E todavia é o único que lhe posso dar. Nesta cheia de miséria que, transbordando, leva consigo quanto encontra, só há escapar ileso quem refugir para os pontos mais altos, onde naturalmente se está isolado. Aprenda, meu jovem amigo, a viver de si, porque a vida social tornou-se um perigo para quem quer conservar a elevação da sua inteligência e a pureza da sua consciência. Creia que, de resto, ainda numa posição solitária, se pode, de um modo ou de outro, fazer muito bem. E não é isso o essencial? Tudo o mais é só instrumento para tal fim. Que importa pois que o instrumento varie, se o fim é sempre o mesmo?

Adeus.

Do coração
ANTERO DE Q.

CARTA A JOÃO MACHADO DE FARIA E MAIA

Vila do Conde, 2 de Janeiro de 82.

Meu caro João:

Não sei há quanto tempo te não escrevo, mas bem sabes que és daqueles poucos que tenho sempre perto do coração. Lembrei-me agora escrever-te, porque ouvi dizer ao O. Martins que fora inventada recentemente uma máquina, destinada talvez a causar uma certa revolução na indústria dos tecidos, máquina que prepara a fibra da urtiga branca em termos de a tornar tão boa para se fiar e torcer como o algodão. Como sabes, era esta a dificuldade, que embaraçava o desenvolvimento da cultura daquela planta fibrosa. Tenho ideia de que se tem ensaiado aquela cultura em São Miguel, ou, pelo menos, de que se tem pensado nisso. O Daupias de Lisboa mandou vir já uma das tais máquinas: mas, como sabes, é industrial e não cultivador: precisa, pois, que lhe forneçam matéria-prima — e porventura se poderia abrir por esse lado um horizonte para a nova cultura. Se o entendesses útil, podias pedir directamente informações ao dito Daupias. E basta de urtigas.

Participo-te que fixei actualmente a minha residência em Vila do Conde, terrazinha antiga, plácida e campestre, muito ao sabor dos meus humores de solitário. Vivo aqui, como verdadeiro eremita, e quando quero sociedade que não me faça envergonhar de ser homem, vou, até ao Porto, conversar com o O. Martins.

Vila do Conde é quase nos arredores do Porto. Penso que não sou naturalmente misantropo, antes muito sociável: mas a sociedade de Lisboa, com tantas misérias, sem lado algum bom que as resgate, acabou por me fazer tomar tal enjoo por tudo isto, e tal desalento, que vim meter-me neste buraquinho, com um sentimento de alívio inexprimível.

Considero tudo perdido em Portugal e sem remissão possível. Sendo assim, para que há-de a gente afligir-se inutilmente? A natureza, para quem sente crescer-lhe a vida interior no meio dela, basta. Adeus. Recebe um muito grande abraço.

Do teu do C.
ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A JOÃO DE DEUS

Vila do Conde, 13 de Janeiro de 1882

Meu João:

O rapaz tem efectivamente *quelque chose*. Há ali um pensamento, coisa rara! Virá esse pensamento a dar o que promete? Espero-o, porque lhe vejo, além do fôlego intelectual, carácter e, digam o que disserem, o carácter é a metade do talento. Digo, do verdadeiro, são e útil. Por ora, há ali grandes lacunas: a imaginação sufoca a análise. Deus, ou é *nada*, ou é a plenitude do Ser, o Absoluto, a Perfeição. O que não pode ser é uma *matéria* indeterminada, com pensamento sem consciência e uma espécie de vácuo. Depois, contra os famosos *pré-átomos* há a dizer tudo exactamente quanto se tem dito vitoriosamente contra os velhos átomos, sem *pré*. Aque-la maneira de fugir à dificuldade faz lembrar as tartarugas da cosmogonia índia: a Terra repousa sobre dois elefantes, e para que os elefantes não fiquem no ar, repousam eles sobre duas tartarugas. E ainda aquela engenhosa maneira (também de invenção indiana) de fazer sair os homens de Deus.

Como os homens, tão imperfeitos, saíram de Brama, a perfeição? Perfeitamente. Primeiro, gerou Brama uns seres que tinham três quartos de deuses e só um quarto de humano; estes, outros já com dois quartos divinos e dois humanos; estes ainda, outros só com um quarto divino e três humanos; estes, finalmente, os homens.

Nada mais simples.

Tudo aquilo, digo, todo o sistema, repousa sobre uma falsa metafísica, falsa por incompleta e pouco aprofundada, onde há mais imaginação do que análise. Mas há vigor, fôlego, penetração, em tudo aquilo. Pelo meio das extravagâncias rebentam verdadeiros lampejos. A vocação, o *quid* genial está ali.

Ainda não escrevi ao jovem filósofo, porque lhe quero escrever uma longa carta crítica, e não sei quando estarei de maré para isso. Cada vez me custa mais e aborrece esta maneira de comunicar o pensamento. Nasci peripatético e declamador, não escriba.

Quanto aos Sonetos antipombalinos, não sei se valerá a pena publicá-los. Dizes que são curiosos, mas não suponho que o possam ser senão historicamente. Ora, nestes últimos vinte ou trinta anos, durante os quais a nação acabou de se descaracterizar inteiramente, acabou também o resto de interesse pelas coisas pátrias. Ninguém compra nem lê já livros de história portuguesa ou que a ela se refiram. O editor que publicasse os tais sonetos perdia o seu dinheiro, podes estar certo disso.

Eu dou-me aqui bem, apesar de viver completamente só. Quando quero falar, vou ao Porto conversar com o O. Martins. Se tu ali estivesses também, tinha tudo quanto desejo.

Aqui as praias são amplas e belas, e por elas passeio ou me estendo ao sol, com a voluptuosidade que só conhecem os poetas e os lagartos, adoradores da luz.

Adeus. Dá mil lembranças ao teu padre António. Se vires o Gomes Leal, diz-lhe que o considero completa-

mente doido — doido de pedras — mas que o amo sempre.

Um abraço do

Teu do c.
Velho amigo
ANTERO DE QUENTAL

Vila do Conde, 15 de Março de 1882

Meu caro João:

Só agora respondo à tua, que todavia pedia uma resposta immediata. Desculpa-me: mas nem sempre sou senhor da minha vontade, ainda para coisas que pedem um pequeno esforço. Tal é a miséria do meu nervoso!

O artigo, se eu conseguisse fazê-lo, era coisa que me dava muito gosto. Mas fá-lo-ei eu? Por ora vejo que não posso. Em vez de ser senhor dos meus pensamentos e da direcção deles, são os meus pensamentos que me dominam e dirigem. Acho-me, há um tempo, tão preocupado com ideias, que me agitam, e nelas tão embebido, que não me resta gosto nem vontade para coisas literárias, e sinto que neste momento nada poderia dizer que prestasse. Quanto tempo durará esta espécie de crise intelectual; é o que não posso dizer; mas, enquanto ella durar, nada há a esperar de mim. Vinte vezes por dia me lembra o teu verso

Esta imaginação é um tormento

sentindo quanto é a imaginação a causa única das contradições eternas do meu espírito, deste rodopiar em volta dos mesmos problemas insolúveis, e da incapacidade de fixar uma vez por todas o meu *credo* filosófico.

Esta confissão aos 40 anos — faço-os daqui a um

mês — é deplorável! Mas parece que quanto mais caminho, mais perspectivas, mais horizontes novos se abrem diante de mim. Sou positivamente o Ashavero da filosofia!

Mas deixamos isto.

Estive há dias no Porto, onde o O. Martins me leu dois artigos sobre o Tarroso — um sobre o autor — outro sobre o livro. Gostei, são sinceros e simpáticos. Assim o nosso filósofo (que me parece um tanto orgulhoso) seja capaz de aceitar os excelentes conselhos que ali lhe dão. Os artigos são para o *Jornal do Comércio*, onde o O. M. publica semanalmente um folhetim literário.

E adeus. Saudades ao Fernando e ao Padre António.
Um abraço do

Teu
ANTERO

CARTA A OLIVEIRA MARTINS

Vila do Conde (1882?)

Meu caro Amigo:

Espero aqui o Alberto domingo, e chegou o momento de aformosear condignamente o meu quintal. Como aquele agricultor anuncia que demorará poucos dias, para não perder tempo peço-lhe desde já que me mande as plantas, a saber: raízes daquela espécie de cana de penacho, trepadeira para os muros e planta de morango.

Creio que é quanto aí há, que me convenha, e pequena quantidade bastará.

Adeus.

Do seu do C.
ANTERO

CARTA A HENRIQUE DAS NEVES

Vila do Conde, 1.º de Maio (188...)

Meu excelente Amigo:

O seu escrito comoveu-me; comoveu-me o sentimento que o ditou. E eu a julgar que já ninguém se lembrava das *Conferências!* Aquilo foi uma aurora, mas à qual se não seguiu dia, ou só um dia fusco.

Veremos se os que pretendem levar agora a coisa por outro caminho serão mais felizes. Do coração lhes desejo o êxito, que a mim, por muitas circunstâncias, me não foi dado obter. Peço-lhe me deixe conservar, entre os raros papéis que conservo, aquele seu escrito: quero relê-lo de tempos a tempos, como um testemunho dos sentimentos generosos e simpáticos que encontrei então em volta de mim, e cuja lembrança me será sempre gratíssima. Os sentimentos duradouros consolam mais do que os triunfos efêmeros. Quanto a publicar aquele escrito, o meu Amigo, referindo-se a mim em termos duma benevolência tão excessiva, não se lembrou que me tornava impossível apresentá-lo, sem verdadeiro impudor de imodéstia, na redacção de qualquer folha.

Depois, sinceramente, para quê? Aquele episódio está quase esquecido, e o meu nome e influência quase extintos. Talvez provocasse um sorriso em muita gente. Deixe-me pois guardar, como um papel particular e íntimo, o seu artigo. O sentimento tão sincero e simpático, que ali se patenteia, não será profanado por nenhum sorriso irónico, e terá para mim um valor dobrado.

Creia, meu caro Henrique das Neves, na muita estima do seu

Amigo Obg.^{mo}
ANTERO DE QUENTAL

CARTA À ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES — FEDERAÇÃO DO NORTE

Vila do Conde, 10 de Junho de 1882

Meus prezados correligionários:

Só hoje recebi o vosso ofício, que me foi devolvido de Lisboa, onde há tempo não resido já, achando-me actualmente nos arredores de Vila do Conde, procurando no ar do campo e na vizinhança do mar algum alívio para a minha quebrantada saúde. Por este motivo, ser-me-ia penoso, e direi até, um verdadeiro sacrifício, o ter de ir agora a Lisboa, viagem que julgo superior às minhas forças físicas.

Não julgo o caso para tal sacrifício, pois a Associação dos Trabalhadores do Porto pode facilmente nomear em Lisboa pessoa que me substitua naquela comissão, e porventura com vantagem, atento o mau estado da minha saúde.

Termino agradecendo à Associação dos Trabalhadores do Porto a tão honrosa prova de confiança que me deu, nomeando-me para a representar.

Recebei, meus prezados correligionários, as minhas saudações fraternais.

ANTERO DE QUENTAL

CARTA A JOÃO DE DEUS

Vila do Conde, 26 de Junho (1882?)

Pediram-me para uma publicação, que se vai fazer na Figueira, para se vender em benefício não sei de que obra pia, uns versos meus e outros teus. Os meus, fi-los, ainda que com dificuldade; mas como não posso, por mais que queira, fazer os teus, tens tu de fazê-los. Estas festas pias, são ao mesmo tempo simpáticas e maçadoras. Tem paciência. Quatro versos, um provérbio de Salomão, por exemplo, bastarão. E tu como vais? Não sei se terei de ir ainda este Verão a Lisboa. Ao mesmo tempo que o receio, porque me custa a deslocar-me, desejo-o, porque será uma ocasião de ver ainda três ou quatro amigos velhos.

E adeus.

Do teu do C.
ANTERO

CARTA A ANA DE QUENTAL

Vila do Conde, 14 de Julho (1882?)

Minha querida Irmã:

Já há mais tempo te devia ter escrito, mas estive uma temporada no Porto, e distraí-me por lá. Eu vou sem novidade, senão só nervoso de mais com este tempo eléctrico que tem feito continuamente. E tu como vais? Espero que completamente restabelecida. As notícias do André (que tive directamente pelo Craveiro) alegam-me e dão-me alguma esperança: mas não a devemos exagerar, pois aquelas doenças enganam muito. Espero, entretanto, que a vista da mulher e filhos, que brevemente para aí irão, lhe faça bem. Por ora, como te digo, não ousou confiar muito naquelas melhoras.

Perguntas-me quando penso em se trasladarem os restos da nossa Mãe. Respondo que desejo seja o mais breve possível, mas que isso já não depende de mim, mas das meninas, pois eu tenho aqui prontos cem mil réis para esse fim: resta agora saber quanto a mais é necessário, e se as meninas podem concorrer com isso que faltar. É pois necessário fazer um orçamento

exacto, e repartirem entre si o que for além dos cem mil. Estes são cinquenta mil, que o Francisco Xavier me devia e eu lhe pedi para aquele fim e ele logo restituiu, e mais cinquenta mil das minhas economias aqui. Estão prontos. Resta pois saber-se ao certo quanto pode ser a despesa *total*, tanto em Lisboa como em São Miguel. Isso, só aí em Lisboa se pode saber. Depois as meninas verão quando podem entrar com a sua parte. Como digo, tudo agora depende das Meninas e não de mim.

Não me respondeste precisamente ao que eu perguntava do dinheiro que aí tenho. Eu referia-me ao resto do dinheiro que deu o Carlos, do qual tenho despendido parte, ignorando quanto ainda resta. Era isso que eu desejava saber.

Adeus. Saudades ao José e Matilde, e tu recebe um abraço e um beijo do teu

Irmão m.^{to} amigo
ANTERO

CARTA A JOÃO DE DEUS

Vila do Conde, 20 de Julho de 1882

Meu João:

Não sei o que te diga àquele respeito. Gostava imenso de te ter aqui mais perto, por todas as razões que apontas e, por cima delas, porque te amo. Mas para o teu método, que é hoje a tua vida (moral e material), é necessário, como para todas as iniciativas, nas nossas sociedades centralizadas, a capital. Tu constituíste-te uma espécie de ministro da instrução primária, e o ministro reside no centro. Dirás que o Porto é uma meia capital, a famosa *capital do Norte*. É uma pura lenda. O Porto é apenas, como diz o Oliveira Martins, *o Porco*. Tudo aqui é sindicato. Foi-o sempre e sê-lo-á sempre. Junta a isso que a vida no Porto é trinta por cento mais cara do que em Lisboa.

Concluo, com desgosto, que deves continuar em Lisboa. Eu deixei Lisboa, porque (como tu dizes) filósofo não tinha aí missão e o meu protesto fora inútil, e passaria sem ser compreendido. Mas tu exerces uma verdadeira missão, e protestas, de facto, exercendo-a.

O teu protesto é o bem que fazes. Daqui por algumas dezenas de anos, a história dirá que, no meio de toda essa gente, eras tu o único ou quase o único que fazias alguma coisa. Que eles se agitem no vazio, podes tu rir dessa vã agitação, com a consciência de que tens direito de rir.

Aí vai um soneto. Será talvez o primeiro de que gostes por mais alguma coisa do que só pela forma.

O meu pessimismo tem-se desvanecido com esta vida contemplativa no meio da boa natureza. Reconheci que andar por toda a parte a proclamar, com voz lúgubre, que o mundo é vão, era ainda uma última vaidade... Lá vai o soneto:

*Na mão de Deus, na sua mão direita,
Descansou afinal meu coração.
Do palácio encantado da Ilusão
Desci a passo e passo a escada estreita.*

*Como as flores mortais, com que se enfeita
A ignorância infantil, despojo vão,
Depus do Ideal e da Paixão
A forma transitória e imperfeita.*

*Como criança, em lóbrega jornada,
Que a mãe leva no colo, agasalhada,
E atravessa, sorrindo vagamente,*

*Selvas, mares, areias do deserto...
Dorme o teu sono, coração liberto,
Dorme na mão de Deus eternamente.*

E adeus. Com um abraço do

Teu do C.
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A ANA DE QUENTAL

Vila do Conde, 3 de Agosto de 1882

Minha querida Irmã:

Podes imaginar como me afligiu a notícia da separação do Paulo.

Não sei se além do desgosto, isso trará complicação com as leis militares e lhe renovarão a licença para continuar nos estudos, ou se terá de ir fazer serviço para o corpo. É uma coisa que me tem preocupado. Sinto muito este caso, já pelo Paulo, já e talvez mais ainda pela pobre Anica, para quem tudo são desgostos!

Espero que te vás achando melhor. Parece-me que não fazes bem em voltar tão cedo para Lisboa. O calor agora ali está sendo excessivo e não é o que convém a uma convalescente.

Eu vou indo sem novidades. As pequenas estão boas e fortes. Vão brevemente começar com banhos do mar, para combater algum linfatismo que ainda haja, ainda que aparentemente já o não há. Andam sempre ao sol, e isso tem sido para elas o melhor dos remédios. A Albertina lembra-se sempre de ti.

Vai vagar a comarca da Póvoa de Varzim, que é aqui ao pé, coisa de meia légua, e o Lobo de Moura pretende ser para ali transferido e tem boas esperanças de conseguir essa pretensão. Imagina como vai ser bom para mim ficarmos assim vizinhos. Com o Lobo na Póvoa, o Oliveira Martins no Porto e o Alberto Sampaio em Falmalicão, fico literalmente rodeado de amigos.

E adeus. Não escrevo directamente para aí, porque sumi a tua última carta (digo penúltima) e por isso não sei a direcção.

Recebe um abraço e um beijo do teu

Irmão muito amigo

ANTERO

Quando voltares para Lisboa e fores ver o André, dá-lhe lembranças minhas, e dize-lhe que sempre me lembro dele quando te escrevo.

CARTA A JOAQUIM DE ARAÚJO

Vila do Conde, 23 de Dezembro de 1882

Meu caro Joaquim:

Ando há bastantes dias para lhe escrever, mas o frio põe-me em estado que o mais pequeno esforço se me torna difficilimo, e escrever é sempre para mim coisa de esforço. Agora mesmo, aproveitando um momento de coragem, tomo a pena só para lhe dizer que sou sempre seu amigo e do mesmo feitio. V. attribuiu a frieza o que em mim é simplesmente o resultado dum certo abatimento de espirito, que com os 40 anos se tem pronunciado, arrefecimento da imaginação, que já me não mostra, como mostrava, o mundo através dum caleidoscópio, cujas imagens ora me atraíam vivamente, ora com a mesma vivacidade repeliam, e dando por consequente ao meu modo de ser uma animação particular. Hoje, fora das coisas morais e do ponto de vista moral, tudo me parece igualmente curioso e igualmente indifferente. Naturalmente a minha attitude, as minhas conversas revelam este estado; mas V., com a susceptibilidade duma fina amizade, tomou para si o que é em

mim simplesmente ordinário e faço com todos. Em vez de supor que sou menos seu amigo, diga simplesmente que me tenho tornado bastante mono, que essa é a verdade.

.....
Não compreendo bem o seu projecto migratório que, demais a mais, se não coaduna com outras coisas que diz para trás. Sobre isto e outros pontos, falaremos no Porto, onde irei estar uns dias no princípio do ano novo. Bem sabe quanto me custa escrever.

E adeus. Oxalá seu Pai tenha alguns alívios. Mas V. deve acostumar-se à ideia de que o não pode já ter por muito tempo. Ainda que há uma certa crueldade em lhe dizer isto, quero dizer-lho, porque as grandes coisas da vida e da morte devem encarar-se virilmente. Assim, ponha-me alto o pensamento e a coragem.

Do seu do coração
ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A TOMMASO CANNIZZARO

Vila do Conde, le 10 Mars 1884

Mon cher Confrère:

Je suis bien en retard avec vous mais um poète doit comprendre et savoir excuser cette maladie invétérée des poètes — la paresse épistolaire. En fait, je voulais aussi vous envoyer ma photographie: mais demeurant à la campagne et n'allant que très rarement à Porto, cela a contribué aussi à mon retard. Enfin, voilà mes excuses faites et je m'empresse de vous remercier de l'envoi de votre photographie, et surtout de votre charmante et amicale lettre, dont les sentiments douloureux me vont directement ao cœur.

Je vois que mes *Odes* vous ont plu, et *plaire* en art et en littérature, c'est tout. J'aurais donc mauvaise grâce à dire encore du mal de mon pauvre livre, quoique je reste toujours convaincu qu'il y a là, généralement (et surtout dans la deuxième partie) plus de passion et d'exaltation que de vraie poésie. Mais n'allez pas croire, je vous en prie, que je suis devenu un réactionnaire, un *réac* comme ils disent à Paris. Non je reste

aussi révolutionnaire que jadis, peut-être plus, mais j'ai transporté mon ardeur dans des régions plus hautes, trop hautes pour n'être pas séreines. Je dois cela un peu à la philosophie des livres, et plus encore à celle de l'expérience et de l'âge — car j'ai déjà doublé de cap de la quarantaine — et du jeune jacobin de 1864 il ne reste guère plus que la peau d'un vieux philosophe, sachant trop bien que la colère, même la colère de la justice, est encore un reste d'ignorance, et que le monde ne sera définitivement sauvé que par la Raison sœur jumelle de l'Amour. Il se peut que la passion et la violence aient encore, et avant peu, à jouer un grand rôle, pour déblayer les restes du vieux monde et rendre possible la construction du nouveau. Je prévois de grandes convulsions. Mais ce na sera là que l'œuvre aveugle, quoique nécessaire, de la Nature: ce qui se fondera après ne sera fondé que par la Raison et par l'Amour. Mais me voilà bien loin de mon pauvre bouquin. Je voulais seulement vous dire que je le trouve aujourd'hui trop exalté trop *jacobin* — ce qui, à mes yeux, constitue un grave défaut, aussi bien sous le rapport philosophique, que sous celui de l'esthétique. Mais puisque il a plu à un poète tel que vous, je croirai désormais qu'il doit valoir plus que mon implacable criticisme ne me le laisse voir. Je vous envoie la *Lira Íntima* de Araújo, un de nos plus jeunes poètes, a qui j'ai parlé de vous et qui m'a prié de vous faire parvenir son volume. Ce petit livre vous donnera une idée du ton et des tendances générales de notre jeune école: trop de musique et trop de style, et pas assez de pensée — selon moi. On tourne ici, comme partout, au Parnassisme.

Mon cher poète, je vous serre la main bien affectueusement. Écrivez-moi quelques fois — et pourquoi pas en italien? j'aime votre belle langue et la comprends assez bien, quoique je n'ose pas l'écrire: je suis donc

forcé de me servir de ce méchant français. Ce n'est pas votre cas.

Tout à vous de cœur
ANTERO DE QUENTAL

Vila do Conde, le 10 Janvier 1885

Monsieur et cher poète:

Mes souffrances nerveuses se sont aggravées dans ces derniers temps, et voilà pourquoi j'ai laissé passer tant de mois sans vous écrire. J'ai reçu votre dernier petit volume (*Cianfrusaglie*) où j'ai trouvé des choses bien belles et d'une grande force d'expression. Mais j'ai frémi, cher poète en y rencontrant tant de passion, tant d'amertume. Je crains que tout cela ne soit *réel* et alors comment pourrez — vous guérir? Pour nous autres, pauvres poètes, la névrose est inexorable, si nous ne savons pas lui opposer le plus grand calme de l'imagination et des sens: il faut que la force d'*idéauté* absorbe toutes les autres et triomphe des nerfs par l'esprit pur. Permettez, mon ami, ces conseils à mon expérience, qui est vieille de 8 ou 10 ans de souffrances nerveuses, et depuis ce temps là je ne vis guère que par la vertu de cette abstention et de cette sérénité que je vous prêche. En tout cas, ne voyez dans mes paroles que l'expression du vif intérêt que je vous porte et de l'inquiétude que les mauvaises nouvelles de votre santé ont produite en moi. J'ai reçu hier votre *cartolina* et je vous remercie de l'intérêt que vous montrez pour ma réputation poétique — mais la vérité est que dans le genre érotique je ne crois avoir jamais rien fait qui mérite d'être traduit surtout dans la langue de Pétrarque et du Tasse!... Ainsi je

ne vous enverrai pas, coupées dans les vieux journaux de il y a 20 ans, les productions de ma Muse érotique, qui, vraiment n'ont rien d'original ni de piquant. Du reste, nous autres Portugais, si nous avons, la tête épique et lyrique, nous ne l'avons pas du tout érotique à tel point que, depuis Camões (qui, lui, était complet et supérieur en tous genres) nous avons attendu jusqu'à 1860 pour voir paraître un poète érotique véritablement supérieur et que nous puissions opposer aux plus remarquables parmi les étrangers. Il s'appelle João de Deus et est, selon moi, le seul qui mérite de prendre place dans le Panthéon poétique de votre ami, où on ne doit admettre que de purs chefs-d'œuvre. Je compte aller à Porto un de ces jours, et de là je vous enverrai un de ses volumes. Herculano, dont vous me parlez dans votre dernière lettre, a été un des hommes les plus remarquables du Portugal en ce siècle. Historien, moraliste et poète, son œuvre et sa personne ne font qu'un tout grandiose. Parmi ses romans historiques, son «Eurico» a acquis chez nous une grande popularité, et je la crois méritée. Mais je m'étonne qu'un philologue comme Mr. Podhorszky admette un seul instant qu'un poème roman, écrit aujourd'hui (et dont l'action se passe à l'époque de la chute des Goths en Espagne et de la conquête arabe) puisse être une œuvre vraiment supérieure et où l'on trouve «Dante, Caton et Tacite réunis en un seul grand poète!!». La vérité est que «l'Eurico» de Herculano est une de ses compositions de genre hybride, comme les «Martyrs» de Chateaubriand, irrémédiablement entachées de romanesque et de pastiche qui peuvent contenir des pages admirables mais qui ne prendront jamais rang parmi les œuvres de premier ordre, «Eurico», étant écrit par un homme supérieur, penseur et poète profond, contient de très grandes beautés, des pages éloquentes, brillantes ou poétiques: on sent, à travers le romanesque de l'action, le souffle d'un esprit noble et fort et cela a suffi pour lui donner

une juste popularité — d'autant plus que le romanesque et l'exagéré de l'action, quand elle est poétique, ne nuit pas dans l'estime de la foule, au contraire. Mais nous autres, qui ne sommes pas foule, nous devons faire nos restrictions et maintenir les principes de la véritable esthétique. Mr. Podhorszky pour un philologue, n'est pas trop romanesque! Adieu, mon cher poète. Je vous souhaite une bonne année pour 1885. Votre dévoué.

Et votre santé.

A. DE QUENTAL

CARTA A ANTÓNIO FEIJÓ

Vila do Conde, 25 de Janeiro de 1885 (?)

Meu caro poeta:

Os seus versos revelam uma mestria de forma verdadeiramente rara. Se começa assim, o que nos guarda então para o futuro? Seis ou oito das suas composições — por exemplo, *Sinfonia de Abertura*, *Pálida e Loura*, *Versos à Lua* — parecem-me absolutamente perfeitas; e em todas as outras acho muito de admirar; ainda que, endurecido romântico, creio que em algumas a preocupação da forma rara e perfeita embarçou o pensamento, tolhendo-lhe liberdade e maior desenvolvimento.

Feita esta reserva — para descargo da minha romântica consciência — não posso senão dar-lhe os parabéns pelo seu livro. O sentir poético que nele manifesta é do mais fino, e no seu tom de idílio há uma nobreza que encanta.

Disponha, meu caro poeta, do seu

C.^{do} m.^{to} Obg.^{do}
ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

Vila do Conde, 7 de Agosto de 1885(?)

Minha Senhora:

Recebi a carta de V. Ex.^a e o livrinho que o seu amigo amabilissimamente me ofereceu. Agradeço a V. Ex.^a o incômodo que quis tomar comunicando-me aquelas notícias, para mim muito agradáveis, e ainda mais a benevolência com que se encarregou de tornar conhecidos os meus versinhos a pessoas tão distintas. Tantos votos autorizados têm levantado aos meus olhos o valor daquelas obrinhas poéticas, que me resolvi a publicar a colecção completa dos meus Sonetos, uns cento e tantos ao todo, que são quantos tenho feito desde 1860 até agora. Boa metade são inéditos. Creio que o livrinho sairá antes do fim do ano, e então enviarei um exemplar o Sr. Goldbeck e outro ao Sr. Teza, como testemunho do meu apreço e reconhecimento. Nenhuma outra coisa lhes poderei enviar, pois, do que tenho feito, julgo que só essa colecção de Sonetos merecerá ser conhecida. Se não tiver outro valor, valerá ao menos como um documento psicológico, que em seriedade e sinceridade não

cede o lugar a nenhum outro. Posso dizer que está ali o melhor da minha vida, aquela parte mais alta da nossa vida, que, justamente por ser já humana e não só individual, temos como que o direito de impor à atenção dos outros. Poderia chamar-lhe, se o título não fosse pretensioso, *Memórias duma Consciência*. Nunca pretendi ser poeta nem me preparei para isso com estudo e aplicação: mas, não sei como, tenho sempre encontrado a poesia ao meu lado, e espontaneamente, quase involuntariamente, têm revestido a forma poética o meu pensar e o meu sentir (coisas que em mim andam sempre muito irmãs) no curso duma evolução moral, não sei se singular se típica, que me tem absorvido de molde a tornar-me quase alheio a tudo mais. Seja como for, isto me servirá de desculpa aos olhos do Sr. Goldbeck, pois vejo, pelas perguntas que faz, que me tomou por um poeta de grande cultura, muito lido e *geschult*. Infelizmente não sou tal, mas antes um filho da natureza, e tenho de confessar que, da literatura propriamente poética, tenho lido relativamente pouco, e esse pouco fragmentariamente, ao acaso, ou apenas ao sabor da disposição de momento, e nunca, para tudo confessar, como quem estuda. Há mais de vinte anos que faço Sonetos, e todavia nunca *escolhi esse género* nem estudei nos mestres os segredos especiais daquela forma; levou-me para ali uma predilecção impensada e singular (pois, quando comecei, ninguém entre nós os fazia já, sepultados como estavam, com todas as outras formas clássicas, debaixo da reprovação dos românticos) e talvez a influência dos nossos poetas do século xvi, que foram dos primeiros que conheci. O fundo de idealismo que há naqueles poetas apossou-se então de mim, e os seus Sonetos, especialmente os de Camões, tornaram-se para mim como um Evangelho do sentimento. Tais são as minhas raízes, se assim posso dizer. Depois li muitos poetas, e naturalmente muitos Sonetos (como os de Miguel Ângelo, os de Filicaia, os de G. de Nerval, e alguns

de Milton e Shakespeare), mas sem preocupação alguma de género ou escola, nem sobretudo de estudo. Lia, porque precisava ler, *voilà tout*: Homero e os *Nibelungen*, em traduções francesas; Goethe e Heine, Dante, Shakespeare, Byron, os Romanceiros espanhóis, no original. Com isto, naturalmente, muita outra coisa, antiga ou moderna, boa e má, porque a minha curiosidade era grande: mas, torno a dizê-lo, tudo isto mal e à *la diable*, na confusão e no tropel dum espírito agitado por problemas que a poesia só por si não podia resolver. Nos mesmos poetas, era o fundo mais do que a forma que me atraía. Mas, na minha impaciência, na minha impetuosidade, saltava dali e a linguagem abstrusa, o formalismo, a extraordinária abstracção de Hegel não me assustavam nem repeliam; pelo contrário: internava-me com audácia aventureira pelos meandros e sombras daquela floresta formidável de ideias, como um cavaleiro andante por alguma selva encantada à procura do grande segredo, do grande *fétiche*, do Santo Graal, que para mim era a Verdade, a verdade pura, estreme, absoluta... Era uma grande ilusão, como todos os Santos Graais: mas essa ilusão me levou gradualmente da imagem para o pensamento, fez-me sondar o que toda a alta poesia pressupõe, mas esconde tanto quanto revela, e — para que encobrir esta minha velha e inveterada pretensão? — fez de mim um Filósofo! Um filósofo *manqué*, talvez, porque, afinal, ainda não revelei ao mundo o meu Apocalipse, nem sei se chegarei a revelá-lo... Mas, em todo o caso, pretensão ou realidade, o certo é que o filósofo, que por muito tempo só se exprimiu pela boca do poeta, acabou por confiscar, por absorver, por devorar o pobre poeta, e agora que este acabou, impõe-se ao filósofo (para não passar por um assassino gratuito e aleivosos) a obrigação de ser gente por si só e de falar pela própria boca. A colecção dos meus Sonetos é o testamento do pobre poeta que acabou. Entro agora numa fase nova, e tenho jurado con-

sagrar-me daqui em diante, todo e exclusivamente, ao trabalho de coordenação definitiva das minhas ideias filosóficas e, se tanto puder, à exposição metódica e rigorosa das mesmas.

Afinal, aquilo de que o mundo mais precisa, nesta fase de extraordinário obscurecimento da alma humana, é de ideias, é de filosofia — e a Poesia, voltando a adormecer nos recessos mais misteriosos do coração do homem, tem de ficar à espera até que o novo Símbolo se desvende e novos Ideais lhe forneçam um novo alimento, lhe insuflam nova vida... e então voltará a cantar. O mundo (*este* mundo) está velho: e a Poesia só está à vontade num mundo novo, jovem, enérgico. Se me for dado ainda, antes de morrer, ter levado uma pedra para o edifício da Nova Igreja, serei feliz. Senão, contentar-me-ei com o desejo puro e o esforço consumido, que ainda isso não terá sido debalde. Parece-me que é o Renan que lá diz que o trabalho consumido nas obras da verdade não é perdido, ainda quando se desvia e não dá resultado, porque esse trabalho *em si* e essa vontade de acertar são a maior verdade e talvez a única verdade...

Estas explicações eram necessárias para corresponder à benevolência e interesse pelas minhas coisas manifestado pelo Sr. Goldbeck, a quem desejo manifestar o meu grande reconhecimento. Outras coisas vieram incidentalmente e pelo correr do discurso.

V. Ex.^a desculpará a longura insólita desta carta. Muitas coisas são também para V. Ex.^a, a quem tributo verdadeira veneração. Tomei nota das observações do Sr. Teza, que são muito acertadas, e farei algumas emendas no sentido que ele indica.

De V. Ex.^a
Criado humilíssimo
A. DE QUENTAL

Vila do Conde, 25 de Outubro de 1885(?)

Minha Senhora:

Já devia ter agradecido a V. Ex.^a a sua boa e muito boa cartinha e o incómodo que quis ter comunicando-me o que a meu respeito lhe escreveu o Sr. Storck. A opinião do Sr. Storck sobre os meus versinhos causou-me verdadeira satisfação, e muito mais o ver que o primoroso tradutor de Camões achara alguns dos meus Sonetos dignos de serem por ele traduzidos. Estava eu muito longe de esperar uma tal distinção quando lhe enviei o meu volume, como «homenagem e testemunho de gratidão dum poeta português ao intérprete e tradutor alemão de Camões». E, a propósito, confirmo o que V. Ex.^a logo supôs, isto é, que o Sr. Storck se enganou entendendo ser-lhe o livrinho oferecido pelo Oliveira Martins: o oferecimento ia assinado «pelo Autor» e proximadamente nos termos que acima disse. Admirei as traduções do Sr. Storck e pasmaria duma tão grande fidelidade, que ao mesmo tempo em nada prejudica a fluência da frase, se não conhecesse de antemão a rara habilidade do tradutor e os recursos excepcionais da língua alemã, sobretudo pelas palavras compostas, que permitem meter muito em pouco espaço. Não sei se dentro do grupo das línguas neolatinas se conseguiria igual fidelidade, sem se sacrificar a elegância e adulterar a feição própria e estilo do original: o que não sucede com as traduções do Sr. Storck.

O que V. Ex.^a me diz dos meus Sonetos causou-me contentamento tanto maior quanto eu receava que a sua impressão, em geral, não lhes fosse favorável, pelo carácter desolado da maioria deles. Mas V. Ex.^a compreendeu, o que poucas pessoas terão compreendido, que aquela desolação não era procurada, mas muito sincera e filha dum estado de espírito de que o poeta deve ser considerado, por assim dizer, irresponsável, não se lhe podendo, por isso, exigir senão exactidão,

vigor e viveza na expressão. Depois, esse estado de espírito, no meio da sua violência, representa um contínuo impulso para a verdade e para o bem, e isso deve ser levado em conta ao pobre poeta. O que eu lastimo é que seja tão exíguo o número dos Sonetos em que se manifestam as soluções intelectuais, morais e sentimentais daquele estado tormentoso, pois só nesses é que eu reconheço uma poesia superior e até direi como que a indicação duma poesia nova. Foram também esses que mais agradaram a V. Ex.^a, como agradaram a algumas outras raras pessoas que viram no meu livrinho mais do que um simples acrobatismo poético ou uma espécie de paradoxo psicológico. Infelizmente não estava na minha mão fazer mais daqueles tais Sonetos, ou quantos eu quisesa. Parece que o estado de inquietação e de luta é que me encendia e avigorava a imaginação, de sorte que, cessando aquele estado, esfriou ela rapidamente e toda a sua violência se escoou num suspiro. Esse suspiro são os últimos quinze ou vinte sonetos do livro: sem eles, creio que nunca teria publicado aquela colecção, que ficaria então só em colecção, sem íntima unidade ela, e sem solução o problema psicológico ali agitado; e para fazer muitos daqueles daria eu todos os outros e ainda talvez tudo mais quanto noutro campo possa fazer. Mas, como V. Ex.^a sabe, não são coisas estas que dependam da vontade, mas essencialmente da alçada do *inconsciente*. Por conseguinte, tive de ficar por ali e dei por fechado o meu ciclo poético com esse livrinho, que é mais a *indicação* de alguma coisa superior que porventura teria podido fazer, do que uma verdadeira *obra*. Como disse com graça o Junqueiro: «são os sonetos dum Miguel Ângelo, que não fez o seu Juízo Final».

E, para terminar, vou responder às duas perguntas de V. Ex.^a. Conheço, com efeito, o chamado *Hino do Sol* do maravilhoso *poverello* de Assis e igualmente li alguma coisa das *Epístolas de S. Paulo*; mas, com tudo isso, a concordância que V. Ex.^a encontrou não pode ser senão fortuita, ou antes filha dum estado de sentimento

análogo ao daqueles grandes místicos. Justamente aqueles dois sonetos (*Redenção*), juntos com outro (*Contemplação*), representam em forma de imagem e sentimentalmente uma das ideias fundamentais da compreensão das coisas, a que cheguei e em que fiquei, e que espero ainda desenvolver em prosa e com o rigor da exposição filosófica. Parece-me por isso pouco provável que, compondo-os, tivesse presente ao espírito outra coisa além do meu próprio pensamento, no qual andava por esse tempo não só absorvido mas quase abismado. Quanto à observação que V. Ex.^a faz a respeito de ser a Morte do género feminino nas línguas neolatinas, acho-a muito curiosa, mas confesso que nunca me tinha ocorrido. É um caso interessante da influência da linguagem sobre a imaginação, pois é certo que muito naturalmente, e independentemente da tradição das artes plásticas e da poesia, concebo imaginativamente a Morte em figura de mulher. O que quer dizer que, se falasse inglês ou alemão, a minha imaginação tomaria forçosamente outra direcção e muitas associações de ideias, que formo, não as poderia formar: assim a imaginação (e por conseguinte o pensamento) ainda onde parece ser tão espontânea, é escrava de acidentes linguísticos como aqueles que fizeram com que a palavra *mors*, há inúmeros anos, quando se formou o latim, fosse do género feminino! Poder-se-iam tirar daqui importantes ilações, tanto mais quanto este caso é um entre milhares e representa uma vasta categoria de factos mentais. Se aqueles filósofos antigos, que chegaram, por esta consideração da dependência em que a ideia está da palavra, ao mais refinado cepticismo, tivessem sido linguístas, teriam podido fortificar a sua tese com uma legião formidável de exemplos!

Creia-me V. Ex.^a o seu

Criado mais dedicado
ANTERO DE QUENTAL

P. S. Não sei se V. Ex.^a deseja que lhe restitua o manuscrito do Sr. Storck. Como tenciono ir em breve passar uns dias ao Porto, levá-lo-ei comigo, ficando lá às ordens de V. Ex.^a.

CARTA A BULHÃO PATO

Vila do Conde, 26 de Outubro de 1885

Meu Pato:

Tinha visto nos jornais notícia da tua partida para São Miguel, e fiquei com certo cuidado, receando que fosse coisa de saúde que te forçasse a essa viagem, e tencionava escrever-te, já por esse motivo, já para te avisar de que tinha enviado para Lisboa um volume dos meus *Sonetos*, que te era oferecido; supus que o não tivesses recebido antes da partida. Com a leitura da tua carta fiquei descansado, pois vejo que «trabalhas e caças», o que é sinal de saúde perfeita. Fez-me impressão o que me dizes a respeito do sentimento melancólico que em ti despertou o passares pelo Ramalho. Avalio por aí a impressão que em mim me faria, se o tornasse a avistar. Afinal tudo se alui e cai; mas, como disse o poeta, «*Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt*»; eu tenho passado a vida a professar teoricamente uma impassibilidade estoica e a desmenti-la constantemente nos meus sentimentos. Afinal talvez os sentimentos tenham mais razão do que a orgulhosa teoria, apesar dos

grandes nomes de Zeno e Epicteto. As tristezas humanas são em si mesmas uma grande escola de filosofia; quem nunca chorou, em vão pensará. Tu entendes isto, e por isso foste sempre cá dos meus e do meu peito.

Teu do coração
ANTERO DE QUINTAL

CARTA A TOMMASO CANNIZZARO

Vila do Conde, 2 de Outubro de 1886

Meu caro Poeta e Amigo:

Estive vendo que livro do nosso Oliveira Martins lhe enviaria, que ao mesmo tempo lhe interessasse pelo assunto e lhe patenteasse com mais relevo a maneira e pontos de vista deste notabilíssimo escritor. Pareceu-me que a «História da Civilização Ibérica» reunia mais que nenhum outro essas condições e aí lhe envio. Oliveira Martins é antes de tudo um Economista da feição daqueles a quem na Alemanha chamam *Katheder-Socialisten*, que completam a ciência económica com a história e ainda a psicologia, considerando as sociedades como organismos vivos, que não podem ser bem compreendidos senão sinteticamente e em relação a todas as condições de meio e de tradição peculiares a cada uma delas. Tal compreensão das coisas, pela sua mesma complexidade, nunca poderá ser popular, mas creio que é a única verdadeiramente científica. Entre nós, os livros de Oliveira Martins têm sido mais lidos que compreendidos e fazem sobretudo o efeito de bri-

lhantes paradoxos — *Sancta simplicitas!* E deixe-me dizer-lhe, incidentemente, que em Portugal não há o «importante movimento literário» que de longe lhe parece haver. O que há é um pequeno número de fortes individualidades, destacando-se sobre um fundo de geral mediocridade, correlativa ao baixo grau de vida política e intelectual da nação. Mas assim como não saem do espírito nacional nem o representam, assim também não têm acção perceptível sobre ele: vivem como que sobre si, alimentando-se das correntes do espírito europeu, escrevendo em português, mas com uma alma estrangeira... Mas explicar-lhe o estado íntimo, psicológico da vida nacional portuguesa no momento actual, fora assunto não para uma carta mas para um volume. Por isso dou de mão a essa matéria.

Quanto ao que me pergunta do João de Deus, posso responder-lhe com alegria que é vivo e espero que o será ainda por bastantes anos, pois é relativamente moço, tendo nascido em 1836. Há porém oito ou dez anos que deixou de produzir, todo entregue ao seu belo apostolado do *A B C*, do qual como todos os apóstolos espera para o bem geral muito mais fruto do que razoavelmente se pode esperar de coisa humana, seja ela das melhores. Mas onde não entra uma ponta de ilusão, não pode haver verdadeiro entusiasmo. É assim que este admirável poeta, envelhecendo, coroa a sua velhice como uma obra de apóstolo, não menos poética, toda votada à infância, ao futuro. Cada vez desconfio mais, meu caro Amigo, de que o excesso de crítica, de reflexão e estudo a que os filhos deste século ultrasábio nos submetemos, é um mal, porque, como diz o Hamlet:

*... thus the native hue of resolution
Is sicklied o'er with the pale cast of thought;
And enterprises of great pitch and moment,*

*With this regard, their currents turn away.
And lose the name of action...¹*

Creia-me meu caro Poeta, seu muito dedicado.

A. QUENTAL

¹ *Hamlet*, III Acto, I Cena.

CARTA A JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Vila do Conde, 13 de Outubro de 1886

Meu caro Magalhães Lima:

Consinta este tratamento familiar, e deixemos as Excelências para aqueles com quem não temos outra comunhão senão a de pertencermos à mesma sociedade, em geral — muito em geral.

O seu escrito sobre os meus sonetos causou-me verdadeira satisfação, por ver que a unidade moral e a vida íntima, que fazem com que a meus olhos aquela colecção de versos seja mais do que uma pequena colecção, existem de facto, pois assim é tão bem percebida e compreendida por uma pessoa desprevenida.

Hesitei por algum tempo em publicar aquela colecção, justamente por ter dúvidas sobre este ponto: receava que se não sentisse ali distintamente a evolução de um espírito que procura ansiosamente e quase freneticamente a razão de ser da sua existência, nem se destacassem suficientemente as soluções mentais, morais, sentimentais, que fecharam para mim o círculo da ansiedade e agitação do espírito. Com efeito, se o livrinho

fosse isso e não dissesse isso, seria nada, uma colecção de versos mais ou menos bem feitos — e na minha idade e com o meu feito parecia-me indecoroso vir exhibir-me em público como acrobata de rimas. A opinião de dois ou três amigos, em cujas mãos pus a resolução das minhas dúvidas, sossegou-me o suficiente para me resolver a publicar. Entretanto, podiam estar mais ou menos prevenidos — o que não sucede com o meu amigo; e por isso me causou verdadeira satisfação ver como encarou o meu livrinho pelo lado para mim único verdadeiramente importante.

Dir-me-á agora: mas por que é que não deu à parte afirmativa do meu livro um desenvolvimento proporcional à importância dela, tornando-a dominante pelo número de composições, pela variedade de aspectos da sua ideia e do seu sentimento? Tenho feito a mim mesmo, por várias vezes, essa pergunta e não encontro outra resposta senão esta: pela mesma razão por que o pinheiro, embora transplantado para outra terra e outro clima, nunca poderá dar senão pinhas, ou não dará coisa alguma. Não se podem viver duas vidas, na sua unidade, na sua harmonia e plenitude.

A natureza tinha-me dado, ao mesmo tempo, por singular contradição, razão e sentimento moral para muito mais e melhor. Daí conflito, guerra civil, luta interior. Essa luta foi a minha vida, e é o que explica a aparente singularidade (que reconheço ser grande) e a esterilidade dela. O que venceu em mim foi a razão e o sentimento moral; mas a imaginação e a paixão, embora vencidas, não se submeteram. Ora não é a razão, mas a imaginação e a paixão, que fazem o poeta. Se lhes quisesse ceder, sei que daria (para continuar a comparação de há pouco) inúmeras pinhas e seria um pinheiro dos mais altos. Mas não quero, e na impossibilidade de dar outros frutos senão aqueles amargos e resinosos, tenho de me tornar voluntariamente estéril.

Os últimos vinte sonetos do meu livrinho são uma coisa nova, a nota cristalina duma nova poesia, da verdadeira poesia (ousa dizê-lo) do futuro. Mas tirar dessa pobre nota o número de harmonias que ela virtualmente encerra, desdobrá-la, desenvolvê-la nos mil aspectos de que ela é capaz, isso, meu amigo, não é para mim, não o poderia fazer. Requerer-se-ia para isso a frescura, a virgindade de imaginação e sentimento, a calma unidade moral de quem entra na vida por uma porta brilhante, não a dolorosa e sombria imaginação de quem chega a essa porta de luz arrastando-se com terrível esforço através de um matagal povoado de criações nocturnas. Para mim, amigo, essa porta luminosa não pode ser agora senão a porta da saída. E já não é pouco. Outros virão, cheios de uma vida fresca e ágil, receberão sem esforço o tesouro do novo Idealismo, tão dolorosamente desentranhado das profundezas da Razão por nós outros, seus antecessores; e, ricos sem trabalho, poderão ser pródigos de cantos, fecundos como tudo que brota fácil e espontaneamente. Nós outros não. Um profundo suspiro de infinita melancolia, eis todo o nosso canto. Creio que foi isso o que o impressionou nalguns dos meus sonetos. Com efeito, é tudo quanto ali há de durável.

E adeus. Creia-me seu

Muito amigo
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A JOÃO DE DEUS

Vila do Conde, sábado, 29 ou 30 de Outubro de 1886

Meu João:

Só agora me mandou o Araújo a carta que (...) & C.^a te dirigiram. Acho que não podes aceitar tal convite, nem autorizar a dita festa. Uma festa num teatro, com ares de benefício, não é uma recompensa nacional. Quando se trata de dinheiro dado, só toda a gente que é a nação, ou o Estado, que representa a nação, podem dar sem envergonhar. Seria orgulho censurável recusares uma pensão votada pelas câmaras, como se tem feito em França e em Espanha, ou vinte mil libras duma subscrição nacional, como em Inglaterra. Mas acho que te não ficaria bem receberes cem ou duzentos mil-réis, produto duma espécie de benefício, promovido pelos directores dum colégio. Seria quase fazer de ti um novo Bingre, *moribundo cisne do Vouga*, velho e morrendo à fome, e a favor de quem se deram em tempo récitas no Porto. Muita gente não veria outra coisa no caso.

Acresce a isto, que já seria suficiente para fundamentar o meu parecer, que não sei quem é esse (...) e a sua

tropa. Encontro a cada passo nos jornais, notícias de festas literárias, ginásticas e musicais, celebradas no celebrado Ginásio (...), com muita soma de *réclame* para o dito Ginásio. Pode ser tudo muito sério, mas fico desconfiado. Sem perdermos a candura da pomba, convém conservarmos a prudência (que não é malícia) da serpente: ora quem nos diz a nós que o Sr. (...) ginasta se não propõe fazer *réclame* para o seu Ginásio com o teu nome? Tu serias um benemérito da pátria: mas (...) seria o único que te teria compreendido e arrancado, por assim dizer, à obscuridade em que jazias! (...) seria o teu descobridor: que honra para o Ginásio! e que *réclame*!

Não quero fazer juízos temerários: mas, como isto não é impossível, é bom estar de sobreaviso, e será mais esta uma razão a favor do parecer, que te dou, de não aceitar festa nem dinheiro. Terás sempre maneira de agradecer aos homens as suas boas e simpáticas intenções (que lhes devemos supor), recusando ao mesmo tempo uma homenagem que para a maior parte da gente se confundiria com um benefício.

Devolvo ao Araújo a carta do (...), por ele me dizer que assim tinhas indicado.

Mandei-te, haverá um mês, dois exemplares dos meus Sonetos, um para ti, outro para o nosso Fernando Leal; mas como não foram registados, fico em dúvida se recebeste, pois me fio pouco nisto do correio.

Se não recebeste, avisa-me para mandar outros. Se recebeste, é escusado dizer nada.

Do teu do C.
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A FERNANDO LEAL

Vila do Conde, 12 de Novembro de 1886

Meu caro Fernando Leal:

Fez bem em me enviar a carta que tinha escrito, apesar do *egotismo* dela, ou antes, por isso mesmo. O que sobretudo me interessa nos meus amigos é o seu estado moral: por conseguinte o *egotismo* vem de molde. A sua grande desconsolação aflige-me. Precisa reagir contra esse estado de inércia interior. Não cuide que é sem cura. Já passei por isso e sei que é curável. Mas creio que em Lisboa não. Sempre pensei que o Fernando devia sair desse meio dissolvente e dessa atmosfera mórbida. Quisera agora muito estar em Lisboa, para o estimular. Esse isolamento no meio duma multidão é pernicioso. O Fernando precisa duma mulher; e procurando bem, creio que mais facilmente achará a que lhe convém no meio dessa confusa Lisboa, do que noutra parte. Descubra uma mulher pobre, boa e simples, case com ela e vá para a Índia. Demore-se por lá anos. Noutro meio e com essa companhia, a vida lhe irá gradualmente parecendo outra coisa. Um homem inteli-

gente e bem formado acha sempre alguma obra boa a que se entregue: ou obra intelectual ou obra humana e social, pouco importa, contanto que se dedique a alguma coisa boa. Creia que a vida não vale senão por esse lado, pelo bem que se faz, seja de que ordem for. O Fernando é feito para sentir e compreender isto. Infelizmente não posso senão dizer-lhe de longe: eia, sus! Se aí estivesse, havia propriamente empurrá-lo. É bom, e até necessário passar pelo Pessimismo, mas não se deve ficar nele por muito tempo. O Pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É a síntese das negações na esfera da natureza, a luz implacável caída sobre o acervo de ilusões das coisas naturais. Mas, para além da natureza, ou, se quiser, escondido, envolvido no mais íntimo dela, está o mundo moral, que é o verdadeiro mundo, ao qual a harmonia, a liberdade e o optimismo são tão inerentes, como ao outro a luta cega, a fatalidade e o pessimismo. Afinal, não vivemos verdadeiramente senão na proporção do que partilhamos desse mundo íntimo e perfeito, ou, mais exactamente, da parte dele que desentranhamos de nós mesmos e fixamos nos nossos pensamentos, nos nossos sentimentos e nos nossos actos. Já vê que a existência tem um fim, uma razão de ser; e o Fernando, embora diga sinceramente o contrário, *no fundo* não o crê. Lá no fundo do seu coração há uma voz humilde, mas que nada faz calar, a protestar, a dizer-lhe que há *alguma coisa* porque se existe é porque vale a pena existir. Escute essa voz: provoque-a, familiarize-se com ela, e verá como cada vez mais se lhe torna perceptível, cada vez fala mais alto, ao ponto de a não ouvir senão a ela e de o rumor do mundo, por ela abafado, não lhe chegar já senão como um zumbido, um murmúrio, de que até se duvida se terá verdadeira realidade. Essa, meu amigo, é a verdadeira revelação, é o *Evangelho eterno*, porque é a expressão da essência pura e última do homem, e até de todas as coisas, mas só no homem

tornada consciente e dotada de voz. Ouça essa voz e não se entristeça.

E, para terminar imitando o *delenda carthago* de Ca-tão, repetir-lhe-ei: saia de Lisboa, e, se puder, case.

Do seu muito amigo
ANTERO DE QUENTAL

P.S. Não recebi o seu *John Bull*, mas li por esse tempo, não sei em que jornal, um extracto dele de que gostei. Quanto aos meus *Sonetos*, não me aflige o silêncio da Imprensa: contava com ele e (deixe-me dizer assim, que é sem orgulho) agrada-me isso mais. Sei muito bem quanto aquilo está fora das tendências da literatura de hoje. De resto, não pretendi fazer uma obra *literária*, mas outra coisa a que dou mais valor. Só o que sinto é que o que ali há de novo e profundo seja tão pouco e se reduza a vinte ou trinta dos últimos sonetos. Meti neles o melhor da minha Filosofia, à espera do dia em que a possa desenvolver largamente e em boa prosa. Mas, uma Filosofia nova, em versos obscuros e poucos, quem diabo pode entrar com ela? Acho, pois, que os dos jornais o melhor que tinham a fazer era calarem-se.

A. Q.

CARTAS A JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Vila do Conde, 14 de Novembro de 1886

Meu caro Amigo:

Os temporais não me têm deixado escrever — mas, agora que me acho um pouco melhor, não quero deixar de responder à sua boa e muito boa carta. Nunca julguei que coisa minha pudesse *fazer bem* a ninguém; mas, quando muito, a alguns, agradar e *parecer bem*. A sua carta em que me diz que os meus versos lhe *fizeram bem*, foi para mim mais uma bênção. O tom dos seus artigos na *Provincia* e muitas frases deles tinham-me já indicado o seu estado de espírito: via-o pensar por si, mas receava que a sua evolução parasse na frase negativa e ficaria pessimista, isto é, ficava a meio caminho. Felizmente não é assim: e uma vez que galgou esse baranco, creia que há-de ir até ao final. O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por ele, mas justamente para sair dele. O pessimismo é a redução ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dele, ou para melhor dizer (porque se não trata de sistemas simplesmente), filhas do espírito hu-

mano na sua fase naturalista. Mas, sobre essas ruínas acumuladas pelo pessimismo, o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vácuo. O que triunfa é o que fica, é aquilo que está para além do naturalismo, aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autónomo: a vida de consciência e a sua mais alta expressão, o sentimento moral. Aos poderosíssimos dissolventes e reagentes da crítica (essa química da razão) só isso pode resistir, porque é *um facto*, um facto evidente e, para o homem, o mais positivo dos factos, porque o sente em si e o verifica a cada instante: e não se dissolvem, porque é um elemento *simples*, o núcleo da coisa complicadíssima chamado homem, o seu ser íntimo e *verdadeiro*. E, chegado a este ponto, a inteligência olha para trás, olha para a grande máquina da natureza, que o pessimismo lhe fez ver como uma coisa bruta e por si inexpressiva e sinistra, e pergunta a si mesma se porventura aquele princípio que ela descobriu no homem, aquele núcleo não natural desse ser aliás natural, não será também o princípio oculto da confusa natureza, e se o universo não gravitará, obscuramente, inconscientemente, para onde gravita o homem com um pouco de luz e um pouco de consciência? Se não é assim, o universo é uma monstruosidade e a consciência humana a mais inexplicável de todas as ilusões: o que equivale a dizer, o Ser, sob todas as suas formas, é um absurdo. Mas pode isto ser assim? não chamaria o senso comum e o sentir geral da humanidade louco simplesmente a quem tal pretendesse? Toda a actividade do homem, há muitos milhares de anos, a sua actividade superior, que é só a que afinal se vê e fica, manifestada em todas as suas obras e instituições, afirma implicitamente a autonomia da vida moral e a identidade fundamental dela como o princípio oculto de actividade do universo: afirma-a, porque a pressupõe; pois, se a não pressupusesse, se não partisse dessa como que evidência inconsciente, para que trabalhar? para que

sacrificar-se? para que viver? O facto, pois, o simples facto da história prova (com uma força probante *sui generis* mas invencível para quem se reconhece homem) a identidade da vida moral e do princípio do universo. Sobre isto, mil sistemas se têm feito e continuarão a fazer-se, porque *tradidit mundum disputationibus eorum*. E é necessário que se façam, porque o sentimento moral (talvez por não ter ainda atingido ou não poder nunca atingir um grau superior de afirmação e uma tal plenitude que ele só baste a si mesmo) precisa dum auxílio da razão especulativa, que lhe é como um estímulo, para se possuir melhor. Afora isso, a inteligência, como toda a faculdade e, em geral, toda a força, precisa intencionalmente de se manifestar duma maneira adequada. Mas, praticamente, é mui certo que não são os sistemas que nos salvam e nos põem no bom caminho. O que nos salva é a obediência cada vez maior às sugestões daquele *demónio* interior, é a união cada vez maior do novo ser *natural*, é o alargamento crescente da nossa vida *moral* nas novas outras vidas *não morais*, é a fé na espiritualidade latente mas fundamental do universo, é o amor e a prática do bem, para tudo dizer numa palavra. É por isso que a melhor filosofia será sempre aquela que melhor auxiliar a compreensão e a prática da virtude. É por isso ainda que um ignorante, que for justo e bom, pesará realmente na balança transcendente das coisas incomparavelmente mais do que o maior sábio, se não for bom nem justo. Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente boa (é uma doença do século), por aquilo a que o Lange chamou «o excesso do princípio da inteligência». Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, e homem de acção por excelência, por isso que a sua acção é toda no sentido do bem. De resto (e era isso o que eu quisera dizer

ao Renan), os que fundaram as coisas vitais das sociedades tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos.

Tudo isto, meu caro Magalhães Lima, veio, não sei bem como, para lhe dizer uma coisa muito simples, e é que o que mais me alegrou na sua carta foi o dizer-me que começava a sentir, nestes últimos tempos, um renascimento dos antigos sentimentos religiosos, embora transformados, e uma invencível necessidade de idealismo. Alegrou-me isto e queria simplesmente dizer-lhe que cultivasse e cuidasse com amor esse novo rebento da profunda raiz, que cuidava morta, porque essa será a árvore de bênção, que lhe há-de dar sombra para o resto da vida. Para lhe dizer isto, alarguei-me em considerações que talvez lhe tenham parecido demasiadas e pouco claras. Mas, preocupado como ando há anos com a evolução ulterior do pensamento moderno, que eu entendo caminhar para uma compreensão sintética das coisas, ao mesmo tempo idealista e naturalista, isto é, idealista *dentro* do naturalismo, e optimista *dentro* do pessimismo, e tendo eu mesmo trabalhado muito para achar as fórmulas, ainda hoje tão indecisas, dessa grande síntese, fui insensivelmente levado a dar-lhe uma ideia da orientação dos meus pensamentos, e mostrar-lhe como é que concebo que sem se *sair* do naturalismo (quero dizer *sair* para o sobrenaturalismo) se pode, pela aprofundação da natureza humana (e, por analogia invencível, de toda a natureza), chegar ao mais completo espiritualismo, a um *panpsiquismo* que se acomoda perfeitamente, ou antes, harmoniza necessariamente, com o determinismo, e ainda materialismo das ciências naturais e a concepção do mundo natural que delas sai, sem sacrificar nenhum daqueles princípios que fizeram sempre do espiritualismo, ainda nas suas formas mais imperfeitas, a filosofia por excelência popular entre os homens. O Oliveira Martins chamou a isso o meu misticismo, mas de facto não é misticismo

(pelo menos no sentido histórico da palavra), mas, sem arredar pé do terreno do espírito moderno, chegar teoricamente até àquela profundidade de compreensão do *homem ulterior*, como eles diziam, a que os místicos chegaram.

Se eu conseguisse expor aos outros, com a mesma força probante com que elas se apresentam à minha inteligência, as soluções a que tenho chegado sobre estes problemas, creio que seria o primeiro filósofo da época... Mas é muito certo que nunca o conseguirei. Entretanto, tomemos para nós como meta e divisa a grande palavra de S. Bento ao noviço impaciente: *Labora et noli contristari*.

E adeus, meu caro Jaime. Creia-me seu

Muito amigo
ANTERO DE QUENTAL

Vila do Conde, 5 de Maio de 1888

Meu caro Amigo:

Li com prazer o seu volumezinho. O escrito do Maine, até onde pude apreciar pela sua análise e extractos, prova mais uma vez que *non omnes omnia possumus*, e que quem passou a vida a estudar as sociedades primitivas difficilmente e mal compreenderá as idades complexas e requintadas. O que há de necessário na democracia escapa-lhe, assim como as provas históricas que aduz em favor da pretendida tendência das sociedades para a imobilidade não colhem, pois, a China, até ao tempo de Confúcio, e os povos maometanos, até ao predomínio dos Turcos, mexeram-se e mudaram muitíssimo. De resto, faltava ainda indagar porque é que essas gentes, de certa época em diante, se imobilizaram, e isso seria

até muito mais interessante e nos colocaria no coração do problema. Seja como for, a mobilidade das sociedades ariacas é um facto constante, nunca desmentido e pode dizer-se que de ordem natural. Um simples erro de teoria política parece-me explicação mínima e insuficiente para facto de tal constância e magnitude. As raças que param, são as que chegaram até onde podiam chegar: as que se movem, movem-se porque ainda lá não chegaram, porque o seu ideal vai muito além da realidade social que construíram e não podem parar enquanto não tiverem realizado essa equação do seu ideal com as suas instituições, ainda correndo o risco de se agitarem indefinidamente, se, com efeito, esse ideal for irrealizável. A tendência para o movimento e mudança é tanto maior quanto mais rico e forte for o génio da raça, quanto de mais alto ela pairar com o seu pensamento sobre a realidade. Este ponto de vista explica ao mesmo tempo o facto de certas nações ou raças se terem imobilizado e de outras continuarem a transformar-se, ao mesmo tempo que exclui a quimera dum progresso indefinido, visto que o ideal, que estimula as sociedades ao movimento, é definido e limitado pelas faculdades de cada raça, que são constantes e fixas. Mas tudo isto é filosofia mais ou menos curiosa apenas, em face da urgência de organizar o poder político nas sociedades democráticas. Confesso-lhe que não me parece isso coisa que se resolva do pé para a mão, nem creio que tamanha obra dependa simplesmente da aceitação de certas doutrinas. As da representação *adequada* e *efectiva* da nação, dos seus órgãos naturais e não de entidades abstractas, acho-a perfeita e é há muito a minha. Mas como dar consciência, a esses órgãos, da sua realidade e autonomia? por meio da lei? mas a lei é impotente para isso, impotente para criar seja o que for naquela esfera profunda que só depende da espontaneidade social. Creio que é questão de tempo, de evolução lenta e surda dessa tal espontaneidade. Porventura será

necessário que a desagregação social vá ainda muito mais longe, chegue até àquele ponto em que a existência da mesma sociedade pareça ameaçada, para se dar então a reacção. Quem vir no individualismo moderno simplesmente o resultado de certas instituições, da legislação política e civil, parece-me que vê as coisas muito superficialmente. A mim afigura-se-me um grandioso fenómeno de psicologia colectiva — uma fase no sentir íntimo da nossa raça e que afecta a própria feição do seu ideal — lento por isso na sua evolução, independente da legislação, independente das escolas de filosofia política ou de ciência social, um facto do *inconsciente*, como diria Hartmann, invencível a qualquer outra força que não seja a da dialéctica imanente na sua mesma evolução. Parece-me que estamos num período análogo ao da dissolução do mundo romano, ao qual se deve seguir uma nova Idade Média. Quem sabe o que sairá dela, quando lhe soar a hora da sua Renascença? E talvez que só então valham e tenham utilidade de aplicação as doutrinas dos filósofos e publicistas de hoje. Foi assim que muitas ideias de Aristóteles e dos Estóicos só se vieram a realizar e a adquirir valor social no século XVI e XVII!!

Mas talvez tudo isto lhe pareça apocalíptico e muito eivado da fantasia incorrigível do poeta. Algum dia falaremos com mais vagar de tudo isto, que é para largas conversas. O seu livrinho é, em todo o caso, interessante e oportuno: junte a isso que está bem escrito e verá que não perdeu o seu tempo.

Do seu muito amigo
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A WILHELM STORCK

Vila do Conde, 12 de Maio de 1888

Ex.^{mo} Senhor e Amigo:

Incómodo de saúde me impediu de acusar desde logo a recepção da sua boa carta de 31 de Março, assim como também só agora pude enviar à nossa excelente Amiga D. Carolina a folha dos *Blätter für Literarische Unterhaltung*. Agradeço muito a V. Ex.^a a remessa daquela folha, cuja leitura me agradou, naturalmente, sendo tão lisonjeira para o *nosso* livrinho. Não deixo de dar razão ao Autor, quando nota uma certa lacuna na evolução dos pensamentos do poeta, ficando por indicar, ou, pelo menos, mal definido o caminho que conduziu ao último Soneto — ainda que um volume de versos não está obrigado à ordem e severa dedução dum livro de Filosofia. Mas, efectivamente, aquela última parte do livro, que eu desejaria fosse a mais rica e completa, por a considerar a mais original e, se me é lícito dizê-lo, a mais importante, é justamente a mais deficiente. Assim são os desejos dos homens! Reprimi-me, muitas vezes, para não compor sonetos pessimistas e puramente ne-

gativos, que me ocorriam naturalmente e a cada instante — e só com largos intervalos e com uma espécie de esforço me ocorriam aqueles outros, que eram justamente os que eu desejava mais compor, em que se reflectiam os sentimentos ou as ideias que me são mais caras! Ainda não pude perceber a razão desse fenómeno, em virtude do qual o meu livrinho, considerado como um todo, é obscuro e apresenta, com efeito, uma certa lacuna sensível. Veremos se ainda, noutro terreno, poderei fazer coisa mais completa.

Fica sempre às ordens de V. Ex.^a o seu

Amigo m.^{to} affecto
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Vila do Conde, 22 de Maio de 1888

Meu caro Amigo:

O seu livrinho e a sua carta fizeram-me pensar novamente no problema da organização política da Democracia, assunto sobre que noutro tempo tinha meditado bastante, mas depois posto de parte, pelo julgar resolvido. Agora, sob o seu impulso, como que dei balanço às minhas ideias sobre o ponto, e vi que, sem dar por mim, tinha, não mudado, mas entrevisto horizontes desconhecidos. Tinha ficado, naquele tempo em que, sendo a sociedade um organismo, a sua forma política deve ser orgânica, efectiva e não abstracta, natural e não matemática; e que, se uma sociedade, por ser democrática, nem por isso deixa de ser sociedade, isto é, um todo orgânico, toda a questão, para as democracias, está em conhecer quais são os seus órgãos naturais, e partir daí para a remodelação política. São as ideias do O. Martins, do Laveleye e já hoje de muitos mais, entre os quais está também o meu amigo. Achei pois que são também ainda hoje as minhas, e persisto em crer que

esse ponto de vista naturalista e realista deve vir combinar-se com o jurídico e abstracto da Filosofia do Direito Clássico, para dessa união sair a verdadeira teoria do Direito Público. Mas achava eu então, como vossemecês acham, que determinado isto, não havia mais do que passar à prática e aplicação: ou, por outras palavras, dava como subentendido que a sociedade moderna estava apta para essa reorganização, ou que a teoria, por isso mesmo que era a verdadeira, se impunha irresistivelmente à sociedade. Ora, foi esse justamente o tal horizonte que encontrei aberto. Será isso assim? Os da Revolução Francesa e os das diversas revoluções liberais assim o entendiam. Nós é que temos obrigação de pensar doutro modo, e de examinar ainda esta segunda questão: Presta-se a sociedade actual, ou não se presta, a essa reorganização? e, por consequente: quais são os elementos que a condicionam? É no exame desta segunda questão que se me oferecem graves dúvidas. Porque aquelas duas interrogações podem ser transformadas nesta outra: *Quer* a sociedade actual reorganizar-se? Sem essa *vontade*, toda a obra legislatória é vã, pois tudo quanto é orgânico pressupõe um princípio interno ou força vital, único que dá plasticidade às transformações do organismo. Submeto pois este segundo ponto às suas reflexões. O que é que impede verdadeiramente a reorganização das nossas sociedades? É apenas a ignorância duma teoria, do sistema salvador? ou será um facto íntimo, o *individualismo*, elemento psicológico, que condiciona tudo o mais? Mas, se é, com efeito, este segundo, facto imenso, superior a todas as leis, antes gerador delas, e com fundas raízes ao mesmo tempo na natureza humana e na história da nossa civilização, pergunta-se: Estará a evolução psicológico-social do Individualismo terminada, de sorte que naturalmente, espontaneamente, tenha chegado o momento da reacção, ou antes, novo desdobramento dos elementos psicológicos da sociedade — a reorgani-

zação? Esta pergunta traz consigo esta outra: Terá a consciência humana, nas modernas sociedades, chegado àquele grau de síntese, em que o indivíduo, reconhecido soberano, reconheça ao mesmo tempo, racionalmente, livremente, a necessidade (não só natural, mas jurídica) de abdicar voluntariamente uma parte daquela soberania, em proveito da ordem universal, ou melhor, desta síntese de indivíduos presentes e futuros, a sociedade? Isto implica muito mais do que uma reforma política: implica uma reforma moral: implica, como disse, o termo da evolução histórico-psicológica, que veio dar ao individualismo moderno, e a entrada da raça árica na fase última da sua Odisseia de três mil anos. Se assim não é, o factor psicológico dominante, o Individualismo, continuará na sua evolução, a pulverização social continuará, abatendo-se ainda o que resta das velhas instituições e reduzindo-se a sociedade ao mínimo de laços e obrigações indispensável para não se dissolver materialmente. Considero este momento como o da grande crise da civilização árica, por conseguinte, da humanidade, que a nossa raça representa eminentemente. O trabalho de trinta séculos produziu este resultado, enorme mas incompleto: o Individualismo; resta saber se a raça que tal produziu terá ainda força e condições convenientes para completar a sua grande obra, juntando àquele primeiro elemento este outro: a harmonia das vontades e a livre organização.

Eis, meu caro amigo, muito atrapalhadamente, porque quis resumir-me à súpula dos pensamentos que a leitura do seu folheto veio despertar em mim e que lhe comunico como à *qui de droit*. Oxalá não lhe pareça que me vou tornando apocalíptico?

Do seu muito amigo
ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A TOMMASO CANNIZZARO

Vila do Conde, 29 de Maio de 1888

Meu excelente Amigo:

Não posso saber quem é o tal Allen. Com este nome (que é de origem inglesa) só conheço uns banqueiros do Porto, mas que não se ocupam em traduzir romances, pela excelente razão de que os fazem eles mesmos, e muito bons, com algarismos. A literatura francesa é a única que em Portugal tem as suas *grandes entrées*, e mais do que isso, pois Portugal, literariamente, é quase uma Província da França. Os jornais políticos publicam romances em folhetim, mas é quase tudo traduzido do francês: pouquíssimos das outras línguas, e esse pouco horrivelmente mal. Os desgraçados que se ocupam com esse mister, nem têm tempo nem recursos para traduzirem sequer correctamente. Se a pobre Neera caiu em tais mãos servis, lamenta-a do coração. Haverá uns oito anos, um editor inteligente e audaz de Lisboa, tentou introduzir no nosso público o gosto da literatura italiana contemporânea, publicando traduções, entre elas de livros do De Amicis e alguns romances, ao todo cinco ou seis volumes: mas foi tão

mal sucedido, que teve de abandonar, com perda considerável, a empresa. O que se dá com a literatura italiana dá-se, de resto, com todas (até com a própria espanhola!...): quase se ignora que existam, enquanto que não há rapazinho de Liceu que não ande em dia com Zola, Daudet e *tuti quanti*: os próprios compêndios, em muitas da cátedras de instrução secundária e superior são franceses. As causas deste singular e, quanto a mim, deplorável fenómeno são muitas, sendo talvez a principal o facto de que o régimen constitucional em Portugal foi estabelecido por homens que *todos* tinham passado largos anos emigrados em França.

Trouxeram de lá as leis, as ideias, e tudo, o que cá implantaram em ódio às coisas nacionais, e tornado deste modo a inteligência portuguesa feudatária da França. Mas, provavelmente, estas explicações devem ter, para V., muito pouco interesse.

Li o seu artigo sobre Neera, que me deu ideia duma escritora de grande valor, sobretudo pelas suas intenções éticas, o que hoje é bem raro em romancistas, infelizmente. A literatura está-se tornando, como a sociedade que reflecte, duma baixeza e duma brutalidade lastimáveis. Não sei onde isto irá parar! Não recebi o terceiro volume do Cannini, que nem sabia tivesse já aparecido. Os outros dois, que devo à sua amável lembrança, li-os com prazer e aproveitamento, encontrando ali coisas, de que, de outro feitio, me seria bem difícil tomar conhecimento. Só por este lado lhe daria grande apreço: mas concordo com V. em que, muitas vezes, se ressentia da grande precipitação do trabalho. Muito e muito folguei com ver letras suas, pois são das mais gratas para mim. A minha saúde, durante todo este Inverno, foi bastante má, razão por que tive de descurar muito a minha correspondência.

E até outra vez, meu caro Poeta. Disponha sempre do seu

Muito afeiçoado
ANTERO DE QUENTAL

Vila do Conde, 22 de Dezembro de 1888

Meu querido Amigo:

Começo por lhe dar os parabéns pela fortuna que teve, escapando ileso da catástrofe de Dijon. A morte é nada, mas há certas maneiras de morrer que são atrozes, e aquela é uma dessas. Por isso, mil e mil parabéns. Receba também os meus cordiais desejos de Boas-Festas para o próximo ano de 1889, que lhe venha acompanhado de alegria e prosperidades. Recebi com efeito, há meses, um exemplar do terceiro volume do *Libro dell' Amore* oferecido pelo Cannini e juntamente uma carta deste, em que me pedia alguns subsídios portugueses para a continuação da sua obra. Envio-lhe três ou quatro volumes de poetas contemporâneos, que ele desconhecia, e que julguei aproveitáveis para o seu propósito. Creio que os terá recebido, ainda que depois disso não tornei a ler notícias dele. A carta do Cannini revelava bastante desanimação: mas uma obra daquelas não pode ter o sucesso imediato dum romance, por exemplo; e depois, as tendências do espírito contemporâneo são cada vez menos poéticas.

A respeito dos romances de Neera, respondi-lhe já há meses: creio que terá recebido essa minha carta em que lhe dava uma ideia do estado actual da literatura portuguesa e das tendências do nosso público, dominado exclusivamente pela escola francesa contemporânea. Não creio que haja aqui editor que queira empreender a publicação de traduções de romances italianos. Não conhecem, nem o público conhece, senão Zola, Daudet, Belot e não se lhes pode falar noutra coisa. De todos os países da Europa creio ser Portugal, depois da Bélgica, o mais afrancesado. Foi isto talvez vantajoso durante um certo período; mas hoje, com as correntes dominantes da literatura e na sociedade francesas, receio que

seja antes nocivo. Mas como reagir contra um facto tão geral e que tem causas íntimas, além de históricas?

Adeus, meu excelente Amigo. Dê-me, sempre que possa, notícias suas, que são para mim uma verdadeira alegria.

Seu muito do coração
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A OLIVEIRA MARTINS

Vila do Conde, 1888

Caro amigo:

Li o *Russo*, que me fez o efeito que sempre tem feito o pouco que conheço dessa gente e é, proximamente, que são doidos e, o que é pior, doidos lúgubres. Não os entendo, e acho neles um terrível desequilíbrio, um excesso de imaginação e sensibilidade, um nervosismo doentio, e ainda outra coisa que não sei definir. Parece-me gente que fala sonhando. Não gosto disto. Se o governo da Europa tem de cair em tais mãos, como tudo faz supor, lamento a Europa. É tudo quanto posso dizer.

O seu *engouement* por esses alucinados parece-me simples efeito de reacção, pouco mais ou menos como quando Platão se namorava dos Espartanos, ou Tácito dos Germanos, simplesmente por estarem fartos das trapalhadas e requintes das respectivas civilizações. Tenho visto o que por aí se passa. Mas creio que se enganam os que esperam que o descrédito do Parlamentarismo redunde numa reforma das instituições políticas. O reconhecer-se que uma coisa é má não é

razão suficiente e necessária para que ela se reforme: é preciso ainda saber e querer fazê-lo. No fundo, o país quer isto que tem; e o descrédito disto, fazendo-o desprezar o que ao mesmo tempo mantém e quer, só produzirá um aviltamento maior, porque é mais consciente. Exactamente como um marido, que é corno e o sabe, mas que, por falta de força ou por interesse, tolera, aceita e se arranja o melhor possível na sua indignidade. Tal é, pelo menos, o efeito que tudo isto me faz.

Apesar de ficarmos mais longe agora, folgo de o ver estabelecer-se definitivamente em Lisboa, pois o clima do Porto havia-o demolido aos poucos, o que é triste. Além disso, desde que escolheu uma vida mais activa exteriormente, é preferível um teatro maior a um menor. Certamente que hei-de ir aí vê-lo algumas vezes. Mas, antes disso, espero que nos juntaremos brevemente no Porto, pois cuido que virá presidir à sua mudança. Avise-me nesse caso com prudente antecipação.

Do seu do C.

ANTERO DE QUENTAL

CARTA A JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Vila do Conde, 2 de Fevereiro de 1889

Meu caro Amigo:

Quem me dera viver sempre com *doidos* como o conde Tolstoi. Não é só um santo, é também um sábio. Depois de se ter descrito um círculo em volta das ideias e dos sentimentos, quem é capaz de *sabedoria* chega àquilo, a não apreciar da vida senão o que ela tem de mais simples e a pôr na renúncia a maior das conquistas. A única ilusão do nosso admirável apóstolo é supor que o que é um resultado possa ser um ponto de partida, e que os que não experimentaram a vida nem se despiram, por experiência própria, das ilusões dela, possam a ela e a elas renunciar de boa mente. O conde Tolstoi chegou àquilo porque viveu: quisera perguntar-lhe se supõe que os seus filhos, criados naquela ignorância e afastamento do mundo, renunciarão a experimentarem e a viverem por si, e aceitarão como própria a experiência de seu pai? A vida espiritual é só dada aos homens espirituais. Ora a maioria dos homens é e será sempre natural. A vida natural, com as suas paixões, as suas ilusões, o seu tumultuar de es-

peranças e decepções, há-de sempre atrair a maioria dos homens, e apenas desse meio sairá, por uma verdadeira selecção, o pequeno número daqueles que renunciam por gosto e vontade, por terem chegado ao convencimento de que o verdadeiro ser, o espiritual, consiste justamente num não-ser natural, e que o homem vive tanto mais da verdadeira vida, quanto mais despreza a vida dos sentidos, dos instintos e da imaginação. Entretanto, acho que não há entre estes dois pontos extremos opposição absoluta, mas sim escala, gradação e transição; são os dois pólos da natureza humana; e foi isso o que eu quis significar com a minha fórmula do «Helenismo coroado por um Budismo»: o Helenismo, isto é, a vida natural, nos seus diversíssimos tipos, na riqueza da sua evolução, aproximando-se ou afastando-se mais ou menos da compreensão transcendente, cuja expressão é o Budismo que propriamente se lhe não opõe, mas a completa superiormente. O Budismo é um estado psicológico puro, que, por isso que pressupõe os anteriores menos puros, não os pode negar absolutamente. Por outras palavras: cada um tem a sabedoria que pode ter e ocupa na escala da perfeição o lugar que pode ocupar: mas ninguém, salvo os monstros, está fora da humanidade, e os mais perfeitos, longe de condenarem os menos perfeitos, verão neles ao menos uma possibilidade de perfeição, como nós vemos nos animais uma espécie de rudimento da humanidade, e, sem nos confundirmos com eles, não nos sentimos todavia absolutamente distintos deles, antes a eles nos sentimos ligados por uma íntima piedade. O desprendimento pois do Budista será só interno, mas a sua vida será activa; somente a mola dessa actividade é que terá mudado, de pessoal em impessoal, de egoísta em desinteressada. Mas com o grande vento que faz hoje, vejo que não consigo exprimir-me com clareza e ir até ao fundo. Fica para outra ocasião.

Do seu muito do coração
ANTERO DE QUENTAL

CARTA A MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO

Vila do Conde, 23 de Fevereiro de 1889

Ex.^{ma} Amiga:

Li com muito prazer o volume que teve a bondade de me oferecer. O que diz da boa G. Sand encantou-me. Tive sempre grande simpatia por aquela perfeita mulher. Os seus erros foram os do seu tempo e da sua sociedade, mas as suas virtudes pertenciam-lhe exclusivamente. Não sei o que valem os muitos romances que escreveu. Li poucos deles e muito em rapaz. Mas lembro-me que a *Lélia* me produziu uma grande impressão e, no fundo, impressão salutar, pelo idealismo que, embora turvo e exaltado, penetra aquele livro singular. Li mais tarde as *Memórias* e alguma coisa da *Correspondência* e é por aí que a julgo e a ponho muito alto. Em contraste com o período de refinado egoísmo em que viveu, brilhou sempre nela grande bondade, que por ser filha do coração não era menos inteligente. Ora a bondade é uma tal potência da natureza humana, que só por isso estou em pôr a nossa boa Sand acima de muitos arrogantes e secos filósofos que dogmatizam por esse mundo.

Também me agradaram as páginas que consagrou ao livro de Feuillet. Mas o que é indubitável é que as ideias modernas estão ainda muito longe de apresentar aquela consistência, unidade e, sobretudo, humanidade indispensável para serem a base segura da educação. Daí facilmente o produzirem monstros e mostrengos.

Havemos de convir em que os mitos, as lendas, os símbolos, numa palavra os sonhos do velho credo, envolvem em si um sentir humano, um elemento psicológico, uma expressão moral que falta em grande medida, senão totalmente, aos nossos naturalismos, determinismos, positivismos e outros. Pois, se não faltasse, como resistiria ainda o velho credo? Todo o seu segredo, o segredo da sua ainda fortíssima atracção e de espécie de cega obstinação com que tantos e tantos seguem em despeito das evidências contrárias, esse segredo está nisso, nesse poder de falar ao coração e à imaginação e, por aí, comunicar uma eficácia e uma segurança incomparáveis para a acção. Esse poder, confessemos-lo, não o temos nós ainda.

O homem, minha nobre Amiga, esse famoso «animal racional», aquilo que de justamente tem menos é de racional, e enquanto se lhe falar só à inteligência consegue-se pouco dele. Veremos se uma filosofia mais profunda, que está incubando e apenas por ora se denuncia por certos sintomas esporádicos, é capaz de descobrir o caminho secreto das suas simpatias e da sua confiança.

O Transcendentalismo tem de ser restaurado, de um feitio ou de outro. Só ele pode satisfazer, ou pelo menos iludir e entreter as desmedidas aspirações, as ambições e esperanças incorrigíveis do coração humano. Sem isso, receio que, apesar de toda a ciência que já há, e de muita que se há-de ir ainda produzindo e acumulando (coisa aliás excelente e até indispensável), o bípede singular que inventou Deus e pôs a virtude, que se não vê

nem palpa, acima de todos os bens visíveis e palpáveis deste mundo, o bípede capaz destes sublimes paradoxos não tenha outra alternativa, para não cair numa soez mediocridade, senão a de uma maldade diabólica.

Beija as mãos de V. Ex.^a o seu amigo muito sincero.

ANTERO DE QUENTAL

CARTAS A OLIVEIRA MARTINS

Vila do Conde, 1890

Caro Amigo:

Já tinha saudades e quase fome de letras suas. V. dirá que a culpa é minha. Mas desde que para aqui voltei tenho estado ocupado a escrever, ocupação que, quando para aí me dá, me absorve e, sobretudo depois da tarefa diária, me faz aborrecer papel e pena. Para mostrar o meu affecto ao nosso Queirós, comecei a escrever, com destino à «Revista», um artigo sobre as tendências gerais da Filosofia na actualidade, coisa sumária; mas o assunto apossou-se de mim, passou a ser quase outra coisa o trabalho e no fim de três meses acho-me tendo produzido um estudo, que na «Revista» dará três ou quatro artigos, e que depois, ampliado, será um livro. Ficou reservada muita coisa que naturalmente não cabe em artigos da «Revista». Escuso dizer-lhe que não é a *minha filosofia*, aquela que V. sabe que *eu tenho*, com o seu método e teorias particulares. Essa, infelizmente, desisto de a expor, porque está acima das minhas forças o fazê-lo, e depois ninguém me enten-

deria. Mas, em suma, são as minhas ideias, somente expostas por um método impessoal, pondo de parte as minhas vistas originais e processo próprio dialéctico, e apresentadas simplesmente como induzidas da evolução do pensamento moderno e mais especialmente das tendências filosóficas dos últimos oitenta anos. De sorte que, amigo, ainda depois de publicar um livro de filosofia ficarei sempre um filósofo inédito. Espero que V. encontre no meu estudo algumas páginas que lhe agradem. Em todo o caso, peço-lhe que o leia com atenção, para me indicar lacunas, contradições, e o mais que parecer bem ser reformado, esclarecido ou desenvolvido para a forma definitiva do livro. Os artigos começarão a sair em Fevereiro, provavelmente. Estou agora passando a limpo. Esta ocupação tem-me feito bem, de sorte que talvez continue, considerando sobretudo que é o único lado por onde posso ser prestável. V. é homem de acção e o terramoto que se aproxima abre-lhe horizontes e promete-lhe um teatro digno da sua actividade. A mim não me repugna a acção, pelo contrário, creio até que é o que está no fundo do meu temperamento, mas acção muito outra, e tal que hoje não tem lugar, nem ocasião para se exercer. No século xvi teria sido homem de acção, ou com os homens da espada ou com da cruz; noutros séculos também, doutros modos. Mas hoje sinto-me como fora do meu meio natural, e a minha retracção é ao mesmo tempo instintiva e reflectida. Quando a gente chega aos 48 anos, tem obrigação de saber para que serve e para que não, e não ir atrás de fantasias. A verdade é que, para o que há a fazer e se pode fazer na sociedade actual, sou duma absoluta inabilidade, um verdadeiro incapaz. Se alguma influência posso exercer sobre os homens, é só de longe e pela ideia pura. Compreendo bem que V., sentindo-se tão isolado, anseie por um companheiro, e o que me diz na sua carta sobre a necessidade de eu *voltar à superfície* exprime bem esse sentimento. E eu sê-lo-ia — com que

vontade e gosto, escuso dizê-lo — esse seu companheiro de luta, se me não conhecesse completamente incapaz para aquilo de que se trata. Tenho pois de me conservar no meu papel, quero dizer, na lógica do meu carácter e das minhas aptidões. Serei simplesmente para V., como até aqui, amigo, confidente e crítico encartado. De resto, quem sabe o que virá? Não recuarei diante de coisa alguma, senão só daquilo que repugnar à lógica e harmonia do meu ser. «The right man in the right place.»

Fez-me exactamente a mesma impressão que a V. a revolução brasileira e, quanto a mim, é a extravagância dos cariocas (se não vier antes alguma grande complicação europeia, o que é pouco provável) que há-de dar o empurrão no velho Portugalório. Pobre Portugalório! Já me passou o azedume de outros tempos, e agora, considerando o que espera esta pobre gente, que afinal é tão boa gente, sinto dor verdadeira. Mas o homem só aprende à sua custa — *et voilà*. E adeus. Já está no prelo a segunda edição dos *Sonetos*. Leva um apêndice de traduções que é quase uma Bíblia poliglota.

Do coração
ANTERO DE QUENTAL

Vila do Conde, 1890.

Caro Amigo:

Não me resolvo a ir a Lisboa, apesar de bastante o desejar, pelo grande receio dos ruídos, pois continuo com excessiva sensibilidade cerebral, e só no meio do maior sossego consigo dormir. Ora dormir é coisa essencial para mim. Esta ideia de Rua de Serpa Pinto e de segundo andar (o que implica primeiro e terceiro, e

por conseguinte um número assustador de cadeiras arrastadas, de pés nocturnos e matutinos, de pianos martirizados e martirizadores) desanima-me completamente. Iria de preferência para casa do C... M..., mas sou um hóspede singular, e conhecendo isto, só estou à vontade com gente que já está acostumada à minha excêntrica personalidade e modo de viver; e, no meu estado de espírito, pequenas preocupações chegam a ser verdadeiro tormento. Por tudo isto, nada resolvo por ora, à espera de ocasião em que me ache melhor e possa arriscar o meu destemperado cérebro aos ruídos da capital.

Não me agradou o livro do Nordau. Tantas ilusões, tanto optimismo e tão pouco espírito crítico, em sujeito que se apresenta como o representante da razão *científica*, em face das *mentiras* da sociedade actual, chegaram a irritar-me. De resto, parece-me homem muito moço, e nesse caso tem alguma desculpa; mas sempre queria dizer ao Sr. Nordau, para seu ensino, que não está tudo em se saber *cientificamente* que uma coisa é errónea, para se condenar e sobretudo para se afirmar que pode ser substituída. Para isso era necessário que a mola real do homem e da sociedade fosse a razão teórica, e a sua preocupação principal a verdade. Mas a verdade humana não é a verdade científica. Os *científicos* não são capazes de compreender isto, exactamente como os *ideólogos* do século passado (com quem se parecem muito e julgo que para pior); e como o próprio de tais espíritos estreitos e sistemáticos é a presunção e o optimismo atrevido, a sua influência será ainda mais nociva do que a dos ideólogos, que ao menos partiam de princípios psicológicos. Decididamente a inteligência humana é fraca e acanhada de mais para poder compreender, dominar e governar coisa tão complexa como é o homem. O instinto, afinal, valia muito mais para esse fim. Infelizmente, o período do instinto passou, e é nisso justamente que está a crise: substituir, na direc-

ção das coisas humanas, o instinto, que era suficiente, pela inteligência, que parece insuficientíssima. Não vejo saída a este beco escuro.

Do seu do coração
ANTERO DE QUENTAL

ÍNDICE

Nota Editorial	5
A Geração de 70 por Álvaro Manuel Machado.....	9

TEXTOS DOUTRINÁRIOS.....	49
As Meditações Poéticas de Lamartine.....	51
Carta de Henri Heine a Gérard de Nerval.....	59
A Entrevista de Edgar Poe.....	69
A Bíblia da Humanidade de Michelet.....	85
O Sentimento da Imortalidade.....	105
Prosas da Questão Coimbrã.....	117
Bom Senso e Bom Gosto.....	117
A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais.....	132
Causas da Decadência dos Povos Peninsulares.....	175

CORRESPONDÊNCIA

Carta a Wilhelm Storck.....	223
Carta a Eça de Queirós.....	234
Carta a António de Azevedo Castelo Branco.....	237
Carta a João Machado de Faria e Maia.....	240
Carta a João de Deus.....	242
Cartas a Germano Vieira Meireles.....	244
Cartas a António de Azevedo Castelo Branco.....	247
Carta a João Penha.....	255
Cartas a Oliveira Martins.....	257
Carta a Ana de Quental.....	262
Carta a Carlos Cirilo Machado.....	265
Carta a João Machado de Faria e Maia.....	267
Cartas a João de Deus.....	269
Carta a Oliveira Martins.....	273
Carta a Henrique das Neves.....	274
Carta à Associação de Trabalhadores — Federação do Norte.....	276
Carta a João de Deus.....	277
Carta a Ana de Quental.....	278
Carta a João de Deus.....	280
Carta a Ana de Quental.....	282

Carta a Joaquim de Araújo.....	284
Cartas a Tommaso Cannizzaro.....	286
Carta a António Feijó.....	291
Cartas a Carolina Michaëlis de Vasconcelos	292
Carta a Bulhão Pato.....	300
Carta a Tommaso Cannizzaro.....	302
Carta a Jaime de Magalhães Lima	305
Carta a João de Deus.....	308
Carta a Fernando Leal	310
Cartas a Jaime de Magalhães Lima	313
Carta a Wilhelm Storck	320
Carta a Jaime de Magalhães Lima	322
Cartas a Tommaso Cannizzaro.....	325
Carta a Oliveira Martins	329
Carta a Jaime de Magalhães Lima.....	331
Carta a Maria Amália Vaz de Carvalho.....	333
Cartas a Oliveira Martins.....	336

A GERAÇÃO DE 70

Primeiro volume

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

Segundo volume

Antero de Quental: *Sonetos*

Terceiro volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal I*

Quarto volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal II*

Quinto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

Sexto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

Sétimo volume

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

Oitavo volume

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

Nono volume

Ramalho Ortigão: *Holanda*

Décimo volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

Décimo primeiro volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

Décimo segundo volume

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

Décimo terceiro volume
Fialho de Almeida: *Contos*

Décimo quarto volume
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

Décimo quinto volume
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

Décimo sexto volume
Eça de Queirós: *Os Maias*

Décimo sétimo volume
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

Décimo oitavo volume
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

